



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO INSTITUTO DE
EDUCAÇÃO / INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR PROGRAMA DE PÓS-
GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CONTEXTOS CONTEMPORÂNEOS E
DEMANDAS POPULARES**

**PEDAGOGIA DOMASCULINOCÊNTRICA: ANDROGRAFIAS DE UM
PROCESSO EDUCATIVO COM HOMENS NA BAIXADA FLUMINENSE**

LEANDRO RODRIGUES NASCIMENTO DA SILVA

Sob a Orientação da Professora
Joyce Alves da Silva

Tese submetida como requisito parcial para
obtenção do grau de **Doutor em Educação**,
no Programa de Pós Graduação em
Educação, Contextos Contemporâneos e
Demandas Populares, Área de
Concentração em Educação, Contextos
Contemporâneos e Demandas Populares.

Seropédica/Nova Iguaçu, RJ

Dezembro de 2025

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S586p Silva, Leandro Rodrigues Nascimento da, 1995-
Pedagogia domasculinocêntrica: andrografias de um
processo educativo com homens na Baixada Fluminense /
Leandro Rodrigues Nascimento da Silva. - Nova Iguaçu,
2025.
236 f.: il.

Orientadora: Joyce Alves da Silva.
Tese(Doutorado). -- Universidade Federal Rural do Rio
de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Educação,
Contextos Contemporâneos e Demandas Populares, 2025.

1. Autores de violência doméstica. 2. Educação. 3.
Domasculinicidade. 4. Masculinidades. 5. Estudos de
Gêneros. I. Silva, Joyce Alves da, 1988-, orient. II
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos
Contemporâneos e Demandas Populares III. Título.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CONTEXTOS
CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS POPULARES**



TERMO Nº 1187 / 2025 - PPGEDUC (12.28.01.00.00.00.20)

Nº do Protocolo: 23083.072065/2025-46

Seropédica-RJ, 11 de dezembro de 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO/INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CONTEXTOS CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS POPULARES

LEANDRO RODRIGUES NASCIMENTO DA SILVA

Tese submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de **Doutor**, no Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares. Área de Concentração em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares.

TESE APROVADA EM 02/12/2025

Membros da banca:

JOYCE ALVES DA SILVA. Dra. UFRRJ (Orientadora/Presidente da Banca).

ANA MARIA MARQUES SANTOS. Dra. UFRRJ (Examinadora Interna).

TATIANE DE OLIVEIRA PINTO. Dra. UFRRJ (Examinadora Externa ao Programa).

ANA MARIA COLLING. Dra. UFGD (Examinadora Externa à Instituição).

ANA VALÉRIA DE FIGUEIREDO DA COSTA. Dra. UERJ (Examinadora Externa à Instituição).

SANDRA REGINA DE OLIVEIRA FAUSTINO. Dra. SME (Examinadora Externa à Instituição).

(Assinado digitalmente em 11/12/2025 13:43)

ANA MARIA MARQUES SANTOS
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptES (12.28.01.00.00.86)
Matrícula: 1545891

(Assinado digitalmente em 11/12/2025 17:15)

JOYCE ALVES DA SILVA
PRO-REITOR(A) - TITULAR
PROAES (12.28.01.19)
Matrícula: 1742750

(Assinado digitalmente em 11/12/2025 18:33)

TATIANE DE OLIVEIRA PINTO
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DHSS (12.28.01.00.00.00.10)
Matrícula: 3615478

(Assinado digitalmente em 15/12/2025 15:37)

ANA MARIA COLLING
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 246.380.210-34

(Assinado digitalmente em 15/12/2025 10:49)

ANA VALÉRIA DE FIGUEIREDO DA COSTA
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 842.944.777-68

(Assinado digitalmente em 11/12/2025 18:31)

SANDRA REGINA DE OLIVEIRA FAUSTINO
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 589.954.127-04

AGRADECIMENTOS

Expresso minha gratidão, primeiramente, a Deus pela dádiva da vida. Ao Eliezer Cordeiro, meu marido, que muito contribuiu para que eu pudesse terminar este Doutorado. Aos meus pais, Suzana Rodrigues e Fábio José, deixo meu mais sincero reconhecimento. Reverencio minha mãe espiritual, que me guia e fortalece com seu axé: Salve, minha Mãe Iemanjá! Manifesto também meu profundo agradecimento à minha santa de devoção, Nossa Senhora da Imaculada Conceição, cuja força tem sido essencial ao longo de minha caminhada. À minha orientadora, Joyce Alves, dedico uma menção especial. Mulher forte, brilhante e parceira generosa, ela sempre trouxe leveza e renovação, como uma brisa que traz tanto o calor do sol quanto a chuva necessária nos momentos certos. Minha gratidão se estende aos meus ancestrais e ao Partido dos Trabalhadores (PT), minha casa de militância, por inspirarem minha dedicação e minha crença em uma revolução baseada no avanço do espírito humano por meio do estudo e da educação. Reconheço ainda o apoio valioso da professora doutora Ana Maria Colling e da professora doutora Tatiane Oliveira, que contribuíram intensamente para este trabalho com leituras cuidadosas e reflexões enriquecedoras. Agradeço à professora doutora Sandra Regina, que gentilmente aceitou avaliar também este estudo. Agradeço igualmente à equipe do grupo educativo em que desenvolvi minha pesquisa, com destaque ao psicólogo Paulo César, cuja receptividade e gentileza foram fundamentais para a realização do estudo. Agradeço à professora doutora Ana Valéria de Figueiredo, que aceitou contribuir com este trabalho, sendo parceira minha de outros Carnavais... uma teórica rica! Fantástica! Que Nossa Senhora de Fátima, que São Jorge Guerreiro da Capadócia a abençoem! De igual modo agradeço à professora doutora Ana Maria Marques – que benção é estar cercado por tantas Anas – que sempre foi uma gentil auxiliadora no meu processo de amadurecimento intelectual, sempre me convidando, juntamente com meu amigo Leonardo Pereira, a participar de rodas de conversas sobre gêneros, educação e sexualidades. Por fim, registro minha gratidão ao Governo Federal, que, por meio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), forneceu, parcialmente, os recursos indispensáveis para viabilizar este trabalho, permitindo que ele se concretizasse plenamente. Neste dito final deste trabalho, cito, *in memoriam*, Maria Stela Nascimento, Severina Rodrigues, José Mendes da Silva, e Manoel José da Silva, meus/minhas avôs que já se foram. Que de sua plácida casa celeste me abençoem e me concedam coragem, força!

MEMORIAL

Por um tempo da minha vida, eu não acreditei em nada. Depois, com o passar dos anos e lidando com a dureza nua da vida, singrando portos, atravessando encruzilhadas e sendo consumido pela luz solar, esta poeira cósmica que somos vai dando lugar ao que a vida é: o show das possibilidades, em que tudo é possível! Quem diria que eu, menino pobre da Baixada Fluminense, região Metropolitana do Rio de Janeiro, assolada pelo crime organizado e pela presença ausente do Estado estaria em um Programa de Pós-Graduação cursando um Doutorado – coisa que eu lá nem sabia o que era, e que minha mãe e pai, pelo que me parece, até hoje não sabem!

Mas eu fui, eu vim, eu nem sei a direção pela qual segui, eu só segui, eu só me ergui porque a única coisa que a vida pede de nós é coragem, por mais banal que isto possa parecer. Hoje, olhando o meu passado que nunca passou, o qual sempre fica como uma voz nos meus ouvidos me dando lembranças de que ele não se saciou, eu vejo que eu fui e sou um gay da periferia de muita coragem. Além da coragem, impressionantemente a tese de Doutorado que ora apresento ao leitor já estava comigo no período da minha infância, sendo ela por si mesma escrita. Me parece que as coisas escritas por nós primeiro se grafam na pele de papel, e depois vão aos papéis as nossas peles. Hoje, vejo que o que coloco neste papel é a história ao avesso da minha vida.

O avesso de mim, sou eu virado pelos outros que mais me conheciam do que eu mesmo. “Viado!”. Fui chamado de viado na escola. Naquele dia, fui para casa de cabeça baixa, a sensação era de que seguraram minha língua com uma gaze, com uma faca afiada fizeram um corte profundo, e na lâmina da faca havia pimenta, e por detrás da pimenta havia ferrugem, e no meio o vermelho-sangue que escorria. Pelo que me lembro, esse não foi um acidente, hoje posso dizer que foi o parto das palavras em mim, o parto da minha tese, a Ave-Tese-Maria cheia de graça, que sempre esteve conosco, que bendita sois entre poucas, que bendita é como um fruto nascendo em mim. Santa-Tese-Maria, que roga por mim na feitura do conhecimento agora e em todos os momentos de dúvida e desalento, que assim nasceu para me ajudar a sempre dizer amém. A Ave-Tese-Maria, que me guia pelas páginas em branco, que ilumina os parágrafos confusos e me dá força para enfrentar os desafios do rigor acadêmico. A Ave-Tese-Maria, que Bendita és, que me ensinas a paciência na pesquisa, a humildade diante das fontes e a coragem de ousar escrever o que penso. A Santa-Tese-Maria, inspiração dos insones, protetora das ideias gestadas nas madrugadas, que intercede por mim, para que minha obra seja

fiel à verdade, ao saber e ao amor pela humanidade. A ela, digo no fim do parto: Amém do saber.

Pronto! Foi como uma religião, um espinho na carne que me acompanhou como profissão de fé. Daquele dia em diante, eu buscaria saber o que era um “viado”, e o que eu poderia fazer para me tornar um viado livre. Acho que de certo modo consegui. Mas agora volto como uma sombra de terror, saída dos contos de Edgar Allan Poe para libertar não só outros viados, mas para assustar feito bichA-papão os moradores da aldeia dos homens. Os homens que, à minha época, eram como eu, todos erês de uma só nação, e que foram me expulsando de suas comunidades à medida em que a fumaça da infância ia saindo de mim. Já não mais na turva fumaça, me viram como no Jardim do Éden, nua e sem folha de parreira, não teve jeito, fui expulsa do jardim. Mas do lado de fora das maravilhas, fiquei observando das grades, e sem perceber, aquelas grades que eram para trazer proteção para eles se tornaram as grades de suas prisões. Presos, acautelados por suas domasculinicências, por seu desejo de guardar a si de mim. O jardim foi morrendo aos poucos, não haviam mulheres para banhar a relva, e Deus já não estava mais lá.

Sorte a minha de ter saído, porque toda saída é uma entrada. Entrei de cabeça nos estudos dos gêneros, e a partir da minha experiência eu pude pensar e refletir sobre as estruturas de poder que cercam as nomenclaturas que me tiravam como quem assalta um transeunte desavisado. Iniciei minhas pesquisas na graduação, quando ainda era um estudante de Letras na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), ao conseguir uma bolsa de iniciação científica com a professora doutora Joyce Alves da Silva. O tema de estudo era: masculinidades dissidentes na socioeducação. Pesquisa que, em 2024, se tornaria um belo livro, escrito por Joyce e por mim. Saindo da graduação, iniciei no Mestrado em Educação também sob a orientação da mesma Joyce, uma santa mulher que me acompanha há anos! Se devo a alguém parte considerável de minha formação acadêmica e pessoal, decerto posso aqui notabilizar o nome dela. No Mestrado, também pesquisei sobre masculinidades que, à época, eu chamava de “hegemônicas”, conceito este que nesta tese é reformulado para “domasculinicência”.

Terminando o Mestrado, vooi para o Doutorado, também com orientação da profa. Joyce Alves, e permaneço estudando masculinidades e domasculinicências, porque como eu disse, este tema se grafou na minha pele e hoje eu o grafo no papel. Esta pesquisa é um acerto de contas com o passado, com os meninos que me

insultavam, com o tempo em que vivi em silêncio em casa sem poder falar de mim, com o tempo em que sanitizei minha saliva para ajustar o discurso ao público muitíssimo pudico que me circundava. Esta pesquisa é a minha revolta tornada em utilidade pública diante do solapamento da existência humana reduzida a sexos. Esta pesquisa é meu manifesto contra os grilhões das normatividades, é meu grito ancestral. É o sussurro transformado em trovão, uma vingança doce que não fere, mas redime; que não apaga, mas inscreve.

Minha investigação é a tessitura de uma poética do que não coube. É o desfazer dos nós que apertavam minha garganta, é o revirar dos espelhos para que os reflexos mostrem outras zonas penumbradas. Com esta pesquisa, eu retribuo à vida o peso das calúnias que a masculinidade rígida lançou sobre mim e sobre tantos outros. Faço do rigor acadêmico a minha ferramenta, e da palavra, o meu território de insurgência. Na minha revolta não há ódio, mas uma força indomável de justiça: meu manifesto é fogo que queima, sim, mas para alumiar o caminho daqueles que virão depois. Este Doutorado, guiado pela profa. Joyce Alves, é também uma revolução íntima e pública, em que cada descoberta é uma fagulha lançada à pira de um sistema que silencia o diverso.

A pesquisa não é só minha; é nossa, de todas as vozes que aprenderam a viver no entremeio, que resistiram no fio da navalha entre o que são e o que esperam que sejam. Ao longo de todo esse tempo que não se passou, porque tudo que se passa se acumula, minha sede se salgava mais e mais pela vontade de saber. Deram-me água na Academia, ingeri tudo sem degustar, e quando degustei percebi que eram águas do mar. Águas salgadas, águas que fluem, e confluem, que, unicamente, abraça o mundo pela sua extensão e presença universal. Se há um elemento que em todos os lugares está, este, sem dúvidas, é a água do mar.

De África à Ásia, das Américas à Europa, da Antártida à Oceania. Daí, por ter bebido a água do mar e por ser filho do mar, Odoyá, minha mãe!, eu queria estar na Divulgação Científica, e me especializei na área pelo Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ); queria estar na Prevenção de Riscos e Desastres na Escola, e me especializei na área pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF); queria estar nos debates de Direitos Humanos, Gêneros e Sexualidades, e me especializei na área pela Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ); queria estar na Docência Profissional, e me especializei na área pelo Instituto Federal do Espírito Santo; queria estar na Educação Especial e

Inclusiva, e me especializei na área pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ); queria estar na Literatura Portuguesa, e me especializei na área pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); queria estar na Gestão Pública, e me especializei na área pelo Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG); queria estar na Alfabetização para Surdos, e me especializei na área pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

Enfim, estive em muitos lugares que ora os apresento para que o leitor saiba que caminhei longamente até chegar aqui, nesta pesquisa. Tudo isto fiz não para me arvorar o direito de dizer que sei mais do que todos, mas para provar que pouco sabendo, busco saber do pouco que sei. Esse pouco adquirido diante da vastidão das coisas que são, e diante das que não são mais que estão por vir, aqui contribuem para a feitura deste trabalho. Espero que o leitor goste, aprecie, critique – mas valorize a oferta que aqui se manifesta. Este trabalho é como uma prece lançada ao vento, um ramo de folhas verdes depositado aos pés da árvore da vida. Cada palavra é um gesto de entrega, cada ideia, uma vela acesa no altar. Que estas páginas sejam recebidas como um presente simples, mas sincero, ao grande mistério do saber. E que, ao lê-las, o leitor sinta não apenas o esforço, mas a devoção de quem busca, com humildade, fazer da escrita uma forma de ofertar o próprio coração ao mundo.

SILVA, Leandro Rodrigues Nascimento da. **Pedagogia domasculinocêntrica: andrografias de um processo educativo com homens na Baixada Fluminense**. 2025. 236 p. Tese (Doutorado em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares). Instituto de Educação/Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica/Nova Iguaçu, RJ, 2025.

RESUMO

Esta tese objetivou investigar as práticas educativas desenvolvidas em grupos voltados ao atendimento de Homens Autores de Violência (HAV) doméstica, analisando os desafios e as potencialidades desses serviços no contexto sociocultural e nas dinâmicas de gênero que balizam a violência. A abordagem deste estudo é qualitativa, de caráter metodológico exploratória-descritiva documental. O estudo destaca a implementação da Lei Maria da Penha, especialmente após a formalização dos grupos educativos como obrigatórios, e realiza um levantamento sobre a produção acadêmica brasileira acerca do tema, evidenciando lacunas significativas, especialmente nas áreas de Educação, História e Geografia, que poderiam oferecer perspectivas mais abrangentes e complementares. A pesquisa também examina as dificuldades na formação de facilitadores, que no trabalho passamos a chamar de “profissionais-docentes” e na efetividade das ações educativas, propondo abordagens pedagógicas inovadoras e metodologias que favoreçam transformações nos padrões comportamentais e culturais dos participantes. Em conclusão, pode-se afirmar, até o presente momento, que as nomenclaturas voltadas aos grupos para HAV não correspondem ao que figura na Lei 11.340/2006, pois há um entendimento de que eles sejam educativos e não “terapêuticos”, “reflexivos”, “ressocializadores” etc. Contudo, nota-se que certa confusão de nomenclaturas é feita no corpo da própria Lei que aqui foi mencionada. Buscando auxiliar no debate, problematizamos tal questão, propondo como termo único para o serviço de atendimento aos HAV o sintagma nominal bímembre “grupos educativos”. Ao abordar um tema emergente e de grande relevância social, a tese contribui para o enfrentamento à violência de gênero, buscando não apenas a redução de casos de violência, mas também a promoção de uma sociedade mais justa e comprometida com a transformação das relações de poder e gênero.

Palavras-chave: Masculinidades; Violência Doméstica; Grupos Educativos para Homens Autores de Violência.

SILVA, Leandro Rodrigues Nascimento da. **Male-Centered Pedagogy: Andrographies of an Educational Process with Men in the Baixada Fluminense**. 2025. 236 p. Thesis (Doctorate in Education, Contemporary Contexts, and Popular Demands). Institute of Education/Multidisciplinary Institute, Federal Rural University of Rio de Janeiro, Seropédica/Nova Iguaçu, RJ, 2025.

ABSTRACT

This thesis aimed to investigate the educational practices developed in groups serving Men Perpetrators of Domestic Violence (MPDV), analyzing the challenges and potentialities of these services within the sociocultural context and gender dynamics that underpin violence. The study adopts a qualitative approach, with an exploratory-descriptive documentary methodology. It highlights the implementation of the Maria da Penha Law, particularly following the formalization of educational groups as mandatory, and conducts a review of Brazilian academic production on the subject, revealing significant gaps, especially in the fields of Education, History, and Geography, which could provide broader and more complementary perspectives. The research also examines the challenges in the training of facilitators, referred to in this work as "educator-professionals," and the effectiveness of educational actions, proposing innovative pedagogical approaches and methodologies that promote behavioral and cultural transformations among participants. By addressing an emerging and highly relevant social issue, the thesis contributes to combating gender-based violence, aiming not only to reduce cases of violence but also to foster a more equitable society committed to transforming power and gender relations. In conclusion, it can be stated that the terminology associated with MPDV groups does not align with the provisions of Law 11.340/2006, as the groups are understood as educational rather than "therapeutic," "reflexive," "re-socializing," or other terms. However, it is noted that some terminological inconsistencies are present in the law itself. To contribute to the discussion, this thesis problematizes this issue, proposing the two-part nominal phrase "educational groups" as the standard term for services targeting MPDV.

Keywords: Masculinities; Domestic violence; Educational groups for male perpetrators of violence.

LISTA DE TABELAS, QUADROS E FIGURAS

FIGURA 1 – Infográfico sobre violência doméstica no Brasil	21
TABELA 1 – Teses de doutorado encontradas sobre grupos para HAV no repositório da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)	25
GRÁFICO 1 – Primeiro rosto das Teses encontradas sobre HAV no Brasil	29
FIGURA 2 – Pesquisa DataSenado sobre violência doméstica	31
FIGURA 3 – Pesquisa DataSenado sobre a percepção do machismo no brasil	33
TABELA 2 – Área do conhecimento em que as teses foram produzidas	35
GRÁFICO 2 – Distribuição de trabalhos por tipo de universidades	47
TABELA 3 – Métodos e abordagens presentes nas teses	48
GRÁFICO 3 – Teses de doutorado realizados com ou sem bolsas de pesquisa	50
FIGURA 4 – Infográfico custo médio de um preso no Brasil	51
GRÁFICO 4 – Produções de teses por universidades	53
FIGURA 5 – Le Penseur (O pensador)	60
FIGURA 6 – Detalhe do profeta Jeremias	61
ORGANOGRAMA 1 – Sugestões para implementação da construção das ações iniciais em um grupo educativo para HAV	96
TABELA 4 – Informações captadas das fichas dos HAV	101
FIGURA 7 – Resultados do google acadêmico para o conceito de “masculinidade hegemônica”	111
TABELA 5 – Usos do conceito “masculinidade hegemônica”	118
TABELA 6 – Morfossintaxe do conceito “domasculinidade”	136
FIGURA 8 – Planta da residência do mordomo-mor da casa imperial-1853	143
FIGURA 9 – Planta do baixo da casa do mordomo-mor	144
FIGURA 10 – Cadeiras comuns da mesa de jantar	146

FIGURA 11 – Cadeira do pai de família do mesmo conjunto	147
GRÁFICO 5 – Idade dos HAV	157
GRÁFICO 6 – Cor/Raça dos HAV	162
GRÁFICO 7 – Religião dos HAV	171
FIGURA 12 – Censo IBGE/2022	174
GRÁFICO 8 – Estado civil dos HAV após a autoria de violência contra suas companheiras	176
FIGURA 13 – Número de mães solo no Brasil	177
GRÁFICO 9 – Estado profissional dos HAV	180
GRÁFICO 10 – Faixa salarial dos HAV	183
FIGURA 14 – Distribuição das unidades domésticas IBGE/2022	186
GRÁFICO 11- Distribuição da escolaridade dos HAV	188
GRÁFICO 12 – Tempo de convivência dos HAV com suas companheiras	194
GRÁFICO 13– Percepção de situação de violência no relacionamento.....	196
FIGURA 15 – Presidente Trump e a cordialidade bélica	201
GRÁFICO 14 – Tipos de violência praticada	202
TABELA 7 – Tipos de violência explicadas no gráfico 14	204
GRÁFICO 15 – Consumo álcool/drogas	208
FIGURA 16 – Consumo de álcool entre adultos brasileiros	210
GRÁFICO 16 – Agressão na infância no âmbito familiar	211
GRÁFICO 17 – Quem praticou a violência na infância	212
GRÁFICO 18 – O que motivou a violência praticada	214
GRÁFICO 19 – Compreensão de que houve um crime	215
GRÁFICO 20 – Existência de outros processos por violência doméstica	216

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS:

BDTD – Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações.

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

CCJ – Comissão de Constituição e Justiça.

CDHLP – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

CEAM – Centro Especializado de Atendimento à Mulher.

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente.

ESP – Escola Sem Partido.

EUA – Estados Unidos da América.

FESL – Faculdade de Educação São Luís.

FIOCRUZ – Fundação Oswaldo Cruz.

HAV - Homens Autores de Violência.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

ISTs – Infecções Sexualmente Transmissíveis.

LGBTQIA+ - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Transexuais, Travestis, Queer, Intersexos, Assexuais, “+” significa outras possibilidades.

MEC – Ministério da Educação e Cultura.

NAFAVD – Núcleo de Atendimento à Família e aos Autores de Violência Doméstica.

NAMVID – Núcleo de Apoio à Mulher Vítima de Violência Doméstica e Familiar.

ONG – Organização não Governamental.

PCNs – Parâmetros Nacionais Curriculares.

PDT – Partido Democrático Trabalhista.

PIA – Plano Individual de Atendimento.

PPCVDI – Programa de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e Intrafamiliar.

PT – Partido dos Trabalhadores.

PUC – Pontifícia Universidade Católica.

RN – Rio Grande do Norte.

SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo.

SNPM – Secretaria Nacional de Política para as Mulheres.

STJ – Superior Tribunal de Justiça.

UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro.

UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

UNIFOR – Universidade de Fortaleza.

SUMÁRIO

Introdução	14
Capítulo I	20
1. Construindo o caminho da análise	20
1.1 Teses defendidas no Brasil sobre grupos para HAV	24
Finalizações de um atracadouro de pesquisas	54
Capítulo II	58
2. Negações insubmissas de uma terminologia desavisada	58
2.1 Problematizações acerca do “grupo reflexivo”	59
2.2 Problematizações acerca do “grupo socioeducativo”	62
2.3 Problematizações acerca do “grupo terapêutico”	64
2.4 Problematização acerca do “grupo reeducativo”	66
2.5 Problematizações acerca do “grupo interventivo”	71
2.6 Problematizações acerca do “grupo ressocializador”	72
2.7 Problematizações acerca do “grupo preventivo”	75
Capítulo III	78
3. Da proposta do “grupo educativo” como experiência mais profunda que nos toca ...	78
3.1 De lá, pra cá: a Lei Maria da Penha ao lado da Lei Espanhola como eixo estrutural do trabalho pedagógico nos grupos educativos	89
3.2 Aplicando as reflexões aos grupos educativos	96
Conclusos das terminologias agora avisadas	98
Capítulo IV	100
4. Percursos metodológicos em pauta	100
4.1 Da coleta de dados e da análise documental	101
Capítulo V	108

5. Da masculinidade hegemônica e do seu entendimento	108
5.1 Do androexteriorismo ao limiar da domasculinicência: um lugar de transição crítico	132
5.2 Domasculinicência à gramática brasileira do lar, não da dor: desambiguações necessárias	135
5.3 Domasculinicência na sala de visitas: a materialidade do poder no lar	138
5.4 Domasculinicência do lar à urbanidade: notas sobre a transição do poder na teoria de Sérgio Buarque de Holanda	148
Capítulo VI	156
6. Revelando homens, trajetórias e interações	156
Conclusão dos gráficos informativos	217
Considerações finais	219
Referências	222

INTRODUÇÃO

Atualmente, discutir a educação envolve a análise de diversas formas de ensino que vão além dos espaços tradicionais de aprendizagem, como a escola. Este estudo foca nos sistemas educativos populares e não formais, entre os quais se destaca o projeto “Escola de Homens”, desenvolvido pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ). O objetivo desse projeto é promover o debate sobre a violência doméstica e familiar contra a mulher, dirigido a homens que cometeram atos de violência contra suas parceiras, sendo, portanto, classificados pela Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006) como “agressores de violência doméstica”, termo este que vem sendo debatido como inapropriado, optando-se entre os pesquisadores pela utilização de “autores de violência doméstica” (Silva, 2023; Veras, 2018; Billerbeck, 2018; Martínez-Moreno, 2018).

Me interessei por esse tema devido à minha pesquisa contínua sobre masculinidades desde 2018 no Departamento Geral de Ações Socioeducativas (DEGASE), e também por meus estudos sobre gênero e sexualidades no Laboratório de Estudos de Gênero, Educação e Sexualidades (LEGESEX-UFRRJ), presidido pela professora Joyce Alves da Silva. Nesse contexto, decidi continuar aprofundando a minha investigação sobre a “Escola de Homens” – algo que já iniciei no Mestrado em Educação –, um projeto que visa conscientizar HAV doméstica sobre a importância da igualdade de gênero na sociedade. Minha análise busca entender como esses homens percebem a proposta educativa e qual o impacto desse processo em suas atitudes e no contexto social mais amplo.

Parto do princípio de que as percepções humanas do mundo são, de fato, mediadas por convenções sociais e contratos culturais internalizados ao longo da vida, que moldam e reproduzem o cotidiano, gerando disputas de significado e de poder (Louro, 2014). Portanto, nada no indivíduo está completamente desvinculado das influências sociais. A “Escola de Homens” se configura como um espaço estratégico para dismantelar os conceitos patriarcais e oferecer uma educação sobre as práticas que sustentam a masculinidade e a domasculinidade, conceito este que será trabalho nesta tese mais adiante. Essas práticas, muitas vezes, garantem o monopólio das relações hierarquizadas entre homens e mulheres, entre mulheres e mulheres e até mesmo entre homens, reforçando a dominação masculina nas estruturas sociais. A análise desse ambiente educacional é, assim, uma oportunidade única de compreender as táticas

utilizadas para perpetuar essas relações de poder, e refletir sobre o potencial da educação nesse campo.

Aqui quero ressaltar os temas centrais que são abordados na “Escola de Homens”, os quais incluem questões como drogadição e alcoolismo, agressividade, papéis sociais e gêneros, sexualidades e violência sexual. Esses temas são fundamentais para a compreensão das vivências masculinas e dos aprendizados sobre o que é esperado de um homem e de uma mulher, sobre os papéis de gênero no contexto familiar e social. As expectativas em relação à postura do “macho” e dos demais membros da família são questões que atravessam esses debates. Assim, as palavras-chave que orientam minha pesquisa serão: Educação Social, Masculinidade, Domasculinidade e Violências de Gêneros.

O interesse pela “Escola de Homens” surgiu não apenas pelo meu trabalho de pesquisa sobre masculinidades e relações de gêneros no DEGASE, mas também de uma forma bastante inusitada. Fui apresentado ao tema por meio de um vídeo que recebi em um aplicativo de mensagens sobre “grupo reflexivo”, e isso se deu durante a pandemia de COVID-19, chamando a atenção da professora Joyce Alves que foi quem me pediu para dar uma olhadela no vídeo. Isso despertou minha curiosidade em entender como esse projeto funcionava, quem o realizava e onde ele estava acontecendo. Para minha surpresa, descobri que o grupo retratado na reportagem estava localizado na minha cidade e que as discussões eram lideradas por uma mulher, o que, inicialmente, me causou estranhamento, considerando o contexto predominante de masculinidade. Ao mesmo tempo, me animei e procurei o projeto, e lá fui extremamente mal-recebido pelo juiz responsável, o qual afirmou que lá não era lugar para “qualquer um” entrar.

Não desanimei e fui atrás de outro serviço, numa cidade vizinha à minha, e lá tive uma experiência completamente diferente com o juiz responsável, o qual me acolheu com toda a sua equipe e disse que meu trabalho de pesquisador era extremamente crucial para o amadurecimento da proposta. Decidi, então, me aprofundar no estudo da dinâmica do “grupo reflexivo”, com o objetivo de entender melhor suas nuances e o impacto que ele podia ter. Como profissional da área da Educação, enxerguei desde o início a proposta do grupo como uma iniciativa pedagógica de grande potencial e, nesta tese, verifico que minhas hipóteses preliminares estão corretas. Contudo, essa visão era, até então, uma hipótese, pois, conforme a informação que circulava nos meios de comunicação, esses grupos eram frequentemente descritos como

serviços de apoio psicossocial, o que me levou a questionar a natureza exata dessa proposta.

Assim, com essas questões colocadas, para entender como a literatura científica – ainda muito recente sobre o tema – abordava a questão, realizei uma revisão bibliográfica baseada na metodologia do estado da arte. O objetivo era mapear as principais características dos “grupos reflexivos”, tais como a metodologia utilizada, a composição da equipe profissional envolvida, dados socioeconômicos e demográficos dos participantes e o histórico desses serviços voltado HAV no Brasil. Esse levantamento permitiu esclarecer não apenas os aspectos operacionais dos grupos, mas também as abordagens pedagógicas subjacentes. No Capítulo 1 deste trabalho, intitulado “Construindo o Campo de Análise”, o leitor encontrará o estabelecimento do contato teórico com o serviço em questão, analisando as áreas de pesquisa relacionadas e as metodologias predominantes. Para isso, organizamos as informações coletadas em um quadro, utilizando duas plataformas principais para angariar o material teórico: 1) o Repositório da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) do Governo Federal; e 2) o da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Na BDTD, realizamos a busca pelas teses de doutorados, bem como o fizemos no portal da CAPES. Procuramos as teses utilizando apenas um grupo de palavras-chave, a saber: “Grupos para homens autores de violência”.

Ao final do Capítulo 1, constatamos que a maioria dos trabalhos de especialização *stricto sensu* no Brasil a nível de doutorado foram publicados em 2018. Os primeiros estudos sobre o tema começaram a surgir em 2013, ou seja, 7 anos após a promulgação da Lei Maria da Penha. Ao somar as teses, identificamos 16 trabalhos. O Capítulo 1 revela que nenhum dos 16 trabalhos analisados abordou os “grupos reflexivos” sob a ótica educacional ou pedagógica, com as pesquisas focando em áreas como saúde pública, assistência social, antropologia, psicologia, política social etc. Neste estudo de abrangência que realizamos, observamos que a produção científica sobre os HAV tem sido predominantemente realizada por mulheres. Isso exprime a importância de fortalecer políticas que incentivem a participação feminina na Ciência cada vez mais, porém, que também promovam maior participação masculina no tema. Embora o tema coloque os homens no centro do debate, a presença de doutores homens discutindo essa questão no Brasil é extremamente limitada, com apenas 6 doutores capacitados, o que significa que, em média, existem apenas 1,5 doutores por região para

contribuir com a formulação de políticas públicas voltadas aos HAV. Além disso, notamos que a região Norte sequer possui doutores especializados no tema, conforme evidenciado pelo nosso levantamento detalhadamente exposto mais adiante.

No Capítulo 2, intitulado por nós de “Negações Insubmissas de uma Terminologia Desavisada”, questionamos o fato de haver diversos nomes para os grupos voltados aos HAV, e introduzimos a terminologia “grupos educativos” visando justamente fomentar um aprofundamento. Trata-se de uma proposta que vai além da estruturação de grupos de apoio ou intervenção, buscando articular uma abordagem mais rigorosa que leve em consideração a real transformação proporcionada a seus participantes. Um grupo pode estar funcionando em termos de atividades e frequência, mas isso não significa que esteja promovendo a mudança comportamental ou o desenvolvimento esperado. Por isso, é imprescindível que a avaliação dos efeitos de tais grupos não se restrinja à continuidade ou execução das atividades, mas seja centrada na qualidade do processo e no alcance efetivo dos objetivos de aprendizagem.

Ao revisarmos as teses analisadas no Capítulo 1, encontramos diversos termos que descrevem os grupos voltados para HAV, tais como: “Grupos Reflexivos, Grupos Socioeducativos, Grupos Terapêuticos, Grupos Reeducativos, Grupos Interventivos, Grupos Ressocializadores, e Grupos Preventivos”. A partir desses achados, procedemos com uma análise crítica de cada uma dessas terminologias, a fim de justificar a escolha pelo termo “grupos educativos”. O objetivo foi o de destacar as limitações e os pressupostos embutidos nas terminologias existentes, e demonstrar como que o termo “grupos educativos” melhor reflete a proposta que buscamos promover em termos de Educação Social, visto que esta é essencialmente política.

Ainda no Capítulo 2, aprofundamos a análise dos conceitos de importantes teóricos como Angela Davis (2018; 2016), Paulo Freire (2006), bell hooks (2020; 2017) e Philippe Perrenoud (2000), cujas ideias convergem para apoiar a proposta de uma abordagem educativa revolucionária nos grupos voltados aos HAV. Angela Davis (2018; 2016) oferece a noção de mudança sistêmica, que nos desafia a entender que a violência doméstica vai além de um problema individual, sendo também uma questão estruturante da sociedade. Sua perspectiva amplia o horizonte da educação, ao posicioná-la como uma ferramenta de transformação social, em vez de uma “arma” punitiva. Paulo Freire (2006), com sua visão sobre o inacabamento humano, sustenta que a educação é um processo permanente de formação e reconstrução do sujeito. Isso nos leva a ver os

participantes dos grupos não como indivíduos estigmatizados ou definidos por seu passado, mas como pessoas em processo de mudança, com potencial para superar as violências internalizadas e os padrões de comportamento prejudiciais. Essas abordagens teóricas fornecem a base para considerar os grupos educativos como espaços dinâmicos de aprendizagem, nos quais os participantes são desafiados a redefinir suas identidades.

Perrenoud (2000, p. 160) levanta uma questão importante em relação ao uso do termo “reflexivo” quando aplicado à prática educativa. O autor alerta que o adjetivo pode gerar confusão, uma vez que toda prática, por sua natureza, é reflexiva. Isso se dá no duplo sentido de que o educador reflete antes de agir e também estabelece uma relação reflexiva posterior com as ações realizadas. Em outras palavras, uma parte essencial de nossa vida mental é dedicada a pensar sobre o que vamos fazer, o que fazemos e o que fizemos. Todo ser humano é, de certa forma, um prático reflexivo. No entanto, a reflexão a que Perrenoud se refere não deve ser superficial ou movida apenas por impulsos e motivações habituais, como angústia, antecipação, resistência à realidade ou justificativa das ações. Ao contrário, ele propõe uma reflexão mais metódica, motivada pela vontade de aprender sistematicamente com a experiência e de transformar a prática educacional continuamente, aprimorando-a a cada ano. Isso implica que o educador deve buscar não apenas “refletir” em um grupo e fazer o mesmo com seus alunos, mas também aplicar de forma crítica o que aprende, permitindo que sua prática evolua de maneira significativa ao longo do tempo. Daí, vemos problemas na terminologia “grupos reflexivos”.

No Capítulo 3, dedicado à metodologia deste trabalho, o leitor encontrará a descrição detalhada do percurso metodológico adotado para a realização da pesquisa. Serão apresentados os procedimentos utilizados para a coleta e análise dos dados, além das justificativas para as escolhas metodológicas, sempre em diálogo com os objetivos da investigação. O capítulo explicitará o método qualitativo como abordagem central, ressaltando sua adequação para compreender os significados que permeiam as vivências dos participantes. Duas principais fontes de dados serão exploradas: as entrevistas realizadas com os homens autores de violência e com a equipe do grupo educativo, e a análise documental, com foco nos registros e conteúdo do programa. A condução das entrevistas será detalhada, incluindo o processo de elaboração do roteiro semiestruturado, o agenciamento dos participantes e as condições em que as conversas

ocorrerão. Em paralelo, explicarei o critério de seleção dos documentos analisados e como eles serão utilizados para complementar e aprofundar os dados coletados.

CAPÍTULO I

1. CONSTRUINDO O CAMINHO DE ANÁLISE

A História sempre foi uma profissão de homens que escreveram a história dos homens, apresentada como universal, na qual o “nós” é masculino e a história das mulheres desenvolveu-se à sua margem. Estes homens descreveram as mulheres, foram seus porta-vozes, e com este procedimento as enclausuraram, tornando-as invisíveis.¹

A epígrafe extraída da obra de Ana Maria Colling (2019), intitulada por *Tempos Diferentes, Discursos Iguais: a construção histórica do corpo feminino*, escolhida e que ora abre esta tese, nos ajuda a refletir sobre a perspectiva androcêntrica que historicamente permeou a produção do conhecimento e, no caso em especial, a narrativa da História. Ela revela como os homens, tradicionalmente os principais agentes da escrita histórica – mas também feitores de outras tantas “ciências” – moldaram a compreensão do mundo a partir de sua própria experiência, apresentando a nós essa experiência como sendo universal. Esse “nós” masculino excluiu e marginalizou, invisibilizando a história das mulheres, que se desenvolveu à margem dessa narrativa dominante, o que já foi objeto de denúncia por parte de autoras como Adrienne Rich (2017), Gayatri Chakravorty Spivak (2017), Letícia Nascimento (2021) e tantas outras pesquisadoras. Ao descrever as mulheres, os homens não apenas assumiram o papel de seus porta-vozes, mas também restringiram sua agência, colocando essas sujeitas circunscritas a espaços de silêncio e submissão, em um processo que reforçou desigualdades e naturalizou relações hierárquicas de gênero.

Essa provocação inicial que trouxemos na epígrafe, se liga diretamente ao tema dos grupos educativos para Homens Autores de Violência (HAV) doméstica, nosso fenômeno-alvo de análise, uma vez que o fenômeno da violência contra a mulher pode ser entendido como um desdobramento desse histórico de desigualdade e exclusão. A construção social dos papéis de gênero, alicerçada por séculos de narrativas masculinas dominantes, legítima, até os atuais dias, dinâmicas de poder que favorecem o masculino e desvalorizam o feminino. Ao trazer à tona essa análise, a epígrafe deflora essas estruturas históricas, as quais precisam ser questionadas para que se promova uma transformação efetiva no comportamento dos homens que reproduzem a violência de gênero.

¹ Colling, 2019, p. 12

Assim, este capítulo tem como objetivo examinar pesquisas relacionadas à violência contra a mulher, focalizando os HAV. Nas pesquisas aqui referenciadas, esses homens participaram dos chamados, por boa parte dos estudiosos, de “grupos reflexivos”, nomenclatura a qual taxativamente discordamos, que visam colaborar para a redução dos crescentes índices e indicadores associados a esse tipo de fenômeno no Brasil e em outras regiões do mundo. Segundo Juliano Beck Scott (2018), a violência contra a mulher tem ganhado destaque internacional nos últimos anos devido aos seus efeitos prejudiciais. Além disso, o autor afirma que mulheres em situação de violência doméstica frequentemente enfrentam problemas como uso de substâncias entorpecentes, estresse, Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs), transtornos depressivos e de ansiedade, bem como distúrbios relacionados à desregulação do sono e do apetite (SCOTT, 2018).

Segundo o infográfico do *Atlas da Violência* (2024), temos no Brasil uma verdadeira epidemia do fenômeno deletério que afeta não apenas mulheres, mas também meninas e até bebês, como podemos melhor vislumbrar na amostragem a seguir:

FIGURA 1 – Infográfico sobre violência doméstica no Brasil



Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública

Os dados apresentados na imagem anterior, reforçam a urgência de pesquisas como a nossa sobre a violência contra meninas e mulheres – sejam elas cisgênero ou travestigênera² –, especialmente no contexto de grupos educativos voltados para homens autores de violência doméstica. Os números são alarmantes: 221.240 meninas e mulheres foram vítimas de violências, sendo que 144.285 casos se referem especificamente à violência doméstica, com homens como autores em 86,6% dos casos. Esses dados evidenciam a predominância masculina como perpetradores de violência e a persistência de desigualdades de gênero que estruturam essas práticas no local onde se pressupõe que deveria haver maior segurança para as cidadãs brasileiras: o lar. Além disso, o foco na violência sexual contra crianças ressalta, como dissemos, uma epidemia que afeta especialmente bebês e meninas de 0 a 9 anos – 30,4% das vítimas – e meninas de 10 a 14 anos – 49,6%. Esse panorama indica que a violência contra mulheres começa cedo, estruturando trajetórias de vulnerabilidade e sofrimento que acompanham essas vítimas ao longo da vida, como demonstrado pela prevalência de diferentes formas de violência em várias faixas etárias.

A pesquisa sobre grupos educativos para homens autores de violência doméstica é, assim, uma resposta necessária a essa realidade. Ela visa não apenas compreender as dinâmicas que sustentam essas violências, mas também propor intervenções capazes de transformar padrões comportamentais e culturais, por meio de ações e propostas no campo da Educação Social, conceito este que debateremos mais adiante em nosso estudo. Essa abordagem se alinha à necessidade de romper com ciclos intergeracionais de violência, promover a responsabilização dos agressores e fomentar uma cultura de trabalho na qual a mudança profunda do indivíduo seja o foco das instituições públicas. Expostos os preâmbulos inextricáveis desta pesquisa, aclaramos ao leitor o nosso

² O termo que mencionamos, *travestigênera*, foi forjado em debates do movimento social trans/travesti e reflete sobre uma construção identitária que busca legitimar e dar centralidade às vivências das travestis enquanto sujeitas políticas e existenciais, que são marcadas por resistências e reconfigurações de seus corpos e identidades. A autora que versa sobre o conceito, Letícia Nascimento (2019), não apenas discute o conceito em termos de reconhecimento, mas também como uma forma de desestabilizar as categorias normativas que estruturam a cisnormatividade e a binaridade de gênero. O termo desafia a patologização histórica das travestis e remodela sua agência, deslocando narrativas de marginalidade para perspectivas de potência e centralidade política no transfeminismo, outra subcorrente da teoria feminista. Já o conceito de *mulher cisgênero* é utilizado por Nascimento (2019) para problematizar o lugar hegemônico que as mulheres cis ocupam no discurso feminista tradicional. A autora argumenta que, muitas vezes, as mulheres cis são vistas como o padrão de feminilidade e de experiência feminina, em oposição às identidades trans/travestis, que acabam relegadas a espaços periféricos tanto no feminismo quanto na sociedade. Esse verdadeiro tanque de guerra conceitual desbrava as opressões patriarcais, as quais muitas vezes se camufla no próprio discurso feminista progressista.

intento em iniciar nossa pesquisa pela averiguação de quantos trabalhos a nível de doutorado existem no Brasil, e como eles estão sendo formulados, com quais focos de análises, quais as regiões que mais produzem e a partir de qual momento isso vem ocorrendo.

Nosso objetivo é investigar ações que possam contribuir, de forma gradual, para a erradicação do feminicídio no Brasil. Para isso, a implementação da Lei 11.340, conhecida popularmente como Lei Maria da Penha, demonstra a mobilização judicial para coibir, combater e enfrentar a violência doméstica e de gênero na sociedade brasileira. Em 2020, esse texto jurídico foi alterado, com mudanças sancionadas pela presidência da República em 3 de abril daquele ano. A principal alteração foi a formalização dos grupos educativos de homens, que passaram a ser obrigatórios junto aos fóruns e varas de famílias, com o objetivo de auxiliar os juízes em decisões relacionadas à violência contra a mulher. O artigo 1º da lei passou a obrigar os HAV a frequentar centros de reabilitação e a receber apoio educativo e psicossocial, algo que anteriormente era opcional.

Apesar dessa significativa alteração na lei, ainda há desafios na formação de facilitadores e de professores para ministrarem essa nova modalidade de ensino³. Mesmo antes da obrigatoriedade, promotores e juízes já determinavam que os HAV participassem desses grupos como parte do cumprimento de pena. A mudança na legislação introduziu parâmetros preventivos para o atendimento de cada caso. Por exemplo, segundo a Lei 11.340, não é qualquer homem que pode ser incluído no grupo reflexivo, ou Escola de Homens; feminicidas, estupradores e outros perfis agravados estão excluídos do objetivo de reeducação da lei. Portanto, a Escola de Homens tem um caráter preventivo, conforme verificado nas pesquisas analisadas e que aqui serão apresentadas, ainda que haja críticas sobre essa prevenção, que alguns autores acreditam que poderia ser feita nos níveis elementares de ensino formal.

³ Chamamos esse grupo para os HAV de “modalidade de ensino” porque ela se refere à forma como o processo educativo é organizado e oferecido, atendendo às necessidades e características específicas dos alunos. Existem diversas modalidades de ensino, como é sabido por muitos, e cada uma com suas particularidades e métodos de ensino. Chegamos à conclusão de que a reeducação de homens autores de violência se constitui numa nova modalidade de ensino porque ela envolve a aplicação de métodos educacionais específicos e que devem ser estruturados para promover mudanças comportamentais e sociais nesses indivíduos. Essa modalidade de ensino não apenas responsabiliza, mas também proporciona aos autores de violência a oportunidade de reflexão, conscientização e transformação de suas atitudes e dos seus comportamentos.

Os grupos educativos representam uma ferramenta relativamente nova no enfrentamento da violência contra a mulher, surgindo como uma proposta interventiva com potencial para gerar impactos significativos. Para aprofundar a compreensão sobre a produção científica existente acerca desses grupos e seus efeitos reais no enfrentamento desse fenômeno, optamos por realizar um levantamento bibliográfico fundamentado na metodologia do estado da arte. As plataformas escolhidas para essa busca foi o Catálogo de Teses & Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), reconhecida por sua abrangência e relevância no mapeamento da produção acadêmica nacional; e o catálogo da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). A pesquisa foi realizada utilizando um conjunto de palavras-chave, a saber: “Grupos para homens autores de violência”. Essa estratégia de busca visou garantir um levantamento mais completo e representativo das pesquisas desenvolvidas no Brasil, oferecendo uma base sólida para a análise e reflexão sobre os grupos reflexivos como uma prática transformadora no combate à violência de gênero. O acesso aos portais com o qual trabalhamos ora mencionados se deu no dia 10/01/2025.

Cabe mencionar ao leitor que não utilizamos filtros para área, tempo cronológico, recorte temporal, instituições, etc., exceto para selecionar o Brasil como país. Nosso objetivo era identificar quando o primeiro trabalho sobre o tema foi depositado em contexto brasileiro, em qual região ou estado, instituição, área, etc., sem restringir a busca pela expansão ou pela seleção automática da plataforma. Fizemos uma busca inicial focada em teses de doutorado. O resultado foi preciso e concentrado nos grupos de palavras que estávamos utilizando. Quando as palavras-chave que utilizamos correspondiam às que apareciam nos títulos ou resumos das pesquisas encontradas, fazíamos o *download* do material e o organizávamos em pastas digitais específicas dentro do nosso sistema pessoal de informações. Antes de apresentar os dados encontrados, é crucial destacar que tínhamos três perguntas centrais que guiavam nossa pesquisa: 1) Os trabalhos selecionados relacionam o fenômeno dos grupos reflexivos para HAV com teorias educacionais?; 2) De que maneira esses grupos reflexivos são abordados nos estudos?; 3) Qual região do Brasil tem mais produção acadêmica sobre grupos reflexivos para HAV? A partir dessas questões, vamos analisar o que as teses nos revelam.

1.1. Teses defendidas no Brasil sobre grupos para HAV

Como salientado, buscamos por teses produzidas no Brasil sobre grupos voltados aos HAV. Como resultado, encontramos 54 trabalhos, dos quais apenas 12 de fato abordavam o conteúdo que nós buscávamos. No quadro elaborado por nós, seguem os trabalhos encontrados com seus respectivos títulos, autor/a, instituição, ano de publicação, área de concentração. Porém, antes de chegarmos efetivamente no Quadro 1, cabe dizer que os resultados da busca identificaram 58 trabalhos relacionados a grupos voltados para HAV, mas apenas 16 efetivamente abordaram o tema de forma direta e alinhada ao nosso objetivo, revelando algumas questões importantes sobre a produção científica nessa área. Primeiramente, notamos a limitação do volume de pesquisas que tratam diretamente da temática dos grupos reflexivos para HAV – sobretudo se comparado a outros assuntos tratados dentro das áreas científicas que pulularam na nossa busca – especialmente considerando a gravidade e a persistência da violência de gênero no Brasil.

Embora pelo que já se falou nesta tese defendendo-se que o tema ora trabalhado é relevante e emergente, ele ainda ocupa um espaço marginal dentro da agenda de pesquisa acadêmica no país, seja por falta de incentivo – não sabemos –, por desafios na implementação desses grupos como objeto de estudo, ou por questões metodológicas que dificultam a sistematização de análises sobre seu impacto. Esses dados também nos fazem entender a existência de uma lacuna significativa na literatura sobre os grupos educativos como estratégia de enfrentamento à violência doméstica. Apesar de haver um corpo inicial de trabalhos que mencionam o tema, ainda são necessários estudos que investiguem os impactos concretos, as metodologias aplicadas e os desafios enfrentados na prática. Esse cenário, por outro lado, vem reforçar a pertinência e a originalidade do nosso trabalho, que tem o potencial de contribuir para preencher essa lacuna e ampliar as discussões sobre o papel dos grupos para os HAV na redução da violência de gênero. Dito isto, vamos ao quadro...

TABELA 1 - Teses de doutorados encontradas sobre grupos para HAV no repositório da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)

<i>TÍTULO DA TESE</i>	<i>AUTOR</i>	<i>INSTITUIÇÃO</i>	<i>ÁREA</i>	<i>ANO</i>
Dribles da responsabilidade: como homens autores de violência contra a	Bernardo, Marluci Delavi Tarnoschi	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	Programa de Pós-Graduação em Psicologia: Psicologia	2024

mulher narram a si mesmos			Social	
A face preventiva da lei maria da penha e os grupos para homens autores de violência contra as mulheres: um estudo de caso do núcleo de atendimento ao homem autor de violência contra a mulher	Aguiar, Ana Cecília Bezerra de	Universidade de Fortaleza	Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional	2024
Grupos reflexivos para homens autores de violência contra mulheres no Brasil: uma nova política?	Thiago De Carvalho Guadalupe	Universidade Federal do Espírito Santo	Programa de Pós-Graduação em Política Social	2024
Masculinidades e Psicologias nos trabalhos com grupos de homens autores de violências contra mulheres.	Tokuda, André Masao Peres	Universidade Estadual Paulista	Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social	2021
Homens autores de violência contra mulheres: um estudo com participantes de grupos reflexivos em Belo Horizonte	Fleury-Teixeira, Elizabeth Maria	Universidade Federal de São Carlos	Programa de Pós-Graduação em Sociologia	2021
Construção social de masculinidades e fundamentos do trabalho desenvolvido em grupos reflexivos para homens autores de violência de gênero	Araujo, Luciana Moreira de	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro	Programa de Pós-Graduação em Serviço Social	2021
Experiências de mulheres no enfrentamento da violência doméstica e familiar e suas relações com serviços para autores de violência	Nothafft, Raíssa Jeanine	Universidade Federal de Santa Catarina	Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas	2020

Do “monstro” ao homem: motivos de violências contra a mulher	Silva, Carla da	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social	2020
Subjetividades masculinas – identidades dos homens que praticaram violência doméstica e familiar no contexto do Paraná	Billerbeck, Luana Márcia de Oliveira	Universidade Estadual de Ponta Grossa	Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas	2018
"-Mas tem gente que não entende assim." //"-É. É por isso que a gente tá aqui.": a sessão de grupo socioeducativo para homens autores de violência contra a mulher e a (re)construção discursiva de masculinidades	Soares, Vanessa Arlésia de Souza Ferretti	Universidade Federal de Santa Catarina	Programa de Pós-Graduação em Linguística	2018
A masculinidade no banco dos réus: um estudo sobre gênero, sistema de justiça penal e a aplicação da Lei Maria da Penha	Veras, Érica Verícia Canuto de Oliveira	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais	2018
Grupos reflexivos com homens autores de violência doméstica contra a mulher: limites e potencialidades	Scott, Juliano Beck	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	Programa de Pós-Graduação em Psicologia	2018
Civilizar a cultura: questões de modernização e a afirmação da dignidade entre homens acusados de violência doméstica e familiar contra a mulher.	Marco Julián Martínez-Moreno	Universidade de Brasília	Programa de Pós-Graduação em Antropologia	2018
Como dialogar com homens autores de violência contra mulheres? Etnografia	Billand, Jan Stanislas Joaquim	Universidade de São Paulo	Programa de Pós-Graduação em Medicina Preventiva	2016

de um grupo reflexivo				
A pena que vale a pena: alcances e limites de grupos reflexivos para homens autores de violência contra a mulher.	Paula Licursi Prates	Universidade de São Paulo	Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública	2013
Novos frascos, velhas fragrâncias: a institucionalização da Lei Maria da Penha em uma cidade fluminense	Pazo, Concepcion Gandara	Universidade do Estado do Rio de Janeiro	Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva	2013

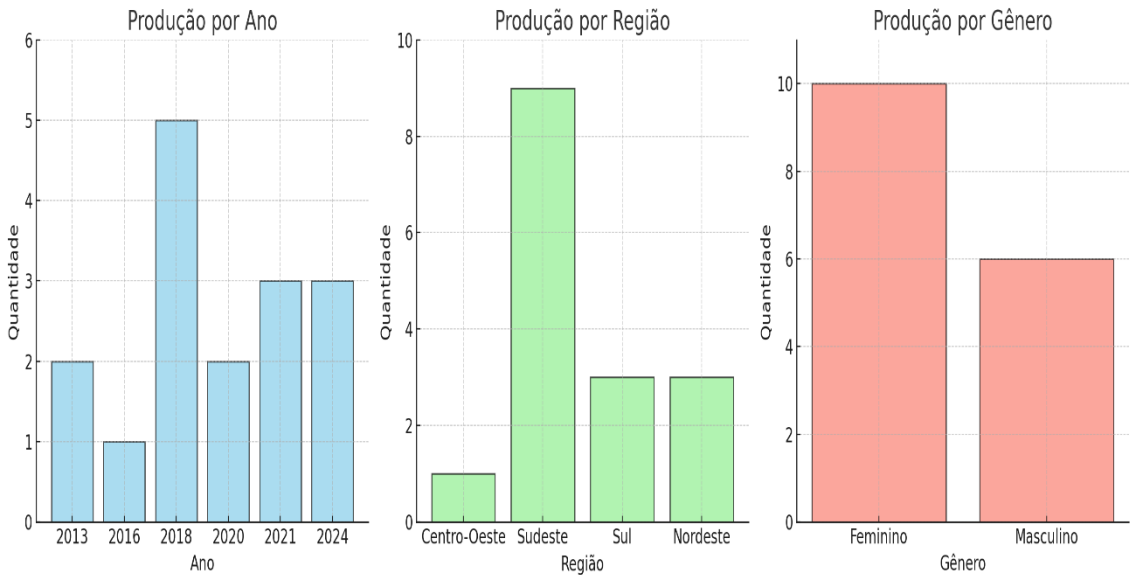
Fonte: elaboração do autor

Os dados levantados por nós indicam que o ano de 2018 teve o maior número de produções acadêmicas sobre o tema, com um total de 5 teses defendidas no país. A análise por região revela que a maioria das teses foi desenvolvida no Sudeste, seguido pelo Sul e Nordeste, enquanto o Centro-Oeste teve a menor representatividade. Quanto à autoria, as mulheres predominaram na produção científica, sendo responsáveis por 10 trabalhos, enquanto os homens produziram 6. Esses números refletem tanto o protagonismo feminino em pesquisas relacionadas à violência de gênero, quanto a sua busca por compreender e enfrentar essa realidade que tanto as assola. Problematicando e questionando os dados que encontramos em forma regional, podemos dizer que essa distribuição dos dados denuncia de forma taxativa as desigualdades significativas que existem na produção acadêmica sobre grupos para homens autores de violência doméstica. O Sudeste, destacando-se como a região com o maior número de teses, talvez se deva ao fato da existência de fatores estruturais, como a concentração de universidades de excelência, programas de pós-graduação bem estabelecidos e maior financiamento para pesquisa. Por outro lado, regiões como o Norte – ausente nas produções – e o Centro-Oeste, este pouco representado, desvelam para um descaso ou ainda a falta de investimento em estudos voltados para essa temática nessas localidades; quando falamos em investimento em nossa pesquisa também colocamos aqui a ideia de investimento humano e político-social⁴, indo para

⁴ Nas últimas eleições de 2022, a região Norte do Brasil votou de forma maioritária no candidato da extrema-direita Jair Messias Bolsonaro. Dando ao político, à época, 51,03% dos votos válidos (G1, 2022). Essa informação não é trivial pelo fato de que o candidato mencionado já teve diversas acusações de machismo e agressões verbais contra mulheres e a população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Queers, Intersexos, Andróginos (LGBTQIA+). Além disso, durante a pandemia de COVID-19 que assolou países mundo afora, o ex-presidente Bolsonaro, quando conduzia a nação, advogou taxativamente contra métodos científicos considerados os mais corretos pela comunidade de Ciência internacional.

além da esfera financeira. Trouxemos, a seguir, um gráfico para que o leitor visualize melhor a síntese dos dados que retiramos das teses que aparecem na tabela 1.

GRÁFICO 1 – Primeiro rosto das teses encontradas sobre HAV no Brasil



Fonte: elaboração do autor.

Segundo dados da Agência Brasil (2024), no ano de 2024, o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), reconhecendo as desigualdades no universo dos investimentos acadêmicos, decidiu investir R\$ 3,1 bilhões para reduzir desigualdades em inovação e pesquisa, com foco nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, por várias razões. Essas regiões enfrentam desafios significativos em termos de infraestrutura e acesso a recursos para pesquisa e inovação. O investimento visa melhorar a infraestrutura e criar oportunidades para pesquisadores nessas áreas, fortalecendo assim a produção de conhecimento e inovação com impacto em diversas áreas, desde o setor produtivo até a formação de novos talentos. O objetivo é promover o desenvolvimento científico e tecnológico regional, formando redes de colaboração e enfrentando desafios estratégicos locais. A iniciativa reafirma o compromisso do governo com o desenvolvimento de todas as regiões do país, promovendo a ciência e a tecnologia como temas importantes dentro do governo federal. Esses esforços são parte de uma estratégia maior para promover a produção de conhecimento e inovação no Brasil (Agência Brasil, 2024).

Portanto, termos uma região sem pesquisas sobre HAV e, ao mesmo tempo, uma expressiva votação de um candidato polêmico no que tange essas temáticas, nos soa como uma convergência de interesses, e não um mero acaso. Obviamente, outros elementos devem ser analisados, entretanto, o que destacamos corrobora em superlativo com a nossa análise.

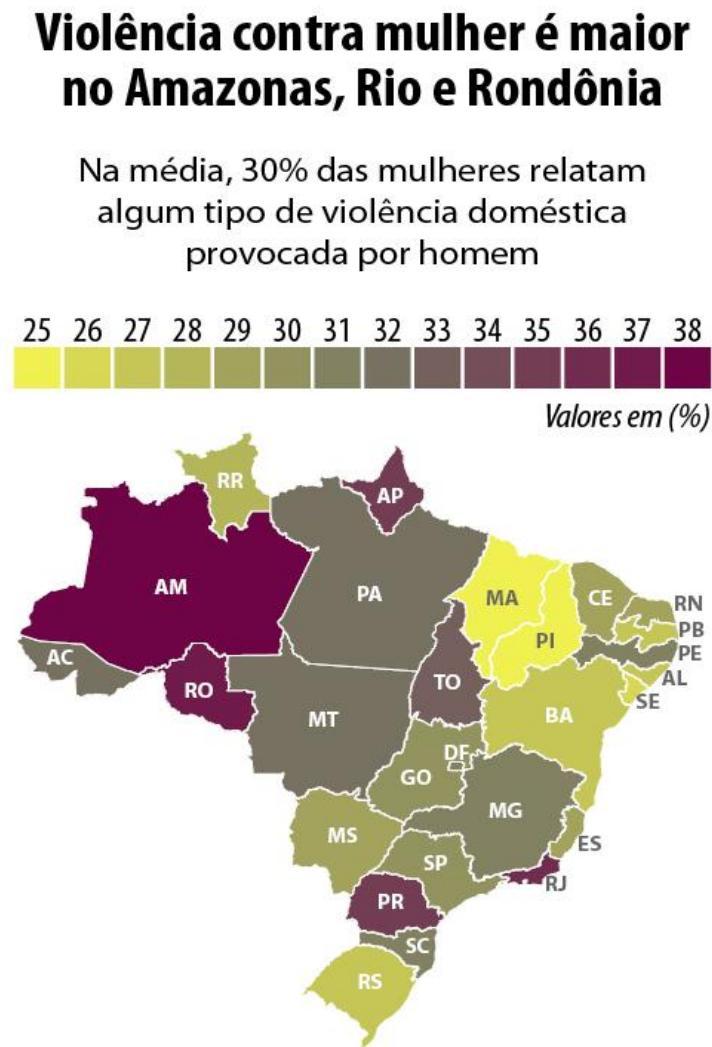
Decidimos iniciar essas primeiras reflexões questionando as regiões menos representadas nos dados pois isso tem a ver com as políticas e práticas para lidar com a violência doméstica. A ausência de pesquisas nesses locais põe à baila a invisibilidade do problema. A carência de estudos regionais limita a compreensão das especificidades locais do fenômeno, dificultando a elaboração de intervenções contextualizadas e eficazes. Essa lacuna exige uma reflexão sobre a democratização do acesso à produção científica e sobre a necessidade de fomentar pesquisas em todas as regiões do país, garantindo que o conhecimento produzido tenha maior alcance e impacto social. Outro ponto identificado por nós ao visualizarmos o Gráfico 1 é o fato de as mulheres serem responsáveis pela maior parte das produções acadêmicas sobre grupos para HAV. Há, aqui, uma importante contradição na abordagem dessa temática. Essa predominância feminina tem a ver com uma extensão do papel social historicamente atribuído às mulheres de se responsabilizarem pelas questões de gênero e pela luta contra a violência doméstica. Enquanto isso, os homens, que são os principais perpetradores dessa violência, aparecem como minoria na produção científica que busca investigar, compreender e transformar comportamentos masculinos. De certo modo, isso nos chama a atenção.

Com base nos dados da pesquisa DataSenado de 2024, que investigou a prevalência de violência doméstica contra mulheres em todas as unidades federativas do Brasil, percebo a necessidade de problematizar os alarmantes percentuais expostos. Ao analisar os resultados, onde estados como Amazonas (AM), Rondônia (RO) e Rio de Janeiro (RJ) lideram esse triste ranking, constato que a violência de gênero não é homogênea no território nacional porque demonstra haver especificidades regionais. Partindo da média nacional de 30% de mulheres que relatam ter vivenciado alguma agressão, observo que este número por si só já é gravíssimo significando que aproximadamente uma em cada três mulheres brasileiras sofre violência doméstica. Contudo, ao examinar as variações estaduais as quais alcançam patamares ainda mais elevados em determinadas regiões, compreendo que estamos diante de um problema complexo mais ainda. Particularmente me chamam atenção os casos do Amazonas e Rondônia, estados da região Norte onde identifico a interseccionalidade entre violência de gênero e fatores socioeconômicos, históricos e culturais específicos. Questiono-me sobre como a interiorização, as dificuldades de acesso a serviços de proteção e a fragilidade das redes podem contribuir para a manutenção desses altos índices. Da

mesma forma, o Rio de Janeiro, como estado populoso e urbanizado, me faz pensar sobre a paradoxal situação de mulheres em grandes centros urbanos que apesar da relativa proximidade de serviços especializados, ainda enfrentam barreiras culturais e institucionais para romper o ciclo de violência.

Torno evidente a necessidade de investigar as bases dessa violência que enxergo conectadas ao patriarcado, à cultura machista, às desigualdades de gênero à brasileira. Os números, embora essenciais para dimensionar o problema, não capturam o sofrimento individual, os traumas psicológicos; mas captam as lacunas em pesquisas e, conseqüentemente, em ações. Vejamos o mapa da pesquisa DataSenado (2024):

FIGURA 2 – Pesquisa datasenado sobre violência doméstica



Fonte: DataSenado, 2024.

Analisando os dados da produção científica em relação com esses dados trazidos pela pesquisa DataSenado (2024), nos estados do Amazonas, Rondônia e Rio de Janeiro, percebo uma contradição. Estes territórios que lideram os percentuais de agressões contra mulheres, aparecem como os que menos produzem conhecimento acadêmico sobre o tema. Esta desconexão nos faz pensar que será que a escassez de pesquisas locais não estaria contribuindo para a perpetuação deste ciclo de violência como já intuí antes? Acredito que também. Sem estudos que capturem as particularidades socioculturais do Norte e Centro-Oeste, as políticas públicas acabam sendo formuladas com base em realidades alheias, tornando-se incapazes de enfrentar o problema em cada contexto específico. A dificuldade de acesso a delegacias especializadas em municípios do interior amazonense, vamos tomar isto por exemplo, onde mulheres ribeirinhas podem levar dias para chegar a uma capital, contrasta com a lógica metropolitana que orienta a maioria das políticas de proteção. Sendo bem prático na tradução do que quero falar, imaginemos uma mulher indígena da etnia Mura, agredida pelo companheiro hoje à tarde, que mora na comunidade do Rio Ararapira, no interior do Amazonas, segundo uma simples pesquisa no Google; este local está a três dias de barco da capital Manaus. E aí, vejamos que isso separa sua realidade das políticas públicas desenhadas em Brasília. Esta mulher, que sequer tem acesso a um celular, talvez, com sinal para fazer uma denúncia, é esperada que busque ajuda numa Delegacia da Mulher que fica a 400 quilômetros de distância, segundo o Google Maps, numa viagem que custaria o equivalente a um mês de sua renda familiar, deduzo eu.

Apertando um pouco mais o problema, se ela, a indígena, conseguir chegar a uma delegacia, como será ouvida? Quem traduzirá sua fala para o português? Quem compreenderá as dinâmicas comunitárias de seu povo, em que, não nos esqueçamos, a justiça tradicional muitas vezes conflita com a justiça estadual? Esta mulher representa milhares de outras espalhadas pela Amazônia, invisíveis nas estatísticas nacionais e abandonadas pelas redes de proteção. Enquanto isso, as pesquisas acadêmicas sobre violência doméstica continuam sendo majoritariamente produzidas em universidades do Sudeste, baseadas em realidades urbanas e ocidentais que pouco dizem sobre sua vida.

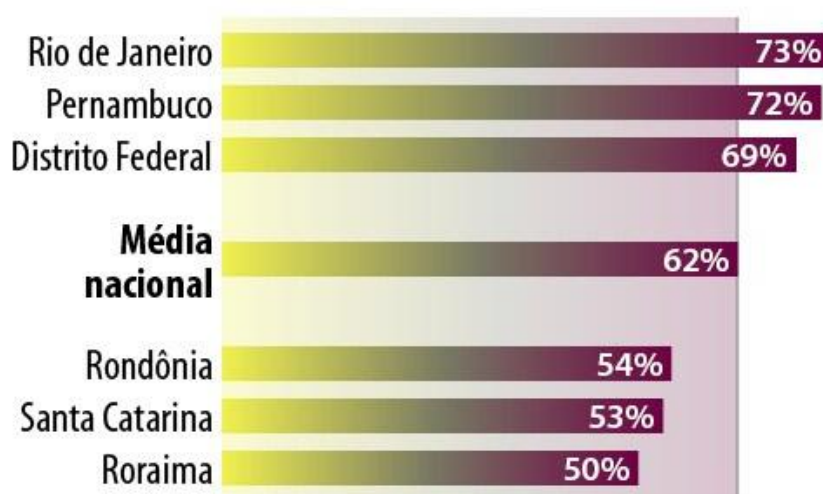
Ainda de acordo com a pesquisa DataSenado (2024), há corroboração com a minha crítica anterior. O Rio de Janeiro, que aparece como o estado onde as mulheres mais reconhecem o machismo na sociedade brasileira na próxima figura que virá, com 73% dos dados, é justamente um dos que apresenta altíssimos índices de violência

doméstica. Esta constatação entre alta consciência do problema e alta incidência de violência mostra algo que deduzo ser e dizer que a percepção do machismo não é suficiente para proteger as mulheres da violência concreta, também; e aí, cabe-nos aquela velha frase do poeta “E agora, José?”. Vejamos a figura 2:

FIGURA 3 – Pesquisa dataSenado sobre a percepção do machismo no Brasil

Mulheres que consideram o Brasil um país muito machista

Rio de Janeiro e Roraima estão nos extremos como maior e menor índices entre os estados, respectivamente



Fonte: DataSenado (2024).

Roraima com apenas 50% das mulheres considerando o Brasil muito machista me faz constatar que a menor percepção do machismo acaba estando relacionada a uma naturalização ainda pior da violência de gênero. Com preocupação, Rondônia, se mostra um dos estados com maior incidência de violência doméstica nos dados anteriores, todavia aparece aqui com percentual abaixo da média nacional (54%) na percepção do machismo. A violência acontece, mas sua compreensão como parte de uma estrutura machista mais ampla não necessariamente acompanha a realidade das agressões. Estes dados desafiam qualquer noção simplista de que maior conscientização

automaticamente levaria à redução da violência. Não basta conscientizar sobre o machismo se não criarmos estruturas efetivas de proteção e educação. O Rio de Janeiro precisa de uma intervenção diferente de Roraima, e Rondônia exige estratégias específicas que contemplem tanto a alta incidência de violência quanto a relativamente baixa percepção do machismo como problema. A produção de conhecimento local, como venho defendendo, seria fundamental para relações entre percepção e realidade da violência de gênero em cada contexto específico.

Depois de problematizadas as produções por regiões e a produção por gêneros, queremos também dedicar espaço à análise do aumento das pesquisas sobre HAV no ano de 2018; buscando dialogar com um contexto histórico-social maior para além dos números frios, encontramos sentido e firmeza para dizer que isso não ocorrera por acaso. Movimentos que antecederam esse período, tanto no Brasil quanto no mundo, colocaram a violência de gênero em evidência. No Brasil, para iniciarmos por nós, o ano de 2010 foi marcado por um fortalecimento das políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher, com destaque para a consolidação e expansão da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006). A implementação de medidas como os grupos educativos para homens autores de violência passou a ser mais amplamente discutida, sobretudo após a sanção da Lei nº 13.984, em 2019, que tornou obrigatória a frequência desses homens a programas de reeducação e acompanhamento psicossocial, algo que já vinha sendo debatido anos antes e muito provavelmente teve sua influência nos estudos acadêmicos a partir de 2016 e 2017.

Vamos somar ao que mencionamos o fato de que em 2015, o Brasil sancionou a Lei do Feminicídio (Lei nº 13.104), que reconheceu formalmente o assassinato de mulheres por razões de gênero como uma categoria específica de crime, o que antes era impensável numa cultura patriarcal. Essa lei gerou mobilização social, gerou mobilização acadêmica em torno da temática da violência contra a mulher, incentivando debates sobre as causas estruturais da violência de gênero e sobre as estratégias preventivas, como os grupos educativos. No cenário internacional, gostaríamos de citar o movimento *MeToo*, que ganhou força em 2017, desempenhou um papel fundamental na ampliação da discussão sobre violência de gênero em escala global. Embora o foco principal do movimento tenha sido o assédio e a violência sexual, ele desencadeou debates mais amplos sobre masculinidade tóxica, patriarcado e a responsabilidade masculina no enfrentamento dessas questões. Inclusive, no ano de 2024, esse mesmo

movimento citado, agora estruturado como uma Organização Não Governamental (ONG), trouxe à baila casos de assédios que teriam sido praticados pelo então ministro brasileiro dos Direitos Humanos, Silvio Almeida, contra a também ministra da Igualdade Racial Anielle Franco (G1, 2024).

Dessa maneira, compreendemos que o aumento expressivo de teses defendidas em 2018 não ocorre em um vácuo, mas está inserido em um momento histórico de intensa mobilização política, legislativa e cultural sobre a violência de gênero. Isso demonstra como eventos sociais e avanços legislativos repercutem diretamente na produção científica, ao mesmo tempo em que conseguem com certa ligeireza estabelecer uma conexão entre o campo acadêmico e as demandas sociais mais urgentes.

TABELA 2 – Área do conhecimento em que as teses foram produzidas

<i>ÁREA DO CONHECIMENTO</i>	<i>NÚMERO DE PRODUÇÕES</i>
<i>Psicologia</i>	2
<i>Direito Constitucional</i>	1
<i>Sociologia</i>	1
<i>Serviço Social</i>	2
<i>Ciências Humanas</i>	1
<i>Ciências Sociais Aplicadas</i>	1
<i>Linguística</i>	1
<i>Ciências Sociais</i>	1
<i>Psicologia</i>	1
<i>Antropologia</i>	1
<i>Medicina Preventiva</i>	1
<i>Saúde Pública</i>	1
<i>Saúde Coletiva</i>	1
<i>Política Social</i>	1

Fonte: elaboração do autor

Como é possível verificar, a ausência de áreas como Educação, Geografia e História na produção acadêmica sobre grupos educativos para HAV chama a atenção.

Essas áreas têm, na nossa visão, potencial para contribuir com perspectivas distintas e complementares no entendimento do fenômeno da violência de gênero e das estratégias voltadas para homens. No campo da Educação é notável a ausência de estudos que explorem as possibilidades pedagógicas desses grupos, entendendo-os como espaços de aprendizagem e de transformação. A falta de investigações nesse campo reforça a visão limitada de que esses grupos são apenas instrumentos de correção de comportamentos, sem considerar suas dimensões formativas e educativas mais amplas. Isso priva a discussão acadêmica de um aprofundamento teórico que poderia, por exemplo, conectar práticas reflexivas com teorias educacionais e metodologias pedagógicas voltadas para a reeducação.

Além da área da Educação, sentimos falta da Geografia, que por sua vez, poderia oferecer uma compreensão espacial e territorializada da violência de gênero e das dinâmicas socioculturais que influenciam a eficácia dos grupos educativos. Questões como o impacto de diferentes configurações urbanas ou rurais, a acessibilidade aos programas e as desigualdades regionais, uma vez investigadas com rigor, auxilia muito na visão global acerca desse serviço. A ausência dessa perspectiva deixa lacunas importantes no entendimento das condições concretas que moldam os resultados dessas intervenções em contextos geográficos diversos. Pensando a ausência da História no debate, podemos intuir a carência que temos de produções que consigam inserir os grupos educativos no *continuum* histórico das lutas feministas e das políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher. Uma perspectiva histórica pode, como bem sabemos, iluminar as origens das intervenções voltadas para homens, explorando como essas práticas dialogam com processos históricos mais amplos de construção de masculinidades, legislações de gênero e movimentos sociais, tal qual já empreendeu em parte Silva (2023).

Dito isto, vamos à análise das teses. Adentrando nas páginas da tese intitulada *Dribles da responsabilidade: como homens autores de violência contra a mulher narram a si mesmos*, de Marluci Delavi Tarnoschi, defendida no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo em 2024, temos uma contribuição para os estudos sobre violência de gênero, com foco na análise das narrativas de homens autores de violência. Sua abordagem metodológica é ancorada na psicologia social, utilizando uma combinação de métodos qualitativos para investigar como esses homens constroem suas identidades e narrativas diante das

intervenções realizadas em “grupos reflexivos”. Por meio de entrevistas e análise discursiva, Tarnoschi (2024) examina como esses homens narram suas ações e como, frequentemente, utilizam estratégias discursivas para minimizar suas responsabilidades, justificando comportamentos violentos ou deslocando a culpa para terceiros, como a vítima ou o contexto social. A autora se concentra no conceito de *dribles da responsabilidade*, que emerge como uma metáfora para descrever os mecanismos psicológicos e sociais que esses indivíduos empregam para evitar um enfrentamento direto com a culpa e a necessidade de transformação pessoal. A tese ora mencionada propõe novas possibilidades para intervenções nos “grupos reflexivos”, enfatizando a importância de estratégias que desafiem diretamente os *dribles da responsabilidade* e incentivem um maior reconhecimento das ações e suas consequências. Tarnoschi (2024) sugere que o sucesso desses grupos depende de abordagens que combinem confronto e acolhimento, criando espaços para reflexões mais profundas e transformações efetivas, sem desprezar os tensionamentos que precisam haver.

No segundo estudo, intitulado de *A face preventiva da Lei Maria da Penha e os grupos para homens autores de violência contra as mulheres: um estudo de caso do núcleo de atendimento ao homem autor de violência contra a mulher*, de Ana Cecília Bezerra de Aguiar (2024), temos uma análise jurídica e sociológica sobre a eficácia dos “grupos reflexivos” enquanto instrumentos preventivos previstos pela Lei Maria da Penha, com foco em um estudo de caso realizado no Núcleo de Atendimento ao Homem Autor de Violência Contra a Mulher. Metodologicamente, a autora adota uma abordagem qualitativa, combinando análise documental de legislações e políticas públicas com entrevistas e observações diretas no contexto do núcleo de atendimento, o que tem sido muito visto nas pesquisas na área. O estudo privilegia a interseção entre o Direito e a prática interventiva, analisando como os princípios constitucionais de dignidade humana e igualdade de gênero orientam as ações voltadas para a transformação dos homens autores de violência.

A tese ora em questão traz uma contribuição teórica importante ao destacar o caráter preventivo da Lei Maria da Penha, muitas vezes eclipsado pelo foco nas medidas punitivas. Aguiar (2024) argumenta que os “grupos reflexivos”, quando estruturados de forma adequada, têm o potencial de romper ciclos de violência ao proporcionar espaços para a desconstrução de padrões de masculinidade tóxica e a ressignificação das relações de gênero. O estudo de caso reforça essa ideia ao demonstrar como as

dinâmicas do núcleo de atendimento analisado conseguem promover reflexões críticas nos participantes, ainda que com desafios inúmeros. O trabalho também propõe diretrizes para aprimorar a integração entre os “grupos reflexivos” e o sistema de justiça. Entre as propostas estão a necessidade de um maior monitoramento das atividades realizadas nesses grupos, o investimento em formação de facilitadores e a construção de métricas que avaliem a eficácia das intervenções a longo prazo. Aguiar (2024) enfatiza que a prevenção da violência de gênero requer articulação entre diferentes áreas, como Direito, Psicologia e Sociologia, além de políticas públicas comprometidas com o enfrentamento das desigualdades estruturais, mas não menciona o que é mencionado na Lei Maria da Penha: a articulação com a área da Educação.

Fichando criteriosamente a tese de Thiago De Carvalho Guadalupe (2024), intitulada de *Grupos reflexivos para homens autores de violência contra mulheres no Brasil: uma nova política?*, nos é mostrada a eficácia dos “grupos reflexivos” para HAV como uma política pública no Brasil. Utilizando uma abordagem qualitativa, a pesquisa examina documentos e dados secundários para entender como esses grupos funcionam e sua implementação desde a Lei Maria da Penha. Pode-se dizer que o debate central da tese é que, apesar da existência de 312 iniciativas no Brasil, ainda não há uma política consolidada para seu uso, e que esses grupos, embora alternativos ao sistema penal, não promovem mudanças estruturais significativas nas relações de gênero. É uma conclusão bastante interessante, se pensarmos que todas as demais teses que foram e aqui serão analisadas compreendem que os grupos para HAV promovem mudanças importantes. Sobre a metodologia detalhada do estudo de Guadalupe (2024), verifica-se que ele incluiu a coleta de dados através de entrevistas semiestruturadas com facilitadores dos “grupos reflexivos”, análise documental de legislações e políticas públicas, e observação participante nas sessões dos grupos.

Quando da abordagem da tese *Masculinidades e Psicologias nos trabalhos com grupos de homens autores de violências contra mulheres*, de André Masao Peres Tokuda (2021), destacamos a contribuição relevante para os estudos sobre gênero e violência. A principal contribuição do trabalho está na articulação entre o conceito de masculinidades e as práticas psicossociais desenvolvidas em grupos de HAV. A pesquisa enfatiza como a construção das masculinidades, enquanto fenômeno social, influencia o comportamento desses homens e como intervenções em grupos podem atuar na desconstrução de práticas violentas. A abordagem adotada pela tese combina uma

perspectiva crítica das psicologias com os estudos de gênero, sobretudo baseando-se em teorias de masculinidades hegemônicas propostas por autores como Connell. Por meio dessa lente, a pesquisa investigou as dinâmicas internas dos grupos de homens e como suas narrativas refletiam normas patriarcais. Os métodos de pesquisa utilizados foram qualitativos, com a realização de análise documental, observação de encontros grupais e entrevistas semiestruturadas com facilitadores e participantes dos grupos. A análise dos dados foi feita com base na análise temática, permitindo identificar padrões de discurso, comportamentos e mudanças observadas ao longo das intervenções. Esse desenho metodológico possibilitou não apenas compreender as práticas existentes, mas também propor aprimoramentos nos modelos do serviço, enfatizando uma postura ética, a qual será retomada por nós no capítulo 2, na condução dos grupos.

Lendo de forma acurada a tese de doutorado de Elizabeth Maria Fleury-Teixeira (2021), intitulada de *Homens autores de violência contra mulheres: um estudo com participantes de grupos reflexivos em Belo Horizonte*, vemos que o estudo focou em 456 homens que cometeram violência contra mulheres, sendo atendidos pelo sistema de justiça e encaminhados para participar de “grupos de reflexão” em Belo Horizonte, como o Instituto Albam e o Programa Dialogar da Polícia Civil de Minas Gerais. A pesquisa utilizou questionários aplicados a 137 homens, explorando suas memórias de socialização primária e secundária para identificar padrões de crenças e valores morais que influenciam comportamentos violentos. A abordagem metodológica da pesquisa foi predominantemente qualitativa. O principal teor teórico trazido no estudo é a relação entre a socialização dos homens e a violência contra mulheres, com ênfase na influência das crenças e valores morais internalizados durante a infância e juventude, o que temos visto com bastante cuidado, pois isso tem sido algo rotineiro nos trabalhos de doutorado lidos e, de certo modo, dribla a responsabilidade do presente dos HAV delegando o peso de seus atos a sociedades e gerações sempre já passadas.

Chegando à tese de Luciana Moreira de Araujo (2021) intitulada por *Construção social de masculinidades e fundamentos do trabalho desenvolvido em grupos reflexivos para homens autores de violência de gênero*, temos uma instigação, pelo menos em termos argumentativos, similar à de Fleury-Teixeira (2012). Ela investiga como a construção social de masculinidades influencia a violência de gênero e os fundamentos teóricos e ético-políticos dos “grupos reflexivos” realizados com homens autores de violência. O estudo analisa a dinâmica desses grupos e como eles podem contribuir para

a transformação de comportamentos violentos, promovendo uma nova compreensão de masculinidade no universo dos que são atendidos pelo serviço. A abordagem metodológica utilizada foi qualitativa, com foco em estudos de caso e análise de conteúdo.

A tese de Raíssa Jeanine Nothafft, intitulada de *Experiências de mulheres no enfrentamento da violência doméstica e familiar e suas relações com serviços para autores de violência*, realizada na Universidade Federal de Santa Catarina em 2020, é interessante porque destoa das demais até aqui exploradas. Ela se diferencia pois investiga como as experiências de mulheres no enfrentamento à violência doméstica e familiar se relacionam com a participação de seus companheiros em serviços para autores de violência. A pesquisa focou nos Núcleos de Atendimento à Família e aos Autores de Violência Doméstica (NAFAVD) do Distrito Federal e no Programa de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e Intrafamiliar (PPCVDI) da Prefeitura de Blumenau-Santa Catarina. A metodologia utilizada foi a história oral, com entrevistas conduzidas com mulheres que tiveram seus companheiros participando desses serviços. A abordagem metodológica foi qualitativa e, como dito, baseada na história oral e na observação-participante. A pesquisa envolveu entrevistas com mulheres e profissionais dos serviços, o que confere mais multiplicidade de olhares sobre o fenômeno da violência e sobre o tema em questão, acionando para o diálogo científico vozes circundantes do serviço, que é voltado aos HAV, porém beneficiados de forma direta pelo mesmo.

A tese de Nothafft (2020) mostra a nós a necessidade de uma abordagem interseccional para entender e combater a violência doméstica e familiar. Esse conceito implica que não podemos analisar a violência contra as mulheres de uma maneira única e isolada, mas sim considerando múltiplas dimensões e fatores que podem influenciar essa violência. Isso inclui aspectos como gênero, raça, classe social, orientação sexual, e outras identidades e experiências sociais que se interseccionam. Esse olhar da autora é muito importante porque é incomum vermos falar nas teses sobre o tema da violência doméstica nas agressões que muitas mulheres travestis e transexuais sofrem no ambiente do lar. Reconhecendo que esse fenômeno também existe e deve ser tratado dentro da forma da Lei, no início de 2022, a Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que a Lei 11.340/2006 também abrangia casos de violência doméstica ou familiar contra mulheres trans/travestis (Brasil, 2023).

O ministro Rogerio Schietti Cruz, relator do recurso, argumentou que, independentemente do sexo biológico, a vítima é uma mulher e, no contexto de violência familiar, como no caso que estava sendo analisado, em que o pai tinha agredido a filha trans, a legislação especial deveria ser aplicada. Em agosto de 2022, após o precedente estabelecido pelo STJ, a Polícia Civil de Minas Gerais emitiu a Resolução 8.225, que modificou uma resolução anterior. Essa nova resolução determinava que mulheres transexuais e travestis, vítimas de violência doméstica ou familiar motivada por gênero, deveriam ser atendidas em delegacias especializadas, independentemente de terem alterado o nome no registro civil ou realizado cirurgia de redesignação sexual. Por essa questão e tantas outras que aqui poderiam ser arroladas, a pesquisa de Nothaft (2020) é um dos trabalhos que merecem total atenção na configuração atual do cenário de pesquisa.

Chegando às páginas escritas da tese *Do 'monstro' ao homem: motivos de violências contra a mulher*, de Carla da Silva (2020), registramos uma análise instigante sobre as motivações que levam homens a cometerem violência contra mulheres. Sua principal contribuição reside na desconstrução do estereótipo do “monstro” associado aos autores de violência, propondo um olhar que revela as construções históricas que sustentam tais práticas violentas. O trabalho se fundamenta em uma abordagem interdisciplinar, integrando perspectivas do serviço social, estudos de gênero e sociologia. Silva (2020) discute como a construção social da masculinidade está diretamente relacionada à legitimação da violência como instrumento de controle. Violência esta praticada por vezes pelos próprios agentes do Estado. O método de pesquisa utilizado foi qualitativo, com a realização de entrevistas com HAV, além da análise de registros documentais, como boletins de ocorrência e processos judiciais. A pesquisa privilegiou uma abordagem dialógica, na qual os discursos dos entrevistados são analisados à luz de teorias críticas sobre gênero e poder. A análise temática permitiu que fosse identificadas narrativas que justificavam a violência, frequentemente associando-a a questões como ciúme, sentimento de posse e frustração, mas também mostrou a dificuldade dos entrevistados em reconhecer sua própria responsabilidade nos atos cometidos.

Dissecando a tese de Luana Márcia de Oliveira Billerbeck (2018) nomeada por *Subjetividades masculinas: identidades dos homens que praticaram violência doméstica e familiar no contexto do Paraná*, temos uma pesquisa que se diferencia das demais ao

adotar uma abordagem mista, combinando métodos quantitativos e qualitativos para a análise dos dados. Similarmente a outras pesquisas, Billerbeck (2018) concentra-se na caracterização dos HAV ao ingressarem nos “grupos reflexivos”. Contudo, ao longo das 222 páginas que compõem a pesquisa da autora, é evidente a referência contínua aos grupos não apenas como espaços de ressocialização, mas também de reeducação. O termo “reeducação” destaca-se pela aglutinação do prefixo “re”, indicando um novo processo educativo, algo que não apareceu nos trabalhos anteriores como um conceito central. Mesmo que Billerbeck (2018) utilize o conceito de reeducação como palavra-chave para entender o fenômeno estudado, a pesquisa permanece fiel à área temática das Ciências Sociais Aplicadas e não se aprofunda nos aspectos pedagógicos conscientes desses grupos.

Essa abordagem abre novas possibilidades de fontes voluntárias para enriquecer o material de estudo. Billerbeck (2018) segue uma trajetória de exploração das informações distinta das demais teses analisadas até então. Enquanto Prates (2013), Scott (2018) e Veras (2018), os quais falaremos adiante nestas análises, recorrem a boletins policiais e fichas cadastrais dos participantes dos “grupos reflexivos” para obterem informações, Billerbeck (2018) opta por analisar processos judiciais, considerando-os mais completos e profundos, além de perceber neles uma maior pluralidade de vozes envolvidas no fenômeno da violência. Chegando na leitura da tese de Vanessa Arlésia de Souza Ferretti Soares (2018), intitulada *-Mas tem gente que não entende assim.” //”-É. É por isso que a gente tá aqui.”: a sessão de grupo socioeducativo para homens autores de violência contra a mulher e a (re)construção discursiva de masculinidades*, lemos abordagem da dinâmica das sessões e análise de como os discursos produzidos nos espaços dos grupos educativos podem influenciar e transformar as identidades masculinas. Aqui, temos uma forma peculiar de fazer pesquisa, que é a de “pescar” no ar as falas dos participantes e com elas dialogar em seu laboratório pessoal, deixando fluir o serviço e intervindo o menos possível, entendendo sua presença como pesquisado já como uma intervenção. Como demais textos, a autora usou abordagem qualitativa e se valeu de pequenas entrevistas a fim de colher os dados necessários.

Érica Verícia Canuto de Oliveira Veras (2018), em seu trabalho doutoral explora as intersecções entre gênero, masculinidade e o sistema de justiça penal no contexto da aplicação da Lei Maria da Penha. Intitulada por *A masculinidade no banco dos réus: um*

estudo sobre gênero, sistema de justiça penal e a aplicação da Lei Maria da Penha, a tese investiga o papel do sistema de justiça penal na transformação dessas masculinidades e na promoção de uma cultura de não-violência. Veja, aqui, o foco é na justiça penal, muito embora os homens sejam os sujeitos de análise. Faço essa saliência porque é muito comum o foco dos estudos se darem nas dinâmicas e metodologias penais, punitivas. A pesquisa ainda incluiu entrevistas com homens autores de violência como parte de sua metodologia, que era de abordagem qualitativa, e com profissionais do sistema de justiça e análise de processos judiciais. O objetivo foi compreender as percepções dos envolvidos e como as masculinidades influenciam tanto o comportamento violento quanto as decisões judiciais.

De autoria de Juliano Beck Scott (2018), este estudo agora analisado e intitulado por *Grupos reflexivos com homens autores de violência doméstica contra a mulher: limites e potencialidades*, utiliza uma abordagem metodológica qualitativa, semelhante à abordagem de Prates (2013), que virá adiante, mas com especificações próprias no tratamento dos dados. Uma mudança importante é observada na parceria entre a promotoria de justiça do estado do Rio Grande do Norte (RN) – região considerada, segundo as investigações de Scott (2018), como a recordista no fenômeno da violência doméstica – e os “grupos reflexivos”. O trabalho de Scott (2018) destaca a promoção desses grupos pelo poder judiciário, especificamente pelo Ministério Público do estado do Rio Grande do Norte (RN). De acordo com Scott (2018), o Núcleo de Apoio à Mulher Vítima de Violência Doméstica e Familiar (NAMVID) foi responsável por criar, em 2011, o pioneiro “Grupo reflexivo de homens: por uma atitude de paz”. Inicialmente, o grupo NAMVID, parte do Ministério Público do RN, tratava exclusivamente de questões relativas às mulheres, mas percebeu a necessidade de dar suporte também aos homens autores de violência. Para Scott (2018), essa atitude representou uma postura inovadora no meio jurídico brasileiro.

É importante notar que o percurso escolhido por Scott (2018) para a coleta de dados difere da abordagem de Prates (2013). Ambos utilizam metodologias qualitativas, mas enquanto Prates (2013) caracteriza o perfil dos HAV com base em fichas e boletins de ocorrência dos participantes dos “grupos reflexivos” no momento da pesquisa, Scott (2018) adota uma abordagem expansiva. Ele analisa um período de 2012 a 2017, totalizando dados de 26 “grupos reflexivos”. Enquanto Prates (2013) emprega um estudo de caso, Scott (2018) opta pelo estudo documental. Ambas as pesquisas

representam avanços teórico-metodológicos na investigação dos resultados produzidos pelos “grupos reflexivos”, e fizemos com elas uma aproximação por serem bastante parecidas em termos de percursos e resultados.

A tese a qual nos referimos anteriormente, de Paula Licursi Prates (2013) – *A pena que vale a pena: alcances e limites de grupos reflexivos para homens autores de violência contra a mulher* –, demonstrou em seus estudos como os homens, inicialmente, sentem-se vitimizados e injustiçados diante da medida judicial de participação no grupo, não se identificam como autores de violência e apresentam concepções tradicionais do padrão de masculinidade hegemônica. No decorrer do processo, o acolhimento, as intervenções dos facilitadores e a vinculação dos homens ao grupo possibilitaram, segundo a autora, a ampliação de suas visões de mundo, flexibilizando e ressignificando questões relacionadas ao uso da violência de gênero, masculinidades, direitos das mulheres e relacionamentos. A maioria referiu adoção de novas posturas e atitudes frente a situações de conflito, procurando evitar o uso de violência em seus relacionamentos, e isso fica muito nítido para nós dois momentos desses sujeitos nos grupos: o antes e o depois. Acerca da metodologia do estudo, verificamos que fora utilizada abordagem qualitativa, do tipo estudo de caso, centrada na análise de um grupo composto por HAV, encaminhados pela justiça para cumprimento de medida judicial. Os dados sociodemográficos e criminais dos homens foram coletados em formulários e boletins de ocorrência. As falas dos sujeitos foram obtidas através de gravação dos grupos e de entrevistas individuais, sendo transcritas e interpretadas por meio da análise temática e discursiva.

A tese de Marco Julián Martínez-Moreno (2018), *Civilizar a cultura: questões de modernização e a afirmação da dignidade entre homens acusados de violência doméstica e familiar contra a mulher*, explora como a categoria “cultura” se relaciona com a modernização e a afirmação da dignidade entre homens acusados de violência doméstica e familiar contra a mulher, no contexto da implementação da Lei Maria da Penha no Rio de Janeiro. Martínez-Moreno (2018) argumenta que essa categoria evidencia uma relação política entre diferentes definições da pessoa humana, expressa em tensões na constituição dos sentidos de objetos, agências e subjetividades dos participantes dos “grupos reflexivos” de gênero. Talvez, o grande trunfo do trabalho ora mencionado é destacar a tensão entre duas ideologias: uma individualista, referente à civilização, e outra relacionada ao conceito de “força” *Kultur*. Essa tensão reflete um

processo de transposição da ideologia moderna que configura uma economia moral em torno da categoria “vítima”, valorizando a primeira pessoa para reassegurar a existência de si mesmo e dos outros. A pesquisa mostra como os “grupos reflexivos” funcionam como um mecanismo que transformam os homens acusados de violência, permitindo-lhes a construção da identidade de indivíduos com gênero e estabelecer relações sociais baseadas na dignidade humana.

A penúltima tese lida por nós, de Jan Stanislas Joaquim Billand (2016) e intitulada *Como dialogar com homens autores de violência contra mulheres? Etnografia de um grupo reflexivo*, buscou compreender as modalidades e condições do sucesso prático de uma intervenção junto a HAV na perspectiva da promoção da equidade de gênero. O estudo analisa o trabalho de três profissionais, homens, que organizam um “grupo reflexivo”, utilizando uma abordagem qualitativa e o método etnográfico, combinando observação participante, entrevistas em profundidade com os facilitadores e análise documental. A pesquisa dele segue um método parecido com o de Martínez-Moreno (2018), pois ambos se valem da etnografia como ferramenta para análise. Em síntese do trabalho, podemos afirmar que Billand (2016) destaca duas tendências contraditórias na relação dos profissionais com seu trabalho: por um lado, a sensibilização prévia aos pontos de vista das mulheres os leva a se posicionar como aliados dos movimentos feministas, enquanto, por outro lado, o trabalho exige uma indiferença seletiva aos pontos de vista das mulheres para manter a empatia com os homens, condição para um diálogo bem-sucedido e que, particularmente, durante meu mestrado em Educação na UFRRJ pude viver e sentir na pele como é vestir uma dupla roupagem para conseguir dialogar com HAV.

Lendo o trabalho *Novos frascos, velhas fragrâncias: a institucionalização da Lei Maria da Penha em uma cidade fluminense*, de Concepcion Gandara Pazo (2013), temos a análise dos desafios e contradições na implementação da Lei Maria da Penha em um contexto específico. A principal contribuição do trabalho está na crítica à institucionalização dessa lei, evidenciando como as práticas e estruturas locais muitas vezes reproduzem as mesmas desigualdades e ineficiências que a legislação busca combater. Um exemplo do que é discutido nessa tese é a maneira como algumas delegacias especializadas no atendimento à mulher, mesmo após a implementação da Lei Maria da Penha, continuam tratando casos de violência doméstica com uma visão minimizadora. Muitas vezes, profissionais dessas instituições deslegitimam as

denúncias, tratando-as como meras brigas de casal ou culpabilizando a mulher por sua situação. Esse tipo de abordagem institucional acaba por denunciar práticas machistas que a Lei Maria da Penha busca combater, mas que permanecem enraizadas no funcionamento cotidiano do Estado e seus órgãos de apoio. A pesquisa articula saúde coletiva, estudos de gênero e sociologia jurídica. Pazo (2013) utiliza métodos qualitativos para investigar como a Lei Maria da Penha foi incorporada pelas instituições locais, incluindo delegacias, serviços de saúde e assistência social. As fontes de dados incluem entrevistas com profissionais da rede de proteção, análise documental de processos e observação participante nos atendimentos, roteiro muito semelhante aos das demais teses que comentamos até o presente momento. Os resultados do trabalho revelam que, apesar dos avanços formais trazidos pela Lei Maria da Penha, a prática institucional ainda enfrenta limitações significativas, como a falta de capacitação dos profissionais, recursos insuficientes e resistências, o que problematizaremos em nosso capítulo 2, visto que há 3 anos temos visto o que nota Pazo (2013) nos grupos para HAV.

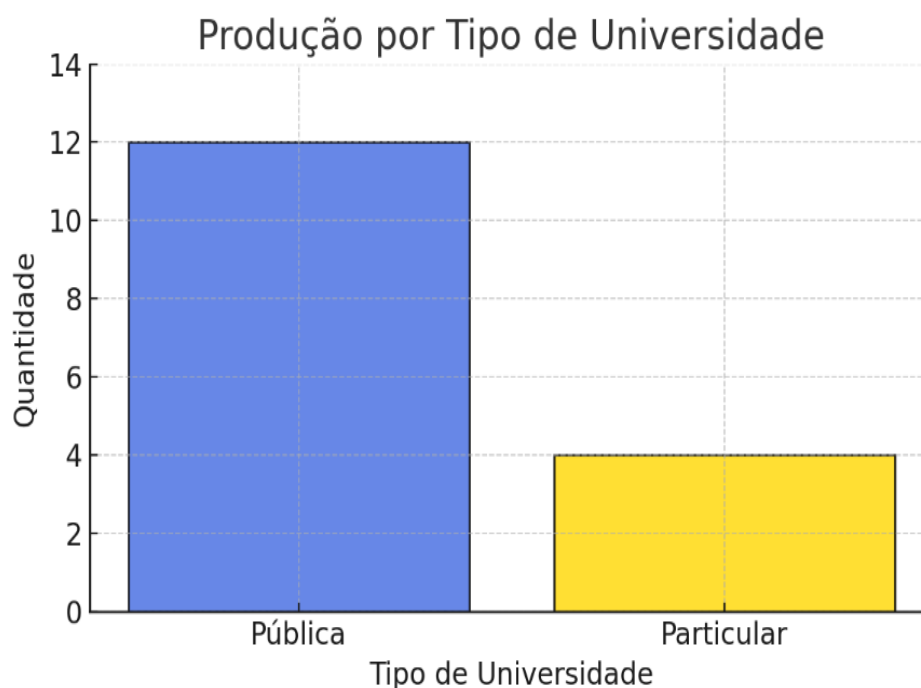
Em síntese, os estudos aqui analisados fornecem uma visão bastante panorâmica sobre a transformação das masculinidades e o enfrentamento da violência de gênero através de diferentes abordagens. Fleury-Teixeira (2021) investiga as memórias de socialização de homens autores de violência, utilizando a teoria do *habitus* de Pierre Bourdieu, enquanto Araújo (2021) foca na construção social das masculinidades e nos “grupos reflexivos”. Nothaft (2020) destaca a importância de uma abordagem interseccional na compreensão das experiências das mulheres que enfrentam a violência doméstica. Billerbeck (2018) analisa as identidades masculinas no contexto do Paraná, utilizando entrevistas em profundidade.

Soares (2018) explora a (re)construção discursiva de masculinidades em grupos socioeducativos, enfatizando a análise discursiva. Veras (2018) estuda a relação entre masculinidade e o sistema de justiça penal, destacando a responsabilização dos homens. Scott (2018) utiliza uma abordagem qualitativa para analisar a parceria entre a promotoria de justiça do RN e os grupos, enquanto Prates (2013) investiga os limites e alcances desses grupos utilizando um estudo de caso. Martínez-Moreno (2018) explora a relação entre modernização, dignidade e masculinidade no contexto dos “grupos reflexivos” através de uma abordagem etnográfica. Billand (2016) analisa a dinâmica de grupos estudados para homens autores de violência, utilizando a etnografia, como já

dito. Tokuda (2021) investiga os grupos de HAV destacando como as masculinidades hegemônicas necessitam do que ele chama de “intervenção”. Silva (2020) questiona o estereótipo do monstro que é associado aos autores de violência, demonstrando de forma prática que em nada ele ajuda na aproximação e transformação desses sujeitos. Por fim, a tese de Pazo (2013) avalia a implementação da Lei Maria da Penha em uma cidade fluminense, revelando contradições entre avanços legislativos e práticas institucionais.

No gráfico a seguir, realizamos uma divisão acerca de quantas dessas teses de doutorados estudadas por nós foram produzidas nas universidades públicas ou em instituições particulares:

GRÁFICO 2 – Distribuição de trabalhos por tipo de universidade



Fonte: elaboração do autor

O gráfico 2 demonstra um imperativo na produção acadêmica entre universidades públicas e particulares no campo de estudo dos grupos educativos para homens autores de violência doméstica. Das 16 teses analisadas, 12 foram produzidas em universidades públicas, enquanto apenas 4 em instituições privadas. Essa diferença revela aspectos que caracterizam a produção acadêmica no Brasil. As universidades públicas, historicamente, têm maior acesso a financiamento público e incentivos à pesquisa, como bolsas de estudos e infraestrutura especializada, o que as posiciona

como protagonistas em áreas de interesse social. Isso reforça que são as universidades públicas as que mais desempenham atenção à temática, que, além de emergente, é de extrema importância. Um fator que pode nos ajudar a compreender melhor o gráfico anterior é a capilaridade das instituições públicas, com maior presença nas diversas regiões do país, o que de certo modo contribui para sua predominância no número de produções. Mas também a menor participação das instituições privadas nos revela um desalinhamento em suas prioridades institucionais, muitas vezes voltadas para demandas do mercado. No quadro seguinte, mostramos os métodos e as abordagens mais comuns no que auxiliam os/as autores/as dos textos analisados por nós para suas reflexões:

TABELA 3 – Métodos e abordagens presentes nas teses

TESE	MÉTODO	ABORDAGEM
1	Entrevista + Análise discursiva	Qualitativa
2	Entrevista + Análise documental	Qualitativa
3	Questionário Estruturado	Qualitativa
4	Entrevista + Estudo de Caso + Análise do Conteúdo	Qualitativa
5	Entrevista	Qualitativa
6	Análise Documental	Quanti-qualitativa
7	Entrevista + Análise Documental	Qualitativa
8	Análise Documental	Qualitativa
9	Entrevista + Estudo de Caso	Qualitativa
10	Entrevista	Qualitativa
11	Entrevista + Etnografia	Qualitativa
12	Entrevista + Etnografia	Qualitativa
13	Entrevista + Análise Documental	Qualitativa
14	Entrevista + Análise Documental	Qualitativa
15	Entrevista + Análise Documental	Qualitativa
16	Entrevista + Análise Documental	Qualitativa

Fonte: elaboração do autor

Com base na Tabela 3, os métodos e abordagens utilizados nas 16 teses sobre grupos educativos desvendam tendências que merecem problematização nossa. A

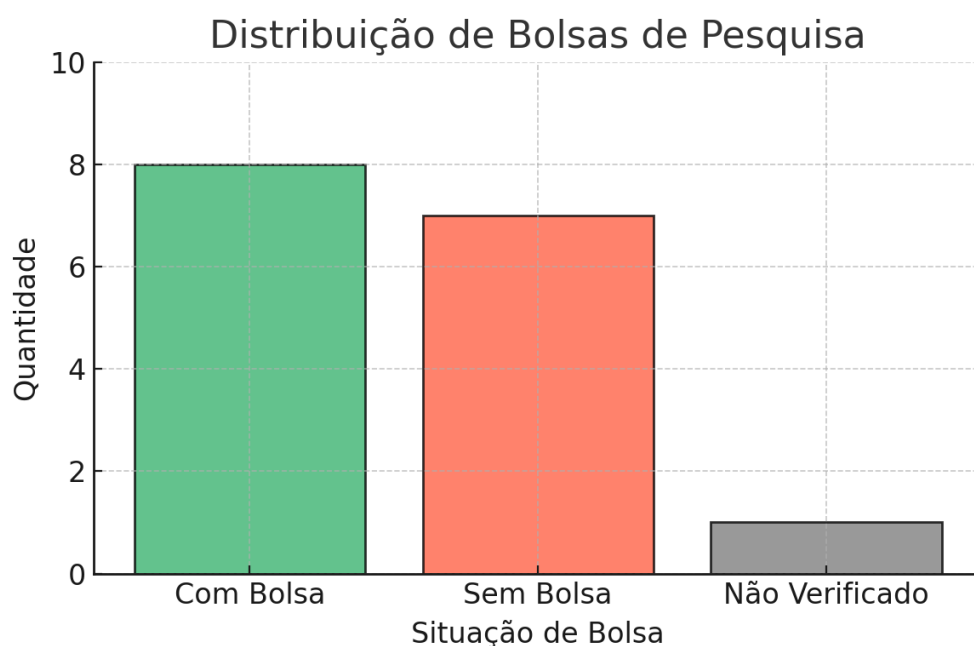
abordagem qualitativa se destaca, sendo predominante em 15 das 16 teses. Apenas uma tese empregou uma abordagem quanti-qualitativa, o que alude ao caráter exploratório e interpretativo que caracteriza boa parte das investigações no campo das Ciências Humanas e Sociais. Esse predomínio da abordagem qualitativa parece condizente com o objetivo de compreender a complexidade e multiplicidade do fenômeno da violência doméstica, que envolve dimensões subjetivas, relacionais e também contextuais, as quais dificilmente são captadas somente pela expressão numérica fria. Em relação aos métodos, a entrevista aparece como a ferramenta mais frequentemente utilizada, sendo parte integrante de 13 teses. Isso destaca a relevância atribuída aos discursos e às narrativas dos sujeitos envolvidos nos estudos, seja para compreender suas percepções, seja para analisar como constroem e justificam suas ações. A análise documental, por sua vez, foi empregada em 8 teses, frequentemente combinada com outros métodos, o que indicia uma tentativa de triangulação metodológica para enriquecer as análises.

Notamos que a etnografia foi empregada em 2 teses, ambas em combinação com entrevistas, indicando que, embora menos recorrente, existe um reconhecimento do valor desse método para capturar as interações e dinâmicas nos contextos estudados. Por outro lado, o uso de questionários estruturados foi observado apenas em uma tese, o que reflete uma subutilização de métodos mais estruturados para coleta de dados que poderiam complementar as análises qualitativas com perspectivas quantitativas. A presença limitada de métodos quantitativos ou mistos suscita questionamentos sobre a possibilidade de diversificar as abordagens metodológicas na área. Embora a qualidade dos trabalhos qualitativos seja evidente, a inclusão de métodos quantitativos pode permitir uma análise mais abrangente, abrangendo tanto a profundidade quanto a amplitude dos fenômenos no tempo e no espaço – nos referimos ao número de HAV atendidos no momento da pesquisa.

Talvez, para pensarmos como hipótese, a ausência de maior variabilidade metodológica esteja associada a fatores como formação acadêmica dos pesquisadores, linhas de pesquisas institucionais ou mesmo paradigmas epistemológicos que privilegiam métodos interpretativos, as ditas “escolas de pesquisas”. A análise do conteúdo e o estudo de caso também aparecem como ferramentas importantes, mas combinados com outros métodos, sugerindo que os pesquisadores reconhecem a necessidade de integrar diferentes abordagens para lidar com a complexidade do tema. A triangulação metodológica observada em algumas teses reflete uma preocupação em

aumentar a validade e a confiabilidade das análises, mas ainda há espaço para expandir essa prática no nosso entender. Agora, vamos analisar quantas dessas teses tiveram ajuda, investimento do poder público, poder meio das agências de fomento, para serem realizadas.

GRÁFICO 3 – Teses de doutorado realizadas com ou sem bolsas de pesquisas



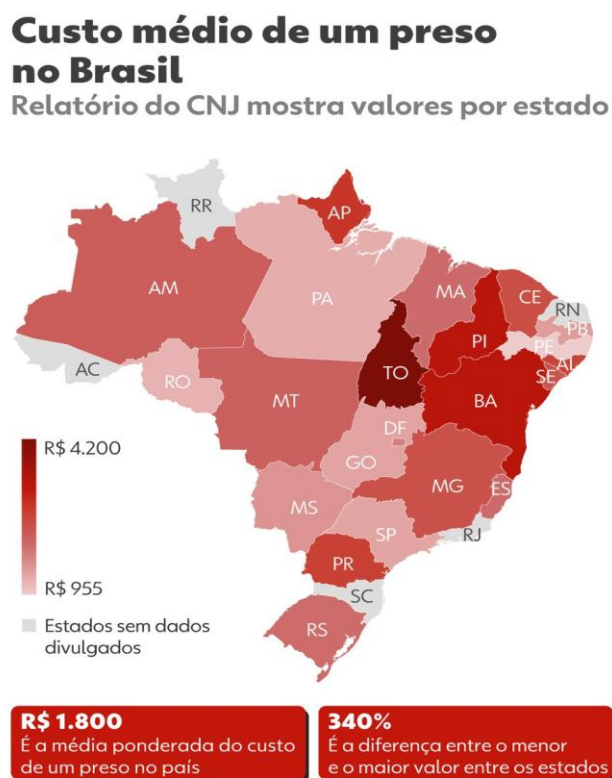
Fonte: elaboração do autor.

O gráfico sobre a distribuição de bolsas de pesquisa nos mostra como as condições financeiras impactam a realização de trabalhos acadêmicos, com destaque para a desigualdade no acesso ao financiamento. Dos 16 trabalhos analisados, 8 receberam bolsas de pesquisa, indicando um suporte financeiro e mostrando o papel fundamental das políticas públicas e institucionais no incentivo à produção acadêmica. Em contrapartida, 7 foram realizados sem bolsa, demonstrando que quase metade dos pesquisadores enfrentaram desafios financeiros, ou não foram devidamente remunerados por um trabalho que é crucial para a sociedade. 1 trabalho não teve a situação de bolsa verificada porque não foi encontrada nele informações sobre tal fato, quando tentávamos acessar a tese na íntegra, o documento constava como indisponível, nos obrigando a analisá-la somente pelo resumo inicial, o que traz à tona a necessidade de maior transparência nos registros acadêmicos. Como é notório, os dados colhidos mostram uma divisão quase equilibrada entre trabalhos financiados e não financiados,

com uma leve predominância dos que contaram com apoio financeiro. No entanto, a elevada proporção de estudos sem bolsa levanta questões sobre as desigualdades no acesso a recursos e sobre as dificuldades enfrentadas por muitos pesquisadores. Produzir conhecimento sem apoio financeiro implica uma sobrecarga material que com obviedade se estende para outras áreas da vida, uma vez que o pesquisador precisa buscar alternativas para sustentar sua dedicação ao trabalho acadêmico, o que muitas vezes compromete a qualidade ou até mesmo a viabilidade da pesquisa.

É importante notarmos que essas pesquisas geram instrumentos que de fato previnem as violências que, em casos mais graves, levam às prisões brasileiras homens que custam ao Estado por mês bastante caro, como é o caso dos presos no Tocantins. Um estudo exclusivo obtido pelo G1 e pela GloboNews revelou que o custo médio mensal de um preso no estado mencionado, por exemplo, é de R\$ 4.200 (G1; Globo News, 2021). Em estados como Bahia e Piauí, por exemplo, um preso custa R\$ 3.273 mensais, mais do que os valores das atuais bolsas de doutorado pagas pelas agências de fomento. No infográfico a seguir, é feita uma média ponderada dos custos entre os entes federados:

FIGURA 4 - Infográfico custo médio de um preso no Brasil



Fonte: G1/Globo News, 2021.

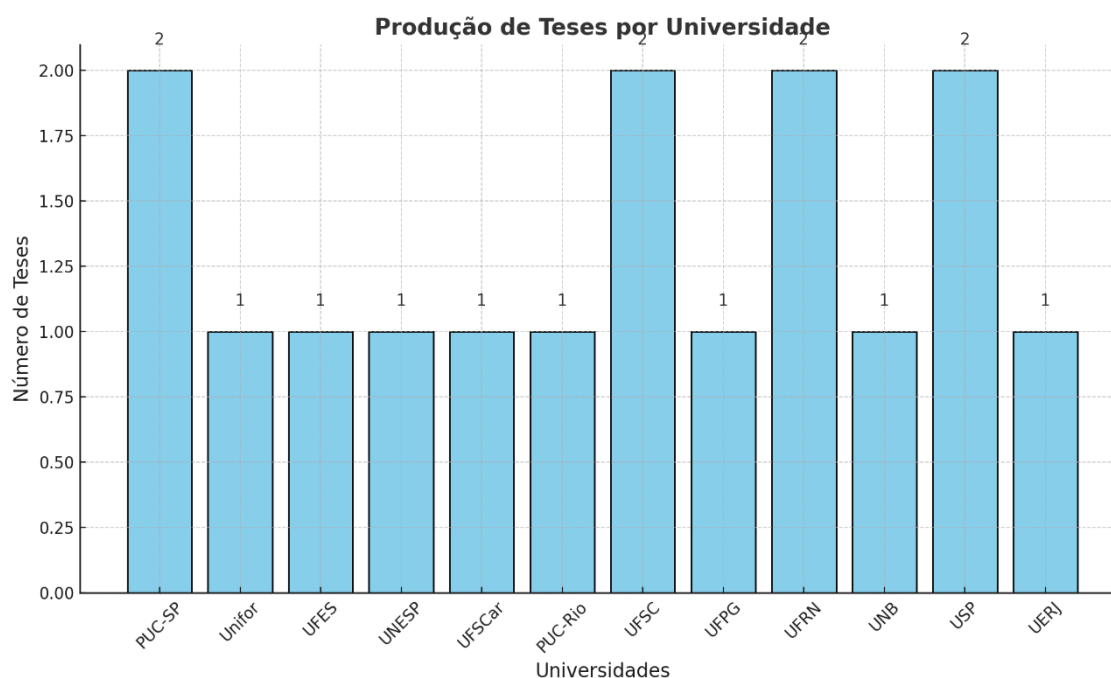
Segundo dados levantados pela CNN Brasil (2022) sobre quantos homens presos haviam no Brasil por violência doméstica, apurou-se que só em 2021, na operação Maria da Penha, foram realizadas 14,1 mil prisões e solicitadas ou emitidas 39,8 mil medidas protetivas. Soma-se a este número os incontáveis HAV espalhados pelos muitos serviços existentes no país voltados para sua educação. Segundo dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (Capes/MEC, 2022) o país possuía, à época do levantamento, um total de 122.295 estudantes de pós-graduação, sendo 76.323 de mestrado acadêmico, 4.008 de mestrado profissional e 41.964 de doutorado. Numa conta rápida, se o custo com HAV presos fosse revertido aos doutorandos do país, teríamos um valor disponível que poderia ser utilizado em participação e fomento de eventos, fomento para publicações, bem como auxílio com materiais didáticos para os Programas de Pós-Graduação.

Retomando o ponto nodal dessa questão, sob uma perspectiva crítica, o gráfico 3 sobre a distribuição das bolsas expõe fragilidades do sistema de financiamento à pesquisa no Brasil, sobretudo no contexto das Ciências Humanas e Sociais, que frequentemente enfrentam cortes orçamentários e menor valorização política. Apesar de a bolsa de pesquisa ser um direito fundamental para garantir o pleno desenvolvimento científico, a realidade diz o contrário, mostrando-nos barreiras no acesso. Somando mais compreensões, o dado referente à tese sem informação sobre a existência de bolsa de pesquisa chama a atenção para um problema recorrente: a falta de registros claros nos sistemas acadêmicos. Essa lacuna, embora pequena neste caso, oculta, em nosso entender, tendências que comprometem a análise sobre o impacto do financiamento na produção científica no país.

No Gráfico 4, discriminamos nominalmente as instituições de ensino superior que tem se dedicado a pensar o tema ora em questão. Essa sistematização surgiu da necessidade de entendermos nosso contexto local de produção e os possíveis pesquisadores alocados em nosso perímetro geográfico. Os dados revelaram questões instigantes. Esta identificação minuciosa das instituições e pesquisadores envolvidos na produção de conhecimento sobre o assunto facilita não apenas a avaliação das contribuições regionais, mas também permite um mapeamento das redes de pesquisa existentes. Conhecer quem são os principais atores no campo de estudo dentro do perímetro geográfico nos confere indicar potenciais colaborações futuras, visando a integração e cooperação entre os diferentes grupos e projetos de pesquisa. Essa

sistematização nos ajuda destacar tanto as sinergias possíveis quanto as lacunas na pesquisa que podem ser exploradas. A presença de instituições de ensino superior dedicadas ao tema em questão funciona como índice de uma maior concentração de esforços para determinados aspectos da área, enquanto a ausência de outras instituições nos sugere áreas que necessitam de maior desenvolvimento. Dito isto, vamos ao gráfico:

GRÁFICO 4 – Produções de teses por universidades



Fonte: elaboração do autor.

Um aspecto crítico a destacar a partir do gráfico trazido é a situação do Estado do Rio de Janeiro. Apesar de contar com instituições de renome nacional e internacional, como a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e a Fundação Oswaldo Fiocruz (FIOCRUZ), essas não aparecem no gráfico como produtoras de teses sobre o tema analisado. Isso diverge com a presença de outras instituições do estado, como a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RIO), cada uma contribuindo com apenas uma tese. Essa ausência de pesquisas em áreas fundamentais como os estudos de gênero e políticas públicas para mulheres, especialmente em um estado com indicadores preocupantes de violência contra a mulher, não deve ser encarado como normal. Como esta tese que ora é apresentada ao leitor está sendo produzida em um programa de Pós-Graduação na UFRJ, teremos uma única tese defendida sobre o tema da violência doméstica em todo o perímetro geográfico da Baixada Fluminense. Estamos falando de

uma região que conta com aproximadamente 3,9 milhões de habitantes, de acordo com o Censo Demográfico de 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE).

Na região da Baixada Fluminense, temos pelo menos duas instituições de ensino superior públicas: a UERJ, que fica em Duque de Caxias e que apresentou no gráfico 1 tese produzida; e a UFRRJ, que possui dois campi, sendo o campus sede em Seropédica, e o campo filial em Nova Iguaçu. Seropédica é uma cidade interiorana, muito voltada às atividades do campo. De acordo com o Censo Demográfico de 2022 do IBGE, a população de Seropédica é de aproximadamente 80.596 habitantes. Já Nova Iguaçu, região mais urbanizada, conta com 785.867 habitantes. Em Seropédica, a violência doméstica tem sido uma preocupação. De acordo com dados da Secretaria de Estado da Mulher (2024), o número de medidas protetivas concedidas para garantir a integridade física e emocional das vítimas quase dobrou entre 2022 e 2023. Em 2023, foram aprovadas mais de 5.149 medidas protetivas, comparadas a 2.920 em 2022. Já em Nova Iguaçu, o número de mulheres vítimas de violência doméstica atendidas pelo Centro Especializado de Atendimento à Mulher (CEAM) tem crescido nos últimos anos. Entre janeiro e junho de 2019, o CEAM contabilizou 106 mulheres atendidas pela primeira vez, um aumento em relação ao mesmo período de 2017. A maioria das violências relatadas pelas mulheres atendidas são psicológicas, seguidas pela moral, física, patrimonial e sexual. A Casa da Mulher, inaugurada em 2022, ampliou os serviços e atendimentos para mulheres vítimas de abusos, oferecendo suporte jurídico, psicológico e social, além de cursos de capacitação.

A relevância de a UFRRJ assumir esse protagonismo vai além do cumprimento de sua função acadêmica e social. Trata-se de uma oportunidade de promover justiça social, transformar realidades e consolidar a universidade como um espaço de resistência. Outro ponto crucial do gráfico 4 é o que nos mostra que de universidade particular, apenas a rede da PUC e a Unifor apareceram com pesquisas no campo, o que nos impressiona pela quantidade de instituições privadas que possuem programas de pós-graduação mas não figuram nos dados.

Finalizações de um atracadouro de pesquisas

Neste estudo, de abrangência extensa, pudemos notar como a produção científica na temática dos HAV tem sido majoritariamente conduzido por mulheres, o que nos faz

enxergar o quão ainda é importante o fortalecimento de políticas institucionais que valorizem a participação feminina na Ciência. Mesmo diante de um tema que taxativamente colocam os homens no centro do debate, são poucos os doutores homens formados no Brasil discutindo esse tema; como visto, são apenas 6 em todo o país. É como se tivéssemos apenas 1,5⁵ doutores capacitados no tema para falar e subsidiar com suas pesquisas políticas públicas voltadas aos HAV nas quatro regiões do Brasil, ficando uma região sem nenhum doutor especialista no tema, caso do Norte, que não apareceu no levantamento. Outro dado relevante que pudemos apurar com a dissecação do material colhido, foi que as universidades que mais produzem conhecimento sobre o tema são as públicas, o que reforça o compromisso que os governos e o Estado brasileiro devem nutrir para com essas instituições, o que decerto vai na contramão do que se viu no governo do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro, o qual não só cortava constantemente investimentos nas universidades como também contingenciava bolsas de estudos país afora, como bem mostrou em artigo intitulado por *A Educação Em Defesa da Sociedade e da Democracia No Governo Bolsonaro: Um Ensaio Crítico de 2019 A 2022* os autores Leandro Rodrigues Nascimento da Silva, e Eliezer Gonçalves Cordeiro (2024).

Porém, como nem tudo são flores, é preciso mencionar que as universidades federais que produziram conhecimento sobre a temática referida estão, em sua maioria, nas capitais, o que também nos provoca a inquietação por pensarmos que é muito importante que as regiões campesinas também deveriam contar com uma cobertura de pesquisa e implantação desses serviços, visto que as mulheres do campo podem sofrer violências e carecerem tanto do acolhimento quanto da educação em gênero e sexualidades voltada à desconstrução dos estereótipos para os seus maridos, ex-maridos e filhos. Contatamos neste capítulo que as produções científicas foram majoritariamente produzidas em 2018, e explicamos o contexto social, político e jurídico que motivou esse interesse. Aqui e ainda em tempo, acrescenta-se o fato nessas percepções que a Educação também contribuiu efetivamente para que esse debate fosse impulsionado na sociedade, não fosse isto, o projeto da censura – capitaneado por membros da extrema-direita – intitulado Escola Sem Partido (ESP) não teria, desde 2014, tentado de todas as formas silenciar as vozes de professores comprometidos com um ensino crítico, de

⁵ Base de Cálculo $6/4 = R: 1,5$. Exclui-se da divisão a região Norte.

qualidade e alinhado com as questões sociais mais urgentes, tal qual a violência de gênero, os ataques homofóbicos etc.

Portanto, a Educação cumpriu, mais uma vez, seu dever em sair em defesa da sociedade, visando o bem-estar social e a segurança democrática. Neste trabalho, algo que também nos fez refletir muito foi o fato de não termos registrado nenhuma tese sobre o tema dos HAV na área da Educação. Nosso trabalho será o primeiro no país e possui uma relevância proeminente por encetar uma discussão sobre terminologias que são mais que palavras, são perspectivas, modos, métodos, técnicas, abordagens do remodelamento para o aprimoramento de algo que julgamos crucial para o avanço da sociedade brasileira: a qualidade cada vez maior dos serviços para HAV, articulados ao campo educacional. Pudemos ainda retirar dessas análises algo muito importante que é sobre os métodos e abordagens de pesquisas utilizados para colher os dados dos HAV, os quais tenderem, como mostrado, predominantemente para a técnica das entrevistas e das dissecações qualitativas. O que aprendemos foi que é uma percepção comum entre os pesquisadores da área que é necessário personalizar esse tipo de público, que do Sul ao Norte e Nordeste do país possuem ideologias que os ligam pela herança cultural de um país, mas também os distanciam pelo racismo racial travestido de racismo regional, como já denunciado por Jessé Souza (2024), em livro intitulado de *O Pobre de Direta: a Vigança dos Bastardos*, que já há muito paira sobre a nação.

Os últimos dados que servirão de espécie de “gancho” para o nosso Capítulo 2, subsidiarão nossa crítica teórica aos termos que pudemos encontrar nas teses que lemos para se referirem aos grupos para HAV. Contabilizamos pelo menos 8 sintagmas nominais bimembres – ou seja, nomes compostos por dois vocábulos – que se referem aos grupos de forma, ao nosso ver, equivocadas, porém amparadas numa historicidade de compreensão que circunscrevia esse tipo serviço à esfera judicial, psicológica e até mesmo assistencialista. O que propomos de forma inédita nesta tese, e que será tema do nosso próximo capítulo, é que os grupos sejam chamados de “grupos educativos”, opondo-nos de forma enérgica aos nomes que mais adiante discriminaremos.

Além disso, já salientamos que também não nos valeremos do prefixo “re” antes de “educar”, pois entendemos que somente de forma radical e disruptiva poderemos romper com um ciclo de aprendizagem que se baseou na subalternização dos sujeitos – sobretudo mulheres cis, travestis e transexuais, gays, lésbicas etc. não queremos “ensinar o inverso”, pois o inverso é o verso do que já pratica: dominação. O que

queremos não é “reescrever” um texto, uma história nova; propomos nesta tese autenticamente escrever o que não fora escrito, e se foi, foi solapado e escondido tal qual os manuscritos deixados por Kehinde, personagem negra engendrada por Ana Maria Gonçalves (2022), no romance intitulado *Um Defeito de Cor*. Daqui, passemos à crítica da esperança...

CAPÍTULO II

2. NEGAÇÕES INSUBMISSAS DE UMA TERMINOLOGIA DESAVISADA

Não é porque o fígado do meu paciente funciona bem que direi: os rins estão saudáveis.⁶

Partindo da epígrafe anterior, escrita por Frantz Fanon (2020) na obra *Pele Negra, Máscaras Brancas*, como a saúde de um órgão não garante o bom funcionamento de outros no corpo humano, o simples fato de um grupo educativo funcionar não é indicativo de que ele esteja cumprindo integralmente seu propósito de transformação e desenvolvimento. No contexto dos grupos voltados para HAV, é necessário compreender que a operacionalidade do grupo, por si só, não assegura que os objetivos mais profundos de aprendizagem e reconfiguração estejam sendo efetivamente atingidos. Dessa maneira, queremos dizer que a introdução da terminologia “grupos educativos” vem como uma proposta para refletirmos mais do que a mera estruturação de grupos de apoio ou de intervenção. Ela se propõe a articular uma abordagem que transcende o funcionamento superficial, estabelecendo critérios mais rigorosos de avaliação e compreensão do impacto desses grupos na realidade dos participantes. Um grupo que funciona não significa, necessariamente, que ele está promovendo o aprimoramento desejado. É preciso avaliar, de forma criteriosa, os efeitos reais dessas práticas, sempre com a consciência de que a qualidade do processo e o alcance dos objetivos são as verdadeiras métricas de sucesso, e não apenas a continuidade ou a execução das atividades.

Chamamos a atenção a esta questão porque nas teses que lemos e que foram apresentadas no Capítulo 1, diversos sintagmas nominais bimembres foram encontrados para se referirem aos grupos para HAV. Os mais recorrentes termos foram os que aparecem a seguir: 1) Grupos Reflexivos⁷; 2) Grupos Socioeducativos; 3) Grupos Terapêuticos; 4) Grupos Reeducativos; 5) Grupos Interventivos; 6) Grupos Ressocializadores; 7) Grupos Preventivos. A partir desses achados, iremos analisar cada terminologia a fim de expor as razões pelas quais optamos pelo emprego do termo “grupos educativos” em detrimento dos já existentes.

⁶ Fanon, 2020, p. 46.

⁷ O/a leitor/a notará que nos delongamos mais neste primeiro conceito porque ele é o que tem sido usado com maior frequência nos trabalhos que lemos sobre o assunto, indo além das 12 teses trazidas neste estudo, contemplando artigos, dissertações e lides de jornais.

2.1. Problematizações acerca do “Grupo Reflexivo”

Iniciando pela crítica ao termo 1 – Grupos Reflexivos –, notamos que as dinâmicas ocorridas nesses espaços se concentram na autorreflexão e na reavaliação de comportamentos pessoais. O objetivo, não raro, é fomentar um processo introspectivo, onde os sujeitos-alvo possam reconhecer e questionar as atitudes violentas. A grande questão que se coloca é que esse enfoque tende a ser mais individualizado e pode deixar de considerar as dimensões sociais e culturais que perpetuam a violência. Vemos nessa terminologia uma porta aberta para a reversão da construção de uma sala de aula modificada pelo feminismo que arduamente lutou para que o pessoal, o individual fosse considerado político e de influência no coletivo. A professora e pesquisadora bell hooks (2020, p. 97) dá base a nossa crítica ao dizer:

As salas de aula foram alteradas de maneira fundamental pela insistência do movimento feminista contemporâneo em que ‘o pessoal é político’, em que experiência deve ser tão valorizada quanto as informações factuais, e em que há de fato espaço no processo de aprendizagem para contar histórias pessoais.

Se referindo ao espaço da sala de aula – seja ela qual for –, a autora caminha por um percurso de evidente engajamento coletivo. Esse grupo de aprendizagem, de educação é mais do que um mero provocador de reflexão pessoal. Ele deve oferecer aos HAV momentos de autoavaliação, momentos de avaliação coletiva, mas ir além de tudo isso, criando uma porta para a aquisição de um conhecimento que lhes faltou ao longo da vida. É preciso assumirmos o fato de que todo ensino transformador só o é quando conseguimos desenvolver o que hooks (2020) chama de “pensamento crítico”. O pensamento crítico, para a autora mencionada, é um ato profundamente emancipador, enraizado na capacidade de questionar o *status quo*, confrontar sistemas opressivos e transformar a consciência individual e coletiva. O pensamento crítico não é apenas uma prática intelectual pontual, mas também uma prática política e ética, que busca desestabilizar narrativas dominantes e criar espaços para vozes marginalizadas a partir dos sujeitos que tomam a consciência desse processo; podemos afirmar que o pensamento crítico exige envolvimento ativo, criatividade e compromisso com a justiça social, indo além de uma simples análise passiva ou reprodução de ideias. Trata-se de um processo de conscientização que conecta o indivíduo à sua realidade sociopolítica e o impulsiona a agir sobre ela. Para bell hooks (2020, p. 31):

Pensar é uma ação. Para todas as pessoas que pretendem ser intelectuais, pensamentos são laboratórios aonde se vai para formular perguntas e encontrar respostas, o lugar onde se unem visões de teoria e prática. O cerne do pensamento crítico é o anseio por saber – por compreender o funcionamento da vida.

É importante notar quando pensamos na crítica de hooks (2020) em relação às terminologias como “grupos reflexivos”, que fica claro que ela veria tal termo como potencialmente limitador. “Reflexivo” implica um foco na introspecção, o que, embora importante, pode ser insuficiente se não estiver ligado a uma análise crítica das estruturas sociais e culturais, além do que ela chama de união entre teoria – reflexão – e prática – ação. Os HAV precisam refletir, ninguém duvida, mas precisam agir social dentro de uma estrutura que ainda os colocam como sujeitos dominadores. Defendemos que a reflexão individual precisa estar ancorada em um processo coletivo e sistemático de questionamento das desigualdades, particularmente aquelas relacionadas ao patriarcado, racismo e outras formas de opressão. Sem esse componente crítico, um “grupo reflexivo” corre o risco de se tornar apenas um espaço de conforto individual ou uma ferramenta paliativa, sem desafiar as raízes das dinâmicas de poder. De acordo com o Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa (2001, p. 89), o termo “refletir” quer dizer “Concentração do espírito sobre si próprio, suas representações, ideias, sentimentos: Significa focar a mente em si mesmo, seus pensamentos e emoções”.

Além do próprio significado da palavra ser por obviedade muito voltado ao pensamento particular, historicamente, a Arte também registrou em sua evolução estética o lugar de quem “domina”, este é o verbo correto, uma “reflexão”. Na imagem a seguir, vemos uma escultura, produzida pelo francês Auguste Rodin (1840-1917) em 1902:

FIGURA 5 – Le Penseur (O Pensador)



Fonte: <https://theradicalcatholic.blogspot.com/2015/03/the-moral-agent.html>.

A escultura produzida por Rodin, muito presente nos livros didáticos, é uma representação do ato introspectivo da reflexão. A imagem de um homem sentado, com o corpo curvado sobre si mesmo, a mão apoiando o queixo, carnifica a concentração profunda, o mergulho interior em busca de respostas ou verdades. No entanto, essa imagem, ao mesmo tempo que exprime a capacidade humana de pensar, também denuncia, em sua quietude e isolamento, os limites de uma reflexão que permanece confinada à interioridade. *O Pensador* não se move, não age; ele é estático, preso em sua solidão, um contraste com as exigências de um pensamento que busca a transformação coletiva. Essa leitura da obra de Rodin oferece um caminho para a crítica que faço ao termo “grupos reflexivos” no contexto dos espaços voltados para HAV. Embora a reflexão seja um elemento importante no processo de mudança, ela, por si só, não é suficiente para gerar transformação. Uma reflexão que se limita à introspecção corre o risco de se tornar estéril. Assim como *O Pensador* permanece imóvel, a mera reflexão individual, sem conexão com um coletivo, leva à paralisia e ao reforço de padrões já estabelecidos. Movimento similar da Arte ocorre na obra de Michelangelo (1508-1512), em afresco produzido no teto da Capela Sistina, e destacado na obra do pesquisador da Estética e História da Arte, João Coviello (2020).

FIGURA 6 – Detalhe do Profeta Jeremias



Fonte: Michelangelo. Teto da Capela Sistina. 1508-1512. Afresco, 4.023x1.340m. Palácio Apostólico, Vaticano.

Como é possível notar, o afresco apresenta uma figura reflexiva, introspectiva, caracterizada por sua postura curvada, o rosto apoiado na mão e a expressão de cansaço. Jeremias parece envolto em seus pensamentos, mergulhado em uma contemplação sobre os males de sua época e a destruição de Jerusalém. Sua imagem, assim como *O Pensador* de Rodin, deixa entrever os limites da reflexão isolada. Jeremias reflete, mas

não se move, preso ao fardo de suas ideias e à inação que sua postura comunica. As duas imagens foram arroladas por nós como prova de que não estamos debatendo apenas “terminologias” que burocratizam os serviços e condecoram com status de “avanço” este trabalho de doutorado. Todavia, as imagens trazidas revelam que o pensamento transformado em palavra se transforma em ato. O ato aqui que merece nossa atenção é o da metodologia adotada pelos grupos para HAV a partir de suas próprias decisões nominativas.

2.2. Problematisações acerca do “Grupo Socioeducativo”

Fazendo uma breve crítica à terminologia 2, “grupo socioeducativo”, devemos destacar a combinação de aspectos sociais e educacionais que o termo busca trazer. Dentre todos os mencionados, talvez ele fosse o mais adequado. Contudo, a palavra “socioeducação” já é usada intrinsecamente compositiva à identidade de um serviço voltado para crianças e adolescentes em conflito com a Lei, como bem mostraram Joyce Alves da Silva, e Leandro Rodrigues Nascimento da Silva (2024), em obra intitulada *Raízes da Punição: gênero e sexualidades na socioeducação*. Os autores mencionados defendem a ideia de que somente a partir da Constituição de 1988, a e promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), é que se começou a falar em “socioeducação” dentro de um contexto bastante específico. Vejamos:

[...] a Constituição falava das medidas socioeducativas e o ECA, que surgiu para dar suporte e melhor salientar os direitos das crianças e dos/as adolescentes, alguns já contemplados no texto constitucional de 1988, ainda havia uma lacuna a ser preenchida. A Constituição falava das medidas socioeducativas e o ECA também; todavia, a vagueza e o pouco detalhamento de como seriam aplicadas as medidas de ressocialização exigiam um novo documento capaz de traduzir as especificidades do que seria o processo socioeducativo e de como, na prática, se orientariam as instituições incumbidas do gerenciamento dessas medidas. Dessa realidade surgiu o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE). A função desse documento seria a de nortear o atendimento cotidiano nas entidades responsáveis pela socioeducação. Entidades com a premissa de acolher o/a autor/a do ato infracional, acompanhá-lo/a com uma equipe multidisciplinar de profissionais dedicados à garantia dos direitos da criança e do adolescente e empenhados/as em reconduzir, o/a menor infrator/a à esfera social, de sorte que não voltasse o/a acolhido/a a praticar atos infracionais. (Silva; Silva 2024, p. 33-34).

Como fica bem nítido na citação anterior, a própria terminologia “socioeducação”, surgida das reflexões acerca do tratamento de crianças e adolescentes em conflito com a Lei, deu origem a Lei 12.594/2012 por nome Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE). Este documento estabelece diretrizes e normativas específicas para o atendimento socioeducativo, vinculando-o diretamente ao cumprimento de medidas socioeducativas previstas no Estatuto da Criança e do

Adolescente (ECA). Quando esse mesmo termo é empregado para designar os grupos destinados a HAV, ocorre um deslocamento semântico que gera confusão nas perspectivas e finalidades desses espaços. A utilização do termo “socioeducativo” nesse contexto leva à associação implícita, ainda que não intencional, com práticas voltadas à reabilitação de menores infratores, sugerindo uma abordagem corretiva, o que não reflete a complexidade do trabalho necessário com os autores de violência de gênero. Somado a isto, o termo carrega consigo o peso de uma história institucional que já está consolidada em outro campo, o que obscurece a especificidade e a singularidade das práticas destinadas aos HAV.

Ao lermos o texto da Lei 12.594/2012, vemos claramente como ela circunscreve a utilização do termo e o emprega na caracterização de um dado serviço, com diversos marcadores e proposições que são extremamente díspares do que podemos entender por grupos para na perspectiva da Lei Maria da Penha HAV. Logo em seu artigo 1º, nos é dito: “Esta Lei institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) e regulamenta a execução das medidas **destinadas a adolescente que pratique ato infracional.**” [grifo nosso]. Há um público-alvo, e há uma espécie de contexto jurídico: o ato infracional. Cabe ressaltar que os HAV não praticam “infração”, eles praticam, pela tipificação na forma da Lei, um “crime” de baixo potencial gravidade. Ainda no artigo 1º da referida Lei, há a discriminação do que é entendido no meio jurídico como medidas, ou ações “socioeducativas”:

§ 2º Entendem-se por medidas socioeducativas as previstas no art. **112 da Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990** (Estatuto da Criança e do Adolescente), as quais têm por objetivos:

I - a **responsabilização do adolescente** quanto às consequências lesivas do ato infracional, sempre que possível incentivando a sua reparação;

II - a integração social do adolescente e a garantia de seus direitos individuais e sociais, por meio do cumprimento de seu **plano individual de atendimento**;

e III - a desaprovação da conduta infracional, efetivando as disposições da sentença como parâmetro máximo **de privação de liberdade ou restrição de direitos**, observados os limites previstos em lei. [grifo nosso].

No primeiro grifo que fizemos, constatamos a nítida relação do termo “socioeducação” com o ECA; no segundo grifo que demos verifica-se, mais uma objetiva vez, a intenção do público-alvo que será atendido a partir desse conceito; no

terceiro grifo que fizemos é mencionado o Plano Individual de Atendimento (PIA), o que, como nos ensina a doutrina de Silva e Silva (2024), é de poder dos familiares e do Ministério Público funcionando como uma espécie de assentamento do sujeito atendido para efeitos de verificação de cumprimento da legislação vigente no decurso do serviço socioeducativo, algo que fosse completamente à realidade dos grupos para HAV; e no quarto grifo que fizemos, se impõe ainda mais a especificidade do serviço socioeducativo, o qual, em parte, traz como remédio jurídico-político-social o acautelamento do infrator, o que também não corresponde aos grupos para HAV. Essa sobreposição semântica, ao invés de contribuir para o avanço das discussões e práticas, dificulta a compreensão do verdadeiro propósito desses grupos. Ao adotar terminologias que carregam significados bem estabelecidos em áreas distintas, corre-se o risco de diluir a identidade do serviço sobre o qual ora discorreremos. Por isso, queremos repensar o uso de termos como “socioeducação” nesse contexto, buscando uma nomenclatura que respeite a singularidade dessas iniciativas e, ao mesmo tempo, evite confusões que possam comprometer sua legitimidade, sua clareza de propósito.

2.3. Problematisações acerca do “Grupo Terapêutico”

Questionando de igual forma a terminologia 3 – grupos terapêuticos –, temos contra ela fortes objeções. Compulsando as páginas do Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, a palavra-adjetiva “terapêutico” é relativa à terapia, ao tratamento de doenças. Portanto, o vocábulo carrega a ideia de um espaço de tratamento psicológico ou emocional, o que sugere que o trabalho com os participantes tem como objetivo primordial o reparo de traumas ou dificuldades pessoais. No entanto, isso só contribui para reforçar a ideia de que o problema é puramente individual, desconsiderando as questões patriarcais maiores que influenciam a violência e atitude do sujeito masculino ou que exerce substantivamente essa posição⁸ no espaço doméstico. Nos auxiliando em nossas argumentações, temos a célebre obra de Ana Maria Colling (2021), intitulada por *A cidadania da mulher brasileira: uma genealogia*. Na obra mencionada, a autora identificará como o discurso médico da psiquiatria constituiu não somente a mulher, mas também o homem.

Os diagnósticos que conduzem a mulher a ser caracterizada como doente mental concentram-se na esfera da sua natureza, da sua sexualidade, enquanto o doente mental

⁸ Encetamos aqui outros sujeitos para além dos que nasceram biologicamente machos por compreendermos que há outros modelos de exercício do que chamamos de “domasculinidade”, conceito este que será objeto de nossas análises mais adiante neste capítulo.

do sexo masculino possui este desvio por motivos atinentes ao seu trabalho, política, etc.

[...]

Estes discursos recorrentes, que exerceram influência decisiva tanto na elaboração dos Códigos Civis e das Constituições de todo Ocidente, servem como álbi para justificar a situação de inferioridade em que o sexo feminino foi colocado. Foucault refere-se ao saber como discurso, numa relação dialética entre saber/poder. Os saberes produzidos por relações de poder estão implicados na construção e implementação de significados nas sociedades, instituindo regimes de verdade. Assim, também as diferenças sexuais são construídas por discursos que as significam hierarquizando-as. (Colling, 2021, p. 62 e 69).

Como nos diz o excerto anterior, o discurso médico criou os sujeitos das “doenças” em decorrência de seus gêneros. Os homens, doentes pelo trabalho, pelo contexto, poderiam no passado, inclusive, alegar perda de sentidos, peculiaridades psíquicas ou transtornos que careciam de abordagem terapêutica que vinha junto com a desresponsabilização do ato delituoso cometido contra sua companheira. É o que fica registrado no poema de Manuel Bandeira (1958, p. 257), intitulado de *Tragédia Brasileira*:

Misael, funcionário da Fazenda, com 63 anos de idade,

Conheceu Maria Elvira na Lapa — prostituída, com sífilis, dermite nos dedos, uma aliança empenhada e os dentes em petição de miséria.

Misael tirou Maria Elvira da vida, instalou-a num sobrado no Estácio, pagou médico, dentista, manicura... Dava tudo quanto ela queria.

Quando Maria Elvira se apanhou de boca bonita, arranhou logo um namorado.

Misael não queria escândalo. Podia dar uma surra, um tiro, uma facada.

Não fez nada disso: mudou de casa.

Viveram três anos assim.

Toda vez que Maria Elvira arranjava namorado, Misael mudava de casa.

Os amantes moraram no Estácio, Rocha, Catete, Rua General Pedra, Olaria, Ramos, Bonsucesso, Vila Isabel, Rua Marquês de Sapucaí, Niterói, Encantado, Rua Clapp, outra vez no Estácio, Todos os Santos, Catumbi, Lavrado, Boca do Mato, Inválidos...

Por fim na Rua da Constituição, onde Misael, privado de sentidos e de inteligência, matou-a com seis tiros, e a polícia foi encontrá-la caída em decúbito dorsal, vestida de organdi azul.

O poema traz uma narrativa que acompanha a trajetória de Misael e Maria Elvira, culminando em um desfecho trágico a partir de um ato violento. A alegação de

Misael de que agiu privado de sentidos e de inteligência é uma típica tentativa de desresponsabilização, deslocando o foco de sua ação consciente para um estado de descontrole emocional. Essa narrativa encontra respaldo na ideia de que homens que cometem violência contra mulheres poderiam ser direcionados exclusivamente a intervenções terapêuticas, como se o ato violento fosse resultado de uma fragilidade emocional ou de uma doença que precisa de cura, e não de uma escolha inserida em um contexto cultural e estrutural de poder.

Criticar o conceito de “grupo terapêutico” no contexto dos HAV é reconhecer que ele acaba reforçando a visão de que esses atos decorrem de questões internas, individuais, que requerem tratamento psicológico, ao invés de serem analisados como expressões das masculinidades que se perpetuam em sistemas opressão. No caso de Misael, sua ação não é apenas um lapso ou uma falha momentânea, mas o ápice de uma dinâmica de controle e possessividade que se manteve ao longo dos anos. Encaminhá-lo a um grupo terapêutico poderia focar exclusivamente em tratar a tal perda de sentidos, ignorando a dimensão de suas ações e suas escolhas intencionais ao longo da narrativa. O desfecho do poema é um alerta poderoso: tratar a violência como uma patologia desconectada de suas raízes não apenas desresponsabiliza o agressor, mas perpetua o ciclo injustiça. Portanto, objetamos a terminologia “grupos terapêuticos”.

2.4. Problematisações acerca do “Grupo Reeducativo”

Analizando a terminologia 4 – grupos reeducativos –, não encontramos estrutura semântica e histórica cabível para sua aplicabilidade diante das caracterizações dos HAV que são atendidos nos mais diferentes serviços destinados a essa temática. Isso afirmamos porque há com o termo forte relação política, organizativa no campo da Educação que pesa materialmente na macroestrutura da sociedade. Iniciando nossas observações acerca da parte morfológica da palavra, vemos que ela é formada pelo prefixo “re“, de origem latina, fazendo referência a ideia de repetição, de retorno à prática de algo. Ao ser adicionado ao radical “educ“, que do verbo regular “educar” – do latim *educare*, significando guiar, instruir –, o prefixo modifica o sentido básico da palavra, criando um processo de educação reiterada. O sufixo “ção“, também de origem latina, é um formador de substantivos que denotam ação ou resultado de um processo, derivado do sufixo latino *tione* (Cunha, 2008; Bechara; 2015). Dessa maneira, conclui-se pela exposição de sentido da própria palavra que reeducar é ensinar novamente de forma diferenciada ou diversificada algo que já havia sido ministrado antes.

Contudo, a alusão terminológica corresponde a um falseamento da realidade cultural cumulativa dos sujeitos atendidos nos grupos para HAV. No caso de HAV, o pressuposto subjacente é sim falacioso porque muitos desses indivíduos sequer possuem consciência de gênero ou compreendem as dinâmicas de poder e desigualdade que sustentam seus comportamentos violentos. Assim, aplicar o termo “reeducação” implica, erroneamente, que esses homens já possuem internalizados valores e práticas baseados na igualdade de gênero e no respeito às mulheres, mas que, por algum motivo, deixaram de aplicá-los em sua hodiernidade. Contra essa terminologia provam seu equívoco as próprias teses aqui neste trabalho arroladas, uma vez que a realidade observada nos estudos e práticas desses grupos indica que a maior parte dos participantes nunca desenvolveu essa consciência ou habilidade de forma consistente. Em outras palavras, não há, na maioria dos casos, uma base prévia para ser reeducada.

Com relação à adoção do termo “grupos reeducativos” de forma massiva nos trabalhos produzidos no Brasil, identificamos que eles foram usados em consonância com o texto do legislador da adição da Lei 13.984/2020, que alterou a Lei Maria da Penha, instituindo, judicialmente, os grupos para HAV. Assim menciona o texto jurídico da Lei 13.984/2020, em seu artigo 22º, em suas prescrições acerca da instauração das medidas protetivas de urgência, que:

Art. 22. Constatada a prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos desta Lei, o juiz poderá aplicar, de imediato, ao agressor, em conjunto ou separadamente, as seguintes medidas protetivas de urgência, entre outras:

I - suspensão da posse ou restrição do porte de armas, com comunicação ao órgão competente, nos termos da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003;

II - afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida;

III - proibição de determinadas condutas, entre as quais:

a) aproximação da ofendida, de seus familiares e das testemunhas, fixando o limite mínimo de distância entre estes e o agressor;

b) contato com a ofendida, seus familiares e testemunhas por qualquer meio de comunicação;

c) freqüentação de determinados lugares a fim de preservar a integridade física e psicológica da ofendida;

IV - restrição ou suspensão de visitas aos dependentes menores, ouvida a equipe de atendimento multidisciplinar ou serviço similar;

V - prestação de alimentos provisionais ou provisórios.

VI – comparecimento do agressor a programas de **recuperação e reeducação**; e (Incluído pela Lei nº 13.984, de 2020) [grifo nosso].

Como é visto na subseção VI, a Lei, já baseada numa discussão acadêmica anterior, consagra o termo e o cristaliza, registrando uma convergência com o debate que havia no ano de 2020. No entanto, os usos linguísticos que se fizeram dessa terminologia antes mesmo dela ser cristalizada no corpo da Lei, já demonstravam certo desvirtuamento com o que se planejava fazer desses serviços em 2008. Vejamos que,

antes da promulgação da Lei 13.984/2020, já existiam iniciativas voltadas para criar diretrizes que fossem executadas no atendimento a HAV. Em 2008, por exemplo, a Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres (SNPM) elaborara as primeiras diretrizes voltadas à criação, ao desenvolvimento e à manutenção de grupos voltados para esse público (Beiras; Nascimento; Incrocci, 2019), intituladas por *Diretrizes Gerais dos Serviços de Responsabilização e Educação do Agressor*.⁹

O objetivo precípua do serviço de **responsabilização e educação** do agressor é o acompanhamento das penas e decisões proferidas pelo juízo competente no que tange ao agressor. Portanto, o serviço tem um caráter obrigatório pedagógico e não um caráter assistencial ou de ‘tratamento’ (seja psicológico, social ou jurídico) do agressor. (BRASIL, 2008, p. 65-66) [grifo meu].

Ao acessar o documento da SNPM, citado por Beiras, Nascimento e Incrocci (2019), encontramos esclarecimentos sobre os objetivos que orientavam os grupos dois anos após a promulgação da Lei Maria da Penha. O texto destaca a importância desses espaços como instrumentos de transformação das práticas e mentalidades desses homens, promovendo uma compreensão sobre as dinâmicas de gênero e as desigualdades que sustentam a violência contra a mulher. O documento ratifica o que defendemos aqui, que tais grupos deveriam atuar de maneira educativa, priorizando a desconstrução de comportamentos violentos e a construção de novas formas de convivência baseadas no respeito entre os gêneros.

Como esperávamos, a discussão sobre os grupos educativos deve, de fato, focar na metodologia e na condução pedagógica que os orienta. Tanto a Lei 11.340/2006 quanto as *Diretrizes Gerais dos Serviços de Responsabilização e Educação do Agressor* convergem nessa perspectiva. Vale destacar que o documento da SNPM, aqui referenciado, é resultado de debates realizados em um *workshop* no Rio de Janeiro, em 2008, intitulado *Discutindo os Centros de Educação e Reabilitação do Agressor*. Esse evento reuniu representantes de diversos Ministérios, militantes feministas e membros da sociedade civil, o que reforça a amplitude das contribuições para a formulação dessas diretrizes. Outro trecho relevante do documento citado, que merece destaque, aborda a conceituação dos serviços voltados aos HAV. Conforme descrito no documento (BRASIL, 2008, p.66):

⁹ O próprio nome das Diretrizes não utiliza o termo “reeducação”.

Por meio da realização de atividades educativas e pedagógicas que tenham por base uma perspectiva feminista de gênero, o Serviço de Responsabilização e Educação deverá contribuir para a conscientização dos agressores sobre a violência de gênero como uma violação dos direitos humanos das mulheres e para a responsabilização pela violência cometida. Juntamente com as demais atividades preventivas – tais como realização de campanhas nacionais e locais, formação de professores e inclusão das questões de gênero e raça nos currículos escolares – o serviço poderá contribuir para a desconstrução de estereótipos de gênero; a transformação da masculinidade hegemônica; e a construção de novas masculinidades.

Com base no trecho destacado, é evidenciada a importância central atribuída ao desenvolvimento de atividades “educativas e pedagógicas”, levando em consideração os avanços científicos nas áreas das Ciências Humanas, particularmente na Teoria Feminista e nos Estudos de Gênero. É fundamental destacar a menção do documento à formação de professores e professoras na temática de gênero, profissionais que atuariam nas escolas para realizar um trabalho de conscientização sobre as desigualdades de gênero desde a base formativa dos indivíduos. Pode-se inferir que esses educadores também poderiam ter participação nos grupos educativos, visto que o documento aborda conceitos típicos das licenciaturas de cursos superiores, como “educação” e “atividades pedagógicas”, que não são comumente discutidos nos bacharelados, como nas áreas de Psicologia, Assistência Social e Direito. No entanto, a diretriz não desconsidera a interação com essas áreas, mas, ao contrário, prevê o encaminhamento dos HAV para esses serviços quando necessário, em paralelo ao desenvolvimento das atividades nos grupos educativos. Finalmente, o documento reafirma de forma clara (BRASIL, 2008, p.69):

O serviço não constitui um espaço de ‘tratamento’ dos agressores e deverá se restringir ao acompanhamento dos homens processados criminalmente (apenados ou não), com base na Lei Maria da Penha. Não cabe ao serviço a realização de atividades referentes ao atendimento psicológico e jurídico dos agressores, à mediação, à terapia de casal e/ou terapia familiar e ao atendimento à mulher em situação de violência.

Com essa afirmação, objeta-se, tanto a terminologia dos “grupos terapêuticos”, tanto a terminologia dos “grupos ressocializadores”, os quais abordaremos mais adiante neste trabalho, bem como a terminologia dos “grupos reeducadores” pelo que já expusemos noutros excertos. Para finalizarmos a nossa crítica ao conceito de “grupos reeducadores”, somamos ao que se disse o fato desse termo está intimamente ligado com uma visão tradicional de qualquer processo educativo, por mais contraditório que

isso possa parecer. O fundamento de nosso argumento reside no decurso histórico de 1890 a 1920, quando houve nos Estados Unidos da América (EUA) um grande impulso nos processos de urbanização, industrialização e, conseqüentemente, imigração. Viu-se surgir desse contexto no campo organizativo e administrativo o taylorismo, que buscava uma organização mais racional e produtiva do espaço da fábrica. Buscando “reeducar” o cidadão a fim de torná-lo trabalhador, fazendo jus ao que Taylor apregoava, que era preciso colocar o indivíduo certo no lugar certo. Ou, em outras palavras, era preciso encaixar uma peça numa engrenagem, tal qual foi registrado no filme *Tempos Modernos* (1936). Segundo Regiane Laura Loureiro (2019, p. 12), para reeducar esses sujeitos a partir de uma diretriz curricular, ocorreu o seguinte movimento:

[...] muitos dos departamentos das universidades que trabalhavam com questões curriculares tinham como incumbência ditar o que as escolas deveriam realizar, pois elaboravam documentos a serem cumpridos pelas unidades educacionais. Dessa forma, a divisão técnica do trabalho não acontecia apenas nas indústrias, em que uns pensavam e outros executavam, mas também no contexto escolar, em que os profissionais deveriam ensinar o que já estava predeterminado e com estratégias definidas pelos especialistas.

Assim, vemos que as universidades não deixaram de contribuir, nos EUA, com o processo de formulação de normas e conceitos, que povoariam as matrizes curriculares das escolas, a fim de que uma reeducação em massa da sociedade fosse adiante visando como fim a mão de obra para o mercado de trabalho. Nosso contexto é outro, não há dúvidas, como também não há que depois dessa experiência a qual demos o nome de Teoria Tradicional do currículo, outras formas de pensar qualquer processo educativo tiveram que surgir, tal qual a Teoria Crítica do currículo, encabeçada por Louis Althusser (1919-1990), Pierra Bourdieu (1930-2002), Jean Claude Passeron (1930-), Michael Apple (1942-), Henry Giroux (1942-) e Michael Young (1915-2002), como nos mostram os estudos de Loureiro (2019).

Nesta teoria crítica, a qual vem no rasteio da perspectiva marxista, a terminologia “reeducação” dá lugar à nova educação, ou dá lugar à educação autêntica e genuína, produzida a partir das experiências materiais dos sujeitos. Segundo Vladimir Ilitch Lênin (2015, p. 21): “A velha escola forjava os criados de que necessitavam os capitalistas; fazia dos homens de ciência pessoas obrigadas a escrever e a falar segundo o gosto dos capitalistas. Isso quer dizer que devemos destruí-la.”. Aqui não carecemos de destruir a escola, mas basta-nos a destruição de qualquer produto humano que possa

aludir a um processo reeducativo voltado ao comportamental visando favorecer a continuação da estrutura econômica com sujeitos conscientes dos prejuízos decorrentes de suas ações mas alienados das reais estruturas de classe, raça e gênero que alicerçam suas mazelas rotineiras. Ainda na Teoria Pós-Crítica, que pensa os processos de educação social, nos quais estão localizados a política de educação dos HAV, a sala de aula contemporânea, a comunidade de aprendizagem são lugares de integridade e autenticidade (hooks, 2020), são espaços de circulação de uma pedagogia feminista (Louro, 2014), são espaços que precisam ser travestilizados (Nascimento, 2021), são espaços que precisam se *queerizar* (Santos, 2014) pois são esses os marcadores que compõem as vítimas da violência em decorrência do gênero. Para implementação dessa proposta teórica e prática revolucionária, não há que se falar em reeducação, mas e em um processo educativo dissidente (Peres; Toledo, 2011).

Como ficou demonstrado, o termo “grupos reeducadores” possui uma gênese ultrapassada – a qual chamamos no início deste capítulo de “desavisada” – de educação, que remonta a uma época em que o processo educativo estava intimamente ligado à formação de mão de obra para o sistema capitalista, sem considerar as questões sociais e identitárias dos sujeitos. Quando se fala em “reeducação”, o que se está sugerindo, muitas vezes, é um processo de adaptação do indivíduo a um modelo preestabelecido de comportamento, que ignora suas experiências e realidades concretas. Esse tipo de abordagem, que remonta ao taylorismo e à tradicional divisão técnica do trabalho, busca transformar o sujeito em uma peça funcional de uma engrenagem maior, sem questionar as estruturas de poder que sustentam as desigualdades de classe, gênero e raça, como já dito por nós no desenvolvimento de nossa tese. Em lugar de reeducar, o processo educativo pode dissidir, como defendem pensadores da Teoria Crítica e Pós-Crítica.

2.5. Problematisações acerca do “Grupo Interventivo”

A terminologia 5 – grupos interventivos – também não nos satisfaz, pois o conceito de intervenção remete, frequentemente, a uma ação que visa corrigir um problema específico de forma pontual. A palavra-adjetiva “interventivo” mostra que a violência pode ser contida ou modificada por meio de uma ação externa, isolada, muitas vezes desconsiderando, inclusive, as motivações do sujeito da ação. Isso implica em uma abordagem de intervenção técnica, onde o foco de atuação recai sobre o comportamento do autor da violência sem uma análise crítica do que molda esse comportamento, como as normas das masculinidades e o patriarcado. Cotidianamente,

usamos, inclusive, com muita facilidade essa terminologia para nos remetermos às incursões militares com fins de apacramento de situações-limites, tais como “intervenção militar”; “intervenção policial”; ou mesmo nos referimos às “intervensões médicas”. Em todos os exemplos, notamos a força nocional que o adjetivo traz, delegando a um agente externo certa força de comando e controle, execução e desfecho quase que numa afirmação sorrateira de que o sujeito está incapaz de responder por si e precisa urgente de uma intervenção, uma *blitz*. Por fim, merece destaque o fato de que esse termo apareceu poucas vezes nos trabalhos, parecendo não ser de muito agrado entre os pesquisadores, daí não nos atermos de forma mais longa a ele.

2.6. Problematizações acerca do “Grupo Ressocializador”

Questionando a terminologia 6 – grupos ressocializadores – mencionamos o fato de sua estrutura nutrir pressupostos que merecem uma análise, tanto do ponto de vista morfológico quanto conceitual. “Ressocializadores” deriva do verbo *ressocializar*, que, por sua vez, é formado pelo prefixo “re” que indica repetição, e pelo radical “social”, relativo à sociedade, e pelo sufixo “izar” que confere ao verbo o sentido de tornar algo de uma determinada forma. Depois dessa análise, *ressocializar* presentifica a ideia de voltar a socializar ou de reintegrar o social. A utilização do termo que ora criticamos também traz ao debate implicações éticas, especialmente quando considerado o contexto jurídico e social no qual é empregado. Tradicionalmente, o termo “ressocialização” tem sido associado ao processo de reintegração de indivíduos que passaram por instituições prisionais ou sistemas de justiça penal, como forma de reintegrá-los ao convívio social após o cumprimento de uma pena. Essa noção de ressocialização se aplica a indivíduos que cometeram crimes de maior potencial ofensivo e que, após passarem pelo sistema penal, necessitam de um processo de adaptação e reintegração à sociedade. O processo de ressocialização nesses casos está vinculado à ideia de que o sujeito cometeu um ato criminoso grave e, portanto, deve ser submetido a uma intervenção que permita seu retorno à sociedade de forma controlada e, de certo modo, ajustada.

Existem dois tipos de HAV: os que praticaram crime de maior potencial ofensivo, foram julgados, apenados e cumpriram a pena; e existe o grupo do qual falamos, que não necessariamente foram julgados, mas foram conduzidos aos grupos educativos como uma forma de aprendizado mitigador de situações futuras e mais deletérias. Reconhecendo essa dinâmica, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação

Participativa (CDHLP) deu seu aval para um projeto de lei que estabelece orientações para a ressocialização desse primeiro grupo de HAV do qual falamos. A proposta, que é identificada como PL 5.704/2023 e foi apresentada pela senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA), foi aprovada com modificações sugeridas pela senadora Leila Barros (PDT-DF). O projeto foi encaminhado para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) para análise final, e ainda não foi aprovado em sua versão final. Quando lemos a íntegra da proposta, encontramos o seguinte:

A ressocialização é uma estratégia eficaz para prevenir a reincidência criminal. Sabemos que as políticas de proteção às mulheres, acertadamente, focalizaram sua ação nos cuidados das vítimas. Precisamos, agora, dar um passo além e criar um ambiente em que elas deixem de ser constantemente agredidas em seus próprios lares. Para isso, entre outras medidas, é preciso investir na prevenção à reincidência. **Não são poucos os homens condenados que, após cumprir sua pena,** voltam a ameaçar e até mesmo tirar a vida de mulheres. É preciso agir para proteger urgentemente a idoneidade física e psicológica das mulheres e um caminho seguro para isso, entre tantos que sabemos existir, é centrar o problema no lugar certo: no agressor. **O agressor condenado** precisa ser recuperado, reeducado, ressocializado, enfim, nascer de novo para uma convivência familiar saudável. E ressocializar o agressor é trabalhar para evitar a morte de mulheres. Dados do Ministério Público apontam a redução de 65% para 2% do percentual de reincidência dos homens que participaram de grupos reflexivos sobre a violência doméstica e familiar. Esse dado é importante e precisa ganhar a atenção do Poder Legislativo. Deve-se investir em todas as alternativas viáveis em busca da preservação da vida das mulheres. Por isso, visando a proteção das mulheres, proponho a criação de uma política que reconhece a complexidade da violência doméstica e familiar, a necessidade de que seja abordada no sistema penal sob uma perspectiva única, capaz de abranger as causas subjacentes da violência de gênero, e de contribuir para a transformação de agressores em pessoas capazes de serem reintegradas à sociedade. Note-se que a ressocialização não nega a responsabilidade pelos atos cometidos, tampouco repudia menos os atos cometidos. Ao contrário, busca incorporar e conscientizar os próprios condenados na reflexão sobre as consequências de seus comportamentos, incentivando a compreensão e o arrependimento. Além disso, consideramos que esse tipo de abordagem constitui verdadeiro investimento na redução geral da criminalidade e na saúde financeira tão combatida de nosso sistema prisional. Pelo exposto, peço a atenção de meus Pares ao projeto, que aperfeiçoa as políticas de proteção às mulheres. (Senado Federal, 2023, p. 4) [grifo nosso].

É nítido que a proposta de ressocialização é voltada para um grupo específico de HAV, e confundir esses grupos é incapacitar os serviços de atingirem com objetividade seus propósitos, além de faltar com a dignidade que, mesmo num ato delituoso, todo o

ser humano merece que seja mantida de acordo com o potencial ofensivo de seus atos. O que estamos salientando aqui é que essa terminologia mencionada, se aceita por nós, e indiscriminadamente aplicada a grupos destinados a HAV, configurará à dimensão ética do serviço problemática, pois o termo já possui um estigma próprio de um sistema punitivo, onde a punição e a necessidade de reintegração se vinculam diretamente à ideia de que o indivíduo cometeu um crime de grande magnitude. No entanto, a violência contra a mulher, embora grave e de alto impacto social, muitas vezes é enquadrada, especialmente no contexto dos grupos educativos, como um delito de menor potencial ofensivo – o que pode ser debatido na doutrina jurídica se é correto ou não –, de acordo com a legislação, como no caso da Lei Maria da Penha. Essa classificação implica que a intervenção a ser realizada não deveria ter o caráter punitivo que usualmente acompanha o conceito de ressocialização, mas, ao invés disso, deveria focar em educação, conscientização e reestruturação das relações.

Quando falamos em ética, devemos sim pontuar que ela, no serviço público, especialmente quando relacionada à educação em grupos de HAV, é um compromisso com a justiça social, a dignidade humana e a promoção do bem-estar coletivo, respeitando os direitos de todos os indivíduos envolvidos, sejam as vítimas ou os próprios HAV. Nesse contexto, a ética não se restringe a simplesmente seguir a legislação, porém envolve reflexão sobre as práticas adotadas e a busca por soluções possíveis. A ética no serviço público voltado a esse tema garante que as intervenções sejam baseadas no princípio da não discriminação. Isso significa que qualquer ação educativa não pode reforçar estereótipos (Gomes; Ramos, 2014). Segundo os estudos éticos de Doris Gomes e Flávia Regina Souza Ramos (2014, p. 3):

A responsabilidade para com o outro tem potência para ir em direção ao outro desconhecido, especialmente quando entra, na relação, um terceiro: o social percebido como uma comunidade moral. Nesse sentido, expande-se a necessidade de códigos, leis, jurisdições e instituições que possibilitem o senso moral encarnado como justiça social. Uma realidade sobre a velha contradição da relação moral: a singularidade da relação *sub judice* do coletivo, desafio ético para o qual todos os seres humanos estão expostos pela própria presença dos outros. Pergunta-se: os interesses sociais são pauta na singularidade da relação profissional/paciente?

A citação em destaque aborda a ética da qual falamos entre o indivíduo, o coletivo e o papel das instituições, questionando como a responsabilidade para com o outro se manifesta na prática social, especialmente quando envolve sistemas jurídicos e

sociais. Ela toca em pontos chave de ética e justiça social, se conectando diretamente aos grupos com HAV. A ideia de responsabilidade para com o outro nota considerar o sujeito em sua totalidade, reconhecendo a alteridade do outro, o que é essencial quando se lida com o público do qual estamos a falar, que podem ser vistos como desconhecidos em sua peculiaridade pessoal. A introdução do terceiro, ou seja, a comunidade moral representada pelas instituições, só se faz com a necessidade de uma abordagem coletiva para um problema de caráter individual mas também sistêmico, como a violência doméstica. Esse terceiro é justamente a sociedade, as leis, a moralidade coletiva, e a ética no serviço público, que deve buscar justiça sem perder de vista a humanidade do infrator. O excerto direto que colocamos em nosso texto toca na velha contradição da relação moral, singrando a tensão entre a singularidade de um indivíduo, que está em uma situação específica, o homem que cometeu o delito, e a obrigação da sociedade como um todo, que deve garantir a aplicação de leis e códigos de conduta. Essa é a contradição a qual muitos não desejam pensar.

2.7. Problematisações acerca do “Grupo Preventivo”

Justificadas as nossas compreensões sobre o termo “grupos ressocializadores”, passemos à crítica da terminologia 7 – grupos preventivos. Podemos iniciar dizendo que ela apresenta uma contradição conceitual. A ideia de prevenção está ligada a de antecipação de eventos indesejados, ou seja, a ações que buscam evitar que algo ocorra. No entanto, quando estamos lidando com homens que já cometeram atos de violência, não há mais espaço para prevenir aquilo que já aconteceu. Nesse contexto, o uso do termo preventivo soa inadequado, porque ele desloca o foco da necessária responsabilização e transformação para uma tentativa de remediar algo que já se manifestou de forma concreta. Se considerarmos a prevenção como algo que deveria ocorrer antes do delito, sua atuação estaria melhor situada em espaços educativos mais amplos, como a educação básica. É nesse âmbito que o enfrentamento à violência de gênero deveria começar, através da promoção da consciência de gêneros. Desde a formulação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), já havia, no volume 10, intitulado de *Pluralidade Cultural e Orientação Sexual*, o intento de instituir uma educação plural que, de fato, cumprisse o papel preventivo em casos de violência em decorrência do gênero. Segundo Jessica Sampaio Fiorini (2020, p. 6):

A partir da concepção presente nos PCNs de que a escola deve contemplar as demandas sociais, propõe-se que sejam abordadas questões que permeiam a vida dos/as estudantes

e com as quais eles/as lidam em seu cotidiano. Nesse sentido, além de contemplar as diversas áreas do conhecimento, os PCNs ainda trazem temas que, devido à especificidade de cada um, são apresentados como sendo “Temas Transversais”, e não como disciplinas ou áreas do conhecimento. Assim, atendendo aos apontamentos da LDBEN de 1996, os PCNs congregam a abordagem de valores na escola, ou seja, de conteúdos atitudinais como sendo um dos objetivos do Ensino Fundamental elucidados por meio dos temas transversais (JACOMELI, 2004). Dessa forma, dentre os temas transversais encontram-se “Pluralidade Cultural”; “Meio Ambiente”; “Saúde”; além de “Orientação Sexual”, que, por sua vez, ao ser incluído no currículo escolar, institui a questão da sexualidade na escola, no Ensino Fundamental. Entretanto, a inclusão desses conteúdos como conhecimento escolar, tal como a da sexualidade no currículo educacional brasileiro, não ocorreram de forma espontânea. Além de terem sido influenciadas pelo contexto histórico e político vivido no país, como também por eventos internacionais que discutiam a reformulação de políticas educacionais, alguns temas trazidos para os PCNs vêm das necessidades e demandas sociais reivindicadas por meio dos Movimentos Sociais ocorridos naquele período, segundo apontou César (2004 apud CÉSAR 2009). A inclusão da sexualidade no currículo brasileiro, por sua vez, também não fez parte de lutas ocorridas somente no período em que os PCNs foram formulados. Conforme será visto mais adiante, essa inclusão foi resultado de muitas tentativas e lutas de grupos que já percebiam a necessidade de se abordar a temática na escola, muito antes da elaboração do documento.

Dessa forma, como visto no excerto anterior, a preocupação com uma educação verdadeiramente preventiva não é recente, mas está fundamentada em uma concepção que reconhece a escola como espaço essencial para responder às demandas sociais, incluindo temas que permeiam a vida cotidiana dos estudantes. A inclusão de Temas Transversais nos PCNs, como “Orientação Sexual”, era uma tentativa clara de tratar questões fundamentais antes que se manifestem como problemas em larga escala. Isso corrobora com nossa ideia de que a prevenção deve ocorrer em um momento formativo, quando os valores, as atitudes e as percepções sociais estão em construção. A crítica, portanto, se sustenta na ideia de que o papel dos grupos para HAV não é prevenir algo que poderia ter sido evitado na educação básica por meio de abordagens como as previstas nos PCNs, mas sim corrigir por uma nova educação. A prevenção ocorre quando se inclui discussões sobre pluralidade cultural, saúde, orientação sexual etc. na sala de aula da educação básica. Ignorar essa distinção entre o preventivo e o corretivo não apenas confunde as perspectivas metodológicas, mas também obscurece o papel transformador a educação básica deveria exercer no combate à violência de gênero.

Assim, quando falamos criticamente sobre o termo “grupos preventivos” o fazemos em nome de uma historicidade que não pode ser negada ou anulada como se um ponto nodal, caso dos grupos para HAV, fosse capaz de resolver um problema de formação que se construiu ao longo de décadas. O problema da violência de gênero é uma questão de estruturas sociais que normalizam comportamentos abusivos, que negligenciam a formação cidadã desde as primeiras etapas da educação. Não é nos grupos para HAV que a prevenção encontra sua verdadeira expressão, mas sim na escola, nos espaços de convivência social e nas políticas públicas que tratam a formação integral dos sujeitos como prioridade. Lendo as teses que nesta pesquisa expusemos, é notável o fato de que os grupos para HAV são realizados sob tensão, acionando conflitos e presenciando resistências dos mais diversos perfis de autores de violência e, cabe dizer, com os mais diversos casos subjetivamente interpretados por um/a magistrado/a.

CAPÍTULO III

3. DA PROPOSTA DO “GRUPO EDUCATIVO” COMO EXPERIÊNCIA MAIS PROFUNDA QUE NOS TOCA

Quando propomos a utilização da terminologia “grupos educativos” não o fazemos por mero afã de ineditismo que uma pesquisa de doutorado deve prezar. Assim o fazemos pelas reais necessidades que expusemos e por nos ser muito caro as concepções semânticas que cada termo confere aos métodos que envolve o ato de educar. Como compreendemos a palavra “educação” é como compreendemos o seu ato de efeito no mundo. Formulamos nossa adoção ao sintagma nominal bimembre “grupo educativo” com base em nosso diálogo com autores e autoras do movimento social e teórico feminista, sobretudo. Nos ajudam a fundamentar essa escolha, autoras como Angela Davis (2018; 2016); bell hooks (2020; 2017); Paulo Freire (2006); e Philippe Perrenoud (2000).

Iniciando por Davis (2018), a autora em suas reflexões sobre transformação social nos lembra que mudanças que são autênticas não podem ser alcançadas apenas por meio de intervenções pontuais. Para ela, é necessário um comprometimento com a mudança sistêmica, aquela que toca as bases da sociedade, questionando e alterando os fundamentos das opressões. Quando relacionamos o conceito de mudança sistêmica ao enfrentamento da violência de gênero, essa perspectiva exige que repensemos não apenas as ações dos sujeitos, mas os discursos em torno da violência, especialmente no que tange à educação e responsabilização de HAV. Daí, não havia como justificar nossa terminologia sem antes explicar nosso ponto de vista sobre as demais que, no nosso entender, não promovem a mudança sistêmica da qual fala Davis (2018) em suas propostas metodológicas, que já se iniciam pelo nome.

Na obra intitulada de *Mulheres, Raça e Classe*, Davis (2016), argumenta que a educação não deve ser entendida apenas como transmissão de conhecimento técnico e útil-momentâneo, mas como um processo libertador. Nesse sentido, a educação é mais do que uma prática pedagógica; é um ato político. Se a educação é política e toda política deve ser pensada com o maior rigor possível, visto que terá influência na vida de muitas pessoas, ela não pode ser preventiva para alguns, reeducativa para poucos, ou ressocializadora para uma minoria. Ela deve ser, antes de tudo, a via alternativa que se responsabiliza o sujeito pela manifestação da consciência de seus atos, também o coloca

numa encruzilhada de *krisis* que antecede a decisão medical: “então, qual o remédio?”. Dito de outro modo, só um ato educativo político é capaz de levar o sujeito à crise filosófica e fazer com que ele mesmo, em interação com seu meio – os outros HAV – se questione sobre o que é preciso fazer para mudar. Muitos dos termos que refutamos anteriormente empregados aos grupos para HAV surgem da necessidade de atribuir ao serviço certo status de poder, de autoritarismo, acreditando que um professor, que a educação não pode nominar o serviço porque um docente não teria a “autoridade” suficiente para executar o serviço. Para Regis de Moraes (1986), um tempo que faz confusão tão radicalmente com coisas distintas, como autoridade e autoritarismo é um tempo por demais enfermo; daí, pensar no tratamento terapêutico para os HAV.

Dito essas primeiras palavras, bell hooks defende que todo tipo de educação, seja ela formal ou não-formal social, devem ser voltadas para a criação do que ela chama de “Pedagogia engajada”. No centro dessa pedagogia, da qual não somente educadores se valem, mas todo e qualquer tipo de profissional-militante que advogue por uma mudança sistêmica, está o seu ato profissional, seu aprimoramento pessoal, o seu bem-estar. O que desejamos externar é que o serviço com HAV não se inicia com os homens, se inicia com os profissionais que os recebem. Esses profissionais já foram identificados em pesquisas como as de Silva (2023), Nothaf e Beiras (2019) como agentes cruciais no processo de condução dos trabalhos nos grupos que, em muitos casos, possuem pouca qualificação para tal empreitada. Segundo Nothaf e Beiras (2019, p. 8), os grupos educativos sofrem com:

Falta de capacitação e supervisões dos profissionais (LIMA, 2008; PAZO, 2013). Conforme o relatório da CEPIA (2016), a maior parte dos grupos é conduzida pelas equipes multidisciplinares que atendem nos órgãos da justiça – juizados/varas de violência doméstica e familiar ou promotorias especializadas, como uma atividade a mais. Há também uma grande parcela de profissionais voluntários e estagiários, dos quais a maior parte não passou por nenhuma atividade de formação e capacitação para o trabalho com os grupos. O conhecimento é buscado individualmente, durante o desenvolvimento dos trabalhos. Apenas nas intervenções de São Paulo e Belo Horizonte, ainda ativas, se identificou a preocupação com a qualificação acadêmica para o exercício da atividade com homens. Essa dificuldade se intensifica quando somada às constantes interrupções dos serviços, pois impede o aprofundamento do aprendizado da função de facilitador (ACOSTA; BRONZ, 2014). Além da falta de formação para as diferentes metodologias utilizadas nas intervenções estatais no país, deve se questionar

o tipo de formação quando existente (ANTEZANA, 2012; BILLAND, 2016; Roberto AMADO, 2017).

Como é possível perceber, a condução dos grupos frequentemente é tratada como uma atividade secundária pelas equipes multidisciplinares que atuam nos órgãos de justiça, enquanto muitos grupos ainda dependem de profissionais voluntários e estagiários sem qualquer formação específica. Essa realidade expõe a fragilidade do modelo vigente e a ausência de um compromisso com a qualificação profissional que, necessariamente, passa pela esfera da Educação. No relatório da ONG CEPIA (2016, p. 37), também é identificado o mesmo problema o qual nos relatou Nothaf e Beiras (2019):

Quanto às equipes responsáveis pelo trabalho, as Diretrizes Gerais recomendam que a equipe seja multidisciplinar e capacitada em temas de gênero e masculinidade. Embora o documento não se refira a que equipes que trabalham com homens autores de violência não devem ser as mesmas que trabalham com as mulheres, a qualificação para o trabalho com homens é aspecto a ser observado cuidadosamente. As entrevistas apontaram para a restrição de recursos humanos, o que é problema comum também entre os serviços que atendem mulheres em situação de violência. A maior parte das iniciativas é conduzida por profissionais que integram as equipes multidisciplinares que atendem nos juizados/varas de violência doméstica, ou na promotoria especializada (como ocorre em Natal). Há também uma parcela de profissionais voluntários que participam desses grupos. Principalmente, nas iniciativas que são conduzidas pelas equipes multidisciplinares dos Juizados, o que se observa é um acúmulo de atividades com o trabalho que devem executar no apoio às audiências, produção de laudos, atendimento às mulheres e seus familiares. Nesses casos, os grupos com homens autores de violência aparecem como uma atividade a mais, reconhecida como necessária, mas para a qual poucos profissionais são realmente capacitados para trabalhar com as abordagens de gênero e masculinidades. O tema do atendimento será retomado no item em que se discutirá a capacitação profissional.

Dessa maneira, é um consenso entre os pesquisadores que falta qualificação profissional para uma melhor execução desses serviços. Quando os profissionais titulares dos grupos não dominam um conteúdo de forma plena, geralmente, eles convidam outro profissional para conduzir o encontro. Contudo, nem sempre o outro profissional também está preparado, visto que, em alguns casos, são militantes que fazem em suas atividades cotidianas um bom trabalho, mas não dominam basilamente as concepções teóricas para que seja passado aos HAV um conhecimento em linguagem simples, porém de profundo avanço e em consonância com o que se debate na área de

estudos. Silva (2023, p. 86-87) faz um registro de um momento incômodo desses, em que um convidado se referia às mulheres trans/travestis usando o artigo masculino. Ao invés de se dizer “as travestis” dizia-se sempre “o travesti”, o que, taxativamente, nega a identidade feminina dessas mulheres não cisgêneros.

No 8º encontro, como o terreno já estava mais preparado acerca de gênero e sexualidade, temas que foram muito bem trabalhados desde o primeiro encontro, abordou-se uma das questões mais espinhosas do curso: populações LGBTQIA+. O tópico foi importante porque se falou que mulheres travestis e transexuais também poderiam se valer da lei Maria da Penha para se proteger. Muitos questionamentos apareceram, e foram, à medida do possível, respondidos. Algumas lacunas, ao nosso ver, 86 poderiam ter sido melhor trabalhadas, como a adequação do artigo feminino ao se referir às travestis e mulheres transexuais. O coordenador do Centro de Cidadania LGBT que foi ministrar a palestra, se referia à população trans/travesti sempre no masculino, o que era seguido pelos homens. Ainda assim, como na equipe oficial parecia não haver pessoas que dominassem o tema da comunidade LGBTQIA+, eles fizeram o que lhes era possível, convidando alguém para palestrar sobre o tema.

Dessa forma, identificadas as lacunas, vejamos que os grupos para HAV precisam, necessariamente, serem mais do que reeducadores, porque não só aprenderão os alunos; eles precisam ser educadores para que o compromisso da equipe seja genuinamente com um processo novo de fazer e de aprender, rompendo sistemicamente, como nos disse Davis (2018) com o ensino tradicional que recicla velhas formas mantendo toda a equipe dentro de “caixinhas” de formação única; ou seja, quem é da Psicologia permanece na área, quem é da Pedagogia continua na mesma e não há um cruzamento transversal de diálogos, o que contribui para desunificar a metodologia do trabalho e setorizar as ações. Sobre a proposta da implementação da pedagogia engajada nos trabalhos com educação, notando a necessidade de um profissional qualificado, hooks (2017, p. 28) nos diz:

A educação progressiva e holística, a “pedagogia engajada”, é mais exigente que a pedagogia crítica ou feminista convencional. Ao contrário destas duas, ela dá ênfase ao bem-estar. Isso significa que os professores devem ter o compromisso ativo com um processo de autoatualização que promova seu próprio bem-estar. Só assim poderão ensinar de modo a fortalecer e capacitar os alunos. Thich Nhat Hanh ressalta que **“a prática do curador, do terapeuta, do professor ou de qualquer profissional de assistência deve ser dirigida primeiro para ele mesmo**. Se a pessoa que ajuda estiver infeliz, não poderá ajudar a muita gente”. Nos Estados Unidos, é raro ouvir alguém comparar os professores universitários a curadores. E é ainda mais raro ouvir alguém

afirmar que os professores têm a responsabilidade de ser indivíduos autoatualizados. [grifo nosso].

Como pudemos perceber, a autora fala no excerto extraído que a busca por autoatualização é uma prática que deve acompanhar não só docentes, mas os profissionais “de assistência” em geral que, como também educadores, necessitam desses conhecimentos não somente por mero preparo teórico, mas também visando o seu próprio aprimoramento espiritual. Buscando constantemente esse preparo, ligado diretamente à terminologia “educação”, os profissionais-docentes¹⁰ passam a administrar melhor o espaço dos grupos, passam a compreender melhor o lugar de suas falas e das falas do grupo, passam a adquirir maior expertise para a construção e pavimentação de uma abertura mais plana na busca pela aquisição do conhecimento transformador. Para hooks (2017, p. 35):

Quando a educação é a prática da liberdade, os alunos não são os únicos chamados a partilhar, a confessar. A pedagogia engajada não busca simplesmente fortalecer e capacitar os alunos. Toda sala de aula em que for aplicado um modelo holístico de aprendizado será também um local de crescimento para o professor, que será fortalecido e capacitado por esse processo. Esse fortalecimento não ocorrerá se nos recusarmos a nos abrir ao mesmo tempo em que encorajamos os alunos a correr riscos. Os professores que esperam que os alunos partilhem narrativas confessionais mas não estão eles mesmos dispostos a partilhar as suas exercem o poder de maneira potencialmente coercitiva. Nas minhas aulas, não quero que os alunos corram nenhum risco que eu mesma não vou correr, não quero que partilhem nada que eu mesma não partilharia. Quando os professores levam narrativas de sua própria experiência para a discussão em

¹⁰ O conceito de “profissionais-docentes” que utilizo nesta tese se fundamenta em uma perspectiva ampliada de educação transcendendo os muros da escola formal e se inserindo em práticas pedagógicas nos mais variados contextos sociais. A ideia é inspirada na concepção de Paulo Freire (2006a) sobre o educador como mediador de processos de transformação, cujo papel ultrapassa a mera transmissão de conhecimentos técnicos para abarcar a facilitação de pensamentos críticos acerca da existência no mundo. No caso dos grupos para HAV, os profissionais que conduzem as atividades, psicólogos, advogados, assistentes sociais, entre outros, operam essencialmente como educadores, independentemente de sua formação original. Ainda que possuam competências específicas de suas áreas, no contexto dos grupos, assumem a tarefa de facilitar diálogos, provocar pensamentos críticos e engajar os participantes em processos de aprendizado ético. Nesse sentido, atuam como “profissionais-docentes”, pois exercem práticas pedagógicas fundamentais para a desconstrução de padrões violentos e a construção de novas formas de convivência. Ao adotarmos esse conceito, transparecemos o entendimento de que a educação, como processo intencional de formação humana, não está restrita às escolas e nem à figura tradicional do professor. Ela está presente em qualquer espaço em que se promova o diálogo e a transformação de consciências, como ocorre nesses grupos. Reconhecer os profissionais como “docentes” centraliza a dimensão educativa em suas práticas, destacando que seu objetivo final não é apenas intervir no comportamento, mas contribuir para a formação de sujeitos críticos e responsáveis. É uma nomenclatura que valoriza o caráter pedagógico das suas ações e que, ao mesmo tempo, reivindica a importância da formação contínua e específica para que essas práticas sejam eficazes e coerentes com os objetivos de transformação social.

sala de aula, elimina-se a possibilidade de atuarem como inquisidores oniscientes e silenciosos. É produtivo, muitas vezes, que os professores sejam os primeiros a correr o risco, ligando as narrativas confessionais às discussões acadêmicas para mostrar de que modo a experiência pode iluminar e ampliar nossa compreensão do material acadêmico. Mas a maioria dos professores têm de treinar para estarem abertos em sala de aula, estarem totalmente presentes em mente, corpo e espírito.

Diante desta citação, há plausibilidade robusta para que a terminologia dos grupos para HAV possa ser a que ora defendemos nesta tese. Se o profissional-docente vai ao grupo achando que fará com os HAV uma sessão de terapia, ele poderá fadar todo o processo ao ato da escuta – que mesmo bem-vinda, não é a única desejável no trabalho do qual hora falamos; se o profissional-docente vai ao grupo achando que eles precisam de uma “ressocialização” e que para isto necessitam da exposição às leis e normas que conduzem a sociedade, ele poderá fadar o processo a um monopólio da fala que, seguramente surgirá, pela pouca afeição dos perfis dos HAV que frequentam as sessões. Tantos outros exemplos aqui poderíamos arrolar, mas nos bastam as observações de hooks (2017), as quais demonstram na prática que todo o serviço para a construção do novo homem deve se pautar, antes de tudo, numa relação de abertura da equipe para fomentar a abertura nos HAV. Vale mencionarmos que o ato de se abrir não é o ato de se tornar fraco, mostrar fragilidade. Ao inverso disso, é se fortalecer criando uma atmosfera de igualdade mínima que reduza a todos à condição do que de fato se é: humanos.

É na educação, e não na reeducação, que é possível achar os suportes necessários para a mudança da experiência humana vital no mundo. O suporte, de acordo com Freire (2006, p. 50), é o que diferencia humanos de animais; é o que institui a dinâmica do espaço em que habitamos e, habitando de forma plena, possamos ter consciência profunda do nosso inacabamento enquanto sujeitos da falta.

Aqui chegamos ao ponto de que talvez devêssemos ter partido. O do inacabamento do ser humano. Na verdade, o inacabamento do ser ou sua inconclusão é próprio da experiência vital. Onde há vida, há inacabamento. Mas só entre mulheres e homens o inacabamento se tornou consciente. A invenção da existência a partir dos materiais que a vida oferecia levou homens e mulheres a promover o suporte em que os outros animais continuam, em mundo. Seu mundo, mundo dos homens e das mulheres. A experiência humana no mundo muda de qualidade com relação à vida animal no suporte. O suporte é o espaço, restrito ou alongado, que o animal se prende “afetivamente” tanto quanto para, resistir; e o espaço necessário a seu crescimento e que delimita seu domínio. É o espaço em que, treinado, adestrado, “aprende” a sobreviver, a caçar, a

atacar, a defender-se nutri tempo de dependência dos adultos imensamente menor do que é necessário ao ser humano para as mesmas coisas. Quanto mais cultural é o ser maior a sua infância, sua dependência de cuidados especiais. Faltam ao “movimento” dos outros animais no suporte a linguagem conceitual, a inteligibilidade do próprio suporte de que resultaria inevitavelmente a comunicabilidade do inteligido, o espanto diante da vida mesma, do que há nela de mistério. No suporte, os comportamentos dos indivíduos têm sua aplicação muito mais na espécie a que pertencem os indivíduos do que neles mesmos. Falta-lhes liberdade de opção. Por isso, não se fala em ética entre os elefantes.

O pensamento de Freire (2006), como visto, sobre o inacabamento humano e a centralidade do suporte para a transformação da experiência vital no mundo converge com a necessidade de uma formação qualificada para os profissionais que atuam nos grupos para HAV. Pudemos perceber que o ser humano é o único capaz de refletir sobre seu próprio inacabamento, de perceber-se como projeto em construção, e é justamente na educação, e não na mera reeducação, enfatizamos, que se encontra o potencial de transformação genuína. Para hooks (2020) essa reflexão, esse conhecimento sobre ser inacabado não surge ao acaso, mas sim com ensinamentos sobre como agir para pensar. Segundo ela, pensar é ação, e toda ação deve ser organizada, ensinada, treinada e colocada em prática que está além da mera “reflexivo” ou do mero trabalho no/com o “grupo reflexivo”. Perrenoud (2000, p. 160) também nota séria problemática no adjetivo “reflexivo” quando falamos de profissionais em plena atuação na proposta de educar. Segundo o autor:

Reflexivo: o adjetivo presta-se a confusão. Toda prática é reflexiva, no duplo sentido em que seu autor reflete para agir e estabelece a posteriori uma relação reflexiva com a ação realizada. Uma parte de nossa vida mental consiste em pensar no que vamos fazer, no que fazemos, no que fizemos. Todo ser humano é um prático reflexivo. Insiste-se nisso para convidar a uma reflexão mais metódica que não seja movida apenas por suas motivações habituais – angústia, preocupação de antecipar, resistência do real, regulação ou justificativa da ação –, mas por uma vontade de aprender metodicamente com a experiência e de transformar sua prática a cada ano.

Dessa forma, nem os profissionais-docentes e nem os participantes dos grupos devem, metodicamente, se prender ao ato reflexivo, pois este pode incorrer na força do hábito, como salientado por Perrenoud (2000) e mascarar a velha forma de agir e de pensar como algo novo e eficaz. Acabamos de perceber que defender a terminologia “grupo educativo” é mais do que pensar métodos e técnicas, abordagens e teorias, é pensar posturas, execuções e o que se pode esperar de cada participante do processo, da

equipe, dos agentes públicos envolvidos. Dessa forma, inclusive, podemos pensar numa formação daqueles que formam nesse processo os HAV. Por fim, defendemos neste trabalho que os grupos ora em debate passassem a ser considerados como educativos a fim de estabelecer um consenso diretivo que, inclusive, é contraditório na própria Lei Maria da Penha, mas não deixando de todo os pesquisadores mais atentos perdidos. No artigo 35º, inciso V, por exemplo, a Lei menciona que os Estados e Municípios poderão criar grupos para atendimento desses HAV que sejam de “educação e de reabilitação”:

Art. 35. A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios poderão criar e promover, no limite das respectivas competências: [\(Vide Lei nº 14.316, de 2022\)](#)

I - centros de atendimento integral e multidisciplinar para mulheres e respectivos dependentes em situação de violência doméstica e familiar;

II - casas-abrigos para mulheres e respectivos dependentes menores em situação de violência doméstica e familiar;

III - delegacias, núcleos de defensoria pública, serviços de saúde e centros de perícia médico-legal especializados no atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar;

IV - programas e campanhas de enfrentamento da violência doméstica e familiar;

V - centros de **educação e de reabilitação** para os agressores. [grifo nosso].

Já no artigo 45º, o termo muda e “reeducação” passa a ser usada como termo sinônimo de “educação”, o que, como já fartamente demonstrado nesta tese, divergimos:

Art. 45. O [art. 152 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984](#) (Lei de Execução Penal), passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 152.

Parágrafo único. Nos casos de violência doméstica contra a mulher, o juiz poderá determinar o comparecimento obrigatório do agressor a programas de **recuperação e reeducação**.” [grifo nosso].

Essa dissonância de termos foi identificada no corpo da própria Lei também pelo relatório da ONG CEPIA (2016, p. 39), a qual afirmou:

O artigo 45 da Lei Maria da Penha, que modifica a Lei de Execução Penal, estabelece que o juiz poderá determinar o comparecimento obrigatório do agressor a programas de recuperação e reeducação, vinculando essa adesão ao cumprimento de uma decisão

condenatória. As Diretrizes Nacionais, por sua vez, recomendam que os homens encaminhados aos serviços de responsabilização e educação do agressor devem ser aqueles processados em crimes enquadrados na Lei Maria da Penha, com pena determinada ou não, ou seja, indicando que o juiz poderá decidir sobre o encaminhamento em qualquer momento do processo. Ambas recomendações são questionadas por grupos que trabalham com os homens envolvidos em situação de violência doméstica e familiar. O argumento principal, segundo esses grupos, refere à impossibilidade de o Sistema de Justiça trabalhar com respostas alternativas para a responsabilização aos envolvidos na violência doméstica e familiar, possibilitando a mudança via responsabilização, conscientização e transformação das relações sociais de gênero de forma desvinculada da imposição de penas e encarceramento (ACOSTA e BRONZ, 2014, ANDRADE, 2014). Por outro lado, a crítica feminista aponta que a experiência da Lei 9.099/95, que trabalhava só com a perspectiva alternativa, levava à não responsabilização e estimulava a impunidade. O primeiro aspecto que deve ser comentado nesse tema da vinculação dos agressores tem a ver com os objetivos do programa e analisar o nome dos programas contribui para a compreensão do tema. A literatura analisada nesse relatório aponta que o nome do programa seria uma das definições deixadas pela Lei Maria da Penha, acarretando também uma indefinição nos objetivos do trabalho a ser realizado e o momento processual de sua aplicação. Como descrito anteriormente, a proposta está inserida em dois artigos da Lei e em cada texto encontra-se uma orientação: enquanto no artigo 35 o texto legislativo se refere aos “centros de educação e reabilitação para os agressores”, no artigo 45 a referência é para “programas de recuperação e educação”.

Concordamos com o relatório no que tange a queixa dos próprios serviços acerca da divergência de termos empregados em suas nomeações. Porém, advogamos na contribuição do debate para que o termo “grupo educativo” seja o adotado, visto que é o que predomina no corpo da Lei Maria da Penha sobressaindo-se a divergência existente, como é possível conferir em mais um capítulo da legislação, no artigo 26º:

Art. 26. Caberá ao Ministério Público, sem prejuízo de outras atribuições, nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, quando necessário:

I - requisitar força policial e serviços públicos de saúde, de **educação**, de assistência social e de segurança, entre outros;

II - fiscalizar os estabelecimentos públicos e particulares de atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar, e adotar, de imediato, as medidas administrativas ou judiciais cabíveis no tocante a quaisquer irregularidades constatadas;

III - cadastrar os casos de violência doméstica e familiar contra a mulher. [grifo nosso].

Por essas razões fáticas colocadas, é que não somos a favor da utilização dos 7 termos que já neste capítulo foram arrolados. Qualquer um deles poderiam ser utilizados se não houvesse todo um debate por detrás da questão que ainda tem passado incólume pela maioria dos pesquisadores/as do campo. Talvez por considerarem a linguagem um fato que mereça menor atenção. Por ser um fiel estudante das normas da Língua Portuguesa, ter sido formado em Letras pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), e por ser especialista em Ensino de Língua Portuguesa pela Faculdade de Educação São Luís (FESL), e ainda especialista em Literatura Portuguesa pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), eu jamais poderia falhar em pensar criticamente cada nome. Como fazia Guimarães Rosa em seus textos, cada nome é um recado ao leitor, ao agente e ao recebedor dos serviços.

Assim, minha proposta de utilização do termo “grupos educativos” surge a partir das leituras que também trago comigo no diálogo com o autor Jorge Larrosa Bondía (2002), o qual foi dizer sobre o processo educativo que é preciso torna-lo e entende-lo como uma experiência, e toda experiência é mais do que um ponto de prescrição na vida dos sujeitos. De acordo com Bondía (2002, p. 19-20):

O que vou lhes propor aqui é que exploremos juntos outra possibilidade, digamos que mais existencial (sem ser existencialista) e mais estética (sem ser esteticista), a saber, pensar a educação a partir do par experiência/sentido. O que vou fazer em seguida é sugerir certo significado para estas duas palavras em distintos contextos, e depois vocês me dirão como isto lhes soa. O que vou fazer é, simplesmente, explorar algumas palavras e tratar de compartilhá-las. E isto a partir da convicção de que as palavras produzem sentido, criam realidades e, às vezes, funcionam como potentes mecanismos de subjetivação. Eu creio no poder das palavras, na força das palavras, creio que fazemos coisas com as palavras e, também, que as palavras fazem coisas conosco. As palavras determinam nosso pensamento porque não pensamos com pensamentos, mas com palavras, não pensamos a partir de uma suposta genialidade ou inteligência, mas a partir de nossas palavras. E pensar não é somente “raciocinar” ou “calcular” ou “argumentar”, como nos tem sido ensinado algumas vezes, mas é sobretudo dar sentido ao que somos e ao que nos acontece. E isto, o sentido ou o sem-sentido, é algo que tem a ver com as palavras. E, portanto, também tem a ver com as palavras o modo como nos colocamos diante de nós mesmos, diante dos outros e diante do mundo em que vi vemos. E o modo como agimos em relação a tudo isso. Todo mundo sabe que Aristóteles definiu o homem como *zôon lógon échon*. A tradução desta expressão, porém, é muito mais “vivente dotado de palavra” do que “animal dotado de razão” ou “animal racional”. Se há uma tradução que realmente trai, no pior sentido da palavra, é

justamente essa de traduzir logos por *ratio*. E a transformação de *zôon*, vivente, em animal. O homem é um vivente com palavra. E isto não significa que o homem tenha a palavra ou a linguagem como uma coisa, ou uma faculdade, ou uma ferramenta, mas que o homem é palavra, que o homem é enquanto palavra, que todo humano tem a ver com a palavra, se dá em palavra, está tecido de palavras, que o modo de viver próprio desse vivente, que é o homem, se dá na palavra e como palavra. Por isso, atividades como considerar as palavras, criticar as palavras, eleger as palavras, cuidar das palavras, inventar palavras, jogar com as palavras, impor palavras, proibir palavras, transformar palavras etc. não são atividades ocas ou vazias, não são mero palavrório. Quando fazemos coisas com as palavras, do que se trata é de como damos sentido ao que somos e ao que nos acontece, de como correlacionamos as palavras e as coisas, de como nomeamos o que vemos ou o que sentimos e de como vemos ou sentimos o que nomeamos.

Em minha tese da utilização de grupos educativos para os HAV, encontro na reflexão de Bondía (2002) um eixo de potência dessa intervenção. Ao ler seu texto, não busco uma citação de apoio inaugurando um diálogo no qual sua concepção de experiência e palavra dá sentido à minha própria prática enquanto educador que estudo gêneros e sexualidades e confere sentido às dinâmicas dos muitos grupos que lidam com HAV espalhados Brasil afora. A citação arrolada me provoca a pensar para além de uma educação instrumental. Quando ele, o autor, propõe que a educação se dê a partir do par experiência/sentido, eu me vejo obrigado a afastar a ideia simplista de que esses grupos seriam para ensinar o que é certo ou errado. Muitos desses homens já sabem, num nível informativo, que a violência é condenável. O que falta, e aqui a interpelação é direta, é que essa verdade não se tornou experiência para eles. Minha proposta alinha-se a essa possibilidade mais existencial, porque trata de criar um espaço onde o sentido da própria masculinidade e dos relacionamentos possa ser revisto a partir de uma experiência grupal profundamente subjetivante.

É nesse ponto que o segundo pilar do seu pensamento se torna basilar para minha argumentação, pois quero falar acerca da crença no poder das palavras. Bondía (2002) afirma que as palavras produzem sentido, criam realidades e, às vezes, funcionam como potentes mecanismos de subjetivação. Levo essa afirmação a sério como vim fazendo ao criticar muitas terminologias usadas pelos/as meus/minhas colegas cientistas. No contexto da violência doméstica, o ato violento é frequentemente a falência da palavra, ou não é? É; e é a substituição do diálogo pela força bruta. O que proponho no grupo é um laboratório de palavras significadas, não apenas ditas, mas

significadas, o que é outra perspectiva do ato da fala. Um espaço onde atividades como considerar, criticar, eleger e transformar palavras não seja mero palavrório, pois se tornam o cerne da intervenção. Ao trabalharmos para que um homem substitua a expressão “perdi a cabeça” por “escolhi usar a violência”, não estamos fazendo um jogo semântico vazio jamais; veja, estamos chamando-o à responsabilidade discursiva. Estamos, como diria Bondía (2002), fazendo coisas com as palavras para que as palavras façam coisas com eles. Essa nova palavra, que é “escolhi”, é de subjetivação, reintroduzindo a responsabilidade e abalando a justificativa da irracionalidade. É através desse cuidado com as palavras que o modo como eles se colocam diante de nós mesmos, diante dos outros e diante do mundo começa a se transformar.

3.1 De lá, pra cá: A Lei Maria da Penha ao lado da Lei Espanhola como eixo estrutural do trabalho pedagógico nos grupos educativos

Dessa forma, articulando Educação e palavras significadas, trago para robustecer a minha argumentação acerca da proposta do termo “grupos educativos” outro fato que merece destaque. Em minha pesquisa, parto do reconhecimento de que a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) já trazida em meu estudo como o marco legal brasileiro é de fato uma legislação pioneira e celebrada por organismos internacionais. Sua importância é inquestionável, claro, porque ela tipificou e coibiu com mais rigor a violência doméstica e ainda a compreendeu como uma violação de direitos humanos, rompendo com a visão patriarcal que a relegava à esfera privada, articulando o espaço privado ao público, como faço ao/à leitor/a mais adiante uma profunda problematização mostrando essa relação. A Organização das Nações Unidas (ONU), em diversos relatórios, a classificou como uma das três melhores legislações do mundo no enfrentamento à violência contra a mulher. Como exemplo, trago o que diz o relatório da UNIFEM (2008, p. 88), o qual relata:

Os grupos de mulheres no mundo inteiro têm desempenhado um importante papel na luta por reformas do sistema jurídico. Na Turquia, os grupos de mulheres lutaram por um novo Código Penal, que foi adoptado pelo parlamento turco em 2004 e que estabeleceu penas mais elevadas para os crimes sexuais, tratou dos assassinatos em “defesa da honra”, para além de criminalizar a violação pelo cónjuge e o assédio sexual no local de trabalho. A actuação dos grupos de mulheres também foi essencial na elaboração da Lei da Violência Doméstica na Mongólia (2004),¹¹ da Lei de Protecção contra a Violência na Espanha (2004)¹² e da Lei Maria da Penha (2006) no Brasil, que representa o culminar de uma prolongada campanha das organizações de mulheres,

envolvendo também organismos nacionais, regionais e internacionais, tais como a Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

Nota-se, pelo que lemos, que para avançarmos na discussão sobre a eficácia das medidas educativas voltadas para os HAV é preciso ir além do reconhecimento e da responsabilização jurídica e adentrar uma análise crítica comparativa, daí o documento mencionar outras experiências como a da Espanha e da Turquia; porém, o que muito nos interessa é a lei da Espanha, considerada uma das melhores. Então, é aqui que o caso da Espanha se torna paradigmático. Embora a lei brasileira seja avançada em muitos aspectos, a Lei Orgânica 1/2004 de Medidas de Proteção Integral contra a Violência de Gênero da Espanha é frequentemente considerada um passo à frente, precisamente por sua fundamentação teórica e pela centralidade que confere à perspectiva educativa. Sim, ela é considerada mais abrangente e com maiores perspectivas de resultados por tratar da Educação. Enquanto a Lei Maria da Penha, em seu artigo 35, incumbe o poder público de promover a realização de campanhas educativas de prevenção da violência doméstica e familiar contra a mulher, a legislação espanhola vai muito além. Ela não trata a educação como uma campanha pontual ou uma medida de conscientização genérica. Pelo contrário, ela estrutura-se a partir do que se pode chamar de um paradigma educativo-integral. Este paradigma compreende que a violência de gênero é em essência um problema cultural e estrutural, o que muitos/as estudiosos/as denunciam no Brasil há décadas, sustentado por um *habitus* patriarcal que naturaliza a desigualdade e o domínio masculino. Portanto, sua erradicação não pode depender exclusivamente de medidas punitivas que são absolutamente necessárias, mas insuficientes. É desejoso e cabível se atacar as raízes desse *habitus*, e isso só é possível através de um processo intencional, sistemático e profundo de educação.

No corpo da Lei Orgânica espanhola, vemos algo interessante quando ela afirma que “La violencia de género se enfoca por la Ley de un modo integral y multidisciplinar, empezando por el proceso de socialización y educación”¹¹ (Espanha, 2004, p. 42167). Como eu trouxe para o debate brasileiro, aqui não se fala em “ressocializar”, mas “socializar”, não se fala em “reeducar”, mas “educar”. E segue adiante na seção III dizendo:

¹¹ Tradução: A violência de gênero é abordada pela Lei de forma integral e multidisciplinar, começando pelo processo de socialização e educação.

En el título I se determinan las medidas de sensibilización, prevención y detección e intervención en diferentes ámbitos. En el educativo se especifican las obligaciones del sistema para la transmisión de valores de respeto a la dignidad de las mujeres y a la igualdad entre hombres y mujeres. El objetivo fundamental de la educación es el de proporcionar una formación integral que les permita con formar su propia identidad, así como construir una concepción de la realidad que integre a la vez el conocimiento y valoración ética de la misma. En la Educación Secundaria se incorpora la educación sobre la igualdad entre hombres y mujeres y contra la violencia de género como contenido curricular, incorporando en todos los Consejos Escolares un nuevo miembro que impulse medidas educativas a favor de la igualdad y contra la violencia sobre la mujer.¹² (Espanha, 2004, p. 42167).

Ao determinar que o sistema educativo se responsabilize pela transmissão de valores de respeito à dignidade das mulheres, a lei introduz uma dimensão ética, política no currículo escolar, algo que no Brasil, devido o número grande de políticos da extrema-direita, ainda não conseguimos realizar. Trata-se de ensinar conteúdos na escola e de formar sujeitos capazes de reconhecer e questionar as relações desiguais de poder. Isso se aproxima da noção de educação em direitos humanos em que o papel da escola na construção de uma cultura democrática e inclusiva é imprescindível. No capítulo 4 da lei ora comentada, diz-se o seguinte:

1. El sistema educativo español incluirá entre sus fines la formación en el respeto de los derechos y libertades fundamentales y de la igualdad entre hombres y mujeres, así como en el ejercicio de la tolerancia y de la libertad dentro de los principios democráticos de convivencia. Igualmente, el sistema educativo español incluirá, dentro de sus principios de calidad, la eliminación de los obstáculos que dificultan la plena igualdad entre hombres y mujeres y la formación para la prevención de conflictos y para la resolución pacífica de los mismos.

2. La Educación Infantil contribuirá a desarrollar en la infancia el aprendizaje en la resolución pacífica de conflictos.

¹²Tradução: No Título I são estabelecidas as medidas de sensibilização, prevenção, detecção e intervenção em diferentes âmbitos. No âmbito educacional, especificam-se as obrigações do sistema quanto à transmissão de valores de respeito à dignidade das mulheres e à igualdade entre homens e mulheres. O objetivo fundamental da educação é oferecer uma formação integral que permita às pessoas construir sua própria identidade, bem como elaborar uma concepção da realidade que integre, ao mesmo tempo, o conhecimento e a valorização ética dessa realidade. No Ensino Secundário, é incorporada a educação sobre a igualdade entre homens e mulheres e contra a violência de gênero como conteúdo curricular, incluindo em todos os Conselhos Escolares um novo membro encarregado de promover medidas educativas em favor da igualdade e contra a violência contra a mulher.

3. La Educación Primaria contribuirá a desarrollar en el alumnado su capacidad para adquirir habilidades en la resolución pacífica de conflictos y para comprender y respetar la igualdad entre sexos.
4. La Educación Secundaria Obligatoria contribuirá a desarrollar en el alumnado la capacidad para relacionarse con los demás de forma pacífica y para conocer, valorar y respetar la igualdad de oportunidades de hombres y mujeres.
5. El Bachillerato y la Formación Profesional contribuirán a desarrollar en el alumnado la capacidad para consolidar su madurez personal, social y moral, que les permita actuar de forma responsable y autónoma y para analizar y valorar críticamente las desigualdades de sexo y fomentar la igualdad real y efectiva entre hombres y mujeres.
6. La Enseñanza para las personas adultas incluirá entre sus objetivos desarrollar actividades en la resolución pacífica de conflictos y fomentar el respeto a la dignidad de las personas y a la igualdad entre hombres y mujeres.
7. Las Universidades incluirán y fomentarán en todos los ámbitos académicos la formación, docencia e investigación en igualdad de género y no discriminación de forma transversal. (Espanha, 2004, p. 42169).

Ao ler esse trecho da legislação educacional espanhola, não consigo deixar de pensar no abismo que separa o Brasil de políticas realmente comprometidas com a igualdade de gênero e com uma formação cidadã democrática. O texto espanhol reconhece a violência e a desigualdade entre homens e mulheres como problemas sociais, propõe uma intervenção pedagógica articulada e contínua desde a educação infantil até a universidade, ou seja, pegando todas as idades que necessárias. Trata-se de uma visão de Estado que compreende a educação como espaço de transformação cultural global. No Brasil, entretanto, o conservadorismo o qual levantei objeções contra que se infiltra nas políticas educacionais impede qualquer avanço nesse sentido. Discutir gênero e sexualidade nas escolas tornou-se um tabu político, uma espécie de ameaça moral instrumentalizada por setores religiosos e ultraconservadores que criminalizam o pensamento crítico e o próprio exercício da docência. O resultado é um país que se diz democrático e contraditoriamente mantém suas crianças e jovens presos a uma educação que reproduz estigmas com forte teor violento. Enquanto a Espanha insere a igualdade de gênero como princípio pedagógico transversal, o Brasil vive sob o medo da “ideologia de gênero” inventada por setores católicos e copiada de forma mentirosa por pastores evangélicos das mais diferentes denominações (Junqueira, 2022), um rótulo que serve para interditar debates sobre direitos humanos, respeito.

Vou além, leitor/a, para mostrar que o texto espanhol ainda inclui a formação para a resolução pacífica de conflitos como objetivo educativo desde a infância. No Brasil, o sistema escolar tende a naturalizar o conflito, muitas vezes o reprimindo pela via da punição e da disciplina, em vez de transformá-lo em aprendizado coletivo. A educação aqui raramente é pensada como educação para a paz pois ela é antes disso vista tal qual uma educação para a obediência. E o que mais me impressiona nesse contraste é que o texto espanhol entende a universidade como parte desse mesmo projeto ético-político sendo espaço onde a pesquisa e o ensino devem promover a igualdade e combater a discriminação. Já no Brasil, o ensino superior frequentemente se vê isolado das urgências sociais por imposição política como reiteradamente se viu durante os anos de governo do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro, e a pauta de gênero é vista por muitos como “militância” ou “ideologização”, em vez de ser reconhecida como produção de conhecimento comprometido com a justiça social.

Do capítulo 5 ao capítulo 9, a legislação espanhola continua me surpreendendo pela seriedade de que trata o tema, passando por debates em Educação que tangem desde a organização do trabalho pedagógico escolar – ou estendendo-se a espaços de educação não escolares –, formação docente continuada, gestão democrática da escola etc., vejamos:

Artículo 5. Escolarización inmediata en caso de violencia de género.

Las Administraciones competentes deberán prever la escolarización inmediata de los hijos que se vean afectados por un cambio de residencia derivada de actos de violencia de género.

Artículo 6. Fomento de la igualdad.

Con el fin de garantizar la efectiva igualdad entre hombres y mujeres, las Administraciones educativas velarán para que en todos los materiales educativos se eliminen los estereotipos sexistas o discriminatorios y para que fomenten el igual valor de hombres y mujeres.

Artículo 7. Formación inicial y permanente del profesorado.

Las Administraciones educativas adoptarán las medidas necesarias para que en los planes de formación inicial y permanente del profesorado se incluya una formación específica en materia de igualdad, con el fin de asegurar que adquieren los conocimientos y las técnicas necesarias que les habiliten para: a) La educación en el respeto de los derechos y libertades fundamentales y de la igualdad entre hombres y mujeres y en el ejercicio de la tolerancia y de la libertad dentro de los principios

democráticos de convivencia. b) La educación en la prevención de conflictos y en la resolución pacífica de los mismos, en todos los ámbitos de la vida personal, familiar y social. c) La detección precoz de la violencia en el ámbito familiar, especialmente sobre la mujer y los hijos e hijas. d) El fomento de actitudes encaminadas al ejercicio de iguales derechos y obligaciones por parte de mujeres y hombres, tanto en el ámbito público como privado, y la corresponsabilidad entre los mismos en el ámbito doméstico.

Artículo 8. Participación en los Consejos Escolares.

Se adoptarán las medidas precisas para asegurar que los Consejos Escolares impulsen la adopción de medidas educativas que fomenten la igualdad real y efectiva entre hombres y mujeres. Con el mismo fin, en el Consejo Escolar del Estado se asegurará la representación del Instituto de la Mujer y de las organizaciones que defiendan los intereses de las mujeres, con implantación en todo el territorio nacional.

Artículo 9. Actuación de la inspección educativa.

Los servicios de inspección educativa velarán por el cumplimiento y aplicación de los principios y valores recogidos en este capítulo en el sistema educativo destinados a fomentar la igualdad real entre mujeres y hombres. (Espanha, 2004, p. 42169-42170).

O que temos na organização legislativa que lemos? Ora, temos um bom projeto político-pedagógico integral que desenha a luta pela igualdade e contra a violência de gênero no coração da gestão escolar, do trabalho pedagógico e do planejamento educacional, conformando um verdadeiro ecossistema de prevenção e proteção. O artigo 5 é a materialização do princípio da gestão democrática como gestão cuidadora. Ao determinar a escolarização imediata dos filhos que mudam de residência devido à violência, a lei reconhece que a burocracia escolar não pode ser mais uma barreira para a vítima. Do meu ponto de vista, isso reflete um entendimento de que a organização do trabalho pedagógico deve ser flexível o suficiente para priorizar o bem-estar e a segurança da comunidade. Não se trata apenas de matricular a criança, trata-se de uma ação de gestão que precisa ser humana, centralizada, envolvendo secretarias, direção e coordenação pedagógica em um protocolo de acolhimento emergencial. É a escola funcionando como uma rede de proteção social efetiva, removendo obstáculos administrativos que, em contextos de extrema vulnerabilidade, podem significar a desistência do processo de rompimento do ciclo violento. Isto falo dos sistemas formais de ensino e de como podemos aprender com a Espanha, mais adiante falarei como isso migra para os grupos educativos com os HAV...

No artigo 6, note, a lei ataca um dos pilares da violência histórica que são os materiais didáticos. Ao determinar que as administrações velarão pela eliminação de estereótipos sexistas, a legislação espanhola coloca o planejamento participativo e a organização do trabalho pedagógico sob um crivo permanente. Isto vai muito além de uma simples revisão de livros pois porque implica na criação de comissões que podem e devem incluir representantes docentes, discentes e da comunidade para a análise e seleção de recursos educativos. É uma medida que descentraliza o poder e institui uma corresponsabilidade na desconstrução de narrativas machistas. Do meu lugar de análise, vejo que este artigo exige que a equipe pedagógica, coletivamente, adote uma postura ativa de curadoria e produção de materiais, isto serve aos grupos de que falo. Curadoria do material é algo extremamente importante para a gestão democrática da sala de aula na atualidade.

O artigo 7, um dos artigos mais estratégicos e que mais dialoga com a ideia de uma gestão democrática comprometida com a formação continuada, é exemplar para mim. A lei não sugere, ela ordena que a formação em igualdade seja incorporada à formação inicial e permanente. Isso significa que o planejamento participativo das políticas educacionais precisa incluir, obrigatoriamente, a capacitação do corpo docente nas dimensões apontadas, a saber: direitos humanos, prevenção de conflitos, detecção precoce da violência e fomento à corresponsabilidade. Do meu ponto de vista, a menção específica à *detección precoz* é o ápice. Ela transforma cada professor e cada gestor em um agente de proteção, capacitado a identificar sinais de violência doméstica que afetam seus estudantes, e isso permite estudos de caso. Isso altera profundamente a organização do trabalho pedagógico fazendo a observação atenta e a escuta qualificada tornarem-se competências profissionais indispensáveis, integradas ao cotidiano da sala de aula e da gestão escolar.

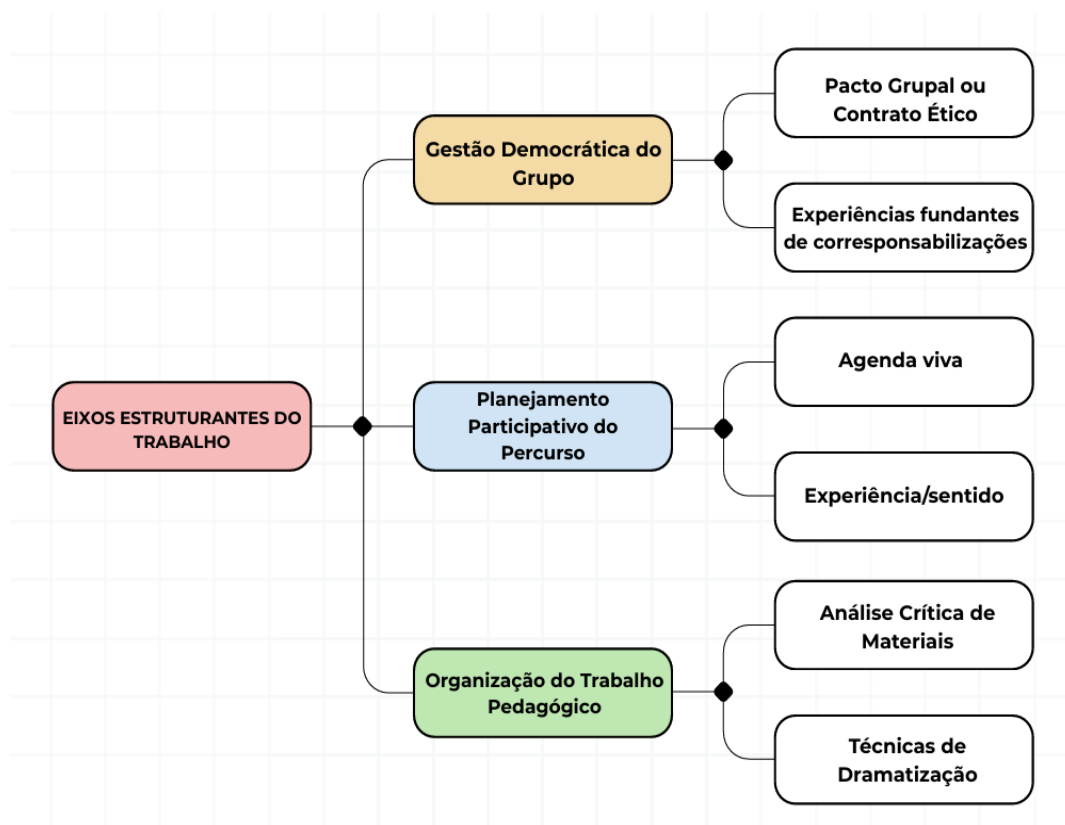
Prosseguindo com a análise, o artigo 8 coloca uma coroa em tudo o que venho traçando acerca da gestão democrática. Ao determinar que os Conselhos Escolares – instâncias máximas de deliberação participativa nas escolas espanholas e também no Brasil – impulsionem medidas para a igualdade real, a lei garante que a questão de gênero tenha assento permanente na agenda decisória da escola. Mais do que isso, ao assegurar a representação do Instituto da Mulher e de organizações feministas no Conselho Escolar do Estado, a lei espanhola realiza ato de reconhecimento dessas lutas. Ela institucionaliza a voz especializada do movimento de mulheres no centro do poder

educacional, garantindo que as políticas públicas não sejam elaboradas de forma alheia aos saberes e às demandas do feminismo. Na minha avaliação, isso evita que a igualdade seja um tema retórico e a transforma em um eixo orientador das deliberações sobre orçamento, projetos pedagógicos e prioridades da gestão.

3.2 Aplicando as reflexões aos grupos educativos

Tendo como base a fundamentação filosófica de Jorge Larrosa Bondía (2002) sobre a experiência e o poder das palavras, com a análise da arquitetura legal espanhola (Espanha, 2004), que institui um paradigma educativo-integral, esta pesquisa propõe uma aplicação concreta para os grupos educativos com os HAV. A proposta é a de concebê-los como microssistemas educativos democráticos, nos quais os princípios de gestão democrática, planejamento participativo e organização do trabalho pedagógico são operacionalizados em escala micro, visando a melhora do serviço e sua potencialização por meio da experiência, o que não podemos esquecer. A aplicação se estrutura em três eixos principais detalhados no organograma a seguir:

ORGANOGRAMA 1 – Sugestões para implementação da construção das ações iniciais em um grupo educativo para HAV



Fonte: elaboração do autor.

Inspirado diretamente no Art. 8 da Lei Orgânica 1/2004, que garante a participação nos Conselhos Escolares como vimos no caso da Espanha, o primeiro eixo da aplicação do organograma transfere a lógica da gestão democrática para a dinâmica intragrupo. Em vez de um regulamento imposto verticalmente pelo/a profissional-docente, propõe-se a construção coletiva de um Pacto Grupal ou Contrato Ético na sessão inaugural. Eles inclusive fazem isso em alguns grupos que visitei, colocando em um grande cartaz regras que podem ou não serem feitas ali de acordo com o que eles mesmos firmam. Isso é interessante porque os participantes tornam-se coautores das normas de convivência (confidencialidade, escuta ativa, vedação a discursos de ódio e misóginos). Este procedimento tem caráter administrativo bem como tem caráter duma experiência de corresponsabilização. Ele produz espaço deliberativo e seus sujeitos, ao exercitarem a autonomia responsiva perante o coletivo, começam a praticar os princípios democráticos de convivência preconizados no Art. 7 da lei espanhola, saindo de uma posição passiva para uma atitude de sujeito ativo sem que seja isto com violência.

O segundo eixo do organograma alinha-se ao conceito Bondía (2002) de que a educação se dá no par experiência/sentido e à necessidade de um planejamento participativo, o conteúdo programático do grupo não deve ser um currículo rígido. Propus, por obviedade, uma agenda viva em que temas centrais ululam das narrativas e do universo vocabular dos próprios participantes. O/a profissional-docente atua como um/a mediador/a de palavras, tal como postulado antes. Partindo de temas-geradores identificados nas falas iniciais dos homens – como ciúme, controle, honra e o que é ser homem –, o trabalho consiste em considerar e eleger palavras, problematizando seus significados mais densos e cristalizados. Perguntas como “O que essa palavra 'controle' encobre?” ou “Que outra palavra poderia nomear este sentimento?”. Dessa forma, o planejamento deixa de ser unidirecional para se tornar um diálogo onde o sentido é negociado coletivamente, atendendo à convicção de que as palavras determinam nosso pensamento (Bondía, 2002, p. 20).

No terceiro eixo do organograma, trouxe a concretização da formação específica em igualdade do Art. 7 da lei espanhola para materializar a certeza no poder das palavras. A organização do trabalho pedagógico é desenhada como uma série de oficinas experienciais, que funcionam como laboratórios de padrões violentos – neste caso, uma observação externa por eles mesmos crítica. Recorrendo a métodos

psicodramáticos, pode-se abordar cenas de conflito relatadas pelo grupo. O homem vai rever sua atuação, sendo convidado a experimentar, de forma guiada, novos roteiros de comunicação não-violenta. Esta técnica trabalha diretamente a “educación en la prevención de conflictos y en la resolución pacífica de los mismos” (Art. 7), transformando a teoria em uma experiência corporal de coreopolítica social dos gêneros. Ainda pensei, com o eixo que trata da seleção dos materiais, seguindo o disposto no Art. 6, que visa eliminar estereótipos sexistas, que os HAV possam analisar criticamente letras de música, propagandas, cenas de filmes e notícias da mídia. Esta atividade educa, faz a desnaturalização do machismo cultural externalizando a discussão e permitindo que os participantes identifiquem, em um objeto externo, os mesmos discursos que internalizaram e que fundamentam suas ações. Ao integrar a filosofia da experiência de Larrosa com o arcabouço legal espanhol, os grupos educativos se configuram como espaços de inserção na comunidade dos viventes de palavra. É o que proponho.

Conclusos das terminologias agora avisadas

A escolha pelo termo “grupo educativo” está alicerçada em um entendimento crítico do papel desses espaços: eles não devem ser apenas reabilitadores ou recuperadores, no sentido clínico ou punitivo, mas sim espaços que gerem a reflexão crítica, a responsabilização e a conscientização sobre as relações de gênero. Essa proposta também se diferencia das experiências anteriores, como as previstas na Lei 9.099/95, que focavam exclusivamente em medidas alternativas e foram criticadas por gerar impunidade. Ao propor “grupos educativos”, buscamos superar a dualidade entre punitivismo e impunidade, colocando em primeiro plano a necessidade de uma mudança estrutural e sistêmica. Essa mudança passa pela construção de um espaço que, ancorado na educação, favoreça a transformação de subjetividades e práticas sociais. A perspectiva educativa oferece, assim, um caminho mais alinhado aos objetivos de igualdade e justiça que a própria Lei Maria da Penha busca alcançar, conforme reforçado pela centralidade da educação no artigo 26º.

Neste capítulo 2, demonstramos como os conceitos de Angela Davis (2018; 2016), Paulo Freire (2006), bell hooks (2020; 2017) e Philippe Perrenoud (2000) convergem para sustentar a proposta de uma abordagem educativa transformadora nos grupos voltados para HAV. Davis (2018; 2016) contribuiu com a noção de “mudança sistêmica”, que nos orienta a reconhecer que a violência doméstica não é um problema de estrutura. Sua perspectiva amplia o olhar para além do indivíduo em que a educação

atua como ferramenta e não como “arma”. Freire (2006), com seu conceito de inacabamento humano, nos ajudou a fundamentar a ideia de que a educação é um processo contínuo de construção do sujeito. Essa compreensão reforça que os participantes dos grupos não devem ser vistos como casos encerrados, mas como sujeitos em constante transformação, capazes de superar padrões de violência.

Quanto à hooks (2020; 2017), ao enfatizar o pensamento crítico com a pedagogia engajada, oferece as bases para a metodologia desses grupos. O pensamento crítico instiga os participantes a questionarem as normas patriarcais. A pedagogia engajada, por sua vez, engendra a criação de um espaço seguro, participativo e respeitoso, em que os profissionais-docentes e participantes se envolvam ativamente no processo de aprendizado mútuo. Por último, mas não menos importante, Perrenoud (2000) complementa essas ideias ao destacar a importância de novas competências para ensinar, essencial para os profissionais-docentes que atuam nos grupos educativos. Ele ressalta que a prática pedagógica deve ser mais que reflexiva; deve ser interdisciplinar e adaptada às necessidades dos sujeitos, o que é indispensável para o trabalho com grupos que lidam com questões como a violência de gênero. Por fim, ao longo do capítulo, também trabalhamos com o conceito de “profissionais-docentes”, que se torna central para compreender o papel dos facilitadores nos grupos educativos. Psicólogos, assistentes sociais, advogados e outros profissionais, ao atuarem nesses espaços, assumem uma função pedagógica, como dito por nós, e assim, nessa nova função devem ser compreendidos. Esses profissionais não transmitem conhecimento, eles facilitam processos de transformação.

CAPÍTULO IV

4. PERCURSOS METODOLÓGICOS EM PAUTA

Os fenômenos educacionais, dos mais diversos, tais como ensino, aprendizagem, formação de professores/as, projetos sociais de aprendizagem etc. trazem consigo problemáticas subjetivas que podem ser identificadas por olhares atentos, por gestos organizados, pela ocupação particular do espaço. Com base nesse entendimento, a abordagem qualitativa emerge da visão da pesquisa como um percurso flexível e dinâmico, construído e reconstruído ao longo do processo investigativo. Essa abordagem se distancia das bases da filosofia positivista, que sustenta uma visão tradicional de ciência na modernidade, tratada como uma entidade superior e marcada por atributos metafísicos, como neutralidade e imparcialidade (Silva et. al., 2022).

A excessiva valorização do positivismo científico limita a criticidade e a criatividade do pesquisador no desenvolvimento da investigação, enfraquecendo a construção do conhecimento fundamentado na qualidade dos fatos analisados; cabe mencionar, que uma pesquisa positivista é aquela em que os fatos se sucedem até a culminância de uma ocorrência. Nesse contexto, a perspectiva positivista busca isolar a realidade do olhar e da sensibilidade humana. Como resposta a essa limitação, a pesquisa qualitativa ganhou espaço em meio a críticas às abordagens epistemológicas, metodológicas, políticas e éticas aplicadas na pesquisa científica social, especialmente em áreas que se basearam em estratégias experimentais, correlacionais e de levantamentos. Segundo Silva et. al. (2022, p. 5):

Dada a complexidade atinente a fenômenos específicos, como os educacionais, é imprescindível que estes sejam investigados, também, por pesquisa de abordagem qualitativa, que focaliza diversos significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes emergentes. Esse tipo de pesquisa se consolida em dados e aspectos subjetivos, expressos por meio de discursos, experiências, histórias de vida, ações, percepções, interesses, emoções, etc. Segundo Bogdan e Biklen (1994), a preocupação com a análise de dados qualitativos se dá tanto com o processo que os gerou, quanto pelos resultados alcançados, importando-se com o significado do que foi analisado e discutido. [...]

Como notado na citação direta arrolada, os pressupostos trazidos pelos autores se relacionam com nossas investigações, que aborda grupos educativos para HAV, ao destacar a pertinência da abordagem qualitativa para investigar fenômenos complexos e subjetivos. Os grupos educativos, enquanto espaço de tensão e respostas, envolvem

significados, crenças, valores, atitudes que influenciam as dinâmicas de violência e suas possíveis desconstruções. Nesse sentido, conforme apontado, a pesquisa qualitativa possibilita captar discursos, histórias de vida e emoções dos participantes, elementos cruciais para compreender as motivações e percepções desses homens em relação às práticas violentas. A análise qualitativa, ao focar tanto no processo que gera os dados quanto nos resultados alcançados, nos permite interpretar o significado das interações e experiências dos participantes com seus contextos, subsidiando a construção de estratégias de coleta de dados. Daí, desejei aqui associá-la à análise documental, visando uma correlação mais abrangente do fenômeno sobre o qual visei discorrer.

4.1 Da coleta de dados e da análise documental

Fiz, portanto, uma análise documental das fichas cadastrais dos HAV que ficam reservadas na secretaria do serviço. Fui até o local, estabeleci contato com os/as servidores/as e me foi dado acesso aos documentos. Nessas fichas, busquei responder às seguintes perguntas:

TABELA 4 – Informações captadas das fichas dos HAV

<i>1. Qual é a idade do participante?</i>
<i>2. Em qual município reside?</i>
<i>3. Qual o motivo o levou ao grupo?</i>
<i>4. Qual a cor da pele autodeclarada no momento da inscrição no programa?</i>
<i>5. Qual a faixa salarial declarada?</i>
<i>6. É reincidente no programa para HAV ou não?</i>
<i>7. Qual a religião do participante?</i>
<i>8. Faz uso de substâncias químicas – quais?</i>
<i>9. No momento da agressão estava sob efeito de alguma substância química?</i>
<i>10. Há quantos anos estava com a vítima da agressão?</i>
<i>11. Quem era a vítima da agressão? Esposa, namorada, mãe, filha?</i>
<i>12. Tem filhos? Quantos e quais as idades?</i>
<i>13. Qual o nível de escolarização do participante?</i>

Fonte: elaboração do autor.

As perguntas apresentadas desempenham um papel crucial na investigação que realizo, pois permitem compreender o fenômeno de forma contextualizada, abrangendo diferentes trajetórias desses indivíduos. A coleta de dados sociodemográficos, como

idade, município de residência, cor da pele autodeclarada, faixa salarial e nível de escolarização, possibilita traçar um perfil socioeconômico e racial desses participantes, algo essencial para situar a violência doméstica dentro de suas interseccionalidades e assimetrias. Saber se o participante é reincidente ou não no programa para HAV fornece pistas sobre os desafios enfrentados em termos de novas propostas e recidiva, permitindo identificar possíveis fissuras nas estratégias de prevenção, de reintegração, e de educação desses sujeitos. Questões como religião e uso de substâncias químicas, tanto no cotidiano quanto no momento da agressão, ajudam a investigar possíveis fatores de influência no comportamento violento, sejam eles mediadores ou catalisadores. A identificação da vítima e a presença de filhos também são dados que ampliam a análise das redes de relações afetadas pela violência, apontando para os efeitos dessa prática nas configurações familiares.

Acerca do trabalho com os documentos – as fichas cadastrais dos HAV –, com base em Lüdke e André (1986), podemos afirmar que eles são uma ferramenta valiosa em pesquisas por diversas razões, especialmente por sua capacidade de fornecer dados consistentes e duradouros. Por serem registros que permanecem ao longo do tempo, podem ser revisados repetidamente, permitindo comparações e análises em diferentes contextos, o que ajuda na estabilidade das conclusões. Além disso, a característica de trazer informações dentro de um contexto específico os torna fundamentais para compreender fenômenos sociais e históricos, como são os que circundam o serviço que será pesquisado. Outra que encontramos na utilização dos documentos está no fato de serem uma fonte de dados acessível e de baixo custo, já que o maior investimento exigido é o tempo e a dedicação nossa para selecionar e interpretar os materiais mais relevantes. Esse aspecto é essencial para pesquisas que contam com recursos limitados como a nossa, mas que necessitam de bases para fundamentar nossos resultados.

Ainda de acordo com Lüdke e André (1986), os documentos também se destacam por serem não reativos, ou seja, seu conteúdo não é influenciado por interações ou pela presença do pesquisador. Isso os torna especialmente úteis em situações em que não é possível acessar diretamente os sujeitos, seja por questões práticas ou para evitar interferências nos comportamentos e opiniões que poderiam distorcer os dados. Além disso, ao explorar documentos, é possível identificar novas questões de pesquisa, servindo como ponto de partida para investigações mais aprofundadas com outros métodos. Sobre o que afirmamos é necessário dizer que outras

questões além daquelas que constam no Quadro 7 podem ser incorporadas em nosso estudo, desde que sejam pertinentes à análise. Acerca da fase de análise:

Selecionados os documentos, o pesquisador procederá à análise propriamente dita dos dados. Para isso ele recorre geralmente à metodologia de análise de conteúdo, que é definida por Krippendorff (1980) como “uma técnica de pesquisa para fazer inferências válidas e replicáveis dos dados para o seu contexto” (p. 21). Explicitando melhor essa definição, pode-se dizer que a análise de conteúdo pode caracterizar-se como um método de investigação do conteúdo simbólico das mensagens. Essas mensagens, por seu turno, devem ser abordadas de diferentes formas e sob inúmeros ângulos. Pode, por exemplo, haver variações na unidade de análise, que pode ser a palavra, a sentença, os parágrafos ou o texto como um todo. Pode haver variações quanto à forma de tratar os dados. Alguns podem preferir a contagem de palavras ou expressões, outros podem preferir a análise qualitativa do conteúdo dos excertos e outros, ainda, podem fazer análise de conteúdo de aspectos implícitos na comunicação. Alguns podem trabalhar os aspectos políticos, sociais ou de poder, outros os aspectos psicológicos, outros, ainda, os literários, os filosóficos, os estéticos e assim por diante. (Lüdke & André, 1986, p.41).

Na fase de análise dos dados, optei por utilizar a metodologia de análise de conteúdo como uma técnica capaz de gerar inferências válidas e replicáveis a partir dos dados coletados, sempre considerando seu contexto. Essa abordagem me permitiu investigar o conteúdo das mensagens das fichas cadastrais dos HAV de forma aprofundada. No meu caso, os dados analisados são as fichas cadastrais dos HAV que ingressam no serviço. Esses documentos, embora aparentemente burocráticos e objetivos, carregam uma densidade que exige uma leitura cuidadosa, crítica e multifacetada. A ficha cadastral, à primeira vista, parece apenas um instrumento técnico: nome, idade, escolaridade, profissão, número de filhos, histórico judicial, entre outros campos como o/a leitor/a verá. Mas ao olhar com atenção, percebo que ela é também um retrato fragmentado de uma trajetória marcada por silêncios, omissões e padrões que se repetem. Cada campo preenchido, ou deixado em branco, revela aspectos da subjetividade, da história social e das dinâmicas de poder que atravessam esses homens. A análise de conteúdo, nesse sentido, não se limita à contagem de palavras ou à identificação de categorias explícitas. Ela exige uma escuta ativa do que está dito e, principalmente, do que não está. Depois de iniciada essa fase, construí uma categorização e tipologias necessárias aos gráficos que seriam interpretados adjuntos os mais avançados e renomados Estudos dos Gêneros e das Sexualidades.

A abordagem adotada considerou diferentes unidades de análise: desde termos específicos que apareceram com frequência nas fichas (como “desempregado”, “separado”, “não possui vínculo com a ex-mulher”), até construções discursivas mais amplas que emergem da forma como o sujeito é descrito ou se descreve. Há também uma atenção especial aos aspectos implícitos os silêncios sobre saúde mental, os dados vagos sobre vínculos familiares, as justificativas que aparecem nos relatos sobre o episódio de violência. Tudo isso é interpretado à luz de uma perspectiva crítica, que busca compreender como esses homens se posicionam diante da responsabilização, da masculinidade e da violência. A tensão dessa análise reside justamente na tentativa de extrair sentido de documentos que foram pensados para registrar, não para revelar. A ficha cadastral não foi criada para ser um instrumento de escuta, mas sim de controle. É nesse paradoxo que reside o desafio metodológico: transformar um instrumento técnico em fonte de compreensão profunda sobre os sujeitos que ele registra. Para que fique mais nítido:

Decidido o tipo de codificação, o próximo passo da análise é a forma de registro. Aqui também pode haver muitas variações. Alguns preferem fazer anotações à margem do próprio material e outros utilizarão esquemas, diagramas e outras formas de síntese da comunicação. Essas anotações, como um primeiro momento de forma de registro, podem ser feitas em um software de informática, como o computador, que permite o controle do local das ocorrências, a natureza do material coletado etc. Quando o volume de dados é muito grande, ou quando for adequada a quantificação, talvez seja vantajoso recorrer ao uso do computador. A análise por computação requer muito tempo de programação, por isso deve ser reservada para situações em que os dados sejam realmente volumosos ou que haja necessidade de informações precisas num longo espaço de tempo. Depois de organizar os dados, num processo de inúmeras leituras e releituras, o pesquisador vai voltar a examiná-los para tentar detectar e introduzir temas mais frequentes. Esse processo de categorização é muito importante na construção de categorias ou tipologias. A construção de categorias não é tarefa fácil. Elas brotam, num primeiro momento, do arcabouço teórico do pesquisador, que busca nos dados elementos que o confirmem. No entanto, vai ser comum que novas categorias sejam criadas, pois os dados vão oferecendo constantemente novos focos de interesse, o que origina novas concepções e, conseqüentemente novos temas e hipóteses. (Lüdke & André, 1986, p. 42).

Nesse contexto, a definição do tipo de codificação e a subsequente construção de categorias ou tipologias não são somente decisões técnicas, são escolhas epistemológicas que revelam o meu olhar sobre o objeto de estudo. O tipo de

codificação adotado, seja aberta, axial ou seletiva, conforme os modelos da Teoria Fundamentada nos Dados trazida de forma implícita no trecho destacado por nós, ou ainda codificações temáticas, semânticas ou simbólicas, define o modo como os dados serão fragmentados, agrupados e interpretados. Essa escolha está diretamente relacionada à natureza dos dados coletados e ao objetivo analítico da pesquisa.

No caso de investigações que lidam com documentos como fichas cadastrais, nosso caso, por exemplo, a codificação precisa ser sensível às sutilezas do texto que emergem desses registros. A codificação, portanto, é um meio para alcançar a construção de categorias analíticas. Essas categorias não são dadas a priori, embora possam inicialmente se apoiar no meu arcabouço teórico disponível. Elas emergem da interação entre teoria e empiria, num movimento dialético em que os dados desafiam, confirmam ou tensionam os pressupostos teóricos. A construção de categorias exige múltiplas leituras, revisões constantes e uma abertura para o inesperado porque é comum que novas categorias surjam à medida que o pesquisador se aprofunda no material, revelando focos de interesse antes não previstos. Dito isto, o que entendemos por tipologia em nosso trabalho, por sua vez, representa um nível mais elaborado de abstração. Ela não apenas agrupa dados semelhantes, ela propõe modelos explicativos que articulam dimensões distintas do fenômeno investigado. A construção de tipologias demanda um esforço de síntese, em que o pesquisador precisa identificar padrões, recorrências e variações significativas, sem perder de vista a singularidade de cada caso. No campo da violência doméstica, por exemplo, a tipologia pode nos auxiliar na revelação de perfis de autores com base em fatores como histórico familiar, vínculos afetivos, escolaridade, relação com os filhos, entre outros, permitindo compreender como diferentes trajetórias se relacionam com a prática da violência.

Para tornar mais clarividente ao/à leitor/a a justificativa das tipologias, ao lidar com os dados provenientes das fichas cadastrais dos HAV, percebi que os gráficos gerados, embora fundamentais para visualizar padrões, não dão conta, por si só, da complexidade dos sujeitos que ali estão representados. É justamente nesse ponto que a tipologia se torna essencial. A tipologia que proponho nasce da minha leitura crítica dos dados, da minha capacidade de abstrair e interpretar os elementos que se repetem, os que se desviam e, principalmente, os que tensionam o que já se sabe sobre esse fenômeno. Os gráficos me ajudam a enxergar tendências como a faixa etária mais recorrente, o nível de escolaridade predominante ou o tempo médio de convivência com

a vítima mas é a tipologia que me permite ir além da superfície. Ao construir perfis tipológicos, consigo articular essas informações em conjuntos significativos, que revelam padrões de modos de subjetivação. É nesse processo que a pesquisa ganha densidade: quando os dados deixam de ser apenas números ou descrições isoladas e passam a compor narrativas analíticas que dialogam com o referencial teórico e com a realidade concreta dos sujeitos.

Darei, agora, ao/à leitor/a um exemplo do que venho desenvolvendo acerca das tipologias para análise. Por exemplo, ao observar nos gráficos uma alta incidência de homens com baixa escolaridade, desempregados e sem vínculo com suas ex-mulheres, construí a tipologia que denominei, só a título de ilustração, “homem desvinculado”. Esse perfil representa sujeitos em situação de fragilidade social e afetiva, cujas trajetórias são marcadas pela ausência de vínculos estáveis, seja no trabalho, na família ou na parentalidade. A violência, nesse caso, advém da tentativa de afirmação de poder diante das outras dimensões da vida. Essa tipologia me permite compreender como a precariedade relacional pode funcionar como um fator de risco para a reprodução da violência. Em outro extremo minoritário e ainda assim digno de atenção neste trabalho, os gráficos revelam também um grupo de homens com escolaridade média ou alta, emprego formal e convivência intensa com a parceira antes do episódio de violência. A partir desses dados, construirei outras tipologias como “homem controlador” ou outro neologismo mais sofisticado que, conforme escrevo, vou amadurecendo-o mais. Trata-se de sujeitos que, apesar da estabilidade socioeconômica, mantêm padrões relacionais marcados pelo controle, pela posse e pela rigidez nas dinâmicas familiares. A violência, nesse caso, não decorre da ausência de recursos, mas da tentativa de manter o domínio sobre o espaço doméstico e afetivo. Essa tipologia revela como a violência pode se manifestar em contextos de aparente normalidade, sustentada por discursos de autoridade e legitimidade masculina.

Assim, a análise dos dados do conteúdo documental que notabilizei, foi conduzida com base na análise de conteúdo proposta por Bardin (2011). Inicialmente, realizei a pré-análise, etapa na qual os materiais coletados foram organizados e classificados, garantindo que estivessem em condições adequadas para serem analisados. Durante esse momento, fiz uma leitura flutuante dos dados, buscando identificar as primeiras impressões e me familiarizar com o conjunto de informações. Também selecionei os documentos que foram efetivamente analisados, com base nos

critérios previamente estabelecidos no projeto. Na sequência, entrei na fase de exploração do material, que foi o momento mais detalhado e analítico seguindo tudo o que neste mesmo capítulo elenquei. Depois de categorizados, os dados foram para a etapa de tratamento e interpretação. Nesse momento, as categorias e tipologias foram analisadas à luz dos referenciais teóricos que embasam a pesquisa. Os resultados obtidos foram confrontados com os objetivos do estudo e com a literatura existente, permitindo que os significados mais supinos dos dados fossem explorados.

CAPÍTULO V

5. DA MASCULINIDADE HEGEMÔNICA E DO SEU ENTENDIMENTO

*As armas e os Barões assinalados
Que da Ocidental praia Lusitana
Por mares nunca de antes navegados
Passaram ainda além da Taprobana,
Em perigos e guerras esforçados
Mais do que prometia a força humana,
E entre gente remota edificaram
Novo Reino, que tanto sublimaram;
(Luís de Camões, 1972, p.5)*

Os versos iniciais d'Os Lusíadas instituem o modelo da masculinidade expansiva. O homem camoniano é um ser de exterioridade radical, cuja existência se define na projeção para fora do âmbito doméstico. A ocidental praia Lusitana não é um lar, se pensarmos bem, faz-se plataforma de lançamento para a grande ação no mundo. Nesse espaço liminar, o masculino opera uma exo-performance, de forma mais clara, uma performance de si que é integralmente voltada para o domínio do externo, do desconhecido, do geograficamente distante. Esta é a exo-epopéia do homem ocidental, a narrativa que celebra a saída. Se falo da praia, digo também d'Os Barões assinalados, quem são? São corpos projetivos, cujo valor se mede pela capacidade de se lançar por mares nunca de antes navegados. A sua identidade é uma identidade-geográfica, forjada na indissolubilidade entre o seu nome e os lugares que ultrapassam o mencionado além da Taprobana. A coragem, por sua vez, é sobre-humana-esforçada, transcendendo os possíveis do humano "Mais do que prometia a força humana", e estabelecendo um padrão heróico inatingível no contexto da mera vida civil.

Não obstante, é nesta glorificação da ausência que se impõe o mais penetrante do poder performático. A masculinidade expansiva não se esgota no ato da partida, vemos ela gerar uma sombra domipervasiva. O poder conquistado nos perigos e guerras não fica retido no campo de batalha ou no oceano. Ele regressa com o herói, introjetado como uma autoridade invisível e incontestável que permeia todos os interstícios do espaço privado. A glória-externa do Barão, às vezes barão da ralé, transforma-se numa autoridade-introvertida dentro do lar. Esta autoridade se camufla através do que

chamamos de presença-ausente. A longa e repetida ausência do homem, não dilui o seu poder, solidifica-o como figura legislativa. O lar passa a ser governado pela memórias-projéteis dos seus feitos, ou não feitos reais, uma narrativa repetida que arquiteta uma hierarquia invisível. A casa deixa de ser um refúgio do homem para se tornar um domínio do homem, um território onde a sua vontade, moldada no mundo exterior, se coloca como lei natural. O ato final da exoepopéia que entre gente remota edificaram Novo Reino se faz na chave para entender o texto com os óculos dos gêneros. A edificação externa de um reino em terras distantes é, em si, um ato que redefine e sublima no duplo sentido camoniano de elevar e glorificar.

Este Novo Reino não é extensão geográfica que falo, todavia, a metáfora radical de uma generocolonização, no sentido dos gêneros e no sentido generalizante, cujo território primordial é o espírito dos que ficaram. A conquista ultramarina age feito uma transposição paradigmática, onde a lógica da dominação do outro remoto se internaliza como um governo-doméstico dos internos. Os Barões de quais fala Camões (1972) não partem para edificar um reino longínquo apenas, eles partem para se tornarem, eles mesmos, a arquitetura de um novo regime de obediência no seio do lar lusitano. Por fim, como diz Padre Antônio Vieira em um dos seus célebres sermões, o Sermão da Sexagésima, tomando por norte o exemplo do homem português, há na vida os que saem a semear, e os que semeiam sem sair. Há nos lares os que saem a se fazer homens, e há os que se fazem homens sem sair. Daqui parto à reflexão das masculinidades, porque refletir sobre masculinidades é refletir sobre relações de gêneros. Já deixo dito de antemão que o termo não se confunde com “homens”, antes disso, remete à forma como estes ocupam posições em uma ordem de gênero historicamente construída. Em outras palavras, as masculinidades dizem respeito a padrões de prática, como os que saem ao mar tal qual falado por Camões, e modos de atuação por meio dos quais sujeitos – sobretudo homens, mas não apenas – se vinculam a essa ordem.

Desde cedo, a literatura evidencia que as masculinidades não se constituem de maneira única ou homogênea. Elas apresentam multiformas, contradições internas e historicidade. Sua conformação sofre transformações ao longo do tempo, e não se dá de forma isolada, mulheres também participam ativamente de sua produção, seja em interações cotidianas, seja nos tensionamentos mais amplos que atravessam as relações sociais. Sobre a multiforma das masculinidades, a literatura científica é muito clara ao afirmar:

O conceito de masculinidade, ou masculinidades, não é um conceito estático, e está em constante evolução, referindo-se às várias formas em que a masculinidade é socialmente definida através de contextos históricos e culturais, bem como às diferenças de poder existentes entre as diferentes versões de masculinidade. No entanto, são as consequências da definição de masculinidade – historicamente rígida e hegemônica – que levaram a que, nos últimos anos, tenham surgido novas abordagens e propostas da sua redefinição. (Avilés; Moura, 2021, p. 1).

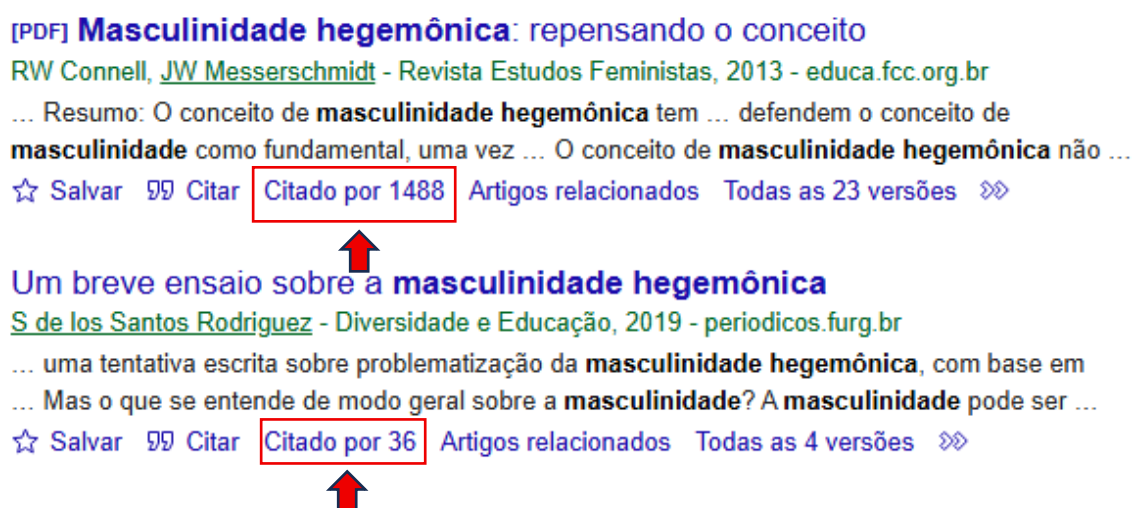
Muito embora como mencionado pelos/as autores/as arrolados que a ideia das masculinidades seja uma realidade vista em constante evolução, popularizou-se bastante o uso do conceito de masculinidade hegemônica, emergente justamente desse processo de observação e problematização. Na virada dos anos 1970 para os anos 1980, se tornou impossível ignorar o impacto do questionamento feminista sobre a ordem patriarcal. A crítica às estruturas de poder então vigentes iluminava as formas pelas quais as vidas dos homens também estavam sujeitas a mudanças, à medida que as bases de gênero eram desafiadas (Avilés; Moura, 2021).

As análises iniciais sobre masculinidades tiveram como objeto central a crítica às estruturas rígidas do poder patriarcal, problematizando esta construção social enquanto fonte da opressão, obstáculo à liberdade de escolha e emancipação das mulheres. À medida que o campo de pesquisa se ampliou, no entanto, as perspectivas também se expandiram: deixaram de se centrar exclusivamente na opressão e violência contra as mulheres para passarem a reconhecer os efeitos negativos que a construção social da masculinidade patriarcal tem também em homens. Passaram, além disso, a incluir componentes interseccionais, reconhecendo que existe uma hierarquia profundamente enraizada em termos de privilégio masculino, em termos de raça, classe, nacionalidade, orientação sexual, etc. Estas abordagens marcaram um ponto de viragem no movimento de luta pela igualdade de gênero, deixando de considerar os homens apenas como agressores e/ou estando num campo diametralmente oposto ao das mulheres, para se passar a considerar os homens enquanto aliados que também podem ser prejudicados pelos papéis de gênero rígidos sem, contudo, esquecer os privilégios ainda ostentados pelo sexo masculino. (Avilés; Moura, 2021, p. 1-2).

É nesse contexto que pesquisas empíricas em ambientes escolares revelaram algo crucial que foi a existência de hierarquias entre diferentes masculinidades, não apenas entre homens e mulheres. E aqui precisamos falar de um conceito que ficou muito popular no universo das ciências humanas e sociais, fartamente utilizado o qual se nomeia por “masculinidade hegemônica”. E por que desejo dialogar com esse conceito? Essa escolha não se faz sem uma justificativa calcada em uma evidência

reproduzível. A escolha do conceito operante em um trabalho acadêmico é fundante porque delimita o campo de visibilidade do objeto de estudo e define o arcabouço teórico que sustentará a análise. Neste movimento, o conceito já existente aqui mencionado por mim, cunhado por Raewyn Connell e exemplificado de forma extensa no texto “Masculinidade hegemônica: repensando o conceito” (2013), se apresenta como uma ferramenta analítica de abrangência incontestável. Com base no registro anexado, que aponta 1488 citações apenas para essa versão do artigo no Google Acadêmico – prova cabal de sua posição como o texto mais lido, mais citado e mais referenciado sobre o tema –, é inegável a sua centralidade nos Estudos de Gêneros e Masculinidades.

FIGURA 7 – Resultados do google acadêmico para o conceito de “masculinidade hegemônica”



Fonte: https://scholar.google.com/scholar?hl=ptBR&as_sdt=0%2C5&q=masculinidade+gehemonica&btnG=

Contudo, essa onipresença e abrangência o tornam, para os fins específicos deste trabalho, um instrumento amplo. O conceito de masculinidade hegemônica foi elaborado no início da década de 1980 por Raewyn Connell e colaboradores, em um contexto de transformações sociopolíticas e de reconfiguração dos debates sobre os gêneros. Sua origem está associada a estudos empíricos realizados em escolas australianas, voltados à análise das desigualdades sociais e de classe, nas quais se viam também hierarquias de gênero entre os próprios meninos (Kessler et al., 1982; Connell, 1983; Carrigan; Connell; Lee, 1985). Essas pesquisas revelaram que a masculinidade não se apresentava como uma entidade fixa ou natural pois ela se manifestava como

uma configuração de práticas, isto é, um conjunto de modos de agir, valores e performances que sustentam a dominação masculina dentro de uma dada ordem dos gêneros (Connell; Messerschmidt, 2013). Nas palavras de Connell e Messerschmidt (2013, p. 242):

O conceito de masculinidade hegemônica foi primeiro proposto em relatórios de um estudo de campo sobre desigualdade social nas escolas australianas; em uma discussão conceitual relacionada à construção das masculinidades e à experiência dos corpos de homens; e em um debate sobre o papel dos homens na política sindical australiana. O projeto nas escolas forneceu a evidência empírica de múltiplas hierarquias – de gênero e ao mesmo tempo de classe – entrelaçadas com projetos ativos de construção do gênero.

Ao ser formalizado, o conceito permitiu compreender como determinados padrões de masculinidade se tornam normativos e legitimadores das hierarquias sociais. A masculinidade hegemônica designa, portanto, o modelo culturalmente dominante de ser homem, aquele que ocupa o topo de uma hierarquia material/imaginativa, servindo de referência para as demais masculinidades, ainda que apenas uma minoria dos homens a incorpore de forma plena (Connell, 1987). Tal hegemonia não se impõe primordialmente pela força, porém pela ascendência cultural, pela persuasão e pela cumplicidade de grupos subordinados, incluindo outras masculinidades e também setores de mulheres heterossexuais ou, de acordo com nosso olhar atual, lésbicas (Connell; Messerschmidt, 2013). A escolha do termo “hegemonia” por Connell (2013) não se deu ao acaso. Connell se apropriou da noção gramsciana, transferindo-a do campo da luta de classes para o das relações de gênero. Assim como em Gramsci, a hegemonia masculina é um processo histórico, contestável, e não uma estrutura fixa; isto é maravilhoso para nossa proposta nesta pesquisa. Novas formas de masculinidade podem se alumiar e disputar centralidade à medida que as condições sociais e culturais se modificam (Connell; Messerschmidt, 2013).

Se cruza com a nossa a pesquisa de Connell (1982) e seus colaboradores porque o ambiente educacional foi decisivo para a formulação do conceito, pois foi nele que os pesquisadores observaram empiricamente as micropolíticas da masculinidade, os modos como meninos constroem hierarquias entre si, reproduzindo ou resistindo aos ideais dominantes de virilidade e autoridade (Connell et al., 1982). Sobre o termo gramsciano nos estudos da referida autora:

O termo gramsciniano de “hegemonia” foi corrente, no período, em tentativas de compreender a estabilização das relações de classe. No contexto da teoria dos sistemas duais, a ideia foi facilmente transferida para o problema paralelo das relações de gênero. Essa transferência teve significativo risco de mal entendimento. Os escritos de Gramsci focam nas dinâmicas da mudança estrutural envolvendo a mobilização e a desmobilização de classes inteiras. Sem um foco claro nesse tópico da mudança histórica, a ideia de hegemonia teria sido reduzida a um modelo simples de controle cultural. E, em boa parte do debate sobre gênero, a mudança histórica em larga escala não está em foco. Aqui vemos uma das fontes das últimas dificuldades com o conceito de masculinidade hegemônica. (Connell; Messerschmidt, 2013, p. 243).

A publicação de “Gender and Power” (Connell, 1987) consolidou a teoria, transformando-a em referência internacional para os estudos sobre gênero e educação, e influenciando amplamente campos como a sociologia, a criminologia, a psicologia social e os estudos culturais. Ao lado de James Messerschmidt, Connell posteriormente revisitou o conceito para responder às críticas e reafirmar sua importância analítica, destacando a multiplicidade das masculinidades, a centralidade da agência das mulheres e a necessidade de reconhecer a interseccionalidade entre os níveis local, regional e global (Connell; Messerschmidt, 2013). Atribuir o devido crédito a Connell e Messerschmidt significa reconhecer que foi por meio de seus trabalhos que as masculinidades passaram a ser entendidas como relações históricas de poder e não como atributos individuais. Essa contribuição dos/as autores/as foi fundamental para os estudos que se propõem a pensar criticamente o masculino. Por isso, ao retomar esse percurso teórico, justifico minha opção de dialogar com o conceito de masculinidade hegemônica como base de análise e ponto de partida para a formulação de uma nova categoria – a domasculinincência –, que buscará ultrapassar os limites desse modelo, mantendo, contudo, o compromisso crítico de desnaturalizar o poder generificado e suas expressões hodiernas. Dito isto, enceto a questão: o que Connell e Messerschmidt identificam como sendo a masculinidade hegemônica? E onde é que ela circula?

Bem, iniciamos dizendo que para Connell e Messerschmidt (2013), a masculinidade hegemônica é entendida como um padrão de práticas sociais, ou seja, um conjunto de ações, condutas e disposições que sustentam a dominação dos homens sobre as mulheres dentro de uma ordem de gênero. Não se trata de um tipo fixo de homem nem de uma simples identidade, eles propõem um modelo normativo que representa “a forma mais honrada de ser homem”, em relação ao qual todas as outras masculinidades são avaliadas e posicionadas (Connell; Messerschmidt, 2013, p. 245).

Os autores explicam que essa masculinidade não é necessariamente a mais comum ou estatisticamente majoritária, mas que exerce hegemonia simbólica e cultural, ela “legitima ideologicamente a subordinação global das mulheres aos homens organizando hierarquias também entre os próprios homens, distinguindo as masculinidades dominantes das subordinadas e das cúmplices:

A masculinidade hegemônica se distinguiu de outras masculinidades, especialmente das masculinidades subordinadas. A masculinidade hegemônica não se assumiu normal num sentido estatístico; apenas uma minoria dos homens talvez a adote. Mas certamente ela é normativa. Ela incorpora a forma mais honrada de ser um homem, ela exige que todos os outros homens se posicionem em relação a ela e legitima ideologicamente a subordinação global das mulheres aos homens. (Connell; Messerschmidt, p. 245).

Lendo o trecho, fica patente que a masculinidade hegemônica atua como uma matriz de normatividade viril, um regime de sentido que impõe aos corpos masculinos a obrigação de se alinharem a um ideal de honradez, força e ascendência. Trata-se de uma forma de virilnormatividade, uma gramática social que define o que é ser “homem de verdade” e o que é apenas uma variação desviada. Quando Connell e Messerschmidt (2013) afirmam que “apenas uma minoria dos homens talvez a adote”, mas que “certamente ela é normativa”, fica clara a dimensão unipolítica do conceito, ou seja, a masculinidade hegemônica não precisa ser majoritária para ser dominante. Ela vai criar seu espaço por topoanulação¹³ das demais masculinidades neutralizando as diferenças e hierarquizando, fazendo com que o “outro homem”, o sensível, o eunuco, o homossexual, o precário, o racializado no sentido lato do debate seja percebido como incompleto ou insuficiente. Essa hierarquia produz o que poderíamos chamar, usando a matriz conceitual trazida no capítulo 4, de monotipologia dos homens, uma única forma legítima de masculinidade que se impõe como natural, desautorizando as demais. Esse modelo cria um campo de desgaste nos homens que não se reconhecem nesse padrão, que continuam a se medir por ele, pelo dito hegemônico. É um dispositivo de patriorritmia como vimos também neste trabalho, quer dizer, um ritmo patriarcal que ulula dentro do corpo social, fazendo o masculino vibrar sempre em torno de um centro normativo, mesmo quando parece disperso. Para Connell e Messerschmidt (2013, p. 245):

¹³ Algo muito similar ao conceito que trouxe quando falei do corpo feminino e sua topoaniquilação no capítulo 4.

Homens que receberam os benefícios do patriarcado sem adotar uma versão forte da dominação masculina podem ser vistos como aqueles que adotaram uma *compli* cidade masculina. Foi em relação a esse grupo, e com a complacência dentre as mulheres heterossexuais, que o conceito de hegemonia foi mais eficaz. A hegemonia não significava violência, apesar de poder ser sustentada pela força; significava ascendência alcançada através da cultura, das instituições e da persuasão.

O resultado desse processo trazido desemboca numa dinâmica constante entre o homem que se deseja ser e o homem que o sistema exige que se seja. Nessa medida, sua força não está em sua presença empírica pois ela reside em sua *domas*copresença, a qual digo a grosso modo ser a presença do masculino como dominação que *paira*, difusa, mesmo quando não encarnada por ninguém em particular. Por isso, a masculinidade hegemônica deve ser compreendida menos como um tipo de homem e mais como uma tecnologia de hominização, um processo contínuo de *domanipulação* do corpo, da voz, do gesto e do desejo, um adestramento que produz, simultaneamente, poder e fragilidade. É sobre esse terreno de coerções psíquicas que o conceito de *domasculinicência* pode contribuir e frutificar, não digo como crítica, digo como desmonte auxiliar de reimaginação dos modos de existir no masculino. Ao estudar atentamente os escritos dos autores ora em debate, vemos que o conceito de masculinidade hegemônica circulou em muitos espaços, foi amplamente utilizado para compreender as dinâmicas da vida escolar, os padrões de resistência e *bullying* entre meninos, bem como as relações com o currículo e as dificuldades de uma pedagogia neutra de gênero:

O conceito de masculinidade hegemônica foi usado em estudos na educação para compreender as dinâmicas da vida em sala de aula, incluindo os padrões de resistência e bullying entre meninos. Foi usado para explorar as relações com o currículo e as dificuldades da pedagogia neutra de gênero.³² Foi usado para entender as estratégias e as identidades de professores em grupos, tais como os de instrutores de educação física. (Conell; Messerschmidt, 2013, p. 246)

Como segunda área de abarcamento, notamos que a criminologia fora fortemente influenciada. Os/as autores/as afirmam que os dados mostravam a predominância de homens na prática de crimes, especialmente os mais graves, e que o conceito de masculinidade hegemônica contribuiu para teorizar a relação entre masculinidades e criminalidade, incluindo crimes como estupro, assassinato, hooliganismo e crimes de colarinho-branco:

O conceito também influenciou a criminologia. Todos os dados refletiam que os homens e os meninos perpetravam mais os crimes convencionais – e os mais sérios desses crimes – que as mulheres e as meninas. Para além, os homens mantinham um monopólio virtual sobre determinadas formas de crime, como crimes em sindicatos e crimes de colarinho branco. O conceito de masculinidade hegemônica contribuiu na teorização da relação entre masculinidades e uma série de crimes, e foi também usado em estudos sobre crimes específicos de homens e meninos, tais como estupro na Suíça, assassinato na Austrália, hooliganismo no futebol americano e crimes do colarinho-branco na Inglaterra, além da agressão violenta nos Estados Unidos. (Conell; Messerschmidt, 2013, p. 245)

Como terceira área de emprego sólido, o conceito foi usado em estudos sobre representações do homem na mídia, especialmente nas interconexões entre esporte e imaginários de guerra. A hegemonia ajudou a explicar a diversidade e seletividade das imagens na mídia de massa:

O conceito também foi usado nas pesquisas sobre as representações do homem na mídia, por exemplo, nas interconexões entre o esporte e os imaginários de guerra. Como o conceito de hegemonia ajudou a dar sentido tanto à diversidade como à seletividade das imagens na mídia de massa, os estudiosos da mídia começaram a mapear as relações entre diferentes representações de masculinidades. Esportes comerciais são um foco das representações midiáticas da masculinidade, e o campo em desenvolvimento da sociologia do esporte também encontrou um uso significativo do conceito de masculinidade hegemônica. Foi implantado na compreensão da popularidade dos esportes de contato e confronto – que funcionam como uma renovação contínua do símbolo da masculinidade – e na compreensão da violência e homofobia frequentemente presentes em meios esportivos. (Conell; Messerschmidt, 2013, p. 246)

Como quarta área de grande influência, a teoria foi aplicada para compreender a popularidade dos esportes de contato, a renovação da virilidade e as relações entre violência, homofobia e masculinidade no ambiente esportivo, o que figura de forma nítida no excerto anterior. Como quinta área de influência, notamos que o conceito fora utilizado para explicar comportamentos de risco, como jogar ferido, e a dificuldade dos homens em lidar com incapacidades ou doenças:

Os determinantes sociais da saúde dos homens foram levantados anteriormente, mas o conceito de papel sexual estava muito difuso para ser considerado útil. Os conceitos de múltiplas masculinidades e de masculinidade hegemônica foram progressivamente mais usados para compreender as práticas de saúde dos homens, tais como “jogar ferido”⁴⁰ e comportamentos que envolvem risco.⁴¹ Os conceitos de masculinidade hegemônica e subordinada ajudaram a compreensão da exposição dos homens a situações de risco,

como também acerca de suas dificuldades para lidar com as próprias incapacidades e ferimentos. (Connell; Messerschmidt, 2013, p. 246)

Ainda lemos no artigo aqui dissecado que pesquisas etnográficas identificaram a institucionalização das masculinidades hegemônicas em ambientes burocráticos, empresariais e militares, afetando processos de decisão e hierarquia profissional, constituindo a sexta área de pesquisa que a teoria teve peso:

O conceito de masculinidade hegemônica também se mostrou significativo nos estudos organizacionais, em que o caráter generificado das burocracias e dos locais de trabalho foi cada vez mais reconhecido. Estudos etnográficos e com entrevistas traçaram a institucionalização das masculinidades hegemônicas em organizações específicas⁴³ e seu papel nos processos organizacionais de tomada de decisões. Um foco particular dessas pesquisas foi a instituição militar, em que padrões específicos de masculinidade hegemônica costumam ser dominantes, mas têm se tornado cada vez mais problemáticos. (Connell; Messerschmidt, 2013, p. 246)

Constituindo o sétimo campo de emprego dos estudos, o conceito também orientou programas de psicoterapia, educação emocional e prevenção da violência voltados a homens e meninos:

Discussões sobre prática profissional envolvendo homens e meninos também utilizaram o conceito. Tais práticas incluem a psicoterapia com homens, programas de prevenção à violência para a juventude e programas de educação emocional para meninos. (Connell; Messerschmidt, 2013, p. 247)

Apesar da amplitude que Connell e Messerschmidt (2013) reconhecem na circulação do conceito de masculinidade hegemônica atravessando campos como a educação, a criminologia, o esporte, a saúde e o trabalho, há um silêncio notável no espectro de sua aplicação, sinto falta da violência doméstica e os espaços microsociais da intimidade familiar estarem na mira de tal conceito. O conceito, tal como mobilizado, volta-se majoritariamente à figura pública do homem, ao masculino em performance social, pois temos nas análises o aluno, o atleta, o trabalhador, o criminoso. Entretanto, permanece ausente o masculino doméstico, o homem de dentro, aquele que exerce poder nas brechas do cotidiano familiar. É um modelo epistemológico que podemos chamar de androexteriorismo¹⁴ que nada mais é do que a tendência de pensar o

¹⁴ Cunhei o termo androexteriorismo para me referir precisamente àquela tendência, que observei em parte da literatura, de conceber o masculino majoritariamente a partir de sua figura pública e de suas performances socialmente visíveis. Utilizo esse conceito para nomear uma lacuna analítica específica a qual lança dificuldade de enxergar como o patriarcado e as performances de gênero não se desativam ao

masculino apenas no campo da visibilidade pública, deslocando-o das zonas íntimas onde o patriarcado se reencena sob formas persistentes. Vamos arrolar ao/à leitor/a menos familiarizado com o tema 10 resumos de artigos que falam sobre masculinidade hegemônica e, assim como nos ensinou em sua filosofia geral Nietzsche, daí não trazer aqui nenhuma citação específica do autor, submeter o valor do conceito à razão. Se falei que Connell e Messerschmidt (2013) utilizam o conceito ora em debate para analisar dinâmicas do universo social exterior, como os autores influenciados por eles usam tal conceito? Ressignificam tal valor? Ou mesmo empregam de igual forma em suas análises? Bem, vamos ao que encontrei no portal da *Scielo*, colocando o grupo de palavras-chave “masculinidade hegemônica” na barra de busca do portal e selecionando o idioma “português” para se averiguar o uso do termo no Brasil:

TABELA 5 – Usos do conceito “masculinidade hegemônica”

Nº	TÍTULO	AUTORES/AS	ANO DE PUBLICAÇÃO
1	Construções de masculinidades entre pessoas moradoras de rua: uma revisão de escopo ¹⁵	➤ Matheus de Abreu; Dalvan Antônio de Campos; ➤ Heitor Mondardo Cardoso; ➤ Mônica Machado Cunha e Mello; ➤ Rodrigo Otávio Moretti-Pires	2024
2	Gênero, datacolonialismo e violência nas infâncias: tudo o que a Netflix sabe sobre minha filha ¹⁶	➤ Karina Gomes Barbosa	2024

cruzar a soleira da casa. O androexteriorismo, como o entendo, nos impede de ver a reedição íntima do poder.

¹⁵ <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/vLMppGJPCJY6J5HjkZBkRrG/?format=pdf&lang=pt>.

¹⁶ <https://www.scielo.br/j/gal/a/cvD786w38TMVgc44SfPzZVj/?format=pdf&lang=pt>.

3	Construção das masculinidades rurais em Grande sertão: veredas ¹⁷	➤ Manoel Antônio dos Santos; ➤ André Villela de Souza Lima-Santos; ➤ Jeferson Santos Araújo; ➤ Wanderlei Abadio de Oliveira	2023
4	O “Echo da Calúnia”: a masculinidade hegemônica em um processo-crime (Rio Grande do Sul, 1907) ¹⁸	➤ Carla Adriana da Silva Barbosa	2022
5	Expressões de gênero no processo de cuidado e prevenção da COVID-19 durante a pandemia: reflexões da e para a terapia ocupacional social ¹⁹	➤ Leonardo Graco de Oliveira Braz; ➤ Jaime Daniel Leite Junior; ➤ Patrícia Leme de Oliveira Borba	2022
6	Singularidades do trabalho rural: masculinidades e procura por serviços de saúde em um território norte mineiro ²⁰	➤ Sergio Vinicius Cardoso de Miranda; ➤ Pamela Scarlat Duraes Oliveira; ➤ Cristina Andrade Sampaio; ➤ Luiz Carlos Fadel de	2021

¹⁷ <https://www.scielo.br/j/ref/a/HVTtZXbVypQVHzsQhgMNndM/?format=pdf&lang=pt>.

¹⁸ <https://www.scielo.br/j/his/a/4YbBNpT4rDvfYws4P7CGtHC/?format=pdf&lang=pt>.

¹⁹ <https://www.scielo.br/j/cadbto/a/dnjvCLLSs3PJXfcpfdvNf9M/?lang=pt>.

²⁰ <https://www.scielo.br/j/physis/a/pfhzgGWxdvrYNMGyhtbxCfn/?format=pdf&lang=pt>.

		Vasconcellos	
7	Ethos militar e masculinidades nos esportes olímpicos ²¹	➤ Diego Wander Thomaz; ➤ Dionys Melo dos Santos; ➤ Luiz Henrique de Toledo	2021
8	Da masculinidade hegemônica à masculinidade queer/cuir/kuir: disputas no esporte ²²	➤ Leandro Teófilo de Brito	2021
9	Masculinidade em tempos de pandemia: onde o poder encolhe, a violência se instala ²³	➤ Dherik Fraga Santos; ➤ Rita de Cássia Duarte Lima; ➤ Stephania Mendes Demarchi; ➤ Jeanine Pacheco Moreira Barbosa; ➤ Marcos Vinicius da Silva Cordeiro; ➤ Marcelo Eliseu Sipioni; ➤ Maria Angélica Carvalho Andrade	2021
10	Ser homem com doença falciforme: discursos sobre adoecer e cuidar de si ²⁴	➤ Anderson Reis de Sousa; ➤ Adriana Castro de Jesus; ➤ Rúbia Cássia Souza de	2021

²¹ <https://www.scielo.br/j/ref/a/PV4hXsYBSSkZJRZLBwMxsMn/?format=pdf&lang=pt>.

²² <https://www.scielo.br/j/ref/a/cNwyVKFqHbkqkrb3kcbsvQc/?format=pdf&lang=pt>.

²³ <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/jd7SgTXGfGgmKdyB8K7jnCv/?format=pdf&lang=pt>

²⁴ <https://www.scielo.br/j/ape/a/JDDkC86sgQPQNgVsgSbZ3RN/?format=pdf&lang=pt>

		Andrade; ➤ Thallys Fabricio de Almeida Lopes; ➤ Coretta Melissa Jenerette; ➤ Evanilda Souza de Santana Carvalho; ➤ Álvaro Pereira	
--	--	---	--

Fonte: elaboração do autor.

No artigo 1, ao delimitar o horizonte de observação ao “espaço público masculino”, o estudo reproduz a lógica do androexteriorismo, a premissa de que o exercício do poder masculino se dá essencialmente fora do lar. O título e os recortes metodológicos oferecem justificação dessa inclinação, que vai desde o subtítulo até os termos usados para delimitar a população de estudo, percebemos uma delimitação externa que exclui a vida íntima familiar como sujeito de análise. Vejamos o resumo do trabalho:

Nesta revisão objetivou-se investigar e sintetizar o que há na literatura científica sobre as relações entre as masculinidades e as pessoas moradoras de rua, com enfoque em relações sociais, trajetória e processo saúde-doença. Foi feita uma busca sistemática em dez bases de dados com os descritores: “Masculinities”, “Hegemonic Masculinities”, “Gender Identity” e “Homeless Persons”, “Homeless, Roofless” e “Houseless”. Obteve-se 2.459 resultados, com 25 referências finais após aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, compostas em grande parte por estudos internacionais. Identificou-se seis temas-chave: Masculinidade enquanto prática performativa nas ruas, Masculinidades e relações de violência nas ruas, Masculinidades entre homens moradores de rua: percepções de liberdade e encarceramento, Paternidade dos homens moradores de rua, Estigmas e deságios no processo de busca pela masculinidade hegemônica nas ruas e Masculinidades como determinante social de saúde nas ruas. A revisão aborda as influências das masculinidades entre a População Moradora de Rua (PMR), destacando sua transversalidade nas vivências e atitudes do grupo, e explora a relação entre masculinidades e violência, os desafios na paternidade e os estigmas ligados à condição de vida nas ruas e impactos na saúde. Conclui-se que as normas sociais relacionadas ao masculino atuam como uma forma de se adaptar as vidas nas ruas, mas influenciam negativamente no processo saúde-doença da PMR, em especial dos homens. (Campos et. al., 2024, p. 1).

O próprio artigo testemunha o que falei anteriormente, toda a reflexão sobre masculinidade é deslocada para o espaço das ruas, o território da errância e da exposição pública. A masculinidade hegemônica, aqui, é pensada como prática performativa entre homens em situação de rua, vinculada à violência, ao encarceramento, à paternidade distante e aos estigmas sociais sempre no registro do deslocamento e da exterioridade. Em nenhum momento o estudo considera a dimensão doméstica, familiar ou relacional do poder masculino; ao contrário, reafirma a masculinidade como fenômeno do espaço aberto, da vida pública, dos corpos em circulação. Traz ainda menção a outras tantas diversas pesquisas que também seguem a mesma lógica, do androexteriorismo analítico.

No artigo 2, embora o estudo se proponha a analisar uma feminilidade algorítmica hegemônica construída pela Netflix, o faz a partir de regimes de visibilidade relacionados à masculinidade e essa masculinidade é tratada como uma moldura exterior, um campo distante, nunca como campo doméstico. A masculinidade aparece como referência implícita de poder, como aquilo que organiza o campo da feminilidade sem corpo, sem sujeito, sem casa. O androcentrismo se dissolve no algoritmo, e a crítica reproduz uma lógica androexteriorista de segunda ordem porque a meu ver denuncia os efeitos da hegemonia masculina, muito embora continua a vê-los apenas como fenômenos sistêmicos, midiáticos, externos e não como forças que se infiltram nos lares, nas relações entre pais e filhas, nas conversas do sofá ou nos modos como o próprio cuidado é atravessado pelo poder de gênero. Vejamos o que diz o resumo:

Este artigo analisa a newsletter Kids Recap Email, enviada pela Netflix a adultos responsáveis por perfis infantis no serviço de streaming desde 2021. Os dados produzidos sobre hábitos de consumo de minha filha são trabalhados quantitativamente e qualitativamente, de uma perspectiva feminista e decolonial, que articula gênero, mídia e infância. Com base na análise do material, percebo os modos pelos quais a Netflix produz uma feminilidade algorítmica hegemônica e estereotipada, fundada em regimes de visibilidade relaciona dos à masculinidade que escondem possibilidades do ser-menina; opera um datacolonialismo no qual dados são extraídos e utilizados para gerar riqueza à companhia, por meio da planificação de identidades e apagamento das diferenças; e comete violências midiáticas e tecnológicas contra as infâncias. (Barbosa, 2024, p. 1).

O resultado é o que chamo de tecnoandroexteriorismo, isso é uma abordagem que identifica a masculinidade apenas em sua forma mediada, tecnológica, não nas

mediações afetivas do cotidiano que sustentam o algoritmo. O estudo mostra como a plataforma fabrica uma feminilidade moldada por padrões masculinos de consumo e visibilidade, não se pergunta de onde vem essa masculinidade que dita tais parâmetros. O poder masculino se torna um input de dados, um fantasma tecnoepistêmico sobre o feminino. Quando falo em tecnoandroexteriorismo, caro/a leitor/a, me refiro a essa mania que a gente tem de colocar a masculinidade sempre do lado de fora, só que agora, especialmente, do lado de fora do humano. É como se o poder masculino tivesse migrado pro campo das máquinas, dos algoritmos e por que não das telas? E a gente passasse a falar dele como se fosse uma coisa técnica que vem do “sistema”. Mas por trás do algoritmo, quem continua ali? Homens, lógicas, heranças culturais, como nos diz Edméa Santos (2024) em live sobre ciberdocência.

É o mesmo velho poder, só que travestido de neutralidade tecnológica. Dá pra ver isso quando alguém diz que o algoritmo da Netflix é machista, como se fosse um robô que tivesse aprendido a ser assim sozinho. Vejo o mesmo quando um cara explica pra namorada como ela deve usar o celular “do jeito certo”, assumindo o papel de tutor tecnológico aparentemente banal, contudo cheio de dominação embutida. Fico pensando ainda quando os pais se orgulham do filho que entende de computador e tratam a filha como distraída, naturalizando a desigualdade no uso da tecnologia. O tecnoandroexteriorismo, que pretendo desenvolver ainda de forma mais aprofundada em algum artigo, é essa coisa, e chamo de “coisa” mesmo, do poder masculino continuar ativo, camuflado nas máquinas, parecendo que não é mais dele, quando na verdade ele só mudou de morada, talvez para o Vale do Silício onde estão as grandes potências da tecnologia contemporânea.

Vamos ao artigo 3, e vejamos que o resumo dele exige mais um esforço neológico nosso, pois ele atua num campo literário. Combinando minha fórmula, vou chamar o seu teor analítico de androexteriorismo literário, que é a masculinidade pensada como algo que se desenrola no vasto sertão, na travessia, na paisagem aberta. O homem é o corpo que ocupa o bando, o espaço da pólvora. Aqui me chama a atenção o fato de que mesmo quando a pesquisa propõe uma leitura articulando Connell e Butler, ela permanece presa a essa moldura que venho denunciando, pintando o sertão como o cenário da virilidade, e a masculinidade continua sendo performance de bravura. O campo de cena é o campo árido. Assim, se reafirma o olhar que situa o homem como se a masculinidade só pudesse existir quando há horizonte, arma ou cavalo:

Neste estudo teórico-reflexivo, nos propomos a investigar a construção de versões de masculinidades rurais a partir de uma leitura do romance *Grande sertão: veredas*, de Guimarães Rosa. Para tanto, recorreremos aos conceitos de masculinidade hegemônica, propostos por Connell, e performatividade, elaborado por Butler. A pesquisa percorre três eixos ordenadores: 1) uma breve exposição sobre as abordagens em masculinidades, resgatando sua gênese nas teorias feministas que inauguraram os estudos de gênero; 2) os processos de generificação na perspectiva da construção da masculinidade rural; 3) uma leitura da relação entre Riobaldo e Diadorim. Destacamos que gênero não se subsume a uma substância, embora reproduza efeitos substanciais, percebidos em distintas versões da masculinidade hegemônica performadas pelo bando de jagunços personificados na epopeia rosiana. (Santos, et. al., 2023, p. 1).

As masculinidades rurais poderiam ser lidas também nas relações familiares, nas hierarquias entre irmãos, nos gestos de mando sobre esposas e filhas do lar sertanejo. Mas o texto não entra aí, ele vai no sertão da liberdade e não no cenário da dominação íntima. É o androexteriorismo literário. No artigo 4, o resumo traz a velha equação entre masculinidade e espaço público, em sua forma mais clássica, qual seja a honra, trabalho e paternidade como pilares de um projeto social masculino que se manifesta no tribunal, no discurso jurídico. A cena é pública, institucional e moralizante, a masculinidade aparece sob julgamento, ainda dentro das categorias de visibilidade que o patriarcado considera legítimas. É o homem perante o Estado, perante a lei, perante outros homens. Perante, diga-se aqui de necessário, o lugar de sua defesa.

No início do século XX, em uma cidade do interior do Rio Grande do Sul, um homem foi acusado de ferir com um tiro seu futuro genro. O processo criminal envolvendo esses dois indivíduos, revelou mais do que a tentativa de um assassinato. A partir da alegação do subdelegado de que o réu vivia de “maneira imprópria” com o ofendido e da ação da defesa em livrar o acusado tanto de uma sentença de prisão, quanto para restaurar sua reputação, pode-se averiguar a preeminência de atividades e valores como honra, trabalho e paternidade. A análise desses elementos permitiu compreender a existência de uma normatização da masculinidade como projeto social. (Barbosa, 2022, p. 1).

Essa maneira de abordar gera neste meu estudo novo termo, o qual decidi chamar de androexteriorismo histórico, e em poucas palavras, é a masculinidade pensada como narrativa de reputação e controle. O pai é lembrado, não o marido; o genro, não o companheiro; a honra. O processo criminal se transforma num teatro do masculino, onde o que está em jogo não é a violência íntima, é usualmente uma espécie de restauração da imagem pública do sujeito homem. E é justamente aí que se

essencializa outra vez o limite sobre o qual estou a martelar por páginas a fio, a masculinidade é sempre observada de fora, como espetáculo de poder, acrescenta-se de discurso jurídico. É o patriarcado em versão processual nos encetando numa dramaturgia da virilidade legitimada pela lei.

No artigo 5, o resumo fala das diferenças entre homens e mulheres no cuidado durante a pandemia pontuando um tema importante, claro, mas a forma como a masculinidade é tratada continua a mesma pois o homem é sempre o sujeito que está lá fora, que não se cuida, que não adere, que é resistente às medidas sanitárias. É o homem como figura caricatural do descuido. O estudo até reconhece que essa postura tem raízes numa masculinidade hegemônica, entretanto não se pergunta onde ela se fabrica. E a resposta está bem ali na própria pesquisa, dentro das casas que a pandemia obrigou todos a habitar. É curioso, né? A COVID-19 trancou o mundo dentro de casa e ainda assim a teoria continuou olhando pra fora. Vejamos:

O presente artigo discute as expressões de gênero no processo de cuidado e prevenção da COVID-19 e busca explicitar as manifestações do sexismo nas questões relativas às mudanças no cotidiano acarretadas pela pandemia, além de refletir sobre as possibilidades de ação da terapia ocupacional social frente a essas problemáticas. A investigação se desdobrou de um projeto mais amplo, intitulado “Desigualdades e vulnerabilidades na epidemia de COVID-19: monitoramento, análise e recomendações”, realizado entre maio e novembro de 2020, cujo objetivo geral foi avaliar os impactos da pandemia de COVID-19 em bairros de maior vulnerabilidade dos municípios onde o estudo foi realizado. A metodologia se baseou na utilização do material produzido no processo de ida a campo. Trata-se de um estudo qualitativo que se debruçou sobre as informações obtidas na realização de rodas de conversa, entrevistas, aplicação de questionários, na produção de relatórios e diários de campo e na articulação deste material com referenciais teóricos que privilegiam a terapia ocupacional social e os estudos de gênero. Dentre os resultados, destaca-se a diferente forma como homens e mulheres compreenderam o período e estabeleceram seus modos de vida na pandemia, além das distintas atitudes e comportamentos frente aos cuidados necessários à prevenção da COVID-19. A crítica à masculinidade hegemônica permite um acúmulo de conhecimento que favorece a elaboração de processos interventivos, como a realização de oficinas de atividades e rodas de conversa que objetivam amenizar os reflexos desse pensamento na sociedade. (Braz; Junior; Borba, 2022, p. 1).

O que o texto vai chamar de crítica à masculinidade hegemônica acaba sendo mais uma leitura androexteriorista... E é aí que mora o problema, até na análise de cuidado notamos que ele virou campo de política pública, perdendo também seu perfil

de intimidade. A pandemia podia ter sido a chance perfeita pra olhar o patriarcado dentro de casa, muitas fizeram ensaios com ligeiros flertes sobre isso, mas até nas pesquisas, ele, o patriarcado, me parece que escapou pela janela. Como venho fazendo com os demais “andros...”, não perderei o estilo, proporei aqui um termo a ser empregado nesses estudos que lidam com o lar olhando para fora, usarei androdomésticofobia para supinar a recusa teórica de olhar o homem dentro de casa tanto no cuidado quanto na intimidade.

No texto 6, o resumo da pesquisa evidencia como o trabalho rural configura o eixo central da identidade masculina, denotando o antigo arquétipo do provedor financeiro e estabelecendo uma dinâmica onde o valor do homem é medido por sua capacidade produtiva no espaço público. Analisemos juntos/as:

Este artigo apresenta um panorama sobre as percepções de homens residentes em um território rural do norte de Minas Gerais, Brasil, sobre a sua masculinidade e as interferências do trabalho na procura por serviços de saúde ofertados por uma equipe da estratégia de saúde da família. O método priorizado foi a hermenêutica-dialética com a observação participante, registros em um diário de campo e a realização de 41 entrevistas individuais. A análise dos dados evidenciou que o trabalho rural e o modelo de masculinidade hegemônica direcionam esses homens para o papel de provedor financeiro das famílias. A maioria dos trabalhadores só procura os serviços de atenção primária à saúde quando apresentam condições agudas que interferem na execução do trabalho, considerando a unidade básica de saúde como um espaço feminino. As formas como as masculinidades e os serviços de saúde se colocam nesse território suscitam sentimentos de distanciamento dos trabalhadores rurais das práticas de cuidado em saúde. Um dos grandes desafios é o desenvolvimento de ações que aproximem esse público da equipe de saúde e vice-versa, contribuindo, assim, para o acesso, o acolhimento e a vinculação dos cuidados à população masculina. (Miranda et. al., 2022, p. 1).

Eu questiono que masculinidades são estas que se fragmentam entre o cafezal e a mesa de jantar? Entre a enxada e a cama conjugal? Entre o comando dos bois e a educação dos filhos? Tem lá diferenças? A omissão dessas dimensões reproduz o que poderíamos chamar duma fratura metodológica que naturaliza a separação entre o provedor e o cuidador. Superar essa limitação exige, pelo que exaustivamente tenho notado nesses anos de pesquisa, uma virada epistêmica capaz de capturar a masculinidade como processo sempre em trânsito entre espaços. O problema talvez resida numa geografia do espaço psíquico que, de antemão, é uma suspeita que tenho

sobre essa nossa dificuldade de falar sobre o que é íntimo; e desconfio até que a história do privado seja algo de grotesco para maquiar o que vivemos nos nossos lares. Mas essa é outra conversa que pretendo desenvolver depois, que é pensar sobre o conceito de privado como íntimo, e quais o ônus e o bônus que isto nos acarreta. Por ora, vamos seguir com nossas análises.

Chegando ao texto 7, seu resumo observei um regime atuante sob uma lente que precisa chamar de androexerioridadesubjetiva institucional, na qual a masculinidade é analisada tal qual como um produto de aparelhos ideológicos específicos, no caso, as instituições militar e esportiva. O corpo do atleta militar é corretamente identificado como o lugar onde os regimes de verdade do *ethos* militar e do olimpismo se entrelaçam, engendrando uma subjetividade masculina que se se faz belicosa, se faz de igual forma e peso competitiva.

O artigo em tela tem como objetivo central produzir uma reflexão crítica, a partir da categoria atletas militares, sobre os novos processos e formas de subjetivação esportiva. No limite, este texto pretende indicar aproximações e dissonâncias, tensões e distensões, entre os regimes esportivo e militar. Para tanto, buscamos produzir uma revisão bibliográfica e documental, somada a alguns estudos de caso e dados etnográficos, partindo da análise interseccional de três concepções centrais para esta investigação: a) *ethos* militar, b) olimpismo e c) masculinidade. Nesse sentido, o corpo do atleta militar é pensado como ponto de convergência que ajuda a compreender os processos de subjetivação endógenos aos círculos militares e às práticas esportivas, assim como possíveis fraturas no edifício da masculinidade hegemônica. (Thomaz; Santos; Toledo, 2021, p. 1).

A prometida análise interseccional entre *ethos* militar, olimpismo e masculinidade corre o risco de se tornar uma análise de síntese hegemônica porque o corpo do atleta é visto predominantemente como um artefato de consolidação de poder, e não como um campo de batalha onde também travam-se conflitos íntimos de gênero. Eu sempre arrolo exemplos do cotidiano brasileiro porque acredito que dessa maneira meu/minha leitor/a consegue caminhar adjunto/a a mim de maneira mais proveitosa. O que estou falando é o seguinte, antes mesmo de pisar em um pódio olímpico, o corpo do atleta é forjado nos rituais domésticos da masculinidade, ou não é? No quintal onde o pai ensina que homem não chora ao secar as lágrimas de um joelho ralado, na mesa de jantar onde se celebra a performance do filho que já levanta mais peso que o avô. O que o regime olímpico posteriormente otimizará através da técnica não é senão a

radicalização de uma disciplina corporal já inscrita no menino que aprende, entre quatro paredes, que seu valor está intrinsecamente ligado à sua capacidade de suportar.

No artigo 8, o que temos no resumo? Bom, o texto adota uma posição de ruptura radical com a tradição de estudos que utiliza a masculinidade hegemônica como um conceito estável e ligado ao exterior. Em vez de aplicá-lo para analisar como os homens exercem poder sobre mulheres e outros homens no esporte, que é a linha que criticamos como androexeriorismo dos mais diferentes tipos, o autor realiza um movimento oposto porque desmonta o próprio conceito. Ao submeter a noção a uma crítica pós-fundacional e pós-estrutural, ele trata a masculinidade hegemônica como um significante vazio em constante disputa. O foco dele me parece não ser o de mapear sua operação em espaços públicos como os estádios. Ele se interessa por descortinar a instabilidade de seus significados. Este caminho inverte nossa crítica pois se nossa linha aponta a ausência de um olhar para o lar, a proposta do texto é a de que não há uma masculinidade sólida nem mesmo no âmbito público, pois ela é sempre performática, contingente e queer/cuir.

Este ensaio discute as disputas sociais de sentidos sobre a masculinidade no esporte brasileiro, problematizando questões contemporâneas que tensionaram os significados do masculino nesse contexto. Para subsidiar a discussão, é realizada uma crítica pós-fundacional à noção de masculinidade hegemônica de Raewyn Connell, com base nos estudos de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, e recorrendo às perspectivas pós-estruturalistas por Jacques Derrida e Judith Butler, além de incorporar a crítica decolonial às teorias do Norte Global, propondo o construto teórico masculinidade queer/cuir/kuir para interpretação de significações do masculino no contexto contemporâneo do esporte brasileiro. (Brito, 2021, p. 1).

O autor do artigo, então, não ressignifica a masculinidade hegemônica pois porque ele a dissolve enquanto categoria fixa. O construto proposto, masculinidade queer/cuir/kuir, é a solução/proposta teórica para a rigidez que ele identifica no modelo de masculinidade hegemônica. Enquanto nossa análise do androexeriorismo denuncia a falta de um olhar para a esfera doméstica, Brito (2021) percorre um caminho diferente, porém complementar, quando ele argumenta que o problema não é apenas o lugar de onde se olha, contudo, a própria natureza do que se vê. Ele propõe que não se pode encontrar uma masculinidade coerente nem fora, nem dentro de casa, porque ela é, em sua essência, um conjunto de performances instáveis.

Embora eu valorize o empenho desconstrucionista de Brito (2021), me coloco radicalmente oposto de sua ideia central por considerar que a dissolução da masculinidade hegemônica em significantes flutuantes representa uma transigência política perante a materialidade do poder patriarcal. Dito de forma mais clara, a despeito de sua instabilidade semiótica, a masculinidade hegemônica se faz com eficácia na organização concreta da vida social, nos índices de feminicídio, na divisão sexual do trabalho doméstico, na distribuição de renda e no acesso a posições de poder. Ao reduzir o conceito a um artefato, a meu ver, discursivo, o autor comete o que denomino por “idealismo genderizado”, substituindo a análise das estruturas materiais de opressão por um jogo linguístico que pouco me explica sobre por que corpos masculinos continuam a cometer e se beneficiar de violências cotidianas padronizadas. Minha discordância reside em concepção porque não se pode desconstruir o que ainda não foi adequadamente desmontado em sua materialidade. Mas a proposição de Brito (2021) tem o seu valor, e nos mostra que mesmo diante de uma maioria de teóricos que aplicam o conceito de masculinidade hegemônica apenas a um lugar, há nuances que capta seus limites e tenta ampliá-lo, desconstruí-lo, o que precisamente não penso ser o desejoso ou o possível neste momento.

Seguindo com a dissecação do que chamo de amostra de provas sobre usos e abusos do conceito de masculinidade hegemônica, vamos à leitura do resumo 9:

No contexto de emergência da pandemia causada pela covid-19, o objetivo deste ensaio é refletir sobre as relações homem-poder-violência a partir das concepções de Hannah Arendt, problematizando o conceito normalizado de masculinidade hegemônica e buscando compreender o aumento de violência doméstica contra a mulher. Buscamos desconstruir a ideia de que existe um único modelo de masculinidade hegemônica que propõe uma dominação global dos homens sobre as mulheres, uma vez que mulheres também apresentam aspectos de masculinidade, sendo uma construção histórico-social que se transforma continuamente. Assim, diante das reformas históricas de gênero acrescidas da instabilidade provocada pela pandemia da covid-19, observa-se o aumento da violência domiciliar como efeito da diminuição do poder patriarcal, na tentativa de estabilizar o modelo de masculinidade definido por esse poder patriarcal, ou tenta-se reconstituí-lo (ressignificá-lo) em novas configurações. (Santos et. al., 2021, p. 1).

Esse resumo me chama atenção porque apesar de trazer a violência doméstica para o centro, o olhar continua sendo o da masculinidade enquanto estrutura teórica, não enquanto experiência cotidiana. É como se a casa fosse citada, mas não visitada. O texto promete discutir o aumento da violência doméstica fazendo-o a partir de um horizonte

abstrato que gera a fórmula “homem-poder-violência” como tríade conceitual, o patriarcado como algo da ordem da metafísica. Tudo isso é importante, claro, mas falta corpo, me parece. A casa vira cenário, não personagem e ela é um personagem tal qual os espaços o eram na tortura das mulheres na Ditadura Militar; levava-se aos quartéis, aos subúrbios, aos lugares não conhecidos para adensar o medo (Colling, 1997). É o que eu chamaria de androsemidomesticismo teórico, e aqui tira-se do vocábulo a grafia “exterior” porque sim, intimamente, fala-se do lar usando o conceito de masculinidade hegemônica, mas é o pé do pesquisador quase lá, e vou explicar do porquê. Todavia, note, leitor/a, fala-se do lar, mas o lar não fala. O homem autor de violência é tratado como emblema do poder patriarcal em colapso, e não como sujeito que janta, dorme, calça o chinelo, acorda e reitera o mesmo ciclo dentro das paredes que o protegem e justificam novas relações. O homem está no lar, mas cheio do que já falamos aqui: determinismo sociológico e psicologismo vulgar.

E há algo mais curioso que devo destacar pois o texto diz que a violência aumenta como efeito da diminuição do poder patriarcal. Ou seja, o homem agride porque o poder lhe escapa. Essa explicação até pode fazer sentido em certa camada sociológica a qual até nomeamos, mas ela suaviza o cotidiano da dominação, o que penso já não ser mais possível aceitar, e transforma o ato violento em reação, não em método, e vimos com o conceito de topoaniquilação de que se trata de um método. É o patriarcado explicado pela nostalgia do próprio poder. O estudo tenta ressignificar a masculinidade continuando preso ao vocabulário da hegemonia, sem perceber que o problema não está apenas na forma de dominação, está na sua infraestrutura doméstica. No fundo, o artigo até chega à casa, mas permanece na varanda, quero dizer, e esse é o território clássico do androsemidoméstico inacabado, o pesquisador olha a janela e quando a hora não atravessa a porta. Ele olha a porta aberta, mas por algum motivo se contenta com o café na varanda que, como em todo caso de toda visita que é recebida, há sempre um grau de alteração da real cotidianidade da família.

No último artigo que lemos de si o resumo o qual lida com o conceito de masculinidade hegemônica, vemos o seguinte:

Objetivo: Compreender a experiência da masculinidade no adoecimento de homens com doença falciforme e os desafios para cuidar de si. Métodos: Estudo descritivo, qualitativo, desenvolvido em um Centro de Referência para acompanhamento das pessoas com doença falciforme. Participaram 13 homens adultos com doença

falciforme, que responderam ao desenho-estória com tema e entrevista semiestruturada. Os dados foram submetidos à análise do Discurso do Sujeito Coletivo. Resultados: Os discursos dos homens com doença falciforme foram organizados em quatro ideias centrais: Descobrir-se enfermo, conhecer a doença e assumir o autocuidado; As limitações impostas pela doença perpassam as masculinidades; Estigma e discriminação acrescem o sofrimento causado pela doença; Homem também sente dor e precisa cuidar de si. Conclusão: O modelo de masculinidade hegemônica é contrariado pelas limitações do adoecimento a pelo aprendizado do autocuidado, promovendo a ressignificação do ser homem a partir da experiência da doença crônica. (Sousa et. al. 2021, p. 1).

Esse resumo é interessante porque toca num ponto sensível o qual é homem que adoece, o corpo masculino que fraqueja, um tema que, em tese, abriria espaço pra pensar o masculino dentro de si, no recolhimento e por que não dizer no limite. Não obstante, o olhar se volta para a masculinidade que aparece como algo que é contrariado pela doença, como se viesse de fora e se chocasse com o corpo enfermo. O adoecimento não é tratado como parte da masculinidade porque há uma escolha em trata-lo como interrupção dela. É o que nomeio por androexteriorismo clínico, nada mais sendo do que o homem analisado na relação com o hospital, com o diagnóstico, com a norma da virilidade que ele não cumpre, muito parecido com o homem diante do tribunal, nunca no silêncio do quarto, no medo de morrer, lá no seu no modo como ele se relaciona com quem cuida dele, porque às vezes sofrendo, até na cama, ele produz violências com, não raro, suas cuidadoras.

Note-se ainda como o texto conclui que a doença ressignifica o ser homem não mostrando onde essa ressignificação acontece. E é curioso, porque o cenário de um homem com dor crônica poder-se-ia ser o mais fértil para se observar as masculinidades íntimas, em que o companheiro que depende de alguém, que precisa pedir ajuda, que sente vergonha de precisar tem que se submeter tudo isso e sabemos bem que essa dinâmica são gestos não muito associados aos masculinos. Depois de analisar esses textos, fica claro que o conceito de masculinidade hegemônica, embora fundamental para a crítica feminista e para a compreensão das hierarquias entre os gêneros, foi quase sempre usado dentro de uma lógica que eu chamei de androexteriorista. Mesmo quando os estudos abordam temas como a pandemia, a doença ou a paternidade, o masculino continua sendo descrito como comportamento social, e não como presença doméstica. Postulo que o homem é um corpo que age no mundo; um corpo que habita um lar. E é nesse lar de lei, assim o digo porque de fato as esferas constituem regras, é aonde ele se

cria, cria a sua cria e cria raízes tão profundas capazes de passarem despercebidas por boa parte dos/as pesquisadores/as aqui arrolados/as.

Ao longo das leituras, vimos diferentes variações desse olhar de ver o homem no fora, e relembro ao/à leitor/a como método de decantação do que proponho como teoria, assim, o androexteriorismo epistêmico limita o conhecimento sobre o masculino ao que é público e visível; o tecnoandroexteriorismo projeta o poder masculino nas máquinas e plataformas digitais, fingindo que ele deixou de ser humano; o androsemidomesticismo teórico é quando o pesquisador até cita o lar, não entrando nele, contudo, e se atém a falar da violência doméstica como conceito abnegando sua faceta de experiência concreta. Cada uma dessas posturas reforça o mesmo problema, ou seja, o masculino na/da superfície. Posso concluir que a masculinidade hegemônica, tal como vem sendo aplicada nos estudos brasileiros, tornou-se um conceito preso à exterioridade. Falta-lhe densidade doméstica, que se dá na concretude múltipla. Com isto, fica disposto ao/à leitor/a os usos do conceito de masculinidade hegemônica no debate contemporâneo.

5.1 Do androexteriorismo ao limiar da domasculinicência: Um lugar de transição crítica

Palavração introdutória de uma crítica em estágio de nascença, é o que faço agora. Vejamos, o androexteriorismo de que tanto falei e dei formas diferentes ao longo do trabalho, constitui-se para além d'um conceito finalístico, sendo nitidamente demarcado tal um lugar de transição crítica indispensável para a fundação do que proponho ser a domasculinicência, uma ciência do masculino que recentraliza o lar como eixo analítico primordial, intangível. Enquanto a tradição acadêmica, ao empregar a noção de masculinidade hegemônica, tem insistido em circunscrever o homem aos espaços públicos de produção, a fábrica, o estádio, o quartel, o mercado, o hospital, a clínica médica, a escola, o androexteriorismo nomeia e denuncia esta epistemologia do fora que naturalizou a ausência do homem no espaço doméstico como objeto de investigação. Continuar lidando com violência doméstica com o que venho martelando contra estrutura uma espécie de diagnose do desequilíbrio analítico que impede a compreensão integral da masculinidade. Esta diagnose esgarçada, no entanto, digo, é apenas o movimento inicial que almejo fazer. A verdadeira função do androexteriorismo é servir de portal. Ao identificar sistematicamente a exterioridade como o *locus* privilegiado da narrativa sobre o masculino, ele me auxilia na exposição do vazio a ser preenchido, a interioridade doméstica. É a partir desta crítica do exterior que se legitima

e se torna urgente a construção de uma ciência que investigue as leis não escritas do lar, a produção do homem nos espaços privados e os processos de dotação de autoridade que ocorrem longe dos holofotes sociais. A domasculinicência, assim, não se engendrou do nada, de um vácuo intempestivo.

Para ilustrar melhor meu conceito, que daqui passa a ser de toda uma coletividade, dou alguns exemplos do que fica de fora quando operamos sob um olhar androexteriorista e que sempre me incomodou. Por exemplo, enquanto o trabalhador é uma categoria amplamente estudada, pouco se fala do homem que, dentro de casa, não executa as tarefas domésticas contudo as gerencia, que pergunta “Onde está minha camisa?” ou que comenta “Essa salada está sem graça!”, mobilizando um trabalho doméstico alheio sem se envolver diretamente na labuta. Essa é uma forma de exercer a domasculinicência no espaço privado. No domínio público, a fala masculina é frequentemente dominante. O androexteriorismo capta isso no político ou no empresário. Mas e dentro de casa? O androexteriorismo não nos ajuda a analisar o homem que monopoliza o controle remoto, que interrompe sistematicamente as mulheres da família, ou que transforma a sala de estar em seu escritório extensionista, ditando assim a organização espacial e sonora do lar. É uma hegemonia líquida, que escorre para tudo o que tange o cotidiano. Fora, o homem pode ser o chefe. Dentro, ele pode se colocar como o árbitro final das discussões, o portador de um bom senso inquestionável, ou aquele cujo lazer e descanso são tratados como prioritários e intocáveis. São formas de autoridade que não se vestem com o traje do cargo público, mas com o pijama da naturalização do lar.

O conceito de androexteriorismo, o qual sem ele eu não consigo falar de domasculinicência, que cunhei para criticar a focalização epistemológica exclusiva no masculino público, o que faz com ou sem intenção a masculinidade hegemônica, manifesta sua potência analítica ao ser confrontado com uma figura específica que é a mulher lésbica que performa uma masculinidade social e/ou ocupa o lugar do homem de dentro no âmbito doméstico. A tese que proponho é que o androexteriorismo, ao ser atravessado pela heteronormatividade como lugar do dito “natural”, articula uma dupla invisibilização sendo a do poder masculino no espaço privado, com a do agenciamento opressivo exercido por sujeitos que não são homens, porém se apropriam de certos códigos e posições de poder masculinos. A masculinidade hegemônica, em sua concepção clássica tal qual mostrada aqui, é um pacto social e performativo que, em

última instância, confere benefícios e poderes aos corpos de sexo masculino. É um sistema de recompensa por adesão a um ideal de gênero que está intrinsecamente ligado à biologia e à heterossexualidade compulsória. Quando uma mulher lésbica, especialmente uma lésbica masculina, performa traços e atitudes socialmente codificados como masculinos, ela pode, em determinados contextos, acessar uma sombra dessa autoridade. Todavia, porém e contudo, vale salientar, como seu corpo é lido socialmente como feminino, sua performance é frequentemente interpretada através das lentes do estereótipo, do exótico ou da transgressão identitária, e não como uma forma genuína e potencialmente opressiva de exercício de poder.

É aqui que o androexteriorismo mostra sua face heteronormativa. O olhar androexteriorista, que já é cego para o homem de dentro, torna-se completamente míope para a lésbica de dentro que exerce funções análogas. Por não se encaixar no binômio homem = agente do patriarcado, sua atuação no microcosmo do poder escapa à análise crítica. Lembro de uma amiga minha que, por ética, de forma ficcional vou chamar de Júlia, que morava com a parceira há alguns anos. As duas formavam um casal lindo, muito comprometido uma com a outra. Com o tempo comecei a perceber algo, uma espécie de desequilíbrio que ninguém falava sobre ou parecia não se importar. Júlia tomava todas as decisões importantes da casa; era ela quem decidia quando e o que comprar, como investir o dinheiro, quem cozinhava, quem lavava, quem descansava. Tudo passava pelo seu crivo, mesmo as pequenas escolhas do dia. A parceira dela, minha outra amiga que aqui chamarei de Ana, como já disse por questões éticas, sempre dizia que aquilo era o jeito da Júlia, que ela era mais organizada, mais prática. E talvez fosse mesmo, mas eu via que havia algo a mais. Era como se a Júlia tivesse assumido, sem perceber, o papel de chefe de família, não no sentido imaginário apenas, contudo no sentido concreto, material mesmo; a que manda, a que planeja, a que delega, a que gere a casa como se tudo orbitasse ao redor de seu próprio projeto de vida.

Se fosse um homem fazendo isso, todo mundo notaria o padrão e correríamos à janela e chamaríamos de controle, de autoritarismo, de um traço da masculinidade hegemônica esse poder que o masculino exerce ao se centralizar na relação. Mas porque era uma mulher, e uma mulher lésbica, ainda mais na esfera do lar, o comportamento dela era tratado como personalidade forte, liderança natural, dinâmica de casal. O que era opressão, virou apenas estilo; e o que era pra ser desnecessário e até inexistente em um casal de duas mulheres se tornara odiosamente necessário para elas. Foi ali que

percebi o quanto o que eu chamo de androexteriorismo, essa mania de pensar o poder masculino sempre para fora do homem biológico, saindo do corpo dele, apenas, é cega para certas reconfigurações. Fora do caso das minhas amigas, imaginemos uma situação em círculos sociais nos quais uma lésbica adote uma postura de monopolizar a palavra, interromper sistematicamente outras mulheres, incluindo sua parceira, ou impor suas preferências de lazer, de programação como as naturalmente prioritárias. Esta é uma performance clara de uma masculinidade hegemônica emprestada. Mas como dito, a análise androexteriorista, que busca o opressor na figura do homem público, não consegue enquadrar essa mulher como um agente de opressão, porque ela não é um homem; na pior das hipóteses, ela ainda sofreria machismo dessa matriz hegemônica e ganharia o nome, por ser mulher, de faladeira. O patriarcado, às vezes, muda de roupa, muda de corpo, mas não de lógica. E quando isso acontece, o sistema inteiro falha em ver, caímos na monotipologia dos gêneros da qual insistentemente venho falando, não temos nome para o poder quando ele deixa de ter pênis, não obstante continua sendo poder.

5.2 Domasculinência à gramática brasileira do lar, não da dor: Desambiguações necessárias

Toda teoria consciente se inicia do ato de nomeação. Daí, leitor/a, inicio exponho a pavimentação de um conceito, um agente, uma engrenagem. Segundo a professora Flávia de Barros Carone (1986), na obra intitulada *Morfossintaxe* (do Português), a criação de um neologismo não é um ato aleatório por ser operação que age, primordialmente, no corpo estrutural interno da língua, o nível mórfico, para só depois repercutir no corpo estrutural da sentença, o nível sintático. A palavra “domasculinência” é um caso paradigmático desse processo. Para a professora:

O léxico de uma língua pode ampliar-se por empréstimo de palavras de outras línguas. Mas os recursos mais atuantes são internos ao sistema, sempre prontos para entrar em processo e desencadear a formação de novas palavras. Interessa-nos, aqui, ver a natureza desses procedimentos e sem a preocupação de realizar um estudo exaustivo – fazer algumas reconsiderações sobre a classificação dos morfemas. (Carone, 1986, p. 36).

Assim, dispondo de diversas palavras da língua portuguesa, montei o conceito que venho desenvolvendo baseado nos recursos internos do nosso léxico considerando as postulações de Carone (1986) no que tange a possibilidade de união de palavras

respeitando também a natureza fonológica dos morfemas finais. Dessa forma, no seu corpo estrutural interno, o termo que cunho é construído por uma composição por justaposição e uma derivação sufixal, articulando-se com dois radicais e um sufixo. Vejamos:

TABELA 6 – morfossintaxe do conceito “domasculinicência”

RADICAL I [dom]	Abreviação coloquial de “doméstico” ou “domicílio”. Este morfema lexical introduz, desde a raiz, a noção de espaço privado, de lar, de interioridade.
RADICAL II [masculin]	O núcleo semântico do composto, oriundo de “masculino”. Este radical estabelece o campo de significação relacionado ao gênero masculino, com seu primeiro morfema [m] sendo “emprestado” do último morfema do radical I [m] de “dom <u>m</u> ”
SUFIXO [iência]	Sufixo nominal de qualidade abstrata, que transmuta um estado ou ação em um campo sistemático de conhecimento (Ex. ciência, consciência). Este sufixo é crucial, pois eleva o termo da mera descrição para a categoria de uma ciência, uma área de investigação organizada. O primeiro morfema [i] se uni à consoante nasal [n] e impede uma possível cacofonia.

Fonte: elaboração do autor.

Portanto, o que apreciamos no quadro é que a justaposição [dom-] + [masculin-] já cria uma unidade semântica nova, a qual entende-se por “o masculino do lar”. Sobre esta base, a sufixação com [-iência] consolida o neologismo, definindo-o como o estudo sistemático do masculino no espaço doméstico. Defendo, portanto, a inseparabilidade da palavra para que tenhamos a inseparabilidade na análise teórica das figurações aludidas

no neologismo criado pelo processo de composição com um grau interno de justaposição. Apoiado em Carone (1986, p. 37), a composição que fiz:

É um procedimento pelo qual uma construção sintática se imobiliza, dando origem a uma unidade cristalizada. Em decorrência, forma-se um sintagma bloqueado, com duas características essenciais da palavra: inseparabilidade e irreversibilidade das partes articuladas. E o composto, embora lembre figuradamente os elementos constitutivos, tem um terceiro significado, distinto dos de ambos. A seqüência sintática roupa branca, por exemplo, é um com- posto quando designa roupa íntima ou de baixo; nesse sentido, podemos dizer roupa branca vermelha, porém não roupa muito branca; nesta última seqüência não há um composto, e o sentido é o original das palavras roupa e branca. Como sintagma bloqueado, o composto é uma nova palavra que se incorpora ao léxico da língua. Realiza-se a composição com um mínimo de duas palavras portadoras de radical. Cada uma delas conserva sua identidade de vocábulo fonológico (justaposição); ou incorporam-se ambas em um só (aglutinação). É necessário observar, porém, que justaposição e aglutinação não são duas formas diferentes de composição, mas dois estágios de um mesmo processo. Um composto pode formar-se já aglutinado, como é o caso de vogal átona final suprimida diante da vogal inicial de outra palavra: plan (o) alto, agu (a) ardente. Nem sempre, porém. Ainda se hesita entre as formas hidroelétrico e hidrelétrico, ambas dicionarizadas. O que se observa é que a construção em que os elementos estão justapostos tende a tornar-se cada vez mais coesa, caminhando para a aglutinação dos componentes. O processo começa quando o primeiro componente perde a autonomia fonética, integrando-se num grupo de força sob o domínio da sílaba tônica do segundo; o conjunto passa, então, a constituir um só vocábulo fonológico. A partir desse momento podem ocorrer, mais rápida ou mais lentamente, desfigurações no corpo fonemático do com- posto, a tal ponto que, com o passar do tempo, ele se torne irreconhecível. Mencionar a palavra fidalgo como um composto (filho-de-algo) é interessante em seu aspecto histórico; mas, vista a língua em seu estado atual, essa é uma palavra simples, cujo radical é *fidalg-*, sobre o qual se forma o derivado *figalguia*.

Esta formação morfológica, então, determina o seu comportamento no corpo da sentença. Por ser um substantivo abstrato terminado em [-a], domasculinicência se encaixa perfeitamente na sintaxe do português, comportando-se como um termo singular e feminino; por já ser feminino, ainda auxilia na não utilização do plural (domasculinicências) pois o seu sufixo “-iência” a categoriza como um substantivo abstrato que designa um campo de conhecimento como falado ou uma qualidade universalizante, à semelhança de “a ciência”, “a psicanálise” ou ainda “a filosofia”. Não dizemos “as ciências da física” para nos referirmos a físicos de diferentes gêneros;

dizemos “a física” como um corpo único de saber que os engloba a todos. Do mesmo modo, a domasculinicência não é a soma de masculinidades individuais (domasculinicências), ela é um quadro analítico singular para investigar a produção do masculino no espaço doméstico, independentemente de quem o ocupe. Ele exige artigos e adjetivos concordantes (a domasculinicência, uma nova domasculinicência), se integrando harmonicamente à estrutura frasal, o que é essencial para sua aceitação e circulação no discurso acadêmico.

Esta opção morfossintática, daí ter eu escolhido me apoiar na teoria de Carone (1986) é intencional e carregada de consequências teóricas. Ao evitar o plural, o conceito escapa à armadilha de fragmentar a análise em masculinidades discretas (de homens cis, de lésbicas masculinas, de mulheres trans, etc.), o que poderia reforçar visões essencialistas. Pelo contrário, ao manter-se no singular feminino, a domasculinicência afirma-se como uma lente unificada que estuda a posição social e relacional do masculino e não a identidade biológica ou a expressão de gênero de indivíduos específicos. Desta forma, uma mulher lésbica que performa funções socialmente associadas como masculinas dentro do lar, ou um homem gay que exerce autoridade doméstica, não criam outras domasculinicências, eles são, sim, sujeitos e sujeitas de estudo dentro do mesmo campo unificado da domasculinicência. A gramática, assim, consolida a premissa teórica do foco na estrutura e dinâmica do masculino no doméstico, e não na catalogação de identidades.

A explicação morfológica detalhada se mostrou necessária por um rigor acadêmico e também para realizar uma clara desambiguação semântica perante uma reação comum. Muitos amigos e colegas, ao se depararem com o neologismo escrito ou até mesmo falado, como ocorreu na minha banca de qualificação deste trabalho, realizaram uma associação imediata com o radical “dor”, lendo-o inicialmente como “domasculinicência, uma suposta ciência da dor do masculino”. Esta leitura, ainda que compreensível, é um entendimento que a análise gramatical que fiz ajuda a dissipar. Me parece que esse entendimento tem base em raciocínio linguístico público porque no Brasil, já existe um conceito socialmente enraizado de doridade associado a dor de mulheres negras, sobretudo. Mas dito tudo o que expliquei, está feita a desambiguação necessária.

5.3 Domasculinicência na sala de visitas: A materialidade do poder no lar

Recentemente, visitei a Casa de Rui Barbosa, no Rio de Janeiro, com meu marido. Não foi um passeio turístico comum porque foi uma expedição etnográfica, diga-se de passagem, uma busca pelas marcas físicas da domasculinidade. Fui à casa de Rui Barbosa porque são nesses homens “ilustres” que a sociedade vai se espelhando, assim como a língua com sua gramática se apoia no que os ditos grandes da Literatura Universal disseram em um tempo no qual sequer havia normas. Logo ao chegar, a fachada nos comunicou a primeira lei do espaço, me fazendo compreender que o lar nem sempre foi um refúgio. No século XIX e XX, ele era uma declaração de poder voltada para o mundo exterior. A arquitetura dali me denunciou bastante a hierarquia antes mesmo de cruzarmos a porta. Ao adentrarmos a verdadeira lição se revelou na planta interna. Observamos como os cômodos eram segregados por funções sociais. O poder de Rui, intelectual, político e patriarcal, estava mapeado no piso.

O auge dessa análise foi a biblioteca. Não era um cantinho acolhedor anexo a um quarto. Eu notei que era o cérebro da casa, posicionado com uma autoridade que pairava no ar. Era para lá que convergiam as rotas. Enquanto eu observava aquele espaço, fui ideando que ali era onde o mundo público era processado e controlado no interior do doméstico. Este cômodo tomou para mim outro sentido do que tenho ouvido falar desde muito cedo; ouço que o escritório da casa é um lugar de aconchego do lar no repouso do fim do dia. Agora, acredito ser o contrário pois a casa é que era a moldura para este cômodo de poder. Minha teoria se faz com provas, e a domasculinidade deixou, a partir dessa visita, de ser uma teoria para se tornar uma evidência física incontornável. O lar não era o oposto da vida pública porque era a sua central de operações. Aí, tive a ideia de investigar como eram as plantas de outras casas da época para verificar se essa questão era social e cultural. Queria averiguar para corroborar com minha teoria, e não apenas uma particularidade da residência de um intelectual ilustre. Movido por essa curiosidade, mergulhei em um levantamento de plantas baixas de sobrados urbanos e casas rurais do século XIX e início do XX.

O que descobri foi uma padronização arquitetônica, uma gramática espacial que repetia, em diferentes escalas e regiões, a mesma lógica de poder que observei na casa de Rui Barbosa. A sala de visitas era sempre o cômodo de entrada, funcionava como a embaixada da casa no mundo, um espaço de negociações e aparências, até hoje é assim, falo disso em linhas mais adiante... O escritório ou a sala de negócios, quando existia, era sempre adjacente a este núcleo de representação, nunca no fundo da casa,

confirmando para mim, taxativamente, sua função entre o público e o privado. Já os aposentos íntimos, os quartos e os espaços de convívio familiar eram localizados na parte posterior da residência, nos fundos da esfera de ação do patriarca. A cozinha, o quintal e os quartos dos dependentes e escravizados eram colocados às áreas mais distantes e menos acessíveis da planta, se tornando territórios subalternos dentro do próprio universo doméstico.

Voltando ao ponto da casa como ambiente de negócios e de poder, em verdade ela nunca deixou de ser um espaço de governo, daí a figura da “governanta”. O que ocorre é uma dialética entre a dimensão íntima e sua função pública, uma relação em que frequentemente a segunda consome e formata a primeira. A Casa Branca é o exemplo perfeito desse fenômeno. Seu próprio nome, A Casa Branca, é uma síntese dessa ambiguidade. É uma casa, com quartos, uma cozinha, uma sala de jantar familiar e é Branca, a cor da pretensa neutralidade e da manifestação máxima do poder público; aliás, não há partido político, pelo menos que eu saiba, que vista a cor branca. Ela não é um anexo à sede do governo, ela é a sede do governo. O Salão Oval, o cérebro do poder executivo mais poderoso do mundo, está situado no interior de uma residência. O presidente norte-americano trabalha, literalmente falando, de casa. Isso não é um detalhe arquitetônico é o que venho chamando de a materialização de um princípio. Ora, o poder soberano habita um espaço doméstico, e esse espaço doméstico é, por definição, político e, não raro, masculinizado, daí a dificuldade de tantas mulheres poderem-no acessar. Há de sempre haver um “homem da casa”.

Eu pensei ao escrever esta tese: mas será que isso é pontual da América do Norte? Não, não, não, caro leitor/as. Pesquisando mais um pouco na internet por sedes de poder no mundo, pude constatar que esta lógica se repete globalmente. O Palácio de Versalhes, na França, começou como um pavilhão de caça, uma casa de campo para o rei Luís XIII:

Considera-se que a construção do Palácio de Versalhes iniciou-se por ordem do rei Luís XIV, o mais poderoso rei francês do período absolutista. Os franceses chamam o palácio de Château de Versailles, que, em uma tradução literal, significa Castelo de Versalhes. No entanto, é importante esclarecer que, na França do período da Renascença, a palavra “château” era utilizada para referir-se a palácios que se localizavam nas zonas rurais. Para os palácios construídos nos centros urbanos, a palavra usada era “palais”. O Palácio de Versalhes surgiu como uma residência rural para caça usada por Luís XIII, rei da França, entre 1610 e 1643. Tudo começou quando Luís XIII foi para a região de

Versalhes, localizada nos arredores de Paris, para caçar nas florestas. Com o tempo, Luís XIII afeiçãoou-se pelo local e ordenou, em 1623, a construção de uma pequena casa de campo. Pouco tempo depois, em 1631, foi ordenada por Luís XIII a reconstrução da casa de campo. Essa obra foi iniciada em 1631 e concluída em 1634. Essa reforma feita resultou no desenvolvimento da base do que é o palácio atualmente. Assim, o que era apenas uma casa de campo transformou-se em um pequeno palácio. (Silva, 2025)²⁵.

Seu filho, Luís XIV, ao transformá-lo no maior palácio da Europa, executou uma operação dupla porque agigantou a casa até ela se tornar um palácio, todavia ao mesmo tempo domesticou a nobreza ao forçá-la a viver dentro da sua casa ampliada. A vida doméstica do rei tornou-se o cerimonial público mais importante do reino. O poder não era exercido somente no trono, era exercido no quarto, na sala de jogos e ainda lhe auferia mais poder porque, afinal, quem ousará desafiar o rei debaixo do seu próprio teto? Nota-se, ademais, que pais e mães dizem isso com muita frequência para seus/suas filhos/as. Versalhes é a expressão de uma domasculinidade monárquica sendo na História a casa que devora o Estado. No Brasil, a relação é igualmente categórica. O Palácio do Planalto e o Palácio da Alvorada são as duas faces dessa mesma moeda. O Planalto é a casa de trabalho, o escritório monumental onde o presidente exerce suas funções públicas. Já o Alvorada, cujo nome alude ao nascer de um novo dia é designado como residência oficial. No entanto, é uma residência que é um palácio, um lar que é um emblema nacional, cuja arquitetura modernista foi concebida não preocupada para o aconchego privado, mas para a representação de um projeto de país; certa vez assisti a uma entrevista da ex-presidenta Dilma Rousseff falando da dificuldade que era para ela sair do quarto e chegar na cozinha do estabelecimento. O presidente mora em um patrimônio histórico. A esfera privada se mostra desde a sua fundação uma esfera pública.

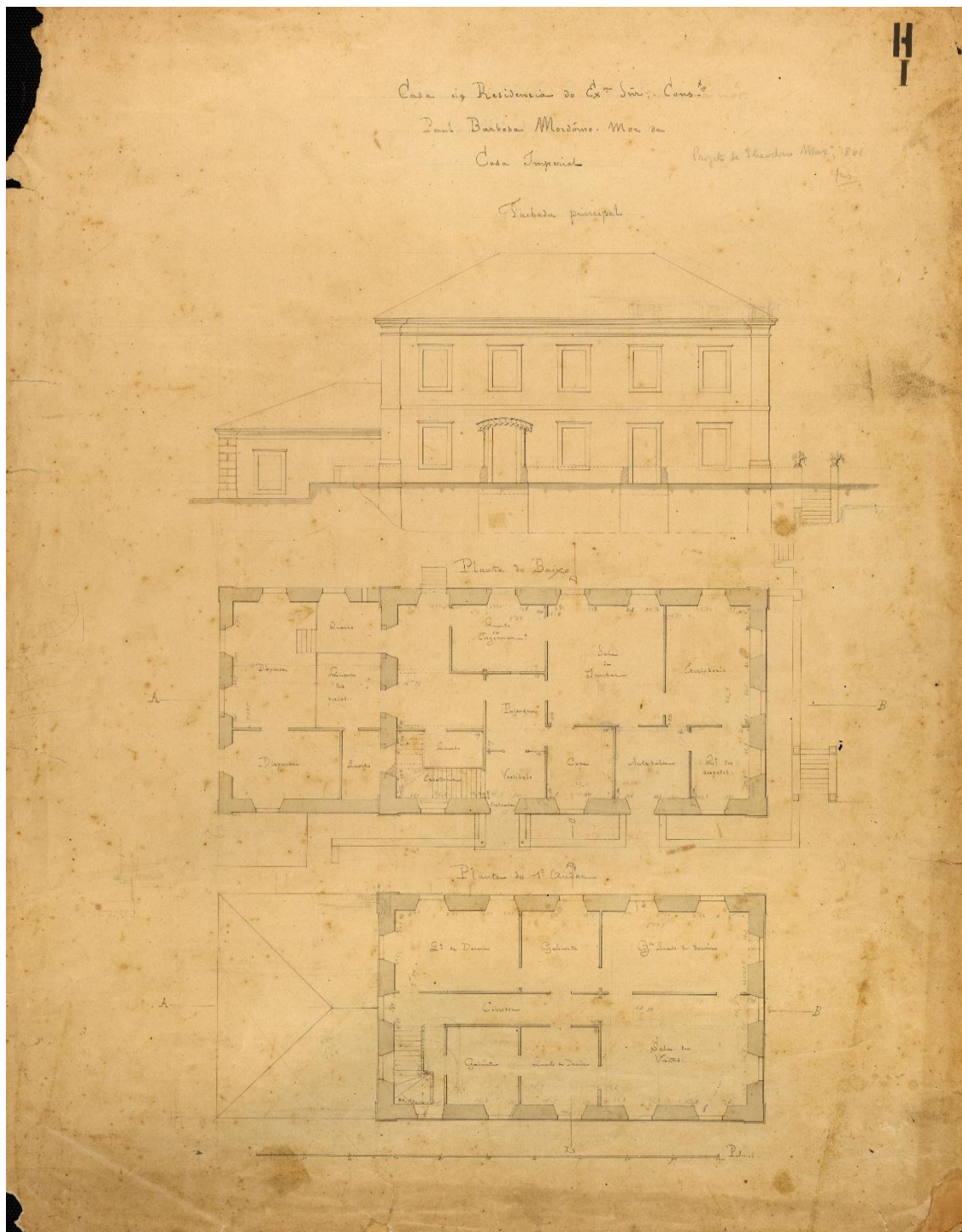
Essa análise nos leva à pergunta crucial que é a seguinte, doravante: a casa torna-se um palácio, ou o palácio deixa de sê-lo para ser uma casa? A resposta da domasculinidade é que esse binarismo discursivo é falso. O que existe é um espectro de domesticidade política. De um lado, temos a casa que se agiganta em palácio tais quais os exemplos mencionados de Versalhes, a Casa Branca, onde a função pública expande e formata o espaço doméstico até torná-lo irreconhecível como lar comum, porque ninguém se questiona sobre isso. Do outro, temos o palácio que se retrata como casa Alvorada, residências oficiais de ministros, onde se tenta, muitas vezes de forma

²⁵ Sem página por ser um texto em formato digital online.

artificial, injetar uma aura de privacidade e normalidade em um espaço que é, por essência, institucional. A teoria que proponho entende que o lar, seja em forma de choupana ao palácio, nunca foi um refúgio despolitizado. Ele é e sempre foi a primeira unidade política. A domasculinência é a ciência que se debruça justamente sobre essa dinâmica, de como a autoridade é constituída, performada e negociada nos espaços domésticos, sejam eles humildes ou majestosos. A casa não é o oposto do Estado pois porque a vejo como o seu protótipo, o seu laboratório, por isso mesmo, mais eficaz na produção e reprodução das masculinidades que governam.

Para fechar esta proposição reflexiva, trago como evidência material definitiva a planta da Casa de Residência do Exmo. Sr. Consrº. Paulo Barbosa, Mordomo-Mor da Casa Imperial, que localizei escarafunchando os anais do site de microfilmagens da Biblioteca Nacional. Esta planta, datada de 1853 é a uma das tantas cartografias vivas da domasculinência em operação. Uma fonte primária na qual vemos a sala de visitas funcionando como antecâmara da ordem, o gabinete particular adjacente posicionado como centro de decisões que refletiam no Império; ademais, estamos a falar da residência do Mordomo-Mor da Casa Imperial.

FIGURA 8 – Planta da residência do mordomo-mor da casa imperial - 1853

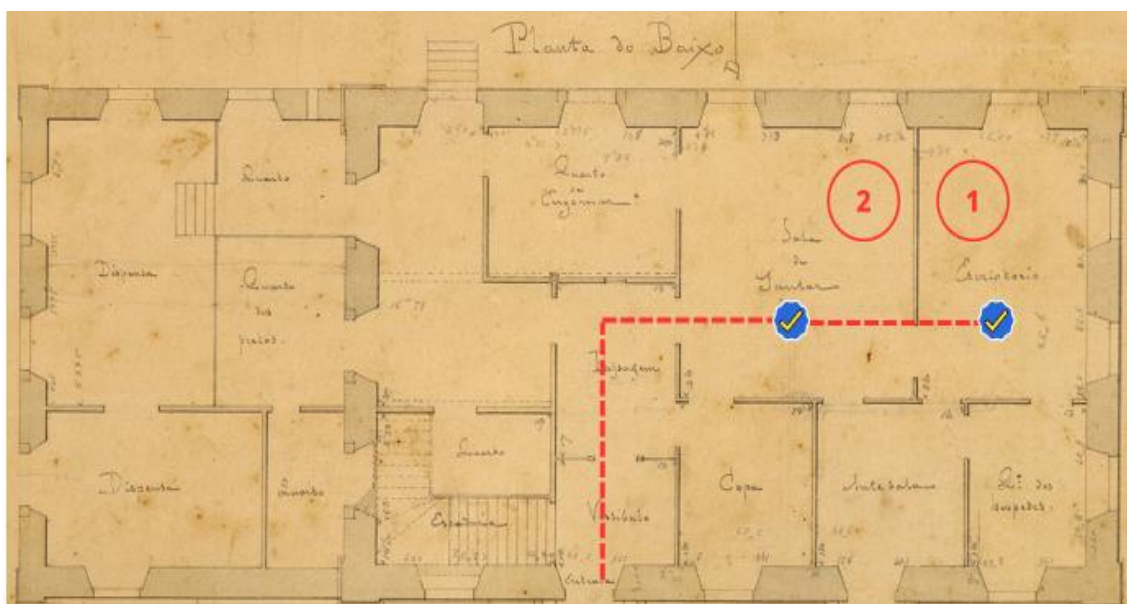


Fonte: https://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon275647/icon275647.jpg

Para permitir uma análise mais nítida da arquitetura do poder que esta planta nos traz, eu recortarei a seção central da imagem, o verdadeiro núcleo nervoso da residência.

Neste recorte, marquei com números específicos cada cômodo-chave, guiando o olhar do/a leitor/a através da precisa engenharia social que organizava este espaço doméstico. Desta forma, poderemos decifrar, uma a uma, as peças que compunham o que proponho chamar de triângulo de poder domasculinocêntrico, que era/é a sequência de ambientes onde a autoridade patriarcal era gerada e ritualizada.

FIGURA 9 – Planta do baixo da casa do mordomo-mor



Fonte: https://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon275647/icon275647.jpg

Analisando o recorte da planta baixa da residência de Paulo Barbosa, é possível traçar com exatidão o percurso ritualístico do poder que um visitante era obrigado a seguir. Um traço vermelho que fiz sobre a imagem mostra o caminho hierárquico, que era mais uma cerimônia de filtragem e reconhecimento de autoridade. O percurso iniciava-se no número na entrada e vestíbulo. O grande filtro social onde se decidia quem teria acesso às demais camadas da casa. Dali, o visitante privilegiado não era conduzido a um espaço íntimo, mas sim ao 2 - Sala de Jantar, um ambiente de aparato que servia como antecâmara do poder. A refeição, neste contexto, era menos um ato de convívio e mais um ritual político de confirmação de alianças, assim fazem os presidentes até hoje, oferecendo aos possíveis parceiros jantares. Finalmente, o ápice do percurso era a admissão no 1 – Escritório, conforme a grafia da época. Este cômodo, acessível apenas aos eleitos que haviam transposto os dois primeiros círculos, era o santuário domasculinocêntrico. Era no Escritório, longe de olhares indiscretos, que o Mordomo-Mor da Casa Imperial administrava os negócios do Estado e da família. A

sequência Sala de Visitas + Sala de Jantar + Escritório constituía a soma do processo de iniciação ao poder.

Depois do que mostrei de forma breve aqui, resumo que vimos uma engenharia social materializada em paredes na qual a distribuição dos cômodos responde a uma geoestratégia doméstica. O percurso do visitante constituía como visto um rito de passagem androcrático, sendo filtro espacial que consagrava graus de acesso ao núcleo decisório. O Escritório revela-se o cérebro operativo do androurbano, que conceitua como um microcosmo de governo onde se gestavam tanto as políticas do Império quanto as ordens do lar. Esta configuração se desdobra em manifestação de uma domasculinocracia, sendo assim um regime de poder onde a autoridade masculina se edifica e se exerce a partir da organização soberana do espaço privado. A casa, vai transcendendo sua função de moradia para se tornar uma modalidade daquela entendida pelos antigos gregos passando à qualidade de oikocratório cuja sede é o próprio lar. Se temos sub-representações de mulheres, negros, indígenas na política não é de se assustar, visto que os donos da casa nunca foram eles, mas às vezes tentam ser, e se fazem, não raro, com todo esse aparato do poder, infelizmente.

Falei da arquitetura da casa, e deixe-me dizer mais ainda; deixe-me falar sobre a mobília. Permita-me ir além da arquitetura e adentrar a epistemologia dos objetos. Há algum tempo, adquiri em um antiquário uma mesa de jantar dos anos 80, eu acho, um exemplar soberbo em madeira de lei, feita para durar gerações. Seus contornos são ondulados, um barroco tardio que insinua uma suavidade doméstica, com a qualidade implacável do material que desmente qualquer frivolidade. Ora, é uma peça que texturiza autoridade. Foi um detalhe mínimo que me comunicou sua verdadeira função social, as cadeiras. Todas têm encostos com o mesmo motivo, uma espécie de coroa estilizada, um símbolo de status democratizado para cada conviva, imagino. Mas uma delas, a que se posta na cabeceira, é diferente. Sua coroa é mais expansiva nas laterais, os entalhes são mais robustos, a madeira mais cravejada. É a cadeira-trono. Por certo tempo me questionei se esta peça única não era um acidente de design. Escrevendo esse texto comecei a implicar com ela todas as vezes que ia almoçar ou jantar. Fui notando que era a corporificação móvel domasculinocêntrica. Enquanto a arquitetura da casa estabelece o local fixo do poder, o escritório, a sala de visitas, a mobília revela a sua coreografia portátil. A mesa, em sua aparente unidade se mostrou a mim um campo de forças. A cadeira-trono um dispositivo ortopédico para a performance do patriarca. Ela

molda o corpo que a ocupa, impondo uma postura adjunta ao material madeiroso, enquanto as demais, com suas coroas menores, consagram os corpos à sua volta como cortesãos num microreinado. A refeição é um momento de comunhão, um momento ritual de reafirmação diária da cadeia de comando. A robustez da madeira de lei assegura que esta ordem não seja passageira, seja ela quase eternizada na própria materialidade do lar, transmitindo de geração em geração a herança física de uma domasculinidade que se faz presente até no gesto de sentar-se à mesa com cartas marcadas; ou melhor, com lugares marcados.

FIGURA 10 – Cadeiras comuns da mesa de jantar



Fonte: acervo pessoal do autor

Esta cadeira me parece guardar a liturgia da convivência familiar como um trono menor, destinado aos que sustentam o espaço do lar, porém sem direito à palavra final. Ela tem todo o arquétipo de trono, bem entalhada e não sem majestade, mas na próxima imagem, veremos que há sutis diferença no topo da urna das extremidades. E o que há nesta imagem e na próxima que se conjugam é a intenção de como o olhar é conduzido

para o centro, para o arco e as flores talhadas, todos representantes de harmonia e continuidade.

FIGURA 11 – Cadeira do pai de família do mesmo conjunto



Fonte: acervo pessoal do autor.

Quando olhamos para a segunda cadeira, aquela do pai, a diferença salta aos olhos, claro. As extremidades do encosto, como dito anteriormente, são mais robustas, mais altas, quase imponentes. É como se a madeira tivesse sido esculpida para afirmar presença e para sustentar o corpo, uma ideia que é a de autoridade. As formas mais gerais dela são iguais, revelando-se parente legítima das demais, a única mudança é no topo das extremidades, que do alto fala: aqui se decide! Para caminhar com o nosso estudo, a análise da planta da residência de Paulo Barbosa e da cadeira-trono são meros arranjos espaciais ou estéticos? Não! Provei que não o são, mas posso dizer a partir daqui serem eles a anatomia de um regime de poder que chamei domasculinocracia, através do que se configura a casa organizando-se como um oikokratório, um aparelho de governo onde a geoestratégia doméstica dita os fluxos de autoridade. O percurso do

visitante materializa rito de passagem androcático que filtra corpos, guiando-os em direção ao androurbano limiar ou embrionário, digo assim, o núcleo decisório onde o masculino se constitui como soberano.

Quis nesta subseção esgarçar a engrenagem de domínio demonstrada que não se restringe às paredes como disse ao comentar anteriormente a planta da casa. Ela se completa na mobília em que a cadeira-trono alumia-se como um dispositivo ortopédico que formata o corpo do patriarca – e há vários deles na sociedade como o cavalo, a moto etc.—, demarcando o sentar-se em solenidade de um poder que é, ao mesmo tempo, doméstico e político. A domasculinência, como ciência que desvenda esses códigos, demonstra assim que o lar precisa deixar de visto como um cenário neutro ou como algo em que a mulher tem algum domínio e ingerência maior. Ele é a matriz onde se forjam, através de uma implacável microfísica do poder mobiliário, as primeiríssimas normas do governo masculino.

5.4 Domasculinência do lar à urbanidade: Notas sobre a transição do poder na teoria de sérgio buarque de holanda

Nosso último intento neste trabalho a ser considerado sobre a domasculinência é discorrer sobre a tese do saudoso professor Sérgio Buarque de Holanda (1995). O fazemos porque a clássica tese dele, exposta em *Raízes do Brasil*, estabelece uma clivagem que nos interessa entre o mundo da casa, regido pela afetividade e pelos laços pessoais do homem cordial, e a esfera pública, que exigiria a impessoalidade das instituições e a abstração do Estado. Neste modelo do professor, o sucesso da modernização política brasileira dependeria justamente de nossa capacidade de superar a herança patriarcal e doméstica, construindo uma esfera pública autônoma e livre das injunções do lar. Esta visão funda-se numa premissa que a domasculinência se incumbe de desmontar, a de que o público e o privado são esferas estanques e antagônicas. Nas palavras do professor Holanda (1995, p. 141), quando da elaboração de sua tese, lemos:

O Estado não é uma ampliação do círculo familiar e, ainda menos, uma integração de certos agrupamentos, de certas vontades particularistas, de que a família é o melhor exemplo. Não existe, entre o círculo familiar e o Estado, uma gradação, mas antes uma descontinuidade e até uma oposição. A indistinção fundamental entre as duas formas é prejuízo romântico que teve os seus adeptos mais entusiastas durante o século XIX. De acordo com esses doutrinadores, o Estado e as suas instituições descenderiam em linha

reta, e por simples evolução, da família. A verdade, bem outra, é que pertencem a ordens diferentes em essência. Só pela transgressão da ordem doméstica e familiar é que nasce o Estado e que o simples indivíduo se faz cidadão, contribuinte, eleitor, elegível, recrutável e responsável, ante as leis da Cidade. Há nesse fato um triunfo do geral sobre o particular, do intelectual sobre o material, do abstrato sobre o corpóreo e não uma depuração sucessiva, uma espiritualização de formas mais naturais e rudimentares, uma procissão das hipóstases, para falar como na filosofia alexandrina. A ordem familiar, em sua forma pura, é abolida por uma transcendência.

Nossa crítica, a partir da tese do professor, não reside em defender uma simples continuidade entre o lar e a vida pública. Uma noção de continuidade pressuporia dois domínios previamente constituídos que, então, se conectam. O que a análise da arquitetura doméstica e dos rituais mobiliários demonstra é algo mais concreto, que se daria entre o que chamo de larificação do Estado e a estadiação do doméstico, em que o público não supera o privado pois é outra forma qualificado deste último, e aqui o adjetivo “qualificado” faz toda a diferença. Penso ser pouco robusto pensar que a esfera estatal nasce numa lacuna para, então, ser corrompida pelo personalismo. Notamos que desde sua gênese, constituída por uma lógica que foi primeiro ensaiada no espaço doméstico colonial, o Estado operou e continua operando. No julgamento da trama golpista em que o ex-presidente Jair Messias Bolsonaro foi condenado pelo Supremo Tribunal Federal, por atentar com seus apoiadores contra os poderes da República, vimos muitos ministros fazendo menção ao lar, justificando que ninguém gostaria de ter a sua casa quebrada e depois ver impunes os que cometeram o ato. Nas falas, eu observava como o imaginário do julgamento passava pela esfera afetiva do lar.

Assim, deixo esclarecido que não é uma continuidade simples do lar o que fica colocado em minha teoria. A contribuição fundamental da domasculinincência para este debate é demonstrar que para compreender a formação do Estado brasileiro é necessário ir além da suposta ruptura com o mundo da casa, e investigar a eficácia com que a domasculinocracia soube traduzir seus princípios do microcosmo do lar para o macrocosmo da administração pública. A arquitetura do poder, seja na planta de uma residência ou na estrutura de um ministério, obedece a uma mesma gramática. Negar essa genealogia que mostrei, como o faz a visão holandiana, é ignorar que o Estado não é uma abstração porque se trata de uma edificação cujos alicerces estão fincados no solo mais íntimo da sociedade, que não vejo lugar outro a não ser o chão da própria casa. O segundo argumento de Holanda (1995) flerta com Teoria Marxista, acusando o sistema

financeiro do Estado capitalista de impessoalizar as relações de trabalho e, com isso, promover mais uma ruptura com a esfera do lar. Vejamos:

Para o empregador moderno americano - o empregado transforma-se em um simples número: a relação humana desapareceu. A produção em larga escala, a organização de grandes massas de trabalho e complicados mecanismos para colossais rendimentos, acentuou, aparentemente, e exacerbou a separação das classes produtoras, tornando inevitável um sentimento de irresponsabilidade, da parte dos que dirigem, pelas vidas dos trabalhadores manuais. Compare-se o sistema de produção, tal como existia quando o mestre e seu aprendiz ou empregado trabalhavam na mesma sala e utilizavam os mesmos instrumentos, com o que ocorre na organização habitual da corporação moderna. No primeiro, as relações de empregador e empregado eram pessoais e diretas, não havia autoridades intermediárias. Na última, entre o trabalhador manual e o derradeiro proprietário - o acionista - existe toda uma hierarquia de funcionários e autoridades representados pelo superintendente da usina, o diretor-geral, o presidente da corporação, a junta executiva do conselho de diretoria e o próprio conselho de diretoria. Como é fácil que a responsabilidade por acidentes do trabalho, salários inadequados ou condições anti-higiênicas se perca de um extremo ao outro dessa série. (Holanda, 1995, p. 142).

O segundo argumento do autor citado, portanto, que vê na impessoalidade do capitalismo financeiro uma ruptura definitiva com a esfera do lar, parece-me ser insuficiente ante a lógica da domasculinidade que venho construindo. O autor enxerga uma oposição absoluta entre a relação pessoal e direta do mestre e do aprendiz, que ele associa a um mundo pré-capitalista mais embrionário, e a cadeia de comando anônima da corporação moderna. Todavia, essa visão é ingênua se aplica a formação administrativa pública brasileira. A relação entre o mestre artesão e seu aprendiz não era uma relação de parceria porque nota-se uma extensão da estrutura patriarcal do lar para a oficina, isso sim ocorria. O aprendiz era, não raro, um membro da casa, sujeito à autoridade pessoal e total do mestre, uma figura que amalgamava o pai e o patrão. A suposta relação humana que Holanda (1995) saudava era a domasculinocracia em moldura artesanal, onde o poder era exercido sem mediações, mas não sem hierarquia.

Holanda (1995) interpreta a hierarquia corporativa moderna como uma novidade que destrói o vínculo pessoal. A domasculinidade revela, pelo contrário, que se trata de uma complexificação e burocratização da cadeia de comando. O que ele descreve como toda uma hierarquia de funcionários e autoridades não é a antítese do mundo do lar pois é nítido se tratar da sua replicação modular. O superintendente, o diretor-geral, o

presidente do conselho são, na malha corporativa, os equivalentes funcionais do Mordomo-Mor, do administrador da casa e do patriarca na estrutura doméstica ampliada. A responsabilidade não se perde na cadeia, na prática vai sendo ela delegada, diga-se diluída de forma consciente, tal como ocorria numa grande casa senhorial, onde o senhor delegava funções a capatazes, mas mantinha a autoridade final, e quantos desses capatazes não eram seus filhos com as escravizadas obrigados a se deitar com o senhor? Arrolando no debate as palavras de Karl Marx e de seu amigo Friedrich Engels (2008, quando da escrita do texto Manifesto do Partido Comunista, eles dizem acerca da oficina do mestre da qual fala Holanda (1995):

A indústria moderna transformou a pequena oficina do mestre patriarcal na grande fábrica do capitalista industrial. Massas de trabalhadores, concentradas na fábrica, são organizadas militarmente. Eles são colocados como soldados rasos sob a supervisão de uma hierarquia inteira de suboficiais e oficiais. Não são apenas serviçais da classe burguesa, do Estado burguês; são oprimidos todos os dias e horas pela máquina, pelo supervisor e, sobretudo, pelos próprios donos das fábricas. Tal despotismo é tanto mais mesquinho, odioso, exasperante, quanto mais abertamente proclama ter no lucro o seu objetivo exclusivo. (Engels; Marx, 2008, p. 20).

A citação que trouxe de Marx e Engels (2008) é uma crítica decisiva na tese da ruptura de Holanda (1995). Os fundadores do comunismo, pelo menos no que tange sua sistematização teórica profunda, não veem a grande fábrica como uma antítese da oficina patriarcal, vendo-a como a sua transformação e ampliação monstruosa tal qual já disse neste estudo. O ponto nodal está na frase “Massas de trabalhadores [...] são organizadas militarmente”. Esta organização militar não é uma invenção do capital porque é a reativação, em escala industrial, do princípio de comando forjado no lar senhorial. A hierarquia inteira de suboficiais e oficiais que supervisiona os soldados rasos nas fábricas é a transposição direta da cadeia de autoridade da casa-grande para o chão de fábrica. O capataz da *plantation*, o intendente da casa, reencarnam no supervisor industrial. Em nível mais particular, encarna até a governanta da casa para fiscalizar o trabalho da empregada doméstica. Ou seja, a figura dos subordinados, dos muitos subordinados já povoavam o perímetro da família burguesa, que é quem detém os meios de produção, há muito tempo, tal qual o porteiro, mas uma figura subordinada a autoridade da família.

Abordando o caso particularmente de um país de base financeira agrária-rural como o Brasil, outro autor com extrema densidade teórica e clareza crítica, por nome de

Raymundo Faoro (2001), em obra intitulada por *Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro*, nos dirá:

A tradicional visão da sociedade da colônia dos dois primeiros séculos reduz as classes a duas, senão a uma, em seus dois pólos extremos: o proprietário rural, com engenhos e fazendas, contraposto à massa dos trabalhadores campo, escravos e semilivres. O proprietário rural, com a economia assentada na sesmaria latifundiária, ganharia status aristocrático, em simbiose com a nobreza de linhagem. Mais um passo: o "aristocrata" comandaria a vida política local, controlando e calando muitas vezes a supremacia administrativa reinol. Volvidos dois séculos, o comércio, com as concentrações urbanas, se levantaria, em aliança com o rei, para nova mudança nas peças do xadrez. A tese sofre da projeção das sombras feudais, esteticamente entre- vistas na colônia, adensada pelo trânsito da ordem econômica na estrutura política, sem respeito à armadura fixada em muitos séculos da monarquia lusa. A aparência jura em favor do esquema, aparência colhida nos cronistas e viajantes do período colonial. Fernão Cardim descreve, no primeiro século, salivando de gulodice, "os grandes banquetes de extraordinárias iguarias" que The foram oferecidos nas fazendas e engenhos: "em Pernambuco se acha mais vaidade que em Portugal". Cem anos depois, Antonil doura o quadro com o fumo aristocrático: "O ser senhor de engenho é título a que muitos aspiram, porque traz consigo o ser servido, obedecido e respeitado de muitos. E se for, qual deve ser, homem de cabedal e governo, bem se pode estimar no Brasil o ser senhor de engenho, quanto proporcionalmente se estimam os títulos entre os fidalgos do Reino". Os lavradores, os oficiais e os escravos dependem do senhor de engenho. Igualmente, já no século XIX, Tollenare e Koster sentiram, no interior da zona açucareira, a supremacia do senhor de engenho, supremacia esbanjada, envolta em luxúria e muitas vezes cruel. (Faoro, 2001, p. 238-239).

Ao ler este trecho de Faoro (2001), sinto que finalmente consigo articular com clara precisão o que já falei acerca da domasculinidade. O texto descreve com riqueza a formação do senhor de engenho como arquétipo do poder e verdadeiramente me salta aos olhos como essa figura era um ator econômico ou político e era, antes de tudo, o patriarca territorial, cujo poder se constituía a partir da governança absoluta de seu microcosmo doméstico-produtivo. Percebo que Faoro (2001), ao destacar a vaidade dos banquetes descritos por Fernão Cardim e o ser servido, obedecido e respeitado que Antonil atribui ao senhor de engenho, está nos fornecendo preciosas pistas para entender a gênese da domasculinocracia brasileira. O que esses cronistas testemunharam foi o surgimento de uma classe econômica, e aditivo a consolidação de um modelo forjado no engenho. Quando Faoro (2001) descreve como os lavradores, os oficiais e os escravos dependiam do senhor de engenho, ele está desenhando a topoarquitetura de um

oikocratório em funcionamento. O engenho não era uma empresa no sentido moderno, não nos enganemos, porque era uma casa agigantada que funcionava como unidade política soberana, e sobre o agigantamento dessas casas já falei bastante, onde o patriarca exercia um poder que era ao mesmo tempo doméstico, econômico e judicial, daí termos nas cortes superiores de justiça, tanto no Brasil como fora, a maioria de homens. Isso explica perfeitamente por que a estadiação do doméstico se tornou o caminho natural da formação do Estado brasileiro. Em finalização de sua crítica ao modelo de desenvolvimento do engenho e da figura centralizadora do senhor colonial, diz-nos Faoro (2001, p. 239-241) em espraçada citação:

"Ca ordenou el-rei, para que os homens deste reino, cujo negócio era comércio, tivessem em que poder tratar, dar-lhe licença que armassem naus para estas partes, delas e certos partidos e outros a frete, o qual modo de trazer a especiaria a frete ainda hoje se usa. E, porque as pessoas a que el-rei concedia esta mercê, tinham por condição de seus contratos, que eles haviam de apresentar os capitães das naus ou navios, que armassem, os quais el-rei confirmava, muitas vezes apresentavam pessoas mais suficientes para o negócio da viagem e carga que haviam de fazer, do que eram nobres por sangue. No mesmo sistema, o pau-brasil foi entregue, por contrato, a um poderoso comerciante. Daí por diante, a paisagem dos canaviais e dos engenhos obscureceu as cordas que movem os escravos e as máquinas. Quem os recorda, entretanto, são os próprios viajantes e cronistas dos primeiros séculos, já em plena euforia açucareira. A terra doada, as sesmarias obtidas sem dinheiro, fazem supor que, do chão americano, surgiu, sem outros esteios, a exploração açucareira. O viço das casas senhoriais, a mesa esbanjadora, o luxo farto conduz a muitos enganar. Estas exterioridades custavam, na verdade, muito, assentadas sobre o escravo e o investimento do engenho. Gandavo (1576) não se cansa de insistir: os moradores todos têm terras, mas "a primeira cousa que pretendem alcançar são escravos para lhes fazerem e grangearem suas roças e fazendas, porque sem eles não se podem sustentar na terra". Pouco mais tarde, Fernão Cardim, deslumbrado com os senhores de engenho — "na fartura parecem uns condes" —, sente que o escravo, que morre à toa, "os endivida sobre todo este gasto".⁹² No começo do século XVII, os Diálogos das grandezas do Brasil acentuam que "a maior parte das riquezas dos lavradores desta terra consiste em terem poucos ou muitos escravos", sem esquecer que o engenho exigia cabedal, "grande quantidade de dinheiro" e crédito largo, "com mais de 85 por cento de avanço", na prática da horrenda onzena, que o Santo Ofício viria a descobrir, bastante atuante, no Brasil. O engenho, lembra Antonil, requer "homem de cabedal" e crédito, crédito que, levado ao abuso, conduz às quebras. O cabedal é a garantia do empreendimento, o crédito a sua ruína, pasmando o cronista que os aspirantes e senhores achassem "quem lhes emprestasse alguma quantidade de dinheiro, para começar a tratar de que não são capazes por falta de governo e de

agência, e muito mais por ficarem logo na primeira safra tão empenhados com dívidas, que na segunda ou terceira já se declaram perdidos”. O crédito penetra em todas as operações econômicas, para a compra da cana, o pagamento de salários, a aquisição de escravos e a venda do açúcar. O senhor de engenho trabalha a crédito; o comerciante, embora às vezes ele próprio senhor de engenho — em nome e por conta de outro sediado na metrópole —, fornece dinheiro em troca da produção. “O crédito de um senhor de engenho funda-se na sua verdade, isto é, na pontualidade e fidelidade em guardar as promessas. E, assim como o hão de experimentar fiel os lavradores nos dias que se lhes devem dar para moer a sua cana, e na repartição do açúcar que lhes cabe, os oficiais na paga dos soldados, os que dão a lenha para as fornalhas, madeira para a moenda, tijolo e formas para a casa de purgar, assim também se há de acreditar com os mercadores e correspondentes na praça, que lhe deram dinheiro, para comprar peças [escravos], cobre, ferro, aço, enxárcias, breu, velas e outras fazendas fiadas. Porque, se ao tempo de frota não pagarem o que devem, não terão com que se aparelhem para a safra vindoura, nem se achará quem queira dar o seu dinheiro ou fazenda nas mãos de quem lha não há de pagar, ou tão tarde e com tanta dificuldade que se arrisque a quebrar.”

Analisando este trecho do autor mencionado, compreendo que a domasculinicência precisa expandir seu vocabulário para além do poder patriarcal direto. O texto revela que o senhor de engenho, embora mantendo a aparência de soberano absoluto, estava enredado numa teia de dependências financeiras que reconfigurava seu poder. Ou seja, não temos em nossa teoria apenas o patriarca mandando. Temos o patriarca-endividado e a autoridade doméstica constantemente mediada por obrigações mercantis. A descrição do crédito como elemento vital, ou seja, “o crédito penetra em todas as operações econômicas”, aponta para o que posso chamar de domasculinicência financeira, pelo menos nesta hora embrionária, sendo um regime onde a performance da masculinidade hegemônica dependia da capacidade de manter crédito de honra numa economia de risco extremo, daqui, talvez, tenha saído o erro de Holanda (1995) ao acreditar que o sistema financeiro capitalista tenha afastado o homem de seu meio mais íntimo; não, não foi assim. Quando Antonil, no texto de Faoro (2001), observa que os senhores se arruinavam por tratar do que não eram capazes por falta de governo, ele está descrevendo o descompasso entre a performance aristocrática e a competência administrativa, uma fratura na domasculinocracia que a mera ostentação não conseguia ocultar.

A passagem sobre a pontualidade nos pagamentos fala do poder patriarcal precisando ser validado pelo sistema mercantil. O mesmo senhor que era servido,

obedecido e respeitado dentro de seu domínio dependia da confiança de mercadores distantes. Isso cria o que entendo como masculinidade creditícia, ou domasculincrediticialismo, nome difícil, eu sei, mas necessária para falar de uma economia além, ou mesclada no capital, que não desconsidera o gênero e sua atuação no mercado; digo, em termos simples, uma forma de autoridade masculina que precisava constantemente provar sua solvência moral e financeira para manter-se como tal, não à toa, como dito também neste trabalho, muitos homens de classes inferiores terem a obsessão por “pôr o dinheiro dentro de casa” como sinônimo de única obrigação na vida. O luxo e a fartura descritos pelos cronistas eram demonstrações de poder assim como eram estratégias de sinalização num sistema onde as aparências creditícias determinavam o acesso a recursos. Essa análise me leva a propor, por final, o conceito de domasculincrediticialismo para desenhar a dimensão da domasculinicência que estuda como as tecnologias financeiras e creditícias moldaram, limitaram e reconfiguraram as performances de masculinidade e fundaram o nosso sistema financeiro tal qual como o é. O senhor de engenho foi o patriarca no modelo clássico; foi um gestor de riscos em larga escala e teve a masculinidade medida tanto por sua capacidade de comando quanto por sua habilidade em navegar um sistema financeiro complexo. A verdade do senhor, mencionada no texto, não era uma qualidade moral, fala-se ali de um capital relacional tão crucial quanto os próprios escravizados e terras.

CAPÍTULO VI

6. REVELANDO HOMENS, TRAJETÓRIAS E INTERAÇÕES

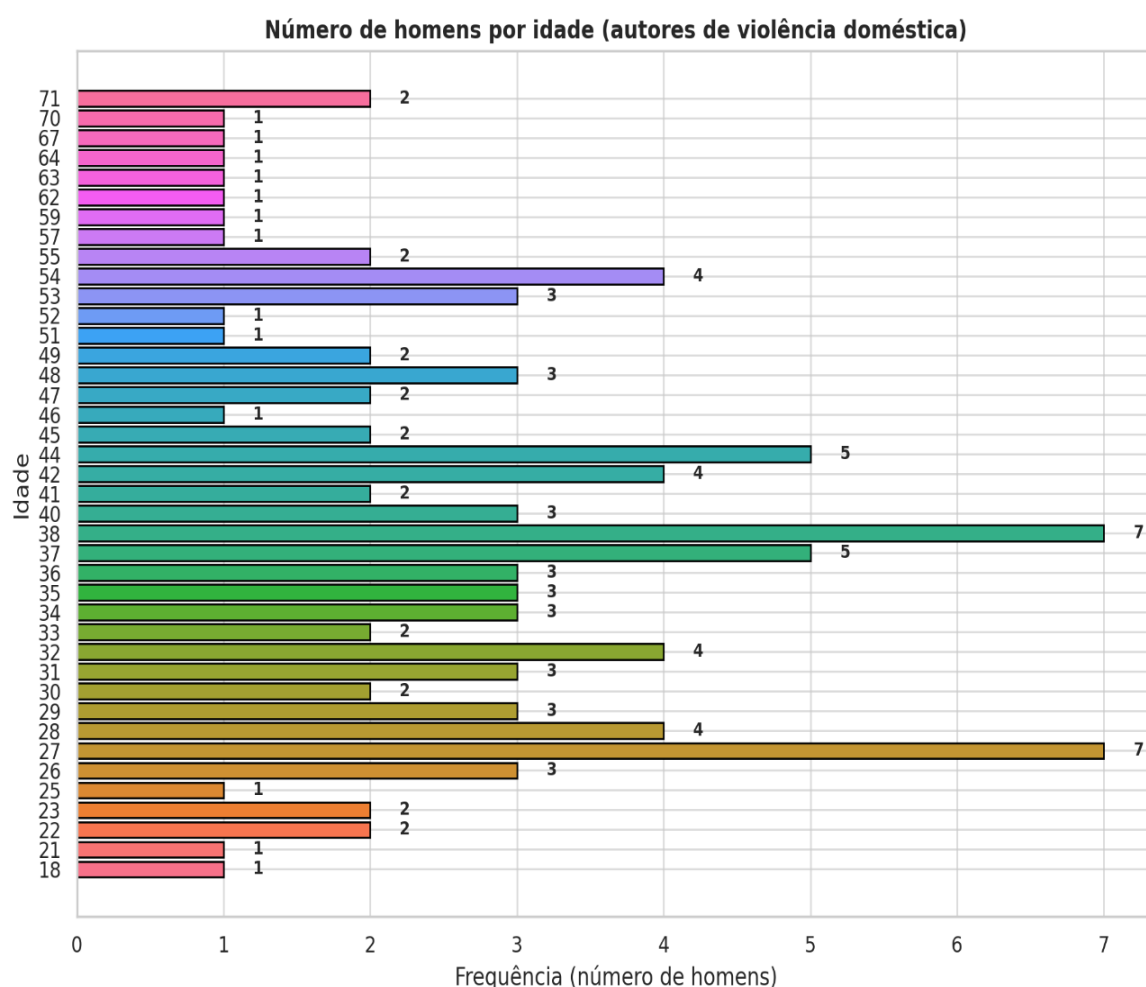
O título do capítulo VI, Revelando Homens, Trajetórias e Interações, foi escolhido com a intenção de marcar o momento em que a pesquisa deixa de apenas organizar dados e passa a construir sentidos. Este capítulo representa um ponto de percurso metodológico e analítico; é aqui que os gráficos gerados a partir das fichas cadastrais dos HAV deixam de ser representações quantitativas e passam a expressões de trajetórias sociais, de trajetórias com subjetividades. Ao utilizar o verbo *revelar*, assumo que os dados não falam por si. Eles precisam ser lidos, cruzados e interpretados. Os gráficos, por mais objetivos que pareçam, são construções que carregam escolhas metodológicas e teóricas. Cada linha, cada barra, cada porcentagem aponta para aspectos da vida desses homens, suas idades, escolaridades, vínculos familiares, ocupações, reincidências.

A palavra *homens* no título é usada por mim para além do sujeito biológico ou jurídico, abarcando o sujeito social, histórico. São homens que ocupam posições específicas na estrutura social, que performam masculinidades diversas e que se relacionam com a violência de formas que precisam ser compreendidas em profundidade. Ao revelar esses homens, busco compreender quem são, como se constituem, como se posicionam diante da responsabilização e como suas trajetórias se entrelaçam com práticas violentas. A dimensão das *trajetórias* é central neste capítulo. Os dados não são estáticos; eles contam histórias. Cada ficha cadastral é uma trajetória marcada por rupturas, vínculos, ausências, conflitos e tentativas de reconstrução. Daí, essa palavra não poderia faltar no título que dei. Sobre a escolha da última palavra, *interações*, ela está ali porque aponta para a dimensão relacional da violência. A violência doméstica não ocorre no vazio; ela é sempre uma prática situada em relações. Ao revelar as interações, estou interessado em compreender como esses homens se relacionam com suas parceiras, com seus filhos, com os profissionais do serviço, com o sistema de justiça, sobretudo com a religião, e consigo mesmos.

Como estudante de Letras, afirmo que a semântica e a filologia são pilares inegociáveis na minha formação e no modo como enxergo o mundo e, por consequência, a pesquisa. A semântica me ensina que nenhuma palavra é neutra, que cada termo carrega camadas de sentido, intenções, deslocamentos. É por meio dela que

aprendo a escavar os significados, a compreender os discursos além do simplesmente pelo que dizem, mas pelo que tentam esconder. Já a filologia me lembra que todo texto é um corpo histórico, atravessado por tempo, cultura, autoria e materialidade. Ela me obriga a respeitar o texto em sua origem, em sua estrutura e em sua transformação. Essas duas áreas são ferramentas analíticas, são lentes pelas quais interpreto os dados, os documentos, os discursos e até os gráficos da minha pesquisa. Quando olho para uma ficha cadastral, por exemplo, não vejo apenas campos preenchidos: vejo escolhas lexicais, omissões sintáticas, marcas de poder. Após esses preâmbulos, vamos ao primeiro gráfico:

GRÁFICO 5 – Idade dos HAV – n=100



Fonte: elaboração do autor.

O gráfico apresenta a distribuição etária de 100 homens autores de violência doméstica (HAV), revelando uma concentração supina na faixa dos 25 aos 35 anos. Essa curva, com seu pico nesse intervalo, indica que a maior parte dos casos registrados

envolve homens em plena fase adulta, geralmente já inseridos em relações conjugais estáveis ou em processo de ruptura. A densidade da curva reforça essa concentração, mostrando que essa faixa etária é numericamente predominante. Esse dado não é neutro. Ele aponta para um momento específico da vida masculina em que diversas pressões sociais convergem: expectativas de desempenho profissional, consolidação de vínculos familiares, paternidade, e a manutenção de uma identidade masculina tradicionalmente viril. É justamente nesse entrecruzamento que muitos homens, diante de frustrações, conflitos ou ameaças à sua “autoridade”, recorrem à violência como forma de reafirmação de poder. A violência, nesse contexto, é uma resposta socialmente aprendida e culturalmente tolerada em certos círculos.

À medida que a idade avança, observa-se uma queda gradual na frequência de autores, o que pode indicar dois movimentos distintos: 1) por um lado, a diminuição da convivência conjugal em idades mais avançadas; 2) a possível internalização de outras formas de lidar com conflitos. No entanto, essa queda não significa ausência de violência, mas talvez uma mudança na sua forma de expressão ou na sua visibilidade institucional. A presença de autores de violência em faixas etárias mais jovens, entre 18 e 25 anos, também merece atenção. Embora menos frequente, ela revela que a violência já se manifesta precocemente, muitas vezes em relações marcadas por imaturidade emocional, ausência de modelos saudáveis de masculinidade e reprodução de padrões familiares violentos. Retornando ao caso da curva em pico entre as idades de 25 e 35 anos, uma pesquisa divulgada pela revista Claudia, realizada com 35 mil usuários do site de relacionamentos ParPerfeito, revela que homens entre 25 e 35, exatamente as idades que surgiram em nosso estudo, anos são os que mais se identificam com a ideia de “viver felizes para sempre”. Essa expressão, escolhida por grande parte dos entrevistados dessa faixa etária, indica uma expectativa de estabilidade afetiva, de construção de vínculos duradouros e de realização pessoal por meio da conjugalidade. É justamente esse desejo de plenitude relacional que, quando frustrado ou ameaçado, pode se converter em práticas violentas, especialmente em contextos onde a masculinidade é construída sobre pilares de controle, posse e autoridade.

Essa articulação entre os dados da minha pesquisa e os da enquete publicada pela Claudia me permite afirmar que muitos dos homens que cometem violência doméstica não o fazem apenas por impulsos momentâneos; o fazem como resposta a uma ruptura. Ou seja, o fracasso de um projeto afetivo idealizado. A violência emerge

então como uma tentativa de restaurar uma ordem emocional que se vê desestabilizada. O desejo de “felizes para sempre” se transforma em cobrança, vigilância e, em casos extremos, agressão. A faixa etária predominante entre os HAV não é aleatória, ela coincide com um momento da vida em que o homem está atravessado por pressões sociais, afetivas e identitárias. E é nessa encruzilhada que a violência se instala como linguagem, como resposta e como sintoma. Não podemos ignorar que a pressão por casar, viver junto para sempre e construir uma família de caráter eterno tem raízes profundas na tradição religiosa, especialmente na forma como o casamento foi historicamente interpretado de maneira dogmática e normativa.

Desde cedo, somos atravessados por narrativas que associam o casamento à plenitude da vida adulta, à realização afetiva e à legitimidade social. Essas narrativas não surgem do acaso pois elas são sustentadas por séculos de doutrina religiosa que construiu o matrimônio como um sacramento, como uma aliança indissolúvel, como um compromisso eterno entre homem e mulher. Essa leitura dogmática não define o que é o casamento, ela impõe o que ele deve ser: estável, monogâmico, reprodutivo, hierárquico. Para Friedrich Engels (1984, p. 86):

A monogamia não aparece na história, portanto, como uma forma mais elevada de matrimônio. Pelo contrário, ela surge sob a forma de escravização de um sexo pelo outro, como proclamação de um conflito entre sexos, ignorado, até então, na pré-história. Num velho manuscrito inédito, redigido em 1846 por Marx e por mim, encontro a seguinte frase: “A primeira divisão do trabalho é a que se fez entre o homem e a mulher para a procriação dos filhos”. Hoje posso acrescentar: o primeiro antagonismo de classes que apareceu na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre o homem e a mulher na monogamia; e a primeira opressão de classe, com a do sexo feminino pelo masculino. A monogamia foi um progresso histórico, mas ao mesmo tempo inaugurou, juntamente com a escravização dos prisioneiros, a escravização de um sexo pelo outro. Entre todos os povos bárbaros que conhecemos, a mulher ocupa uma posição não só livre, mas também respeitada. Isso se vê, por exemplo, entre os iroqueses, que ainda vivem em sociedade baseada em linhas maternas e onde as mulheres desempenham papel respeitável, de verdadeiras senhoras, na vida social, civilizada e política. A queda do direito materno foi a grande derrota histórica do sexo feminino em todo o mundo. O homem tomou as rédeas da casa; a mulher foi degradada, transformada em serva, em escrava dos desejos do homem, em simples instrumento de reprodução.

Ao me debruçar sobre o trecho que discute a origem da monogamia como forma histórica de escravização de um sexo pelo outro, reconheço uma veia interpretativa para

compreender a idealização masculina que atravessa os HAV que analiso. Engels (1986) afirma que a monogamia não representa uma forma mais elevada de matrimônio, mas sim a institucionalização de um antagonismo entre os sexos, que coincide com a primeira opressão de classe: a do feminino pelo masculino. Essa afirmação historiciza a desigualdade de gênero, revelando que o modelo de família monogâmica, longe de ser neutro ou natural, é uma construção política que consolidou o poder masculino sobre o corpo, o desejo e a subjetividade da mulher. Essa estrutura histórica reverbera diretamente na idealização masculina contemporânea. Muitos dos homens que chegam ao serviço carregam consigo um imaginário profundamente marcado por essa herança patriarcal: acreditam que o casamento é um espaço de posse, que a mulher deve se submeter, que a família é um território de comando masculino. Essa idealização não é um dado individual porque ela é socialmente produzida, reforçada por discursos religiosos, jurídicos, midiáticos e, como não poderíamos esquecer, educacionais. O homem idealizado é aquele que domina, que provê, que controla. E quando esse ideal é ameaçado seja por uma separação, por uma mulher que reivindica autonomia, por filhos que não obedecem, o sujeito se vê diante de um colapso de si.

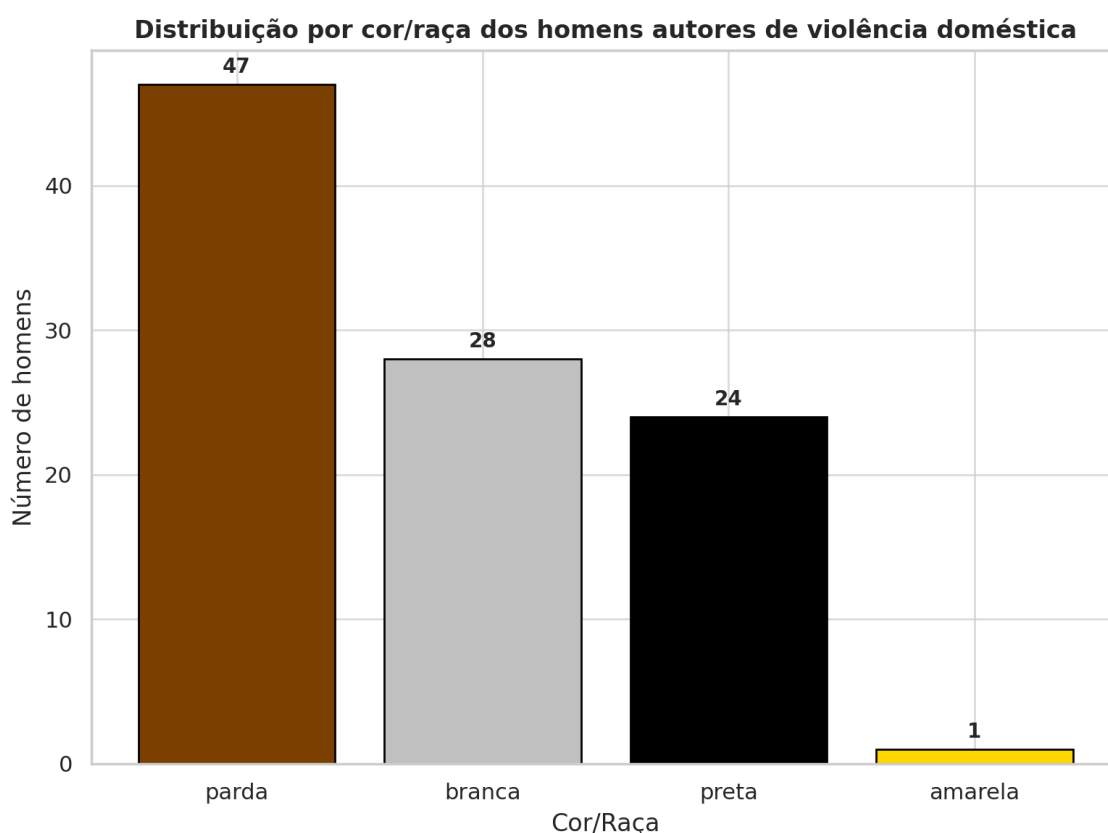
Ao afirmar que a queda do direito materno foi a grande derrota histórica do sexo feminino, o autor que mencionamos nos convida a pensar que a estrutura familiar moderna é um dispositivo de poder. E é justamente esse dispositivo que muitos HAV tentam preservar, mesmo que às custas da integridade física e emocional de suas parceiras. Como prova exemplar do que afirmo com base nos dados trazidos, essa idealização da qual falo está na base de muitos discursos que escuto nos cursos sobre masculinidade que ministrei, nas fichas. Homens que dizem “ela me provocou”, “ela destruiu minha família”, “ela me tirou tudo” estão, na verdade, expressando o luto por um modelo de masculinidade que não se sustenta mais. E é nesse luto que a violência se instala como mecanismo de “defesa”. Outro ponto que surge muito nas fichas, quando eles têm a chance de responder o motivo da separação e da violência, são os casos em que suas ex-companheiras manifestavam ciúmes de outras mulheres que, segundo eles nas fichas, eram “excessos”. Acerca desse ponto, ainda segundo Engels (1986, p. 87):

A antiga liberdade relativa das relações sexuais não desapareceu completamente com o triunfo do matrimônio sindiástico, nem mesmo com o da monogamia. «O antigo sistema conjugal, reduzido a limites mais estreitos pelo gradual desaparecimento dos grupos punaluanos, continuou acompanhando a família que evoluía e ficou ligado a ela até aos alvares da civilização..., desapareceu, por fim, com a nova forma de heterismo,

que acompanha o gênero humano até à civilização, qual uma sombra negra projectando-se sobre a família». Morgan entende por heterismo as relações extraconjugais — existentes junto com a monogamia — dos homens com mulheres não casadas, relações que, como se sabe, florescem sob as mais variadas formas durante toda a época da civilização e se transformam, cada vez mais, em aberta prostituição. Esse heterismo descende, em linha recta, do matrimônio por grupos, do sacrifício pessoal que as mulheres faziam para adquirir direito à castidade. A entrega por dinheiro foi, a princípio, um acto religioso: era praticada no templo da deusa do amor e, primitivamente, o dinheiro ia para as arcas do templo. As hieródulas ⁽¹⁾ de Anaitis, na Armênia, de Afrodite, em Corinto, tal como as bailarinas religiosas agregadas aos templos da Índia, conhecidas pelo nome de bayaderas (corruptela do português bailadeira), foram as primeiras prostitutas. O sacrifício da entrega, a princípio, dever de todas as mulheres, passou a ser exercido, mais tarde, apenas por essas sacerdotisas, em substituição de todas as demais. Noutros povos, o heterismo provém da liberdade sexual concedida às jovens, antes do matrimônio; assim, pois, é também um resto do matrimônio por grupos, mas que chegou até nós por outros caminhos.

Ao ler o trecho que discute o matrimônio sindiásmico, o heterismo e a persistência de práticas extraconjugais ao longo da civilização, notamos que a monogamia, embora institucionalizada, nunca foi plenamente vivida como exclusividade afetiva e sexual por parte dos homens. Morgan, citado no texto, entende o heterismo como essa sombra que acompanha a família desde os seus primórdios, uma forma de relação extraconjugual que, longe de ser exceção, constitui uma prática estruturante da masculinidade. A prostituição, o adultério, os vínculos paralelos e a objetificação do corpo feminino são expressões dessa lógica que atravessa séculos e se atualiza em cada geração. Portanto, é muito difícil enxergar saída da esfera de violência contra a mulher sem que esse modelo de interação afeto-social seja de fato revisto.

GRÁFICO 6 – Cor/raça dos HAV - n=100



Fonte: elaboração do autor.

Ao observar a distribuição racial dos HAV, representada no gráfico, percebo que os dados são políticos e históricos. O fato de a maior parte dos casos recair sobre homens que se autodeclaram pardos e pretos não pode ser lido de forma descontextualizada, como se fosse uma simples estatística demográfica. Assumindo uma perspectiva crítica, percebo que esse dado carrega em si a herança estrutural do racismo brasileiro, em que determinados grupos raciais foram historicamente empurrados para condições sociais e econômicas de vulnerabilidade, que se refletem também nas formas de exercício e expressão da masculinidade. Na condição de pesquisador que analisa a intersecção entre gênero, raça e violência, não posso desconsiderar que a categoria parda, tão amplamente utilizada nas classificações do gráfico, é ela própria uma produção ideológica do Estado brasileiro, inscrita no mito da democracia racial.

Essa tipologia racial última mencionada dilui a negritude e encobre a violência sofrida por sujeitos que, em muitos contextos sociais, são tratados como negros. Quando leio que mais da metade dos autores de violência doméstica são pardos, leio também o

apagamento histórico de uma identidade negra que foi sistematicamente silenciada e que, de alguma maneira, sem querer desresponsabilizá-los, se valeu de um machismo, tal qual o homem branco, para se afirmar enquanto sujeito de poder sobre alguém. Vou trazer uma citação importante para teorizar ao/à leitor/a como isso ocorre na prática. Para bell hooks (2019, p. 164):

Historicamente, a linguagem utilizada para descrever como os homens são vitimizados na sociedade racista é sexualizada. Quando palavras como castração, emasculação e impotência são comumente usadas para descrever a natureza do sofrimento dos homens negros, cria-se uma prática discursiva que conecta a libertação dos homens negros à conquista do direito de participar plenamente do patriarcado. Por trás dessa pressuposição, há a ideia de que as mulheres negras que não estão dispostas a ajudar os homens negros em seus esforços para se tornarem patriarcas são "o inimigo". Essa assistência ocorreria quando as mulheres negras optassem conscientemente por se subordinar, tornando-se a mulher por trás do homem. No início dos anos 1970, algumas mulheres negras acharam que poderiam reparar os danos causados aos homens negros na sociedade racista optando por reprimir seu próprio avanço na sociedade, assumindo um papel secundário, coadjuvante; elas se viram em relacionamentos nos quais os homens negros exerciam poder de maneira dominadora e coercitiva. O fato de as mulheres negras estarem dispostas a assumir uma posição subordinada não transformou a violência ou a agressividade masculina. No fim das contas, essas mulheres negras sentiam que estavam em uma situação "impossível de vencer".

Bem, a partir da leitura do trecho, constato que a linguagem historicamente utilizada para descrever a vitimização dos homens negros em uma sociedade racista e sexualizada é fruto de uma construção discursiva enraizada na lógica do patriarcado. Termos como castração, emasculação e impotência não são metáforas; são dispositivos que vão articulando o sofrimento masculino negro à perda de um poder que, por definição, é masculino e dominador. Essa linguagem ideológica que vaza denuncia a violência do racismo, insinua que a libertação do homem negro estaria condicionada à sua reintegração plena na ordem patriarcal como se o antídoto à opressão fosse a capacidade de exercer mais dominação. Essa lógica é perversa, pois desloca o foco da emancipação coletiva para uma restauração do poder masculino. Nesse processo, as mulheres negras são convocadas a desempenhar um papel de suporte, de sacrifício silencioso. A ideia de que a mulher negra que não se submete ao projeto de reconstrução da masculinidade negra é "o inimigo" revela o quanto o patriarcado se infiltra até mesmo nas lutas antirracistas. A expectativa de que essas mulheres se tornem "a mulher

por trás do homem” é uma exigência de submissão e de apagamento, sendo renúncia à própria agência, posso dizer.

Nos anos 1970, muitas mulheres negras acreditaram que poderiam contribuir para a cura dos homens negros reprimindo seus próprios avanços, assumindo posições secundárias nas relações afetivas e políticas (hooks, 2019). Essa escolha, embora feita com generosidade, se revelou insuficiente. A repressão da autonomia feminina não transformou a violência masculina, muito pelo contrário, muitas vezes a intensificou. A agressividade e o autoritarismo não foram curados pela submissão, porque não se tratava apenas de uma reação ao racismo, mas da reprodução de uma lógica patriarcal que atravessa todas as estruturas sociais. É nesse ponto que o gráfico sobre a frequência de HAV por raça/cor se torna instigante para mim. Homens pardos e pretos estão entre os principais perpetradores, não posso ignorar são reais; contudo, esses números não surgem num contexto maior afro-ameríndio, posso afirmar. Eles são expressão de uma masculinidade ferida, moldada por séculos de exclusão, humilhação e desumanização, sobretudo dos pertencentes a classes mais pobres (Souza, 2024). Ao buscar se afirmar, recorre à dominação sobre os corpos femininos, especialmente os corpos das mulheres negras, que historicamente estiveram ao lado, mas também abaixo, na hierarquia afetiva e política. Soma-se a esta questão o fato de que:

A solidariedade entre mulheres e homens negros perdeu ainda mais força à medida que mais homens negros passaram a aceitar acriticamente a noção de que as mulheres negras estão crescendo às suas custas. Ainda que a maior parte das famílias seja sustentada por mulheres, na sociedade como um todo, quando as famílias são negras, esse fator é tratado como sinal do fracasso dos homens negros. Políticos supremacistas brancos conservadores e até mesmo alguns negros tentam estabelecer uma relação entre as altas taxas de desemprego dos homens negros e o aumento no número de famílias sustentadas por mulheres, responsabilizando as mulheres negras por uma situação que elas obviamente não criaram. Esse pensamento também traz consigo o pressuposto de que a única razão pela qual pessoas negras heterossexuais deveriam formar casais e compartilhar a vida seria econômica. Claramente, existem diversas razões para explicar a existência de famílias sustentadas por mulheres. As pessoas negras criaram uma série de estilos de vida significativos e produtivos, que não se conformam às normas sociais brancas. A falta de registros que mostrem famílias produtivas saudáveis que não se conformam às noções mais comuns de família nuclear também ajuda a propagar o pressuposto errôneo de que todas as famílias que desviam dos padrões aceitos são destrutivas. Não há qualquer iniciativa que visa estudar como os homens negros veem a família e sua participação, de modo que é impossível saber por que homens negros com

salários altos também optam por não sustentar suas famílias. Ninguém realizou pesquisas mais longas com homens negros para descobrir se desejam ser pais de família. [...] (hooks, 2019, p. 165-166).

A aceitação acrítica, por parte de muitos homens negros, da ideia de que o avanço das mulheres negras ocorre às suas custas costura uma lógica de escassez que foi imposta pelo racismo, mas que é reproduzida pelo patriarcado. Essa lógica transforma o sucesso feminino em ameaça, como se houvesse um único lugar disponível para ascensão dentro da comunidade negra e esse lugar, por tradição, deveria ser ocupado pelo homem. Essa percepção é agravada por discursos políticos que, ao invés de enfrentar as causas óbvias do desemprego e da marginalização masculina negra, preferem responsabilizar as mulheres negras por uma suposta inversão de papéis – aliás, processo muito similar ocorrido com as mulheres trans/travestis quando acusadas de quererem “roubar” o lugar social, político das mulheres cisgêneras.

É como se o fato de mulheres negras sustentarem suas famílias fosse um sintoma de desordem e não uma resposta mínima à precariedade. O exemplo das mães solo que constroem redes de cuidado, educação e sobrevivência para seus filhos é muito emblemático. Essas mulheres sustentam suas famílias financeiramente, emocionalmente e espiritualmente, vide o caso de muitas religiosas Brasil afora, e ainda assim são vistas como sinal de fracasso masculino, e não como expressão de potência. Porém, persiste no imaginário a ideia da mulher negra que deseja “subir” na vida usando o homem. Aos finais de semana em casa, sempre escuto um bom pagode para me sentir vivo. Nessas disponibilidades de pensamento que a música nos coloca, sempre me chamou muito a atenção a canção Ratatúia, de Zeca Pagodinho, narrando e descrevendo exatamente a relação com uma mulher negra, moradora da favela que “vacila” com o marido, tendo ele lhe dado tudo quanto precisava, vejamos Zeca Pagodinho (2006):

Parei na dela
Montei casa na favela
Desfilava com a donzela
Que beleza de mulher
Lhe dei guarida
Não queria outra vida
Era minha protegida

Era só meu esse filé
Que engano
Ela foi se transformando
Meu dinheiro estourando
Olha onde eu fui parar
Com nome sujo
Não consigo crediário
Eu um pobre operário
Ficou ruim de segurar
Vacilou!
Vacilou!
Me tirou de mané
Não pensou
Vai voltar pra ralé
Já tá provado
Quem nunca comeu melado
Se lambuza até o pé
Era mãe dela
Irmã dela, tia dela
Amiga dela, uma cadela
E só eu pra sustentar
Era uma festa
De pagode e a seresta
Eu olhava pela fresta
Dava medo de entrar
Tudo jogado
Cerveja pra todo lado
Um cheiro de arroz queimado

E ela querendo zuar
Mandei embora
Com a sua ratatúia
De chinelo, mala e cuia
Vai sujar outro lugar
Vacilou!

Quando eu escuto essa canção, não a ouço como simples desabafo amoroso, ela é uma crônica da masculinidade, da tentativa desesperada de afirmação por meio do provimento, e da frustração quando esse provimento não é reconhecido como valor. O eu lírico monta casa na favela, oferece guarida, sustenta não só a mulher, mas toda a “ratatúia” que é a mãe, irmã, tia, amiga, até uma cadela. E ainda assim é ridicularizado, deixado com o nome sujo e sem crédito. O verbo “vacilou” se repete como mantra, como sentença. O que está em jogo aqui é uma relação conjugal neoliberal-afetiva. É a expectativa de que, ao cumprir o papel de provedor ainda sendo um “pobre operário” o homem negro conquistaria reconhecimento. Quando ela, a mulher dele, “se transforma”, ou seja, quando deixa de corresponder à fantasia de gratidão e submissão, o mundo do eu lírico desaba. A imagem da casa jogada, da cerveja espalhada, do arroz queimado, é a metáfora da desordem emocional dele, mais do que a mera descrição do espaço doméstico. E a expulsão da mulher com “chinelo, mala e cuia” é o gesto final de um homem que, humilhado, exclui para se autoincluir.

A lógica neoliberal-afetiva²⁶, termo cunhado por mim para compreender essa dinâmica, de que a formação de casais negros heterossexuais deveria se basear

²⁶ A lógica neoliberal-afetiva é um conceito que criei para compreender como os vínculos afetivos, especialmente entre mulheres e homens negros, têm sido atravessados por dinâmicas de mercado, meritocracia e instrumentalização emocional. Nessa lógica, os afetos deixam de ser expressões espontâneas de cuidado ou desejo e passam a funcionar como moedas de troca como se amar, apoiar ou se relacionar fosse uma estratégia de investimento com expectativa de retorno. Vejo isso, por exemplo, na forma como algumas mulheres negras são acusadas de querer “subir na vida” às custas dos homens negros, como se o afeto delas estivesse sempre contaminado por uma intenção econômica. Essa leitura deslegitima os desejos e projetos dessas mulheres, como também reforça uma visão distorcida da masculinidade negra, que se vê constantemente ameaçada pela autonomia feminina. Essa lógica também opera como um dispositivo moral que regula quem pode desejar, quem pode ascender e quem deve se sacrificar. Quando mulheres negras conquistam espaços, são frequentemente vistas como traidoras da causa racial, como se o sucesso delas fosse uma afronta à virilidade negra; e veja, estou falando de mulheres influentes como Conceição Evaristo, acusada por um corpo social de querer se candidatar à uma vaga na Academia Brasileira de Letras por puro afã egocêntrico. Ao mesmo tempo, os homens negros são empurrados para uma posição de cobrança e ressentimento, como se o avanço feminino fosse prova de sua falência. A lógica neoliberal-afetiva transforma o amor em contrato

exclusivamente em razões econômicas é uma redução brutal da complexidade das relações humanas. Ela ignora os afetos, os projetos comuns, os pactos de cuidado que muitas sustentam essas e quaisquer uniões. Indo além, ela deslegitima os arranjos familiares que não se enquadram no modelo branco, burguês e nuclear. Famílias extensas, redes de parentesco não-biológico, coparentalidades entre amigos, entre irmãos, entre vizinhos, tudo isso compõe o mosaico da vida negra, mas permanece invisível aos olhos das estatísticas oficiais e das narrativas dos “Donos do Poder”. Ao longo da escrita deste trabalho, percebi a ausência de estudos sobre como os homens negros compreendem a família e seu papel nela.

Não estou falando aqui de uma lacuna acadêmica, penso que estou falando neste momento de uma intencionalidade política. Por que não sabemos se homens negros com estabilidade financeira desejam ser pais? Por que não investigamos suas motivações, seus medos, seus desejos? A resposta talvez esteja no fato de que o homem negro, na imaginação social, é sempre visto como problema e nunca como sujeito de cuidado, de afeto, de responsabilidade. E essa ausência de escuta contribui para a perpetuação de estereótipos que os afastam da vida familiar, mesmo quando desejam participar dela. Segundo ouvi de um amigo agora já doutor em Educação, chamado Leonardo Pereira, também formado pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), escuta é metodologia! É preciso escutar, e escutar é construir um projeto político contra o racismo estatístico²⁷, termo que cunho neste instante para denunciar as interpretações numéricas sem considerar a inserção transeunte-social na população brasileira.

Fui nascido e criado na Baixada Fluminense, e sempre observei um fenômeno curioso que são os casos recorrentes nas periferias aonde homens negros que, após conquistarem alguma mobilidade social, optam por viver sozinhos ou em arranjos

totalmente, retomando de forma sutil o casamento monárquico, só que agora de uma classe social menos pomposa, a parceria em competição. Ela mina a possibilidade de construção de vínculos genuínos porque exige que cada gesto seja calculado por sua utilidade. É contra essa lógica que proponho pensar o afeto como espaço de liberdade, não como extensão do mercado.

²⁷ Quando trouxe o conceito de racismo estatístico que desenvolvi aqui, o fiz baseado na inquietação diante da forma como os dados sobre pessoas negras são tratados nas pesquisas, nos relatórios e nos discursos públicos. Trata-se de uma prática que transforma corpos negros em abstrações numéricas, esvaziando suas experiências, histórias e subjetividades. Quando vejo gráficos que indicam, por exemplo, a frequência de homens negros como autores de violência doméstica, percebo que esses números são muitas vezes lidos de forma descontextualizada, como se fossem verdades autoexplicativas, e não o são. O racismo estatístico opera justamente na suposta objetividade dos dados que, ao ignorarem os fatores menos visíveis numa análise rápida como o racismo, a pobreza, a exclusão educacional e a violência institucional acabam reforçando e naturalizando desigualdades. É uma forma de epistemicídio, pois apaga as narrativas que poderiam complexificar e humanizar os números.

informais, sem assumir responsabilidades familiares. Muitos são criticados por isso, mas raramente se pergunta o que os levou a essa escolha. Alguns relatam que cresceram em ambientes onde o pai era ausente ou violento e que não desejam repetir esse padrão. Outros dizem que não se sentem preparados para enfrentar o peso de ser “o provedor”, especialmente quando esse papel está carregado de expectativas irreais. Há também os que desejam ser pais, mas não sabem do porquê não conseguem seguir adiante. Quero aqui defender a argumentação mais do que urgente de que é preciso imaginar novas formas de ser homem, de ser pai, de ser parceiro, formas que não se baseiem na dominação, mas na reciprocidade. E isso só será possível se começarmos a perguntar, com seriedade e sensibilidade o que os homens negros desejam quando pensam em família? O que os impede de participar? E como podemos construir espaços onde esses desejos possam florescer sem medo? Segundo Jessé Souza (2024, p. 16)), em obra intitulada *O Pobre de Direita: a vingança dos bastardos*, um dos primeiros passos é rever a posição de humilhação cotidiana pela qual muitos negros e pobres são submetidos diariamente.

Também é necessário assimilar que a experiência da humilhação é a mais fundamental para a dor e miséria de um ser humano. Afinal, como sabia Hegel melhor do que ninguém, o nosso comportamento não é determinado por necessidades econômicas, como acreditam tanto o liberalismo quanto versões do marxismo. Ele é determinado pela nossa necessidade mais básica de todas: o reconhecimento social de nossa dignidade e singularidade. Sem isso, não temos autoestima. E, sem autoestima, propiciada por uma ideia positiva sobre si a qual é sempre mediada pela percepção dos outros sobre nós, já entramos derrotados na competição social. Não à toa, as doenças da época são a depressão e o alcoolismo - causadas, quase sempre, pela falta de autoestima e autoconfiança.

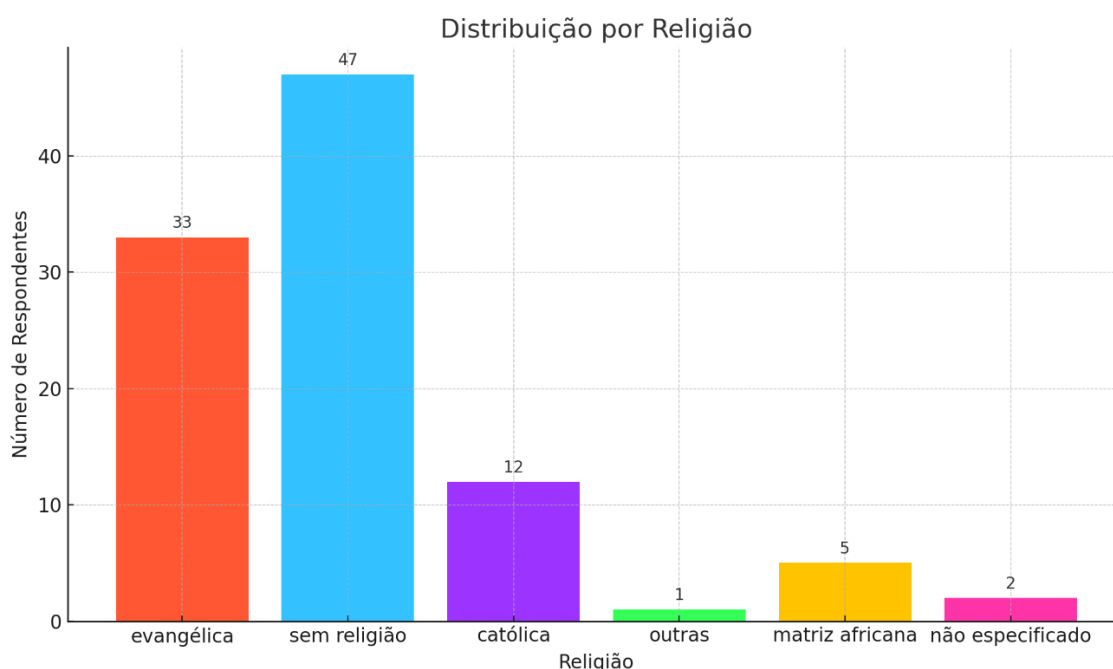
O excerto nos mostra como a experiência da humilhação é o núcleo mais profundo da dor que atravessa o homem negro. Não falo de uma dor abstrata, filosófica, mas de uma dor encarnada, cotidiana, que se mostra desde o olhar desconfiado no supermercado até o silêncio constrangedor nas reuniões de trabalho. A humilhação não é apenas um episódio isolado, nunca! Jamais! Ela é uma estrutura que molda a forma como o homem negro se vê e é visto. Não é a fome que nos move, mas o desejo de reconhecimento. E quando esse reconhecimento é sistematicamente negado, o que sobra é o vazio, a sensação de não existir plenamente. É por isso que muitos homens negros, ao não encontrarem dignidade nos espaços públicos, tentam recuperá-la nos espaços privados, muitas vezes por meio da dominação. A humilhação sofrida se converte,

tragicamente, em humilhação praticada. Daí é muito necessário falar em domasculinência, a masculinidade do lar, calcada numa economia sem objetividade valorativa, porém, antes disso, calcada numa economia política. Para Souza (2024, p. 11):

Isso significa, também, que não existe "a economia" enquanto tal, fora de um horizonte moral e ético que define seus limites e possibilidades. Afinal, não existe a "neutralidade valorativa da economia", ou seja, todo modelo econômico possui, no seu núcleo, uma concepção de justiça muito singular. A economia moderna inventou as equações e os números precisamente para criar a impressão de ser um conhecimento exotérico que pudesse reivindicar a neutralidade "técnica" dos números e das ciências exatas. Tudo foi montado para que esquecêssemos de que toda forma de produção e de circulação de bens e mercadorias já é prenhe de determinada definição de justiça que diz que alguns vão ter tudo, e outros nada ou muito pouco. E o que importa é exatamente saber quem ganha e quem perde com essa definição de justiça recalcada pela formalização da economia.

Como caudalosa seiva desse resultado, vejo isso acontecer nos relacionamentos, essas experiências de humilhações cotidianas, nas famílias, nas ruas. O homem negro que foi chamado de “marginal” na escola, que foi seguido por seguranças no shopping, que nunca foi promovido no trabalho, muitas vezes chega em casa com a alma em frangalhos. E, sem saber como elaborar essa dor, tenta reafirmar sua estrutura psíquica por meio da imposição. Grita com a companheira, exige respeito dos/as filhos/as, se recusa a pedir ajuda. Não porque é naturalmente violento, mas porque aprendeu que só é homem se dominar, se for o “negão”, como muitos tios meus negros costumam dizer. A humilhação constante gera um tipo de masculinidade defensiva, armada, que confunde respeito com medo. E é nesse ciclo que se instala a lógica da violência. E é por isso que precisamos falar sobre reconhecimento, sobre dignidade, sobre formas de existir que não passem pela reprodução da dor. Sem isso, continuaremos a adoecer de depressão, de alcoolismo, de drogadição, casos recorrentes nas fichas cadastrais dos HAV.

GRÁFICO 7 – Religião dos HAV²⁸- n=100



Fonte: elaboração do autor.

No gráfico a maior parte dos HAV se declara “sem religião”, seguida por uma expressiva parcela evangélica e católica. À primeira vista, esses dados parecem uma cartografia espiritual da masculinidade em crise. A ausência de religião não significa ausência de crença, muitas vezes, é ausência de pertencimento, de comunidade. E mesmo entre os que se declaram religiosos, há uma dissociação entre o discurso espiritual e a prática afetiva. A fé, que poderia ser espaço de cura, se torna pelo que vemos nos números instrumento de controle, reforço de papéis de gênero rígidos. Martelando um pouco mais os dados relevados, a maioria dos HAV se declarando como “sem religião”, sou levado a questionar a leitura comum de que a religiosidade funciona como contenção moral ou freio ético. Essa ideia, embora difundida, não se sustenta diante da realidade porque o gráfico mostra que também há uma presença significativa de homens evangélicos e católicos entre os autores. Isso me obriga a abandonar a suposição de que a fé, por si só, produz sujeitos menos violentos. O que emerge, então, é a necessidade de pensar a religião não como essência, mas como prática social e sobretudo como linguagem que pode tanto legitimar quanto questionar a violência.

²⁸ Base de cálculo: n°=100.

Dados em números por porcentagem: Sem religião 47%; Evangélica 33%; Católica 12%; Matriz africana 5%; Outras 1%; Não especificado 1%

O que esses homens têm em comum sendo eles religiosos ou não é a posição em uma cultura patriarcal que os ensina a associar masculinidade à dominação. A religião, nesse sentido, não é um antídoto à violência, ela pode ser, e muitas vezes é, uma ferramenta de reforço da autoridade masculina. O homem que bate pode ser aquele que nunca pisou numa igreja, todavia pode ser aquele que lidera cultos, que ora em voz alta, que cita versículos para justificar o controle sobre sua companheira. A ausência de religião não significa ausência de moral, assim como a presença de religião não garante ética. A religião, quando presente, tal qual vista no gráfico, me parece funcionar como escudo não contra a violência, mas contra a responsabilização. O homem religioso, ao se ver como “escolhido”, “ungido”, “cabeça do lar”, pode interpretar qualquer contestação como ameaça à ordem divina. E o homem sem religião, por outro lado, pode se sentir ainda mais desamparado, sem vocabulário para nomear sua experiência. Mas ambos compartilham algo mais profundo que penso ser a ausência de espaços onde a masculinidade possa ser vivida fora da lógica da imposição.

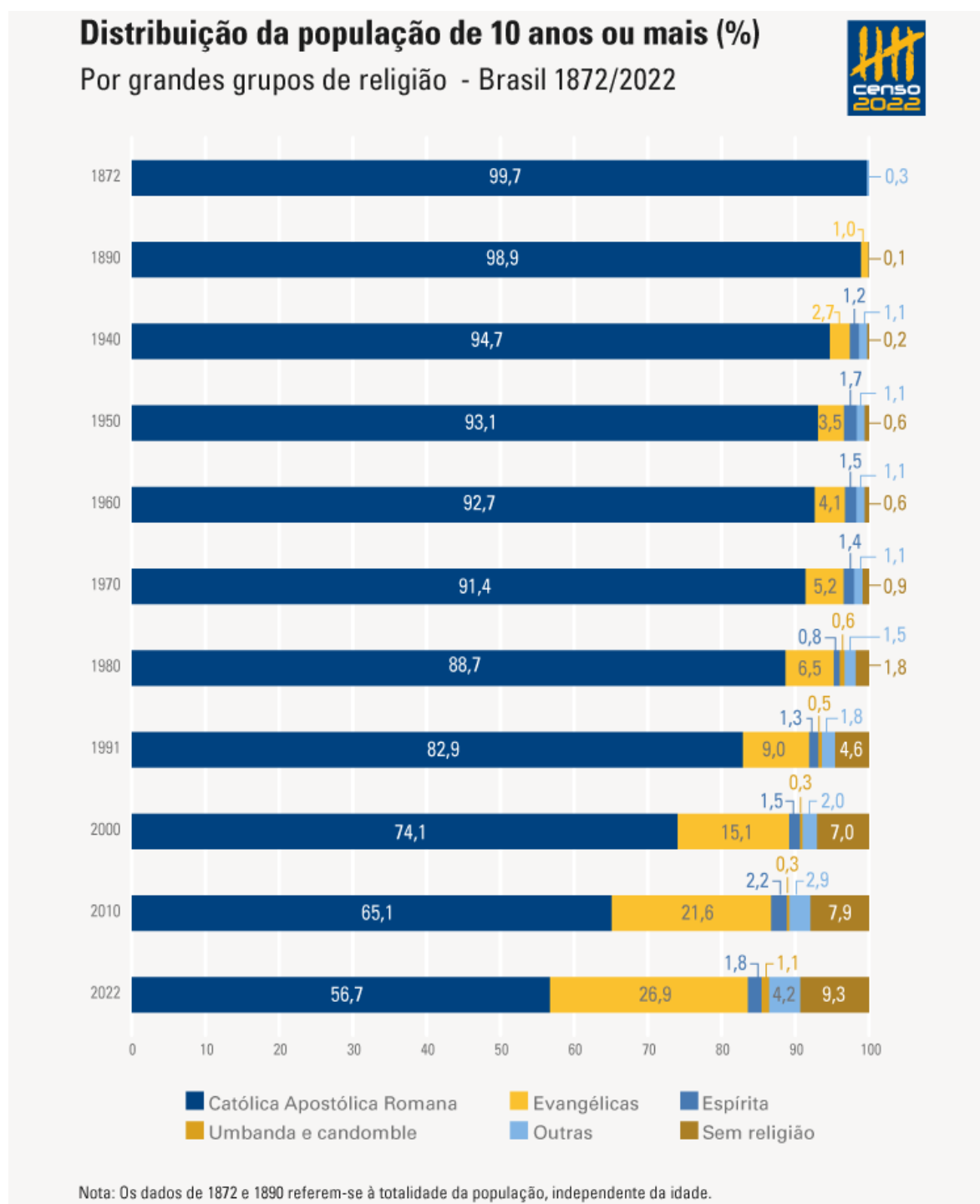
Agora, quando busco interpretar os dados com certo nivelamento de análise, não posso perder de vista que é impossível compreender a formação subjetiva do homem brasileiro, especialmente o homem negro e periférico, sem reconhecer que ele foi moldado por uma cultura cristã que ultrapassa os limites institucionais da igreja. Mesmo os que se declaram “sem religião” carregam em seus repertórios morais, afetivos e simbólicos os traços de um cristianismo difuso, que se infiltra nas escolas, nas famílias, nas mídias, nas políticas públicas e nas formas de pensar o corpo, o desejo e o poder. A ausência de filiação religiosa formal não equivale à ausência de influência religiosa. Pelo contrário, muitos desses homens foram atravessados por discursos cristãos desde a infância, mesmo que nunca tenham frequentado cultos ou missas com regularidade. A moral cristã, com sua ênfase na culpa, na hierarquia, na submissão feminina e na condenação do prazer, está presente nas piadas de bar, nas broncas de mãe, nas novelas da televisão e nas campanhas políticas. Isto é um fato que de forma simples é possível provar.

Pensemos, por exemplo, na figura do pai que nunca foi à igreja, mas que repete à filha adolescente que “mulher direita não sai de casa à noite”. Ou no jovem que não se identifica com nenhuma religião, mas que acredita que “homem que chora é fraco”. Ou ainda no trabalhador que não lê a Bíblia, mas que diz que “a mulher tem que respeitar o marido, senão apanha”. Esses discursos não nascem do nada, eles são ecos de uma

tradição cristã que se espalhou como cultura. E é por isso que a violência doméstica não pode ser compreendida apenas como falha individual ou como ausência de fé. Ela é, muitas vezes, a expressão de uma religiosidade não nomeada, mas profundamente operante, que legitima a dominação masculina como ordem natural e a submissão feminina como virtude.

Para me auxiliar na construção da argumentação, trago a reportagem do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2025) sobre o Censo 2022, o qual confirma aquilo que já intuíamos, mostrando que o Brasil está passando por uma transformação em seu perfil religioso. Essa mudança não se dá só nos números, ela se dá numa reconfiguração cultural do país. Historicamente forjado sob a hegemonia do cristianismo, o Brasil construiu suas instituições, suas normas sociais a partir de valores religiosos que escapam dos templos e se infiltram no cotidiano. Mesmo aqueles que hoje se declaram “sem religião” não estão imunes a essa influência, como já dito, e vou aos dados do IBGE provar aquilo que digo. Os dados do Censo 2022 divulgados pelo IBGE revelam que em 1872, durante o primeiro recenseamento do Império, o Brasil era oficialmente católico, e essa identidade religiosa era praticamente unânime. A pergunta sobre religião servia menos para mapear diversidade e mais para confirmar uma homogeneidade cultural e moral. A fé católica era estrutura de poder, política estruturante de Estado, norma de conduta. A subjetividade brasileira foi moldada sob esse monopólio, onde o pertencimento religioso era sinônimo, claro, de cidadania e respeitabilidade. Ser brasileiro era, em alguma medida, ser católico. Hoje, embora o país continue majoritariamente religioso, essa maioria é fragmentada. Vejamos:

FIGURA 12 – Censo IBGE/2022



Fonte: Censo Demográfico do IBGE, 2022.

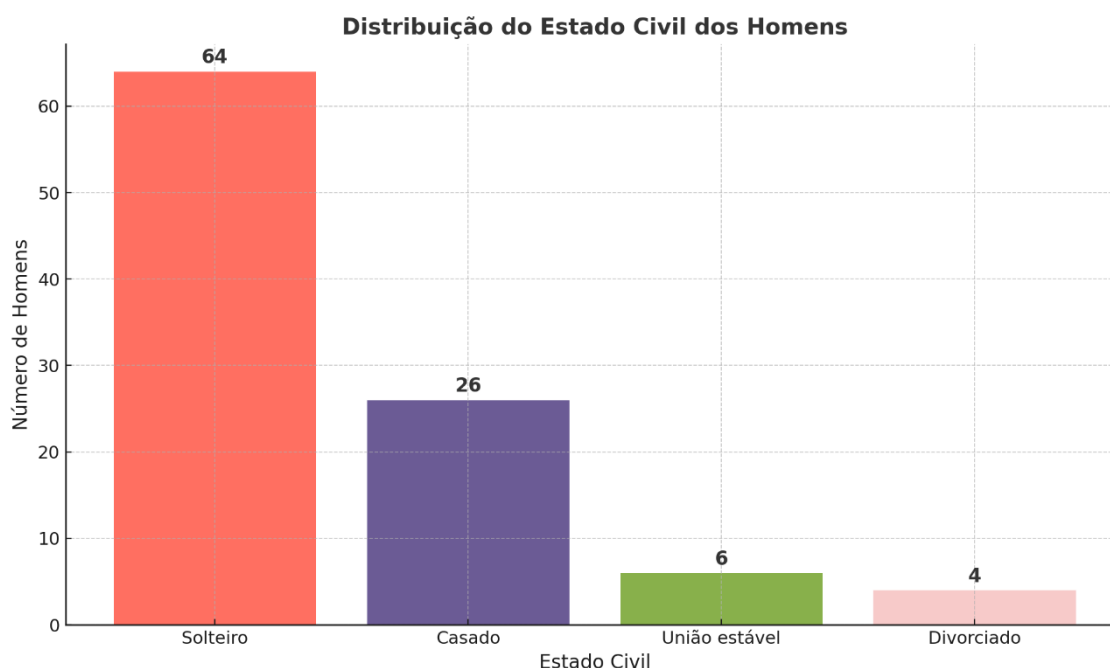
Segundo vimos no Censo 2022, os católicos representam 56,7% da população, os evangélicos 26,9%, e os que se declaram “sem religião” já somam 9,3%. Essa última categoria, embora ainda minoritária, cresceu em relação a 2010, quando representava 7,9%. O crescimento dos “sem religião” não significa uma ascensão do ateísmo ou da indiferença espiritual. Trata-se, muitas vezes, de uma recusa ao pertencimento

institucional, uma crítica à autoridade religiosa, ou mesmo uma tentativa de reconstruir a espiritualidade fora dos dogmas. Mas esse sujeito “sem religião” ainda é herdeiro de uma cultura que continua operando como pano de fundo moral. Ele pode rejeitar a igreja, mas continuar acreditando que o homem é o chefe da casa, que a mulher deve obedecer, que o sofrimento é virtude. Esses valores não são exclusivos dos religiosos, eles se fizeram parte do imaginário nacional, disseminados por gerações, reforçados por instituições. Menciono as instituições porque se antes tínhamos discursos machistas que eram proferidos sobremaneira somente em púlpitos de igrejas, agora, como nota João Silveira Trevisan (2018, p. 443), temos políticos da extrema-direita ligados a igrejas evangélicas e católicas que usam da estrutura do Estado para difundir suas concepções erradas acerca da experiência existencial:

A pauta da bancada evangélica é ao mesmo tempo ampla e coesa, na sua oposição fundamentalista. Abrange desde igualdade racial e de gênero até aborto, eutanásia e casamento entre pessoas do mesmo sexo. Com particular atenção aos direitos LGBT, a bancada criou uma barreira intransponível a qual-quer projeto de lei nesse sentido. É emblemática sua oposição a projetos de lei para criminalizar a discriminação contra a comunidade LGBT. Sua atuação anti-homossexual extravasa a ação parlamentar. Foi assim no caso da oposição às resoluções do Conselho Federal de Psicologia (CFP), que a partir de 1999 passaram a impedir psicólogos de tratar a homossexualidade como doença. O pretexto alegado foi o direito das pessoas de optarem pela chamada “cura gay”, esse também um tema caro ao ideário evangélico fundamentalista. Sua atuação empedernida avançou até o ponto de criar projetos para legalizar o impedimento às pautas LGBTs. Isso se deu com o polêmico Estatuto da Família (PL 6583, encaminhado em 2013), que objetivava restringir o conceito de família, sacralizando o casal heterossexual como base do núcleo familiar." O censo demográfico do IBGE apontou um crescimento exponencial da comunidade evangélica brasileira entre 2000 e 2010, passando de 15.4% para 22,2% da população. A pesquisa Datafolha de outubro de 2017 constatou ainda maior, com a comunidade evangélica já próxima dos 30% do total populacional.¹² Segundo José Eustaquio Diniz, demógrafo da Escola Nacional de Estatísticas, tal crescimento foi puxado pelos pentecostais, que se disseminaram na esteira da população migrante que foi habitar as periferias metropolitanas. Como a estrutura católica, bem mais burocrática, tinha dificuldade em se instalar nesses locais pobres e de baixa renda, os pentecostais funcionaram como guias espirituais. Prevalecendo-se também do descaso do Estado, as igrejas evangélicas se tornaram polos de assistencialismo, ali onde os serviços públicos eram insuficientes, em especial nos quesitos saúde e atendimento social. Fato curioso, as pesquisas revelaram que, a partir dos anos 2000, os evangélicos cresceram também na nova classe média.

A partir dessas análises sobre o dado religioso, como um bom leitor livre do filósofo Nietzsche, digo que é preciso martelar os ídolos do Ocidente até que se esfarelem em sua própria poeira. Os ídolos da moral, da família, da religião, da masculinidade triunfante, todos eles foram erguidos sobre o medo, sobre a negação do corpo, sobre a domesticação do desejo. Foram moldados para manter o homem em posição de comando, mas também de prisão, e isso é ao mesmo tempo um confronto e uma libertação. O homem que se agarra a esses ídolos não é forte, é frágil. É preciso bater até que a casca da autoridade revele o vazio que ela encobre. Até que o discurso da ordem revele o caos que sustenta. Até que o altar da família revele os gritos abafados sob a mesa. O Ocidente construiu seus mitos para proteger o poder, não para libertar o sujeito. E é por isso que o sujeito precisa destruir os mitos para se tornar livre. Não há redenção no templo da obediência. Talvez a saída resida no anarquismo dos gêneros e das sexualidades. Por ora, vamos ao próximo gráfico a ser analisado.

GRÁFICO 8 – Estado civil dos HAV após a autoria de violência contra suas companheiras²⁹ - n=100



Fonte: elaboração do autor.

O gráfico que temos nos revela o estado civil dos HAV após o cometimento do ato. A maioria esmagadora, 64%, permanece ou retorna à condição de solteiro. Em

²⁹ Contagem bruta: Solteiro: 64; solteiro; Casado: 26; União estável: 6; Divorciado: 4.
Conversão em porcentagem: Solteiro: 64%; Casado: 26%; União estável: 6%; Divorciado: 4%.

seguida, 26% continuam casados, enquanto uma parcela menor, abaixo de 10%, está em união estável ou divorciada. Esses dados são reveladores de uma dinâmica relacional que funciona como expressão de uma estrutura afetiva anterior ao ato. O que me interessa aqui não é repetir a narrativa da solidão como punição ou da dominação como causa. O que supina desse gráfico é uma espécie de descontinuidade afetiva porque esses homens, em sua maioria, perdem vínculos após a violência, eles já vinham de vínculos frágeis, instáveis, ou instrumentalizados. O alto índice de solteiros é, portanto, resultado da ruptura, da incapacidade de sustentar relações que não sejam pautadas pela funcionalidade ou pela conveniência. Muitos desses homens não estavam em relações que envolviam escuta, reciprocidade ou construção conjunta. Estavam em arranjos onde o vínculo era contrato tácito de poder. E quando esse contrato foi quebrado, seja pela denúncia, pela resistência da mulher, ou pela intervenção institucional, o vínculo não se reconstruiu, porque ele nunca foi verdadeiramente tecido.

Vamos observar que a maioria dos HAV permanece ou retorna à condição de solteiro, não posso deixar de enxergar que esse dado inaugura um novo ciclo de vulnerabilidade. Isso acontece porque os filhos que ficam se veem no meio da briga dos genitores. O rompimento conjugal é o início de uma nova configuração de violência, agora mediada pelo abandono e pela judicialização da paternidade. O homem que agride e se afasta deixa para trás não apenas uma mulher marcada; ele deixa, por muitas vezes, crianças que passam a viver sob o peso de uma ausência. E essa ausência é carregada de consequências materiais e subjetivas. Daí, ser concebível ler nas lides dos jornais brasileiros o seguinte título:

FIGURA 13 – Número de mães solo no Brasil

Censo do IBGE: Número de mães solo é 6 vezes maior do que o de pais solo no Brasil

Segundo dados divulgados pelo IBGE nesta sexta (25), de todos os adultos brasileiros que moram sozinhos com os filhos, 86,4% são mulheres

Fonte: <https://revistacrescer.globo.com/maes-e-pais/noticia/2024/10/censo-do-ibge-numero-de-maes-solo-e-6-vezes-maior-do-que-o-de-pais-solo-no-brasil.ghtml>

Os dados divulgados pelo IBGE em outubro de 2024 desvelam uma realidade que há muito tempo se desenha nas entrelinhas da vida cotidiana brasileira. O número de mães solo é seis vezes maior do que o de pais solo no país. Segundo o Censo Demográfico de 2022, existem 10.321.771 domicílios chefiados por mulheres que vivem apenas com seus/suas filhos/as, enquanto apenas 1.614.739 domicílios são comandados por homens na mesma condição. Isso significa que, entre os adultos que moram sozinhos com filhos, 86,4% são mulheres. Ademais, o levantamento mostra que 16,5% dos 72.522.372 domicílios brasileiros são compostos por mães ou pais solos, um número praticamente estável em relação ao Censo anterior, de 2010, que registrava 16,3%. Esses dados obviamente denunciam a disparidade de gênero na parentalidade pós-separação, e ainda apontam para uma estrutura que continua delegando às mulheres a responsabilidade quase exclusiva pelo cuidado dos/as filhos/as, mesmo quando a paternidade é juridicamente reconhecida. Ou seja, do Censo de 2010 para o de 2022 praticamente nada mudou.

Criar um filho sozinha envolve questões como a pensão alimentícia, que deveria ser um mecanismo de proteção, mas que compõe o campo de batalha. O autor da violência, agora fora do vínculo conjugal, muitas vezes se recusa a cumprir com suas obrigações financeiras, como se o rompimento afetivo o eximisse da responsabilidade parental. A mulher, por sua vez, é empurrada para o sistema de justiça, onde precisa provar, justificar, implorar por aquilo que deveria ser garantido. E os filhos, no meio desse embate, são atingidos por uma violência que não se dá por socos ou gritos, mas por ausência de cuidado. Nas minhas leituras e nos debates nos quais participo, noto que a masculinidade hegemônica ensinou esses homens que ser pai é estar presente quando convém, que o cuidado é delegável, que a responsabilidade é negociável. E quando a relação termina, eles se retiram, como se a função paterna estivesse vinculada ao controle da mulher, e não ao compromisso com os filhos. O aumento de processos judiciais por pensão alimentícia é rizoma dessa lógica, o Estado precisa intervir porque o sujeito masculino falhou em sua ética do cuidado.

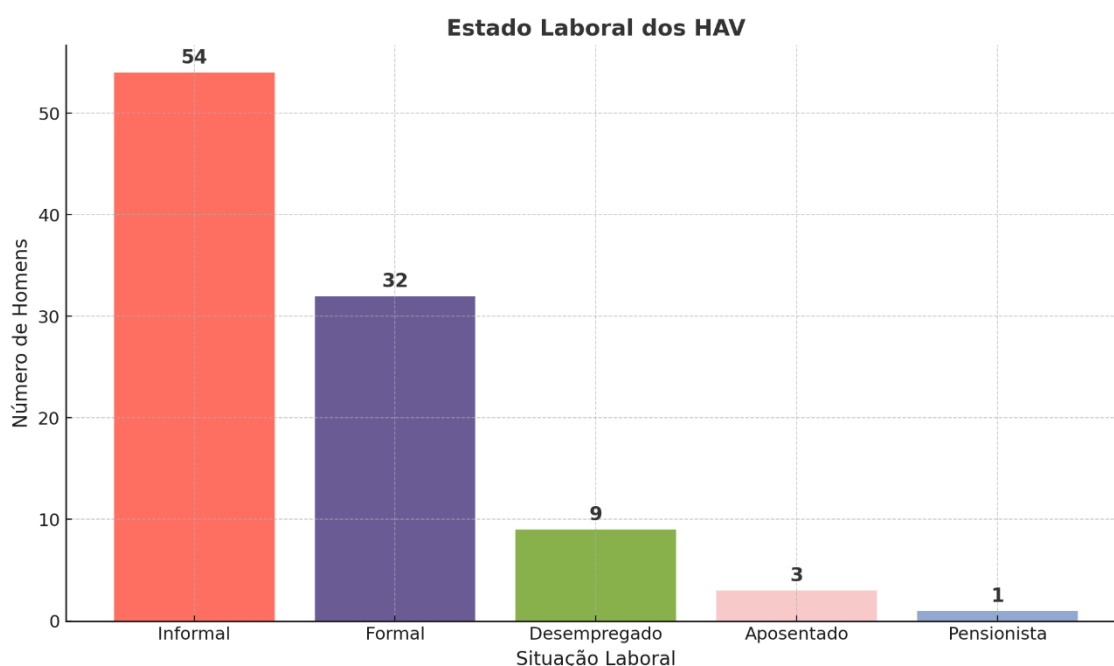
Ainda que eu acredite que já tenha ficado bem posto o que estou a argumentar ao/à leitor/a, posso dar um exemplo bem objetivo. No caso de uma mulher que, após denunciar o companheiro por violência, passa a criar dois filhos sozinha, sem apoio financeiro, ela precisa trabalhar em dois empregos, ou em um minimamente 8 horas por

dia, na escala brasileira do 6x1; precisará recorrer à Defensoria Pública, enfrentar audiências, lidar com o desprezo do ex-companheiro que agora se diz “vítima do sistema”. Os/as filhos/as crescem ouvindo que o pai “não pode ajudar”, que “está sendo perseguido”, que “não tem dinheiro”. E assim, a violência se perpetua sem ser uma agressão direta, se configurando como narrativa distorcida, como ausência legitimada. O ciclo da violência doméstica não termina com a separação. Ele se transforma, se desloca, se reinventa. E os/as filhos/as, muitas vezes, são os que carregam suas marcas mais deletérias. Vale mencionar que o gráfico trazido por nós mostra a vida desse homem após o ato delituoso. Porém, algo importante de se observar, é que a literatura mostra que muitos ficam solteiros após a violência praticada porque estavam em relações líquidas as quais eram nomeadas por uniões estáveis. Vejamos os resultados da pesquisa de Scott e Oliveira (2018, p. 6):

O estado civil dos participantes foi descrito pela maioria deles como de convívio em união estável (n = 96). Seguindo da união estável apareceram os solteiros (n = 73), casados (n = 3), divorciados (n = 13), separados (n = 12) e namorando (n = 2). Cabe destacar que em dez fichas de atendimento não constava a informação sobre o estado civil dos participantes.

Por outro lado, a permanência de alguns homens em casamentos ou uniões estáveis não deve ser lida como sucesso relacional. Ela pode nos indicar uma persistência da lógica do vínculo como capa social, onde estar casado é mais sobre manter uma imagem do que sobre viver uma relação. O homem que permanece casado após a violência pode estar em um espaço onde o cuidado familiar foi substituído por obrigação, por dependência mútua. E isso nos leva a pensar que o estado civil, nesse contexto, é menos uma categoria jurídica e mais uma forma como o sujeito se relaciona com o tempo, com o outro e consigo mesmo. O homem que agride rompe com o outro porque ele revela que nunca aprendeu a construir com o outro. Mas porque este dado da ajuda financeira às mães é tão crucial e sempre figura com certa frequência nos processos judiciais Brasil afora? Acredito que o nosso próximo gráfico nos confere a resposta para tal pergunta.

GRÁFICO 9 – Estado profissional dos HAV³⁰- n=100



Fonte: elaboração do autor.

O gráfico que trazemos ao/à leitor/a revela uma predominância estarrecedora da informalidade laboral entre os HAV, ultrapassando a marca dos 50%. Este dado ao nosso ver é salpique de uma experiência social precarizada, onde o trabalho informal ajuda a desorganizar a vida material do indivíduo. A informalidade, provocando sentidos, é a erosão do pertencimento institucional, a dissolução do sujeito em um limbo jurídico e moral. O homem que transita nesse espectro laboral é, muitas vezes, aquele que se vê desprovido de reconhecimento estatal, de estabilidade econômica e de horizonte existencial. A violência que ele perpetra no espaço doméstico poderia ser como uma tentativa torpe de reafirmação, num mundo que o expropriou de quase tudo, só não o expropriou da força bruta. Dessa maneira, para Heinz Dieter Heidemann, Carlos de Almeida Toledo, e Cássio Arruda Boechat (2014, p. 5):

Numa medida, todos procedemos socialmente como personificações do capital, o que não anula, mas explica, a existência de desiguais apropriações desse e de posições sociais diferenciadas. A miséria da vida cotidiana não evita que os que nela se encontram tenham que se mediar socialmente acessando dinheiro e mercadorias. Essa

³⁰ Dados brutos (100 casos): Informal: 54; Formal: 32; Desempregado: 9; Aposentado: 3; Pensionista: 1. Conversão em porcentagem: Informal: 54,55%; Formal: 32,32%; Desempregado: 9,09%; Aposentado: 3,03%; Pensionista: 1,01%.

condição, hoje em vias de generalização, resulta de um processo. A variedade de trabalhos remete à variedade de mercadorias deles decorrentes, mas também à variedade de necessidades de uma sociedade complexificada. A concepção de tão diversas atividades concretas sob a qualidade de trabalho representa o seu caráter abstrato. Essa abstração real reitera-se como violência que força ao trabalho e que exige a troca constante de tempo de vida por ganhos monetarizados, fundamento fetichista do valor nessa sociedade. Enquanto a atividade se espreme na camisa de força do trabalho, essa mesma moldura se reproduz enquanto forma social, postulando a validade social de atividades das mais diversas. No limite, porém, essa validade só é efetiva quando representa para o trabalhador o recebimento do salário, ou, de outro ponto de vista, quando permite a obtenção do lucro, direta ou indiretamente pela exploração do trabalho alheio.

Resolvi arrolar esse trecho dos autores anteriormente mencionados porque a ideia de que todos procedemos como personificações do capital é real. O gráfico, ao expor a predominância da informalidade entre os HAV, aponta para uma condição de trabalho precária que se faz numa forma moldada pela lógica da mercadoria. O homem informal, um trabalhador sem direitos, é um sujeito cuja vida é mediada pela necessidade de converter tempo em dinheiro, sob o jugo da abstração real do trabalho. Essa abstração, como bem pontuado no trecho força o indivíduo a se submeter a atividades que, embora diversas em sua concretude, só adquirem validade social quando monetarizadas. Aqui, temos de forma muito clara, a meu ver, a perspectiva da dialética da razão instrumental. O sujeito masculino, moldado pela lógica da equivalência, internaliza a racionalidade da dominação e a aplica aos vínculos afetivos. A mulher passa à conversão da função, ela deve servir, calar, obedecer. Quando essa função falha, o sujeito reage com violência não por falta de recursos, mas por excesso de certeza dita ontológica. Tomemos o exemplo do homem que atua como Microempreendedor Individual (MEI), vendendo produtos em plataformas digitais. Ele não possui vínculo empregatício, não tem garantias, vive sob constante ameaça de insolvência. No entanto, em casa, exige obediência. Ele não é vítima do sistema? Não! Ele é seu executor doméstico. A violência que perpetra não é reação, ela é projeto em que ele reproduz, em escala íntima, a lógica da exploração que vive na rua. Vejamos que não estamos a falar de dados isolados, em pesquisa realizada com HAV, os autores Juliano Beck Scott e Isabel Fernandes de Oliveira (2018, p. 6), chegaram a resultados muito similares aos encontrados por mim. Assim eles dizem:

A ocupação profissional dos autores de violência doméstica participantes dos grupos reflexivos foi bem diversa, tais como: porteiro, policial militar, vereador, cabeleireiro, motorista, pedreiro, mecânico, eletricista, jardineiro, garçom, militar, assessor jurídico, empresário, comerciante, vendedor, professor, pescador, balconista, caminhoneiro, açougueiro, músico, estudante, funcionário público, ambulante, marinheiro. A partir dos dados foi possível perceber que a maioria dos participantes trabalha (n = 211), sendo seguido por desempregados (n = 21) e aposentados (n = 4). A referida informação não constava em cinco fichas de atendimento.

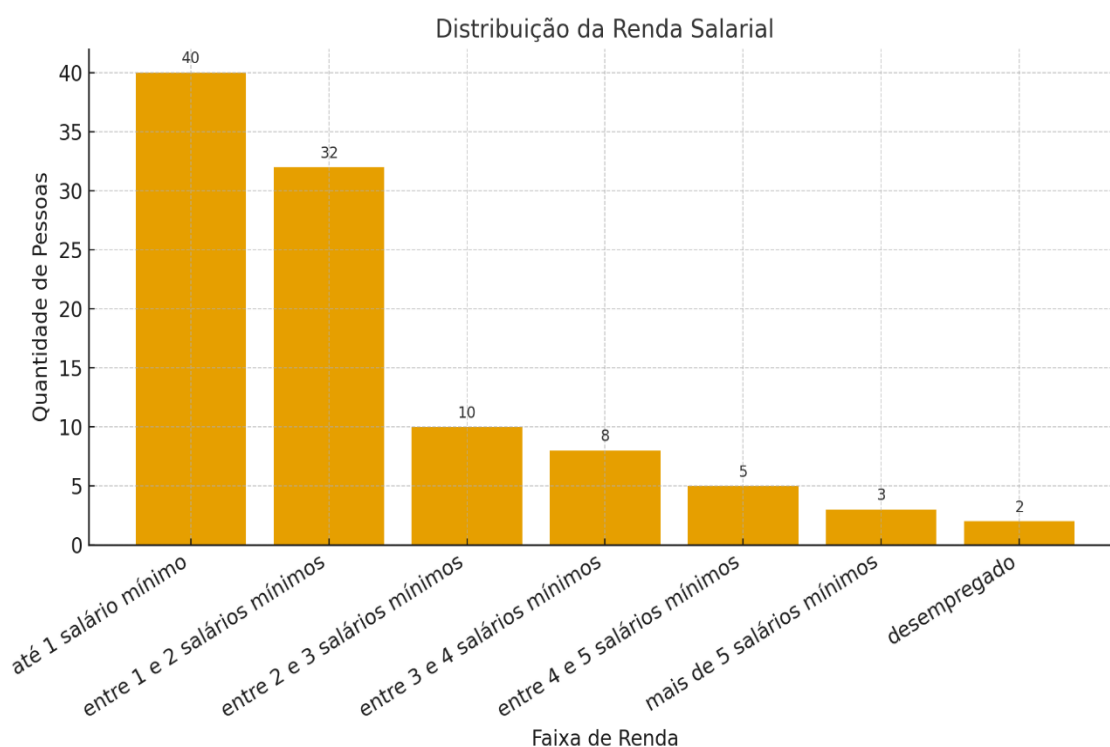
Trago em meu trabalho este contraponto porque, se por um lado entendemos, como quando citamos Jessé Souza (2024) os efeitos reais no comportamento do indivíduo dentro da estrutura capitalista, por outro, é preciso avançar com a crítica a fim de que também abandonemos qualquer resquício de psicologismo vulgar ou sociologismo determinista. O que chamo de psicologismo vulgar é quando só conseguimos operar por meio de uma simplificação da subjetividade, sempre dizendo que o agressor é visto como alguém frustrado, traumatizado, emocionalmente instável. Essa abordagem pode até ser sedutora por sua aparente profundidade, porém vejo nela uma maneira de despolitização da violência. Ao localizar o problema no interior do indivíduo, ela ignora que a subjetividade é sempre socialmente mediada, historicamente constituída e ideologicamente orientada. Por outro lado, tenho identificado o que chamo de sociologismo determinista em muitos estudos, os quais erram por excesso de estrutura. Usualmente, noto a interpretação dos HAV sendo feita como produto direto da miséria, da informalidade, da exclusão. Embora esses fatores sejam relevantes, tratá-los como causas únicas é reduzir o sujeito à condição de marionete social. Eu quis refletir brevemente sobre isso aqui porque acho imperioso pensar em modelos mais abrangentes para o fenômeno da violência sempre prezando pela dosimetria de responsabilização e contexto.

Retornando ao gráfico, e indo ao ponto dos HAV que estão empregados de maneira formal, temos cerca de 30% dos casos. Aqui, o dado permanece inquietante. A presença de vínculos empregatícios regulares entre HAV desmistifica a ideia de que a violência doméstica é exclusiva dos marginalizados econômicos, daí ter sido preciso lidarmos com o desmonte do psicologismo ou sociologismo determinista. Porque vejamos, o gráfico mostra que a violência se infiltra nos corredores da legalidade, nos escritórios climatizados, nos uniformes engomados. O contingente de desempregados, em torno de 10%, e o grupo residual de “outros”, abaixo disso, completam o quadro. A

baixa incidência de desemprego entre os HAV pode parecer contraintuitiva, mas talvez revele que o desempregado, imerso em sua própria ruína, não encontra sequer energia para exercer o domínio violento. Mas aqui chamo a atenção do/a leitor/a para o fato de que neste último caso, definir um meio objetivo de atuação desse homem é dificultoso.

Caminhando com nosso debate, vamos à análise de mais um gráfico, agora, ainda mais cirúrgico, revelando para nós a renda real desses HAV. A incursão nesse dado se dá porque nos permite tensionar, com maior precisão teórica, a relação entre posição econômica e prática violenta, sem cair nos reducionismos que já criticamos anteriormente. A renda, enquanto categoria analítica, mostra-se como expressão monetária da força de trabalho. Ela é, sobretudo, um índice da capacidade de circulação material do sujeito dentro da totalidade capitalista. Ao observarmos que grande parte desses homens se encontra em faixas de renda baixas ou instáveis, não devemos concluir que a violência é fruto da pobreza, devemos antes disso observar que certas formas de masculinidade se reproduzem com maior intensidade em contextos onde o poder simbólico precisa ser consolidado por outras vias.

GRÁFICO 10 – Faixa salarial dos HAV – n=100



Fonte: elaboração do autor.

O gráfico apresentado em composição visual, implica os atravessamentos sociais que sustentam práticas violentas no âmbito doméstico. Observa-se que a maioria dos indivíduos enquadrados nessa categoria encontra-se nas faixas mais baixas de rendimento, 40 pessoas recebem até um salário mínimo, enquanto outras 32 situam-se entre um e dois salários mínimos. Esse dado aponta para uma sobreposição entre precariedade material e práticas de dominação, sugerindo que a violência se verifica, pelo menos no plano rastreável, com maior visibilidade entre a população com menor poder aquisitivo. Cabe mencionarmos que os trabalhadores que ganham de 1 até 2 salários mínimos são os perfis em ascensão que figuram nas pesquisas brasileiras de renda bruta mensal. De acordo com estudo realizado em 2024 pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), a maioria dos trabalhadores brasileiros ganham entre 1 e 2 salários mínimos:

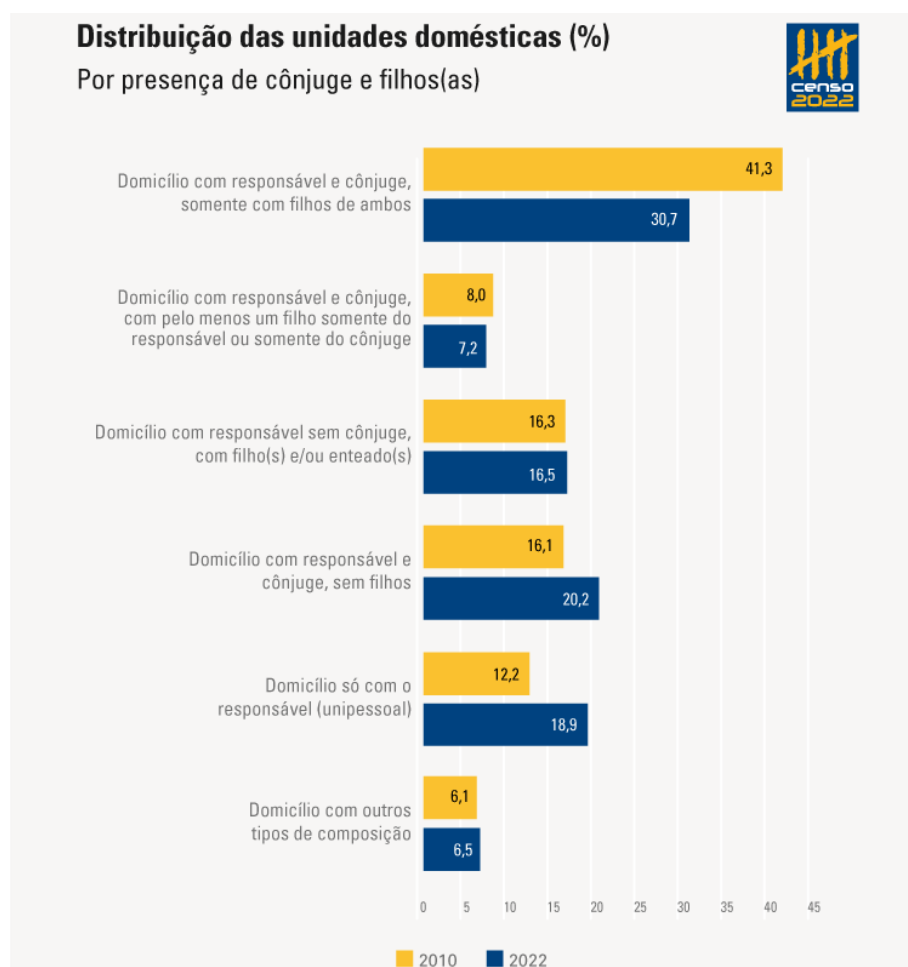
Os dados dos rendimentos do trabalho do primeiro trimestre de 2024 apresentaram uma nova elevação em relação ao trimestre anterior, consolidando o aumento da renda no segundo semestre de 2023, após relativa estabilidade ao longo do primeiro. Como mostra o gráfico 1, 2022 foi um ano de recuperação da renda após a forte queda em 2021, tendo em vista as altas taxas de crescimento da renda na comparação interanual. O primeiro semestre de 2023 mostrou uma renda média estável e, portanto, desaceleração das elevadas taxas de crescimento interanuais até então observadas. As rendas médias do primeiro trimestre de 2023 atingiram R\$ 3.017,00 (em reais de março de 2024), somente 0,6% acima da renda do quarto trimestre de 2022. No primeiro trimestre de 2024, a renda habitual média subiu para R\$ 3.137,00, registrando aumento de 1,5% em relação ao trimestre anterior e de 4,0% na comparação interanual. Já no trimestre móvel terminado em abril de 2024, a renda média alcançou R\$ 3.151,00, representando aumento interanual de 4,7%. (IPEA, 2024, p. 2).

A leitura dos dados apresentados pelo IPEA (2024), que apontam uma renda habitual média de R\$ 3.151,00 no trimestre móvel encerrado em abril de 2024, pode sugere-nos, à primeira vista, um cenário de recuperação econômica e estabilidade. Todavia, quando essa renda é submetida à lente da renda per capita, ou seja, dividida entre os membros de uma unidade familiar, o retrato que se faz é substancialmente distinto, indicando os limites da média como indicador de bem-estar, tanto do trabalhador quanto de seus dependentes. Tomemos como exemplo um arranjo familiar composto por quatro pessoas, em que temos dois adultos e duas crianças. Nesse caso, a renda per capita seria de aproximadamente R\$ 787,75. Esse valor, embora acima da linha de pobreza extrema, permanece insuficiente para garantir acesso pleno a direitos

básicos como alimentação adequada, moradia digna, transporte, educação e saúde. Em um segundo arranjo, com cinco membros, incluindo aqui um idoso dependente, a renda per capita cairia para R\$ 630,20, aproximando-se perigosamente da linha de vulnerabilidade social.

Mesmo em arranjos considerados menores, como uma família monoparental com dois filhos, a renda per capita seria de R\$ 1.050,33, valor que, embora mais expressivo, ainda não contemplaria os custos crescentes de vida urbana, sobretudo em regiões metropolitanas como as do Rio de Janeiro, local de nosso estudo. A média, portanto, esconde desigualdades e não dá conta da heterogeneidade dos arranjos familiares brasileiros, que incluem desde famílias extensas até composições com múltiplas dependências econômicas. Além disso, é preciso considerar que essa renda média é impactada por segmentos com rendimentos muito superiores, o que distorce a percepção da realidade vivida pela maioria da população. Como já demonstrado em nossa pesquisa, pelo menos 32 dos trabalhadores formais recebem até dois salários mínimos, o que equivale a R\$ 2.824,00, valor inferior à média nacional e ainda mais crítico quando dividido entre os membros da família como já demonstrado. E porque insistimos em problematizar e dialogar com os cálculos de divisão por renda per capita? Porque no Brasil, de acordo com o censo demográfico do IBGE (2022), mencionado na reportagem da Agência Gov. (2024), parte considerável das famílias brasileiras possuem mais de dois membros morando juntos. Vejamos a figura a seguir:

FIGURA 14 – Distribuição das unidades domésticas – IBGE/2022



Fonte: Censo Demográfico, 2022.

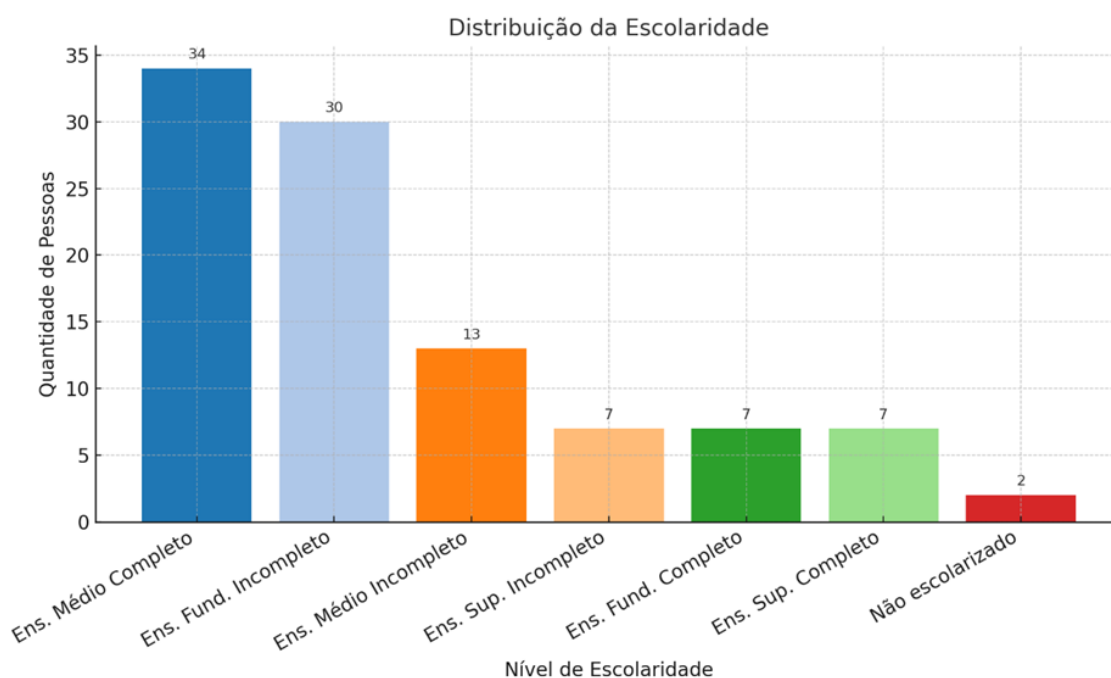
Em termos econômicos, a renda domiciliar é compreendida como fluxo monetário e ao mesmo tempo como instrumento de sustentação da reprodução social. Quando se observa que 40 indivíduos autores de violência doméstica recebem até um salário mínimo e outros 32 entre um e dois salários, torna-se evidente que o poder aquisitivo per capita nesses lares é severamente comprometido. A insuficiência de recursos frente à demanda de consumo coletivo como alimentação, moradia, transporte, educação, saúde vão gerando um ambiente de escassez que talvez contribua para as relações interpessoais e potencializa conflitos entre os membros da família. Além disso, me chamou a atenção o aumento de arranjos não tradicionais na tabela do IBGE (2022), como domicílios com filhos apenas do responsável ou do cônjuge o que, no gasto mensal da família, pode servir também como trocas de acusações entre a figura mantenedora, se apenas um membro do casal trabalha, e o que não trabalha fora do lar, mas tem um/a filho/a. Por isso, acredito que pensar a violência doméstica sem

considerar a estrutura de renda e os arranjos familiares é incorrer em uma análise superficial dos fatos.

Para encerrar nosso diálogo com o gráfico 10, retornemos a ele. Porque a presença de indivíduos em faixas superiores, ainda que em menor número, não pode ser desconsiderada. Há 10 homens entre dois e três salários mínimos, 8 entre três e quatro, 5 entre quatro e cinco, e 3 com rendimentos superiores a cinco salários mínimos. Essa dispersão me mostra de maneira nítida que a violência doméstica não se restringe a um perfil socioeconômico específico, ela atravessa diferentes camadas sociais, desafiando leituras simplistas que associam pobreza à criminalidade. A categoria “desempregado”, com 2 indivíduos, embora numericamente menos expressiva, de igual modo merece análise. O desemprego, nesse contexto, seria interpretado como? Possivelmente, como catalisador de tensões internas, ampliando o sentimento de impotência e, por consequência, potencializando comportamentos agressivos, que vão desde preocupações mais imediatas com o sustento cotidiano, até a outras camadas mais sinuosas associadas a problemas antecedentes que podem ter, inclusive, levado o indivíduo à ociosidade laboral, e aqui arrola-se os de ordem escolar, de vícios, de saúde e etc. É necessário compreender que a renda, embora seja um indicador relevante, não opera isoladamente. Ela se articula com outros marcadores que, juntos, compõem o cenário complexo da violência doméstica. Penso, a partir das leituras que tenho feito, ser necessário incorporar ao debate conceitos como vulnerabilidade econômica, dependência financeira, capital social e capacidade de agência, para que se possa compreender o fenômeno multidimensional desse tema.

Ao chegarmos ao gráfico 11, temos a escolarização, enquanto indicador de capital humano, que pode delimitar o acesso ao mercado de trabalho formal, como também estruturar as possibilidades de mobilidade social, de exercício da cidadania plena e de corte com ciclos de pobreza que se perpetuam de geração a geração. A escolaridade então, e como se tem visto, opera como ordenamento social, cuja ausência ou incompletude tende a correlacionar-se com contextos de vulnerabilidade, precarização de vida e, em muitos casos, com práticas de violência. Vejamos o que nos dizem os números trazidos pelo nosso estudo:

GRÁFICO 11 – Distribuição da escolaridade dos HAV – n=100



Fonte: elaboração do autor.

O gráfico 11, ao apresentar a distribuição dos níveis de instrução formal, permite uma leitura bastante interessante sobre o capital educacional disponível entre os sujeitos analisados, evidenciando a persistência de um padrão de baixa escolarização. Dos 100 indivíduos considerados, 34 possuem ensino médio completo, o que representa 34% da amostra. Esse número em nada sugere um avanço em relação ao acesso à educação básica, ele não pode ser interpretado como indicador de qualificação efetiva para o mercado de trabalho ou para o exercício pleno da cidadania. O ensino médio, tal qual sabemos hoje, é concluído em condições precárias, com lacunas significativas na formação do indivíduo limitando-o a capacidade de inserção produtiva e de mobilidade social. Sempre me questiono: o Ensino Médio é entendido como ensino básico para quem e para quê? Para manusear uma máquina? Ou para auxiliar no trato social e na diminuição das desigualdades? Como denunciam as pesquisadoras Paula Candido Cunha, Martina Bruxel e Gabriela da Silva (2021, p. 110):

Há de se considerar ainda que no cotidiano e no contexto social em que vivemos, o classismo, racismo, sexismo, heterossexismo, homofobia, bifobia, transfobia, entre outros movimentos discriminatórios, refletem no ambiente escolar através de discursos, gestos, intercorrências, hierarquias de maneira diretamente relacionada. A escola é um espaço onde se legitimam os parâmetros da heteronormatividade. Nela a heterossexualidade hegemônica e obrigatória torna-se o principal sustentáculo da

heteronormatividade, desencadeando o heterossexismo e homofobia, tornando o ambiente escolar hostil, instaurando um regime de controle e vigilância não só da conduta sexual, mas também das expressões e das identidades de gênero, como também das identidades raciais, o que acaba sendo problemático, uma vez que a/o adolescente se encontra em fase de autodescobrimento de identidade, experimentação e necessidade de se pertencer ou “encaixar” a um determinado grupo (SOUSA; FERNANDES; BARROSO, 2006; LOURO, 2015).

Portanto, vê-se que, em muitos casos, ter o ensino médio tal qual como o temos hoje, sem uma diretriz para o trabalho com gêneros e sexualidades no currículo escolar, às vezes, é praticamente igual, ou similar, ao patamar das pessoas com ensino fundamental ou não escolarizadas.

Continuando nosso diálogo com o gráfico 11, a segunda maior parcela é composta por indivíduos com ensino fundamental incompleto, totalizando 30 pessoas, ou seja, 30% da amostra. Esse dado é desconfortante, porque indica que quase um terço dos sujeitos não concluiu sequer o ciclo básico da educação formal. A incompletude do ensino fundamental está diretamente associada à evasão escolar precoce, à inserção precoce no mercado informal e à exposição a contextos de vulnerabilidade social. Trata-se de um contingente que, em geral, não acessa políticas públicas de qualificação profissional e permanece à margem dos processos de inclusão produtiva. Outros 13 indivíduos possuem ensino médio incompleto, o que corresponde a 13% do estudo. Esse grupo representa uma transição interrompida entre os ciclos educacionais, marcada por descontinuidades. A interrupção do ensino médio, com toda certeza, compromete o acesso ao ensino superior, compromete a construção de competências cognitivas e socioemocionais fundamentais para a resolução não violenta de conflitos. Eu, vindo de contextos marginalizados da Baixada Fluminense, lembro-me que, quando criança, sempre tinha a percepção de que “pobre” resolvia tudo com muita violência. Eu via muitas brigas ocorrerem em meu bairro entre mulheres e homens, e notava que, em lugares mais ricos, como o Centro do Rio de Janeiro etc., havia outras formas, na maior parte das vezes, de resolver as coisas. Lendo o gráfico, retomo essa experiência para notar que o problema não era ser rico ou pobre, mas ter acesso a uma formação educacional digna ou não.

Os dados referentes ao ensino superior são ainda mais instigadores da desigualdade educacional da qual relatei em consonância com os números trazidos. Apenas 7 indivíduos possuem ensino superior incompleto e outros 7 concluíram o

ensino superior, totalizando 14%, portanto. Esse número fala pra nós da baixa penetração da educação superior entre os sujeitos analisados, reforçando a tese de que a violência doméstica está fortemente correlacionada com a ausência de capital educacional e com a limitação de percursos profícuos profissionais e culturais. Ainda em tempo, 7 indivíduos possuem ensino fundamental completo, o que representa 7% da amostra, e apenas 2 não possuem qualquer escolarização formal, correspondendo a 2%. Embora numericamente menos expressivos, esses dois últimos grupos são metonímicos da persistência de bolsões de exclusão educacional no país, que ainda não conseguiu universalizar o acesso à educação básica com qualidade. Isso tudo o que defendemos não é uma utopia de educação, mas é o que cada governo, seja ele de direita ou de esquerda, tenta sempre reafirmar. Como por exemplo, no ano de 2025, o Ministério da Educação, publicou o documento Plano Nacional da Educação – Documento Diagnóstico, no qual em sua introdução, o ministro Camilo Santana afirma:

Com muita honra, entregamos ao País o Projeto de Lei do Plano Nacional de Educação – PNE (2024-2034). Trata-se do terceiro Plano Nacional a ser aprovado em lei no Brasil. Por determinação Constitucional, tais planos têm duração decenal. A perspectiva de planejamento da educação foi apontada como uma questão nacional desde o início dos anos 30. O Manifesto dos Pioneiros de 1932 previa um Plano Nacional que permitisse a articulação entre o desenvolvimento integral das pessoas, o desenvolvimento de princípios científicos, nos quais se apoiasse um sistema de educação, e a transformação da educação pública, com base no que se considerava como os novos conceitos da educação e as necessidades nacionais. As experiências recentes de discussão dos Planos Nacionais de Educação no Brasil se distinguem daquelas previstas na Constituição de 1934 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1961, por serem fixadas em lei com duração decenal. O Plano Decenal Educação para Todos, de 1993, não foi fixado em lei. Já o PNE aprovado em 2001, de duração decenal, foi consagrado em lei. Porém, é a partir da Emenda Constitucional n.º 59, de 2009, que se fixou no texto da Constituição o mandato para que os Planos Nacionais de Educação fossem aprovados em lei e tivessem duração decenal. Elevá-los ao status de mandato constitucional e lei representa, na história dos Planos de Educação, um marco relevante. O Brasil tem construído experiências singulares no processo de formulação de seus Planos Nacionais de Educação em relação a outras democracias, na medida em que o planejamento da política educacional tem envolvido os entes federados, as representações dos parlamentos, bem como as diferentes representações da sociedade civil. A tradição de participação da sociedade civil no debate dos rumos da educação guarda relação com o processo de redemocratização, quando ocorreram as Conferências Brasileiras de Educação (CBES),

na década de 1980, e quando foi criado o Fórum em Defesa da Escola Pública, com o objetivo de apresentar propostas na Constituinte instalada em 1987. Tal experiência tem qualificado, a um só tempo, a cidadania, a educação como política pública e a democracia. O PNE (2014-2024) constituiu-se como referência para o processo de definição de planos estaduais, distrital e municipais de educação. Trata-se de diretriz fundamental para os governos, para os parlamentos e para os órgãos de controle, não obstante todas as dificuldades e limitações para o cumprimento de suas metas. As experiências de participação, discussão e formulação dos planos decenais, especialmente nas últimas duas décadas, têm contribuído para que o direito à educação seja defendido por parcelas cada vez maiores da sociedade brasileira, em sintonia com o princípio da gestão democrática, tal qual preconiza nossa Constituição e estabelece a LDB. O projeto de lei do novo PNE, apresentado ao Congresso Nacional, foi elaborado com base nas proposições do documento da Conferência Nacional de Educação (Conae), realizada nos dias 28, 29 e 30 de janeiro de 2024. A Conae foi precedida por conferências municipais, intermunicipais e estaduais. Tais conferências contribuíram para o fortalecimento dos fóruns municipais, distrital e estaduais de educação e para que diferentes setores pudessem voltar a debater as políticas públicas de educação em todo o País. Outras contribuições de magna relevância foram produzidas pelo Grupo de Trabalho (GT) do PNE, instituído pela Portaria MEC n.º 1.112/2023. O GT permitiu o aperfeiçoamento do processo metodológico de elaboração do Plano, na medida em que partiu da identificação dos principais problemas da educação nacional, analisou suas causas e construiu objetivos nacionais, metas e estratégias. O novo PNE pretende contribuir para que todos os níveis, etapas e modalidades da educação nacional se desenvolvam a partir de princípios democráticos de gestão, de qualidade e de equidade, de modo a que o direito à educação seja garantido a todas as pessoas de todas as regiões, respeitando-se a diversidade da sociedade brasileira. O direito à educação como meio de acesso ao conhecimento, à cultura, à ciência e à tecnologia é parte inseparável de um processo de desenvolvimento sustentável que preserva a vida, gera crescimento econômico, distribui renda, promove desenvolvimento social e cultural, fortalece a democracia, a cidadania e a soberania do Brasil. Esse é o compromisso deste Ministério, que em plena consonância com os objetivos do governo democrático, tem por norte e por lema União e Reconstrução. (PNE, 2025, p. 13-14).

Em consonância com o princípio da gestão democrática e com os compromissos assumidos pelo governo federal, o novo PNE vem como resposta aos desafios revelados pelos dados empíricos que analisamos ao longo desta pesquisa até o presente instante. Em especial, os que dizem respeito à baixa escolaridade dos indivíduos envolvidos em práticas de violência doméstica. Essa correção proposta pelo governo visa acertar um sistema que historicamente falhou em universalizar o acesso à educação de qualidade. É nesse ponto que o novo PNE se insere como instrumento de auxílio da mudança,

contribuindo sem dúvidas para a diminuição da violência. Ao salientar que o direito à educação como meio de acesso ao conhecimento, à cultura, à ciência e à tecnologia é parte inseparável de um processo de desenvolvimento sustentável que preserva a vida, gerando crescimento econômico, distribuição de renda e promovendo desenvolvimento social e cultural, o governo sinaliza que a educação não será tratada como política setorial, mas como eixo de reconstrução nacional.

A articulação entre educação e desenvolvimento econômico, presente no texto do PNE, se mostra fértil quando acareada com os dados de renda e escolaridade dos indivíduos autores de violência doméstica. A baixa renda per capita, quando combinada com baixa escolaridade, configura um cenário que também exige duplas, triplas associações de ações por parte do poder público para seu debelamento. O novo PNE, ao propor metas e estratégias que envolvem todos os níveis, etapas e modalidades da educação nacional, pretende justamente perspectivar a educação brasileira, promovendo a inclusão educacional para incluir. Trouxe o PNE (2025) porque o processo participativo que fundamentou a elaboração do plano, com conferências municipais, intermunicipais, estaduais e nacionais, além da atuação do Grupo de Trabalho instituído pela Portaria MEC nº 1.112/2023, reforçou, a meu ver, o compromisso com a escuta qualificada da sociedade civil e com a construção coletiva de soluções. Essa dimensão democrática é muito necessária para que as políticas educacionais não apenas sejam implementadas, mas apropriadas pelos sujeitos sociais, em especial aqueles historicamente marginalizados. Como diz um grande amigo meu e agora já doutor pela UFRRJ, cujo é Leonardo da Silva Pereira, “escutar é metodologia!”.

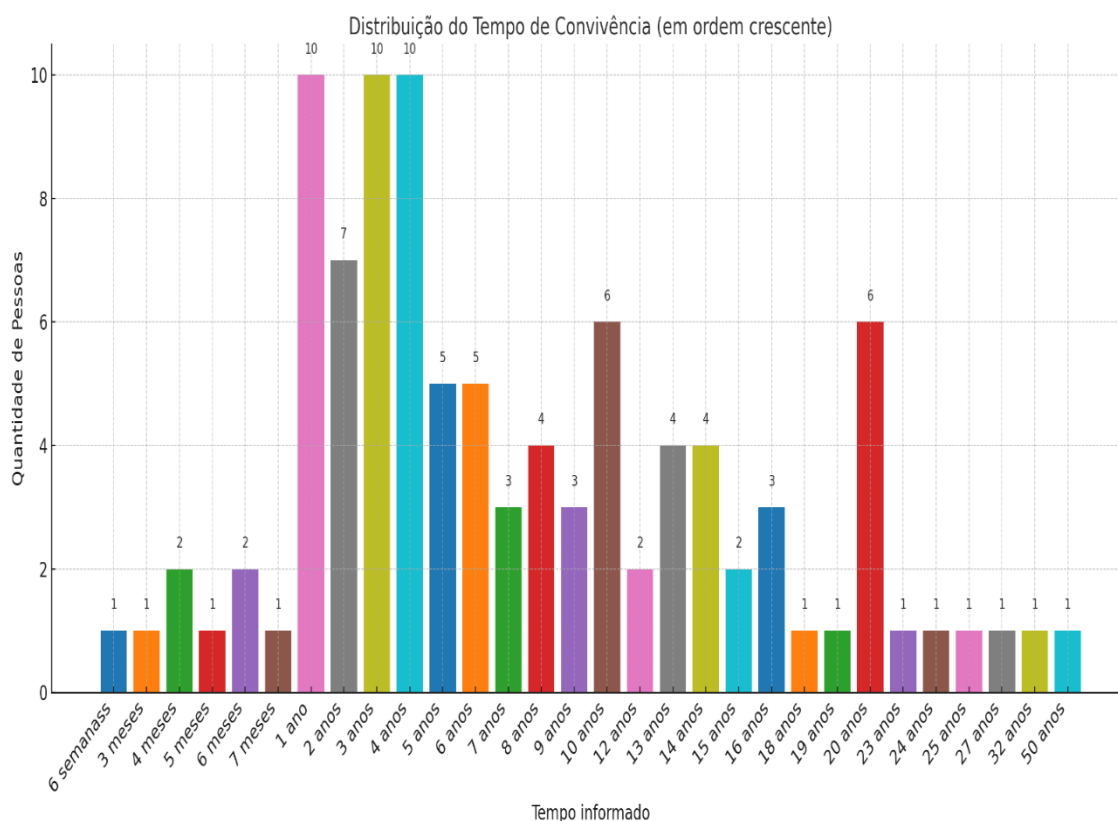
Agora, aplaudimos o que deve ser aplaudido, que foi a elaboração do documento citado e sua articulação com nosso estudo, bem como denunciarmos aqui que é impossível não notar a quase total ausência da categoria “gênero” como eixo estruturante da política educacional no PNE (2025). A palavra aparece apenas uma vez, de forma tímida e lateral, sem qualquer aprofundamento conceitual, sem articulação com os desafios históricos da desigualdade de gênero na educação, e sem proposição de metas ou estratégias específicas que enfrentem as múltiplas formas de discriminação que atravessam meninas, mulheres, pessoas trans e não binárias, ou mesmo o que atravessa a constituição das masculinidades. Essa omissão não é casual, pois porque sabemos que ela é resultado de um xadrez, de um lado, o tensionamento político que marca o atual Congresso Nacional, cuja composição majoritária é alinhada a pautas

conservadoras e contrárias à incorporação de debates sobre gênero, sexualidade e diversidade nas políticas públicas. De outro lado, revela os freios da ação institucional em contextos de retração democrática, nos quais a negociação política exige concessões que, embora estratégicas, acabam por silenciar temas fundamentais para a construção de uma educação que consideramos funcional.

É preciso reconhecer que, diante de um cenário legislativo dominado por forças de extrema-direita ligadas ao ex-presidente Jair Messias Bolsonaro, condenado por golpe de Estado pelo Supremo Tribunal Federal, a formulação do PNE exigiu escolhas táticas. A inclusão, portanto, da categoria gênero como o máximo possível dentro das margens de viabilidade política citada uma vez nos incomoda, mas nos anima ao saber que, se não foi parar no texto de forma explícita, dá-lhe sustento de forma implícito ao lermos as referências bibliográficas utilizadas para sua composição. A escolha das referências não é neutra; ela opera como um campo de disputa justa, onde se inscrevem os contornos daquilo que se pode dizer, daquilo que se quer dizer, e daquilo que, por força das circunstâncias políticas, se escolhe dizer apenas por meio da intertextualidade. Ao recorrer a autoras e autores que historicamente tensionam as estruturas patriarcais da educação, ainda que sem nomeá-los/as diretamente no corpo do texto, o documento constrói uma base epistemológica que permite a leitura crítica das desigualdades de gênero como fenômeno estrutural. A presença de textos que discutem diversidade indicia ao/à leitor/a mais atento para uma intencionalidade política que resiste à invisibilização das pautas feministas e transfeministas do contemporâneo.

Angario essas palavras explicatórias pois a crítica à ausência explícita da categoria gênero no texto do PNE não deve obscurecer o reconhecimento de que sua presença está ali, marcada por uma rede de referências que, ao serem mobilizadas, convocam o leitor à leitura política do silêncio. É nesse entrelugar, entre o que se cala e o que se referencia, que se constrói a possibilidade ou as possibilidades. Feitos os comentários acerca do gráfico 11, ensejamos nossos focos analíticos no gráfico 12, o qual traz ao/à leitor/as dados acerca do tempo de convivência do HAV com sua companheira antes do momento da agressão:

**GRÁFICO 12 – Tempo de convivência dos HAV com suas companheiras –
n=100**



Fonte: elaboração do autor.

Ao confeccionar esse gráfico 12, notamos ao final com a visualização que há uma ampla variação nos tempos de convivência entre os HAV e suas companheiras, com registros que vão de apenas 6 semanas até 30, 50 anos. Essa dispersão temporal é relevante porque mostra que os conflitos não se restringem a relações longas ou curtas, mas se manifesta em diferentes estágios da convivência conjugal, claro que salvo cada proporção que analisaremos mais adiante. Os dados mostram que os períodos mais concentrados estão entre 1 e 3 anos de convivência. Especificamente, há 10 indivíduos que relataram convivência de um ano, outros 10 com 3 anos, e mais outros 10 com 4 anos. Esse agrupamento inicial, vai cerrando caminhos que dizem que os primeiros anos da relação são marcados por maior incidência de violência, o que pode estar relacionado a processos de adaptação, estabelecimento de dinâmicas de poder. A partir do quarto ano, observa-se uma queda gradual na frequência, com 3 indivíduos em 7 anos, 2 em 12 anos, e números ainda menores nos anos subsequentes. No entanto, há picos pontuais em períodos mais longos, como 6 pessoas com 10 anos de convivência, o que indica que

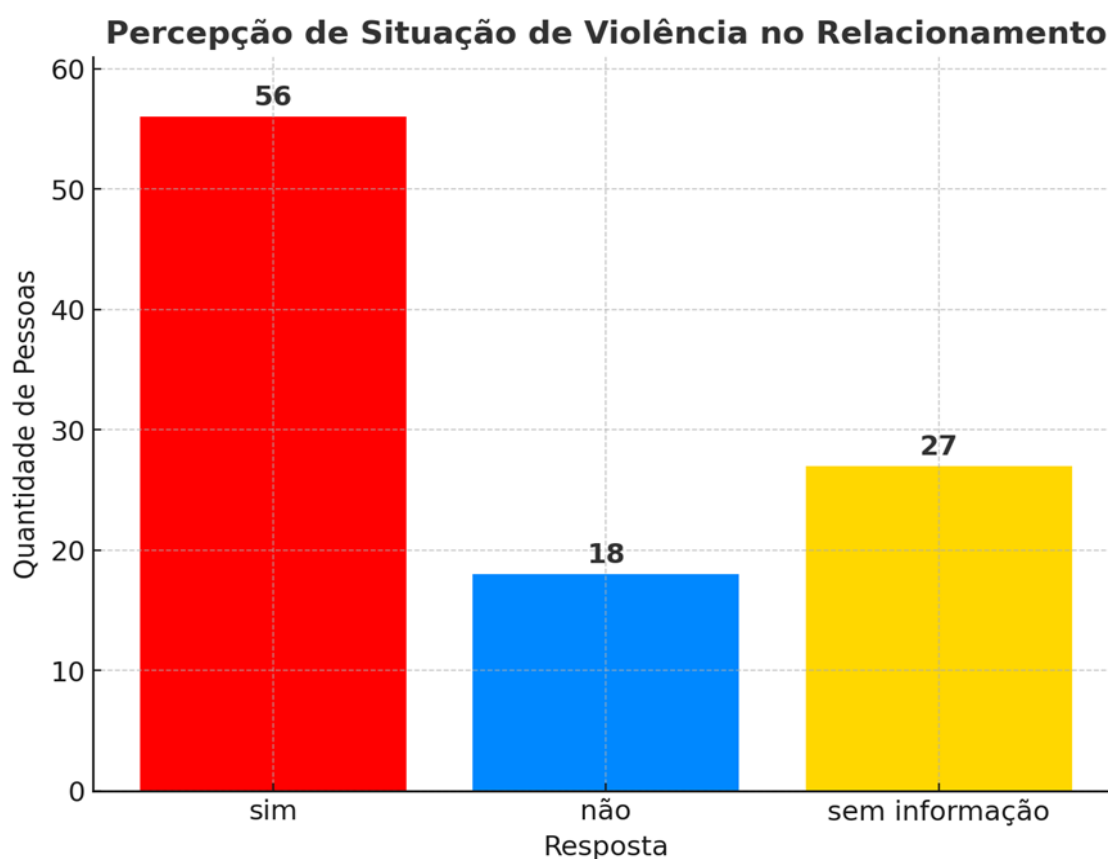
a violência também pode se perpetuar em relações duradouras invisibilizadas por vínculos afetivos, dependência econômica ou normalização da agressão.

Os casos de convivência extremamente curta, como os de 6 semanas, 3 meses, 4 meses, 7 meses somam 8 indivíduos. Embora numericamente menos expressivos, esses indicam que a violência também emerge de forma precoce, mesmo antes da consolidação de vínculos estáveis. Isso desafia a ideia de que a violência doméstica é fruto exclusivo de relações desgastadas ou prolongadas. Por fim, os casos de convivência superior a 20 anos, incluindo registros de 25 e 32 anos, embora isolados, traduzem algo, que é a persistência da violência ao longo de décadas, o que levanta questões sobre a eficácia dos mecanismos de prevenção, denúncia e intervenção ao longo do tempo. Dialogando os dados de nossa pesquisa sobre o tempo de convivência dos HAV com suas companheiras com os achados do estudo de Scott e Oliveira (2018), observamos pontos de convergência. Em nossa amostra, há uma concentração significativa de casos nos primeiros anos de convivência conjugal, com destaque para os períodos de um a três anos. No estudo de Scott e Oliveira (2018), que analisou 241 fichas de HAV em uma capital do Nordeste brasileiro, os/as autores/as também identificam que a maioria dos autores possuía vínculo afetivo com a vítima, embora não tenham especificado com precisão o tempo de convivência em anos ou meses, o que faço nesta pesquisa visando contribuir com o debate. Ainda assim, os dados qualitativos apontam que a violência ocorreu em relações estáveis, muitas vezes marcadas por dependência emocional e econômica (Beck; Oliveira, 2018, p. 75). Essa constatação corrobora parcialmente nossos achados, ao indicar que o vínculo conjugal é um fator presente.

A persistência da violência em relações de longa duração e também em curta duração baliza perfeitamente a institucionalização do sofrimento, para a normalização da agressão como linguagem cotidiana, e para a fragilidade das redes de proteção que deveriam interromper o ciclo da violência. Sua ocorrência em vínculos breves concretiza rapidez com que se instauram padrões abusivos, sustentados por estruturas sociais que naturalizam o controle e a subjugação da mulher desde os primeiros contatos afetivos. Chego à conclusão de que a violência doméstica não é função direta do tempo de convivência, mas da qualidade das relações e da presença ou ausência de suporte, da interseccionalidade entre gênero, classe, raça e território, e da capacidade dos sujeitos de romper com modelos internalizados de dominação. O tempo, nesse caso, é apenas o

veículo que esgarça a profundidade das fissuras, ocorrendo-as no momento em que ocorrer, pois cada qual possui o seu grau de surpresa. Agora, vamos ao gráfico 14, o qual nos mostrará se o HAV percebia que estava vivendo uma situação constante de violência.

GRÁFICO 13 – Percepção de situação de violência no relacionamento – n= 100



Fonte: elaboração do autor.

Lendo as informações em termos numéricos, há certa predominância de HAV que afirmaram perceber que viviam uma situação de violência no relacionamento. São 56 indivíduos, o que corresponde a mais da metade do grupo pesquisado. Esse dado é crucial porque indica que a violência se faz numa experiência amplamente reconhecida pelos próprios sujeitos. A percepção do abuso aparece como algo recorrente e presente na vida de quem respondeu. Em contrapartida, um número menor de 18 HAV declarou não perceber violência em sua relação. Esse dado faz emergir uma informação: parte da população investigada pode ter dificuldade em identificar os sinais de abuso, talvez por normalizá-los dentro dos seus relacionamentos. O número reduzido, frente ao conjunto, aponta um indicativo de que ainda existem barreiras na nomeação e no reconhecimento da violência.

Outro ponto a se salientar é a presença de 27 respostas classificadas como “sem informação”. Esse contingente, equivalente a pouco mais de um quarto dos casos, se corporifica em forma de silêncio ou como impossibilidade de resposta. Nesses números, é possível vislumbrar tanto a ausência de clareza conceitual sobre o que constitui violência quanto certo receio em admitir experiências de sofrimento. A lacuna deixada por essas respostas emoldura dificuldades de se falar sobre violência em relações íntimas. Porém, ao confrontar esse resultado com pesquisas nacionais de gênero, nasce uma aparente contradição porque enquanto nossos sujeitos em sua maioria masculina afirmam perceber a violência, a hipótese central nesses estudos é justamente de que as mulheres tendem a ter dificuldades para reconhecer ou formalizar essa vivência. Por exemplo, a Pesquisa Nacional de Violência contra a Mulher (2023), conduzida pelo DataSenado em parceria com o Observatório da Mulher contra a Violência, aponta que é majoritária a percepção de que as mulheres agredidas “se calam perante a violência”. No relatório, lê-se que 62% das mulheres entrevistadas acreditam que as vítimas denunciam apenas em “minoria das vezes” e que uma parcela de 22% encara que essas mulheres simplesmente não denunciam. Segundo a pesquisa:

É majoritária a percepção de que as mulheres que sofrem agressão se calam perante a violência. A maior parte das brasileiras (62%) acredita que essas mulheres denunciam na minoria das vezes o fato às autoridades. Parcela também significativa, 22%, é ainda mais pessimista e acredita que elas simplesmente não denunciam. Os índices são estatisticamente equivalentes às três últimas edições.

Esse dado expressa uma visão social de que quem sofre violência no olhar da sociedade, que muitas vezes fica sem voz, não percebe por completo ou não tem condições de transformar essa experiência em denúncia. Ou seja, o discurso coletivo parte da premissa de que a vítima não reconhece ou não consegue agir. No nosso caso, temos um fenômeno inverso: os homens afirmam perceber a violência em maior proporção, mas é possível que essa percepção não se traduza em admissão pública ou denúncia formal. Essa dissonância tornou-se uma contradição interessante. E essa contradição sinaliza que estamos falando de uma questão de percepção e de regimes sociais de visibilidade, representações culturais e masculinidades. O fato de o dominador “saber que cometeu” e não admitir publicamente parte de uma operação de poder, a fim de se escamotear de responsabilidades futuras. Gosto sempre de oferecer ao/à meu/minha leitor/a exemplos práticos que auxiliam no vislumbre da questão e aqui trago alguns que ilustram no dia a dia o que estou a argumentar... na prática cotidiana,

muitos homens que vivem relações violentas admitirão, como eu já ouvi inúmeras vezes como pesquisador, em conversas privadas ou em ambientes de pesquisa anônima que já exerceram controle, agressão verbal ou física. No entanto, no espaço público, quando confrontados com a possibilidade de responsabilização, negam ou relativizam o que fizeram. Isso aparece em frases típicas como “Eu perdi a cabeça, mas não foi violência”, ou “Foi só uma discussão de casal, normal”. Aqui temos o paradoxo, há percepção do ato, mas não há admissão pública porque admitir significaria se reconhecer como autor de violência.

Outro exemplo se dá no âmbito familiar. É comum que um homem, em um círculo restrito de confiança, reconheça que “às vezes exagera”, ou que “passou do limite” com a parceira. Contudo, diante de outros familiares ou amigos, essa mesma situação é narrada em termos que diminuem ou ocultam a gravidade, como exemplo “Ela também me provocou”, ou “Briga de casal não se mete”. Isso mostra como a percepção da violência é privatizada, enquanto a negação é socializada. Nos discursos judiciais ou policiais, essa dinâmica também é recorrente. Muitos homens registram depoimentos em que reconhecem certos atos do tipo “empurrei”, “bati na porta”, “segurei com força”, mas insistem em não nomeá-los como violência. Essa “admissão parcial” opera como uma estratégia discursiva em que reconhece-se o gesto, mas nega-se o sentido social. Geralmente, no fim da conversa, eles trazem a justificativa “eu sou trabalhador”, “eu sou um cidadão de bem”. Quero insistir nessa questão porque essa contradição entre reconhecer a violência em privado e negá-la socialmente é muito cara à sociedade brasileira, porque aqui vem em ritornelos a figura do “homem cordial”, elaborada por Sérgio Buarque de Holanda (1995). O autor mostrava como a cordialidade brasileira, longe de significar bondade ou suavidade, era uma forma de encobrir relações assimétricas, mantendo uma aparência de gentileza enquanto, nos bastidores, persistiam práticas autoritárias e violentas. A cordialidade sempre funcionou como uma capa social, como um modo de suavizar, de disfarçar as tensões que atravessam o espaço privado e público, isso não é à toa. Vejamos o que desde cedo o autor fala sobre a remodelação dos costumes sociais dos meninos no Brasil Imperial, o que segue no lastro intergeracional contemporâneo:

Entre nós, mesmo durante o Império, já se tinham tornado manifestas as limitações que os vínculos familiares demasiado estreitos, e não raro opressivos, podem impor à vida ulterior dos indivíduos. Não faltavam, sem dúvida, meios de se corrigirem os inconvenientes que muitas vezes acarretam certos padrões de conduta impostos desde

cedo pelo círculo doméstico. E não haveria grande exagero em dizer-se que, se os estabelecimentos de ensino superior, sobretudo os cursos jurídicos, fundados desde 1827 em São Paulo e Olinda, contribuíram largamente para a formação de homens públicos capazes, devemos-lo às possibilidades que, com isso, adquiriam numerosos adolescentes arrancados aos seus meios provinciais e rurais de "viver por si", libertando-se progressivamente dos velhos laços caseiros, quase tanto como aos conhecimentos que ministravam as faculdades. A personalidade social do estudante, moldada em tradições acentuadamente particularistas, tradições que, como se sabe, costumam ser decisivas e imperativas durante os primeiros quatro ou cinco anos de vida da criança, era forçada a ajustar-se, nesses casos, a novas situações e a novas relações sociais que importavam na necessidade de uma revisão, por vezes radical, dos interesses, atividades, valores, sentimentos, atitudes e crenças adquiridos no convívio da família. (Holanda, 1995, p. 144).

O excerto de Holanda (1995) nos mostra como a experiência formativa no Brasil, mesmo desde o Império, esteve marcada por um processo de transição entre o círculo doméstico e o espaço público. A vida familiar, regida por vínculos estreitos e opressivos, impunha padrões de conduta que moldavam o indivíduo desde cedo, produzindo sujeitos fortemente orientados por tradições particularistas. Ao mesmo tempo, o ingresso nos espaços de educação superior oferecia a possibilidade de romper, ainda que parcialmente, com esses laços, criando uma espécie de realocação entre o que era vivido no âmbito privado e o que deveria ser assumido na esfera pública. Esse ponto nodal já anunciado por Sérgio Buarque se atualiza de modo claro na figura do homem cordial, penso eu enquanto leitor crítico. O sujeito que emerge desse processo não é aquele que rompe de forma definitiva com o universo familiar e patriarcal; antes disso, é aquele que leva para o espaço público as marcas de uma sociabilidade privada, moldada por afetos e hierarquias e formas de poder que se aprendem primeiro no convívio doméstico. Ao se constituir socialmente, esse homem não abandona as práticas autoritárias que herdou da vida caseira; ao contrário, passa a recobri-las com uma linguagem de civilidade, moralidade e respeito, como se o ingresso no mundo público fosse apenas um teatro que encobre a permanência de seu machismo, daí pensarmos em domasculinência, porque há um quê essencial que vem do lar e retorna pra ele, supinando em nodais cintilações na esfera pública. Ainda segundo Holanda (1995, p. 145):

Aos que, com razão de seu ponto de vista, condenam por motivos parecidos os âmbitos familiares excessivamente estreitos e exigentes, isto é, aos que os condenam por circunscreverem demasiado os horizontes da criança dentro da paisagem doméstica,

pode ser respondido que, em rigor, só hoje tais ambientes chegam a constituir, muitas vezes, verdadeiras escolas de inadaptados e até de psicopatas. Em outras épocas, tudo contribuía para a maior harmonia e maior coincidência entre as virtudes que se formam e se exigem no recesso do lar e as que asseguram a prosperidade social e a ordem entre os cidadãos. Não está muito distante o tempo em que o dr. Johnson fazia ante o seu biógrafo a apologia crua dos castigos corporais para os educandos e recomendava a vara para "o terror geral de todos". Parecia-lhe preferível esse recurso a que se dissesse, por exemplo, ao aluno: "Se fizeres isto ou aquilo, serás mais estimado do que teu irmão ou tua irmã". Porque, segundo dizia a Boswell, a vara tem um efeito que termina em si, ao passo que se forem incentivadas as emulações e as comparações de superioridade, lançar-se-ão, com isso, as bases de um mal permanente, fazendo com que irmãos e irmãs se detestem uns aos outros. No Brasil, onde imperou, desde tempos remotos, o tipo primitivo da família patriarcal, o desenvolvimento da urbanização - que não resulta unicamente do crescimento das cidades, mas também do crescimento dos meios de comunicação, atraindo vastas áreas rurais para a esfera de influência das cidades - ia acarretar um desequilíbrio social, cujos efeitos permanecem vivos ainda hoje.

O que Sérgio Buarque (1995) sugere é que a família patriarcal brasileira, em outros tempos, funcionava como uma instância de convergência entre os valores privados e públicos, servindo de escola de civilidade dentro de seus limites autoritários. No entanto, com o avanço da urbanização e a crescente complexificação social, essa convergência se rompeu, transformando o lar em espaço produtor de "inadaptados" sujeitos cujas práticas privadas já não encontram total correspondência com as exigências de um mundo público em transformação. Aqui eu desejo propor o conceito de cordialidade dissonante, que seria no meu entender um modo de subjetivação em que o indivíduo carrega para o espaço público as marcas de uma violência herdada do lar, mas já deslocada em parte incompatível com as normas sociais emergentes. Essa dissonância não apaga a violência; ao contrário, a recodifica. A disciplina brutal do ambiente doméstico não mais se apresenta na esfera pública como castigo físico, porém se apresenta como autoritarismo moral, a capacidade de julgar, inferiorizar ou controlar os outros em nome de valores supostamente universais como família, trabalho, ordem, moralidade. Veremos mais adiante, no próximo gráfico, por exemplo, que não à toa a violência por vias psicológicas somada à moral é a campeão em fazer vítimas.

Dessa forma, o cidadão de bem que descrevemos pode ser como uma atualização do homem cordial em contexto urbano e midiático. Propomos chamá-lo de cordialidade performática, pois o que está em jogo é a encenação de uma integridade pública que contrasta com práticas privadas violentas ou autoritárias. Esse homem não abandona a

estrutura patriarcal aprendida no lar, ele a dramatiza socialmente, realocando o autoritarismo doméstico para a esfera cívica. Essa passagem do lar à rua, do patriarca ao cidadão de bem, mostra um paradoxo civilizatório: quanto mais a sociedade se urbaniza, mais se sofisticam os mecanismos de disfarce da violência. A vara, que antes disciplinava de forma direta e brutal, dá lugar à retórica moralizante, igualmente opressora, mas agora legitimada pelo discurso público. A violência se desloca, mas não desaparece; apenas troca de linguagem. Vejamos se não é o que o presidente Donald Trump tem feito sistematicamente em seu segundo mandato presidencial ao ter de lidar com a guerra entre Israel e a Faixa de Gaza:

FIGURA 15 – Presidente Trump e a cordialidade bélica

Mundo

Trump diz que “inferno vai explodir” caso Hamas não liberte reféns

Trump deu até 20 de janeiro, data de sua posse como presidente, para que reféns do Hamas sejam libertados

Madu Toledo

07/01/2025 15:46, atualizado 07/01/2025 15:46

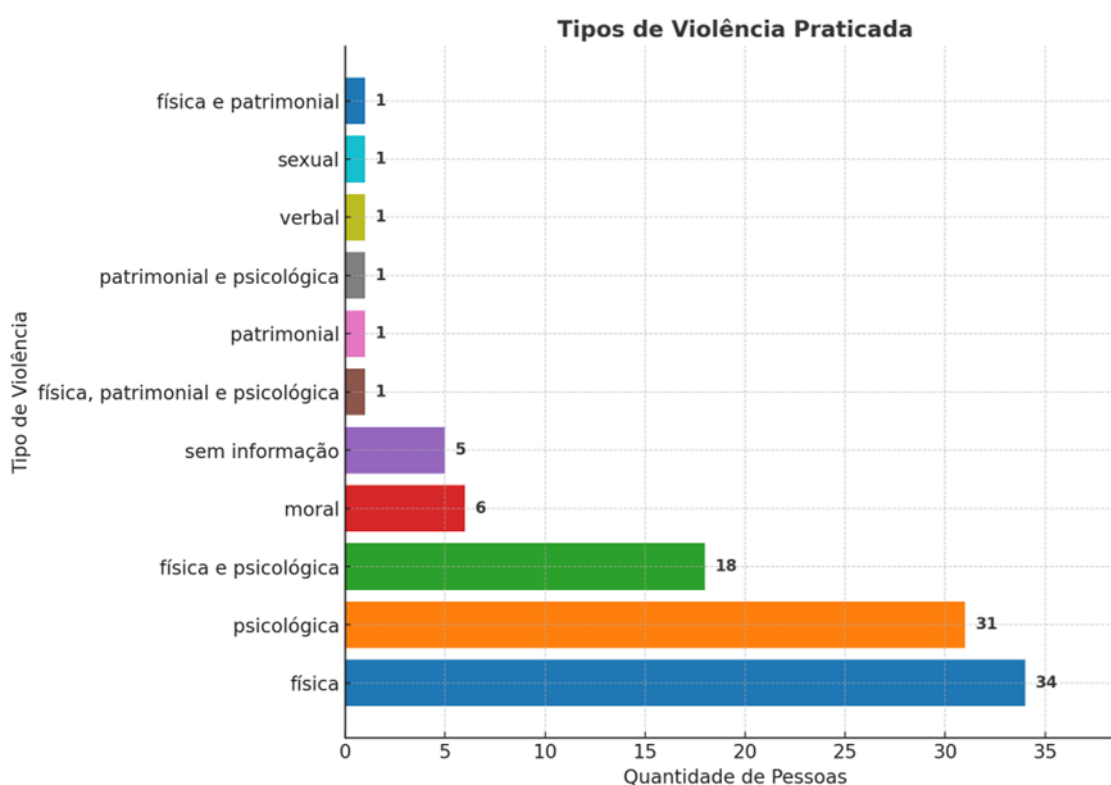
METRÓPOLES

Fonte: <https://www.metropoles.com/mundo/trump-diz-que-inferno-vai-explodir-caso-hamas-nao-liberte-refens>.

A manchete do Metrôpoles (Toledo, 2025) mostra Donald Trump recorrendo a uma retórica de ameaça quase apocalíptica, dizendo que “o inferno vai explodir” caso o Hamas não libertasse reféns até sua posse, que à época da notícia, ainda estava para ocorrer, porém ele já estava eleito. Esse tipo de linguagem nitidamente desborda da feitura performática e passa a encarnar aquilo que podemos chamar de cordialidade bélica que é quando a fusão entre a intimidação bruta (a “vara” em escala geopolítica) e o espetáculo midiático de um líder que reivindica para si o papel de protetor da ordem se dão. O paralelo com a teoria que estou desenvolvendo é muito óbvio, pois assim como o homem cordial no Brasil projetava no espaço público os traços autoritários herdados do lar, Trump projeta no palco internacional uma linguagem que mescla intimidação e moralidade. Seu discurso vai além da gestão diplomática dramatizando uma posição de “cidadão de bem global”, aquele que, em nome da defesa da civilização

ocidental e da ordem, legitima a violência preventiva. Aqui entra a contradição que estávamos analisando, ora senão: ao mesmo tempo em que Trump e seus apoiadores afirmam agir pela paz, pela liberdade ou pela “proteção da família”, sua prática discursiva está carregada de violência, justificada como inevitável, moralmente necessária. Dito isto, vamos ao gráfico 15, e veremos como os tipos de violência seguem uma sociologia do exercício que encontra veia de continuidade a partir do que já foi falado até aqui.

GRÁFICO 14 – Tipos de violência praticada – n= 100



Fonte: elaboração do autor

A partir da análise do gráfico 14 ora em questão, que apresenta os tipos de violência doméstica praticados contra mulheres, é possível desvelar uma topografia polimórfica da violência, uma sindromática coercitiva mostrando-se um entrelaçamento sistêmico de modalidades de opressão que atuam em sinergia para a subjugação integral da mulher. Nota-se que a violência física e psicológica constitui a categoria mais frequente, com devidas combinações, somando 65 casos. Esse dado multifaceta as ações do HAV, desvelando a instrumentalização transgressiva do poder masculino, que se vale de diferentes esferas de dominação tal qual do corpo ao psiquismo, dos bens materiais à integridade moral para assegurar o controle. Não se trata de modalidades

autônomas de violência que aqui estamos a tratar, mas de uma violência de rede, na qual cada forma potencializa e naturaliza a outra, criando um ambiente de aniquilamento progressivo da autonomia e subjetividade da vítima.

Outros tipos de violência apresentam números menores. A violência moral foi registrada em 6 casos, enquanto 5 pessoas foram incluídas na categoria “sem informação”, o que indica interdições no registro dos dados. Tipos de violência mais complexos, como a combinação de física, patrimonial e psicológica, aparecem apenas uma vez, assim como os casos isolados de violência patrimonial, verbal, sexual, patrimonial e psicológica, e física e patrimonial, todos com apenas 1 ocorrência cada. A violência psicológica sombreia o ato, um mecanismo de desgaste contínuo que prepara parte de uma biopolítica do medo. É interessante observar esse movimento de atos violentos no plano psicológico e físico porque é o mesmo movimento encontrado nas pesquisas de Ana Maria Colling (1997), ao estudar o caso de mulheres torturadas na Ditadura Militar no Brasil. Ou seja, a violência sempre se dá no corpo da vítima mulher investindo-se majoritariamente no psiquismo e depois no corpo físico.

Quero aqui levantar um ponto muito interessante que ao longo da análise desse gráfico me suscitou, que é o fato de 6 tipos de violência terem aparecido sozinhas. A disparidade quantitativa entre os registros de violência constrói um caminho interpretativo, estariam os HAV confinados a uma monotipia discursiva coercitiva da agressão³¹? A recorrência de certos complexos de violência como a física, patrimonial e psicológica entrelaçadas, em contraste com a raridade estatística de modalidades puras tais quais a psicológica, a moral, a verbal, para mim, contextua o cenário perfeito de uma cegueira operacional por parte do autor. Será que o homem, em sua performance dominadora, não reconhece como violência aquilo que não deixa hematoma, que não

³¹ O conceito de "monotipia discursiva coercitiva da agressão" refere-se à limitação vocabular no repertório de violência reconhecido e praticado por HAV, que reduz e condensa formas várias e possíveis de opressão a um conjunto restrito de ações validadas pelo imaginário masculino hegemônico. Essa monotipia não indica ausência de outras violências, ela indica a incapacidade do HAV de nomear e operar fora de um cânone coercitivo previsível, ou melhor, um script de dominação que privilegia a força física, o controle patrimonial e a anulação psicológica grosseira como traços principais. Por exemplo, um homem que destrói o celular da parceira (violência patrimonial) ou a impede de trabalhar, mas não identifica como violência o isolamento social progressivo ou a desvalorização constante de sua fala, está reproduzindo essa monotipia pois porque suas ações violentas são variações de um mesmo tema, nunca uma ampliação crítica de seu repertório. Esse conceito surgiu nesta análise para dar conta do fenômeno observado nos dados que eu bem salientei sendo a concentração de casos em categorias combinadas como física e psicológica em detrimento de registros isolados de violência moral, verbal ou só psicológica. A monotipia discursiva coercitiva explica essa assimetria como resultado de uma pobreza imaginativa da dominação.

quebra um objeto ou que não pode ser contabilizado como dano material? A escassez de casos isolados de violência psicológica ou moral seria essa ilusão de inocência em atos que, para a vítima, constituem erosão diária? Corroborar com minha crítica o fato de ter havido raridade do registro puro da violência verbal, como visto tivemos apenas um único caso. O insulto e a humilhação não são sequer categorizados como violência pelo agente, tenho a impressão que figuram como subproduto naturalizado da interação, um direito discursivo masculino inerente à sua posição. Para que fique bem claro ao/à leitor/a, a seguir, com base no portal do Instituto Maria da Penha (2025), realizamos uma tabela explicando os tipos de violência que apareceram em nosso gráfico 15:

TABELA 7 – Tipos de violências explicadas do gráfico 14

<i>Tipo de Violência</i>	<i>Explicação</i>	<i>Exemplos</i>
<i>Violência Física</i>	Conduta que ofende a integridade ou saúde corporal da mulher.	Espancamento, sufocamento, ferimentos com objetos, lesões com armas brancas ou de fogo, arremessar objetos contra a vítima.
<i>Violência Psicológica</i>	Conduta que cause dano emocional, diminuição da autoestima ou controle de suas ações e crenças.	Ameaças, humilhação constante, isolamento de familiares e amigos, chantagem emocional, vigilância constante, críticas persecutórias.
<i>Violência Patrimonial</i>	Conduta que configure retenção, subtração, destruição ou dano intencional a objetos, documentos e outros bens da mulher.	Controlar o dinheiro, destruir celular ou documentos pessoais, vender bens sem consentimento, não pagar pensão alimentícia.
<i>Violência Sexual</i>	Conduta que constranja a mulher a presenciar, a manter ou a participar de	Estupro (inclusive marital), obrigar a fazer atos sexuais que causem

	relação sexual não desejada.	desconforto, impedir o uso de métodos contraceptivos.
<i>Violência Moral</i>	Conduta que configure calúnia, difamação ou injúria, visando denegrir a honra ou a reputação da mulher.	Acusações públicas falsas, xingamentos que atinjam sua dignidade (ex.: chamar de louca, impura, vadia), expor sua vida íntima.
<i>Violência Verbal</i>	Embora muitas vezes enquadrada na Psicológica ou Moral, refere-se especificamente ao uso de palavras para agredir e intimidar.	Gritos, insultos, xingamentos, ameaças verbais, críticas constantes ao seu corpo, inteligência ou capacidade.

Fonte: elaboração do autor com base em Instituto Maria da Penha (2025).

A sistematização tabular que fiz dos tipos de violência não é uma intenção de exercício classificatório; a compilei porque sempre há certa necessidade em se redesenhar a anatomia política do sofrimento. E como eu nomeio e compreendo esses processos que já foram nomeados por outros estudiosos? Nomeio-os em subcategorias, a minha contribuição ao debate se dá dessa forma. Porque cada categoria descrita representa um nódulo de poder. Mas desejo ir além, desejo ir ao plano da nova filologia para engendrar formas mais ricas de identificar o espectro da violência. Entendo, portanto, que a violência física configura uma topoaniquilação, uma agressão que marca coordenadas precisas no corpo-território; a violência psicológica uma psicoerosão, um processo lento e cumulativo de desgaste identitário que não deixa marcas visíveis criando fissuras no eu. A violência patrimonial como asfixia econômico-existencial, estrangulando os meios materiais de autonomia e liberdade; a violência sexual tal a zoificação extrema, a conversão do corpo em objeto de posse e descarte. E a violência moral, uma destruição testemunhal, que corrói a honra. O que trago ao debate é uma taxonomia preambular do catálogo de horrores sinérgico de opressão.

Eu quero dizer mais e explicar mais ao leitor. Veja, o conceito de topoaniquilação que cunho aqui descreve a violência física como uma prática cartográfica de poder, na qual o corpo da mulher é tratado como um território

subjugado. Mais do que infligir dor, trata-se aqui de uma estratégia espacial que inscreve hierarquias diretamente na superfície corporal; daí termos que ir além da classificação usual desse tipo de violência num primeiro plano. Cada agressão opera como um marcador geopolítico transformando o corpo em um mapa vivo da violência, penso mesmo em um arquivo físico de humilhação e posse. Quando o HAV queima o rosto da vítima, ele não causa dor aleatória, ele apaga sua geografia pública. O rosto é o território da identidade, da autoexpressão. Queimá-lo é uma tentativa de desfigurar sua existência, tornando-a invisível ou monstruosa aos olhos do mundo. Quando tapa a boca com força pra silenciar ele ocupa o estreito da fala. A boca é a fronteira onde o pensamento se converte em voz autônoma. Calá-la é exercer um controle alfandegário sobre sua expressão, transformando um órgão de comunicação em monumento mudo e troféu do êxito masculino. Quando rasga seus documentos na briga, não destrói papel, quer antes disso destruir a cidadania íntima. Os documentos o que valem? Acho que valem a vida legal e autônoma perante o Estado. Rasgá-los é uma desincorporação burocrática, um apagamento de sua condição de sujeita de direitos. Quando quebra seus óculos destrói sim um objeto e adjunto ele sabota a paisagem visual. Os óculos são próteses que organizam o mundo de forma clara. Destruí-los é impor uma geografia desfocada, onde a realidade se torna insegura, super dependente, afinal, quem nunca perdeu os óculos e passou maus bocados?

É comum nas brigas a mulher ter seus braços arranhados, que tentam se defender, arranhá-los é neutralizar a linha de fronteira. Os braços são os territórios de autodefesa e ação no mundo. Marcá-los é declarar que nenhuma barreira será tolerada entre sua vontade e o corpo da vítima. Assim, não desejo criar mais um conceito como amostragem de desempenho vocabular, porém desejo cunhá-lo visando o avanço da filosofia feminista sobre a questão. Cada ato violento seleciona assim um órgão-função, um território-corporal com significado específico. A topoaniquilação, uma engenharia anatômica do poder que converte cada parte do corpo em alegoria em que queimar, tapar ou rasgar são verbos de uma gramática que escreve, na pele, a geopolítica do patriarcado. Vamos quero ainda explicar meu segundo conceito para uma embrionária teoria geopolítica da violência, o qual chamei de psicoerosão.

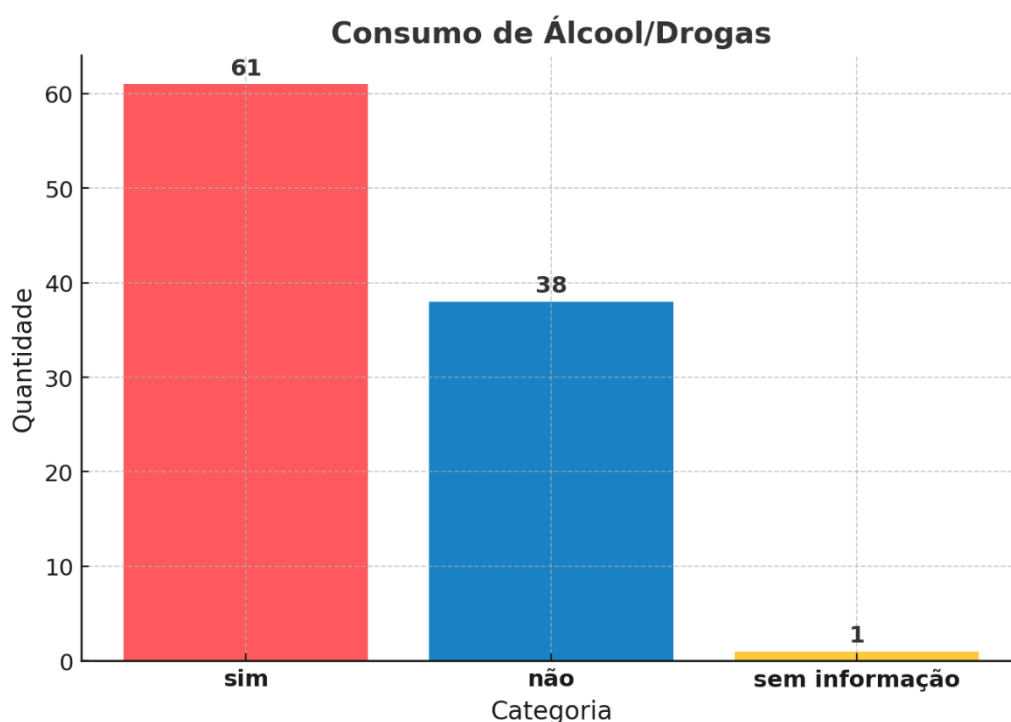
O que seria? A psicoerosão só funciona como espécie hidráulica negativa da subjetividade, um processo de desgaste contínuo que corrói os alicerces do eu. Diferente da topoaniquilação que marca coordenadas precisas na pele, esta age como uma

lixiviação emocional; dito de outro modo, um constante gotejar de humilhações, ameaças veladas e desestima calculada que, gota a gota, dissolve a topografia interna da vítima. Daí eu ter dito que ela só funciona de forma hidráulica, pois tem lá sua parecência com um estado líquido, mas constante. Se tivesse de traçar seus modos e mecanismos de ação, eu diria serem eles microagressões ecossistêmicas, indo desde o comentário que ridiculariza sua inteligência “sorte sua que é bonita”. A acusação infundada de ciúme que a isola do mundo, criando um assoreamento relacional. A vigilância constante sobre suas roupas e amizades, uma salinização afetiva que torna estéreis seus vínculos. A rotulação de louca ou dramática que consolida uma desertificação testemunhal, a incapacidade de acreditar na própria percepção. Cada um desses atos constitui uma partícula erosiva num fenômeno sedimentar. Me parece justo usar aqui dos termos da Geologia que aprendi num livro infantil de literatura brasileira, intitulado por O Poço do Visconde, de Monteiro Lobato (1960) – a que peseem minhas críticas sobre o autor – para investigar o fenômeno ora em pauta. Talvez, a infantilidade de um livro para o público infanto-juvenil tenha me dado mesmo a inocência das crianças, capaz de voltar a um estado zero para construir novos olhares ainda não aprendidos. Aqui ficam também explicados nas entrelinhas a destruição ou desertificação testemunhal. Seguindo com o último conceito primeiro disso que depois se fará noutro trabalho extensão, deixe-me dizer sobre o que penso acerca da zoificação.

Esse processo de zoificação seria o lado extremo de despersonalização instrumental, pelo qual o corpo feminino, seja ele travestigênere ou cisgênero é convertido em mero recurso à disposição do HAV. Trago à cena um ato de reengenharia ontológica fazendo a mulher deixar de ser um sujeito de direitos e desejos para tornar-se um organismo-função, cuja existência só tem significado em relação à utilidade que oferece ao dominador. Seu corpo é tratado como um território sem soberania, sua vontade como um sistema nervoso descartável. Como na Acadêmica o que falamos é preciso ser sustentado com exemplos, submeto ao juízo do/a leitor/a alguns para que possamos investigar. O primeiro desta lógica pode ser assim, quando o agressor a obriga a manter relações sexuais contra sua vontade, ele, no meu entender, pratica uma pecuária conjugal, tratando seu corpo como unidade produtiva de prazer, quando não de reprodução. Quando controla seus horários de alimentação ou sono – ou seja, a mulher precisa estar conectada 24h no celular para lhe responder –, implementa um regime zootécnico, como falamos na UFRRJ, sobre suas funções biológicas básicas. Quando a

examina nu contra a parede em busca de provas de traição, o que esse sujeito produz? Ele produz e realiza uma inspeção de lógica zoosanitária, reduzindo-a a animal sob vigilância. E quando dita o que ela deve vestir, pratica uma marcação territorial têxtil, como quem coloca uma coleira ou ferradura; ou ainda como quem faz uma poda no pelo do animal, ou marca um número na pele do gado. Em cada um desses atos eu noto um protocolo de dessubjetivação que, repetido, transforma a pessoa em coisa, não por metáfora, mas por prática mesmo como estou denunciando. Ao escrever essas reflexões me senti mal com tais comparações, porém, vejamos aqui mais um resquício de poder do patriarcado. Sou eu, enquanto teórico e pesquisador quem devo me sentir mal diante da exposição de uma realidade praticamente naturalizada por muitos homens? Ou são eles que o devem ao se confrontarem com essas palavras feministas-vagalumes? Sem mais a acrescentar por ora ao caso do gráfico 15 das violências, que muito mexeu comigo, sigamos à análise do gráfico 16, o qual tematizará se nessas violências havia a intromissão de alguma substância psicoativa.

GRÁFICO 15 – Consumo de álcool/drogas – n= 100



Fonte: elaboração do autor

Olhando atentamente o gráfico 15 apresentado, que articula o consumo de álcool/drogas por HAV, precisamos realizar uma leitura técnica dos dados abstendo-se de inferências causais e/ou juízos morais. A distribuição numérica expõe uma

prevalência quantitativa significativa na categoria dos que fizeram uso de álcool/drogas no momento da agressão, com 61 registros, seguida por que não fizeram uso de nenhuma substância 38, e com apenas 1 caso no qual não foi possível verificar a informação por ausência da mesma. Do ponto de vista numérico, os dados indicam uma alta do consumo como variável associada aos episódios de violência. A categoria Sim, por exemplo, responde por aproximadamente 61,6% do total de registros válidos, excluindo-se aqui a lacuna informacional ausente citada, enquanto a categoria Não representa 38,4%. Essa distância nos resultados indicia-nos uma correlação estatística ainda que não determinante, entre o uso de substâncias e a prática da agressão.

A quase inexistência de registros no tópico sem informação, apenas 1 caso, direciona para um elevado grau de completude dos dados, o que confere robustez à análise descritiva. Não se observam categorias intermediárias ou graduações de consumo, o que simplifica a interpretação, mas também limita a compreensão de nuances como frequência, tipo de substância ou contexto de uso. Em termos absolutos, os números desenham um perfil baseado em frequência, em que a maioria dos HAV, neste recorte, consumia álcool ou drogas no momento do ato ou tinha esse consumo registrado como elemento contextual. Contudo, a presença de 38 casos na barra do Não demonstra, de forma incontestável, que a violência doméstica não é um fenômeno dependente de substâncias psicoativas, manifestando-se também em contextos de sobriedade. A base material dos dados sustenta, assim, tanto a recorrência do consumo como a sua não obrigatoriedade causal. É preciso destacar, ainda assim, que em nosso país é cada vez mais comum o alto do consumo de álcool/drogas entre os jovens brasileiros, o que precisa ser enfrentado com seriedade porque sem dúvidas se articula com o fenômeno da violência como vimos.

De acordo com os dados consolidados pelo Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas (OBID), resultados de 2023, órgão vinculado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, verifica-se uma nítida e consistente predominância masculina nos padrões de consumo de álcool no Brasil, fato que estabelece um diálogo direto com os resultados observados em meu estudo sobre violência doméstica. As evidências apontam que os homens iniciam o consumo mais precocemente e apresentam prevalências significativamente superiores em todos os parâmetros de uso, seja no consumo alguma vez na vida, no último ano ou no último mês. Esta disparidade se torna ainda mais pronunciada e epidemiologicamente relevante quando se analisa o padrão de

consumo de risco definido pela ingestão de cinco ou mais doses em um período de até duas horas. Os dados do OBID (2023) demonstram com total clareza de forma consistente que os homens constituem a grande maioria dos praticantes deste comportamento de alto risco, que está associado a episódios de agressividade, desinibição comportamental e perda do controle inibitório. Esta correlação traz ao meu estudo um substrato quantitativo nacional que corrobora a forte associação observada no gráfico 16, onde 61 dos HAV haviam consumido álcool ou drogas. A convergência entre as estatísticas nacionais e os dados específicos mostram solidamente que o consumo de álcool, notadamente o padrão de uso excessivo predominante entre homens, serve de potencializador de condutas violentas no contexto das relações domésticas. Segundo a figura do OBID (2023) a seguir:

FIGURA 16 – Consumo de álcool entre adultos brasileiros

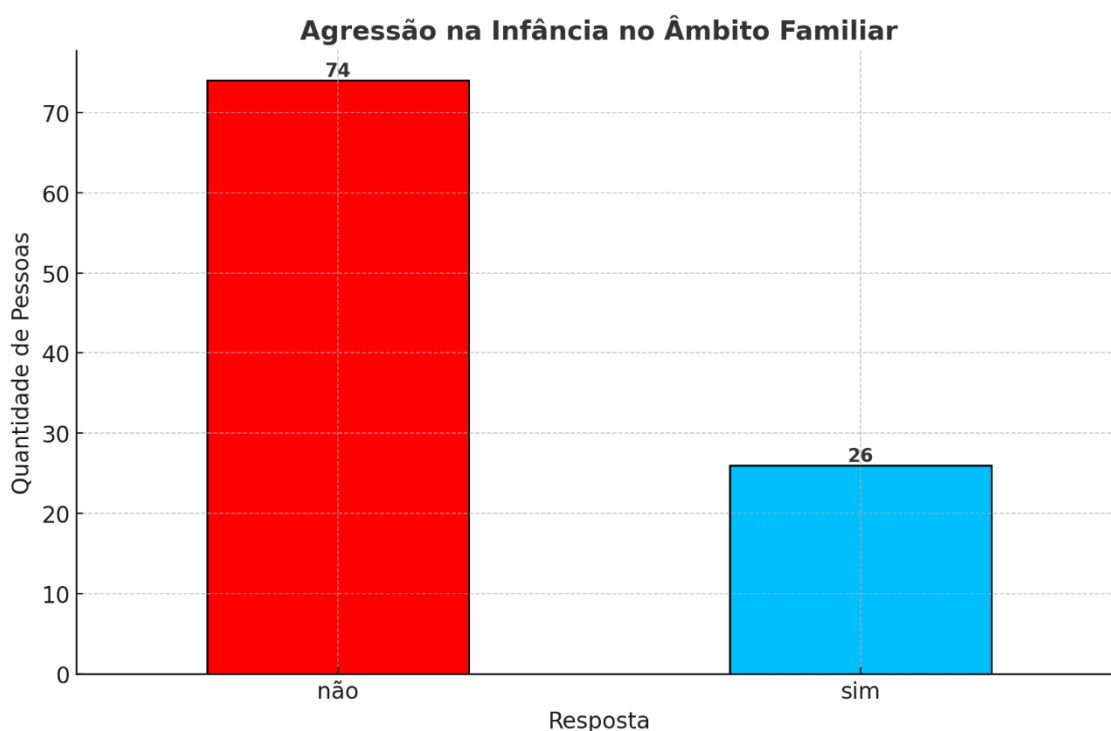


Fonte: <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/sua-protecao/politicas-sobre-drogas/obid/alcool>

A pesquisa do OBID é relevante por mostrar de forma nacional a face oculta, ou nem tão oculta assim, do problema. A prevalência masculina no consumo de álcool se

estabelece como um desnível que percorre todas as categorias temporais de uso. Quando 75,2% dos homens reportam ter consumido álcool alguma vez na vida contra 53,0% das mulheres, se constata que o acesso à substância se faz sob um protocolo de generificação do consumo, o que quero dizer é o seguinte: o álcool funciona como um marcador de socialização masculina. Ao analisarmos os indicadores de uso recente no consumo no último ano, os homens são 55,4%, mais uma vez superam as mulheres que somam apenas 33,9%; um hiato que se mantém e se normaliza no consumo no último mês da pesquisa em que temos 41,8% contra 22,1% das mulheres. Esses números refletem hábitos, e esses hábitos infelizmente têm contribuído para o adensamento de mazelas sociais. Assim, vamos ao gráfico 17...

GRÁFICO 16 – Agressão na infância no âmbito familiar – n=100



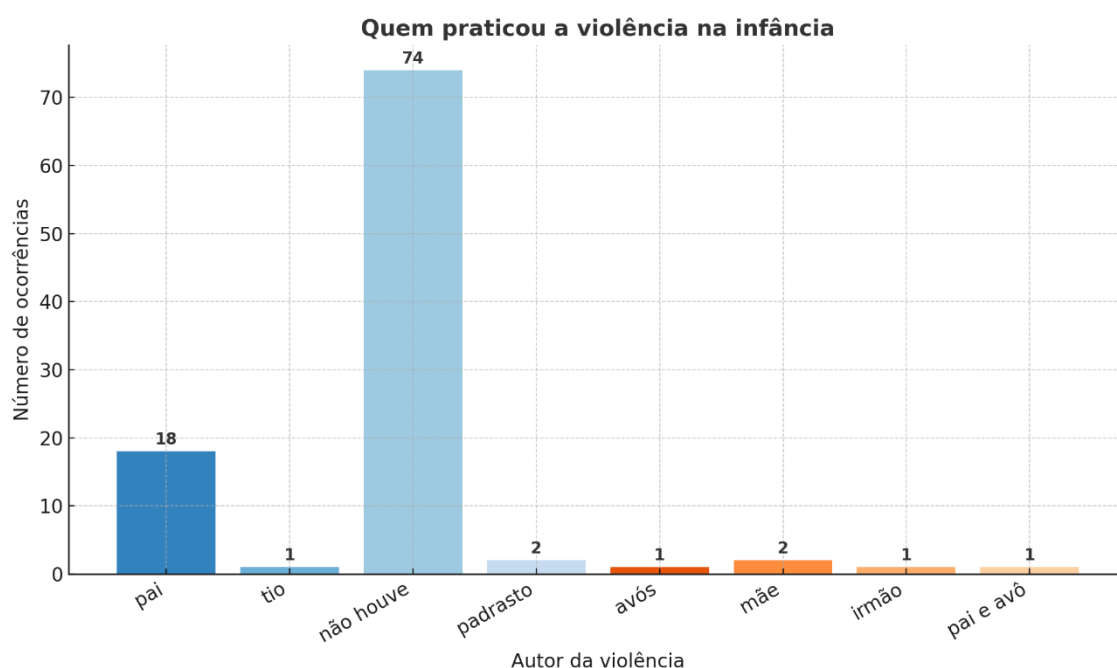
Fonte: elaboração do autor.

A maioria dos respondentes que são 74 HAV declarou não ter sofrido agressão no âmbito familiar durante a infância, enquanto 26 afirmaram que sim. À primeira vista, os casos de violência familiar são minoritários, todavia se formos adensar o crivo para extrair sentidos, notaremos que o número de pessoas que sofreram agressões é expressivo, sendo mais de um quarto da amostra. Em contextos de infância, a violência familiar gera marcas persistentes na vida das vítimas, afetando autoestima, capacidade de estabelecer vínculos saudáveis e até a reprodução de padrões violentos. O fato de 26

pessoas assumirem a ocorrência de violência já é um indício grave, considerando ainda que a violência doméstica na infância é frequentemente silenciada. Isso significa que o número real pode ser ainda maior, pois como vimos anteriormente, há certa monotopia discursiva coercitiva da agressão que impede dos HAV reconhecerem nos seus históricos violências em suas infâncias. Novamente neste estudo, retomamos o questionamento do determinismo sociológico que durante muito tempo norteou parte das interpretações sobre violência familiar e de gênero. A ideia clássica de que a violência se reproduz, ou seja, de que quem sofre agressão na infância tende inevitavelmente a reproduzi-la na vida adulta, encontra aqui seu impasse. Ou seja, há algo que escapa ao determinismo da reprodução mecânica.

Esse dado reforça uma crítica contemporânea à visão linear e causalista do determinismo sociológico. O comportamento violento não é resultado automático de um trauma anterior; ele vai emergir de um complexo. A ausência de agressão na infância, portanto, não impede em nada que indivíduos internalizem discursos patriarcais. O que consigo notar aqui é que o fenômeno que analisamos é menos biográfico e mais histórico, relacionado às formas como a sociedade brasileira organiza as relações de gênero. Vamos, portanto, ao gráfico 18, o qual nos trará dados substanciais acerca de quem teria praticado, para os que disseram sim, o ato violento em sua infância.

GRÁFICO 17 – Quem praticou a violência na infância – n= 100



Fonte: elaboração do autor.

Dos 100 casos levantados nas fichas, em 74 situações não houve relatos de agressão na infância, o que coaduna com o que fora dito no gráfico 17, ao passo que 26 crianças, à época, foram vítimas de violências praticadas por familiares diretos ou próximos. Dentro desse universo de 26, o pai aparece como o agente central, com 18 ocorrências. Que palavra traduz para mim essa figuração no gráfico? Cunho o vocábulo *patriorritmia*³², uma expressão que remete à forma como a autoridade masculina, legitimada pela ordem patriarcal, se converte em poder punitivo dentro do seio privado, mas sempre em ritornelos. Já o padrasto 2, a mãe 2, os avós 1, o tio 1, o irmão 1 e a combinação pai e avô 1 aparecem como atores periféricos nesse teatro. Esses números o que são? São pluridirecionalidades da violência familiar, em que múltiplos sujeitos podem ocupar a função de agressores. Novamente, anuncio que aqui é preciso se falar da domasculinidade. Ainda assim, com essa pluridirecionalidade da violência³³, o fato de a figura paterna ser esmagadoramente predominante é de se notar. Aqui podemos com segurança em masculinização do castigo.

De modo diferente, o número elevado de “não houve”, correspondendo a 74 nos dá base para cunhar aqui a ideia de silencialidade³⁴. O que seria? Sê-lo-ia uma zona de invisibilidade perceptiva da violência. Assim, o não sofrer violência não equivale a uma socialização livre da lógica patriarcal como já afirmado anteriormente, retomo essa noção; trata-se antes de uma violência difusa. Antes de irmos ao gráfico 19, dos motivos alegados para a violência contra as mulheres, é imperioso justificar a própria inserção desta variável na análise. Investigar o motivo significa buscar racionalidade, por mais que contestável, onde há irracionalidade, porém, sem nunca e jamais conceder validade

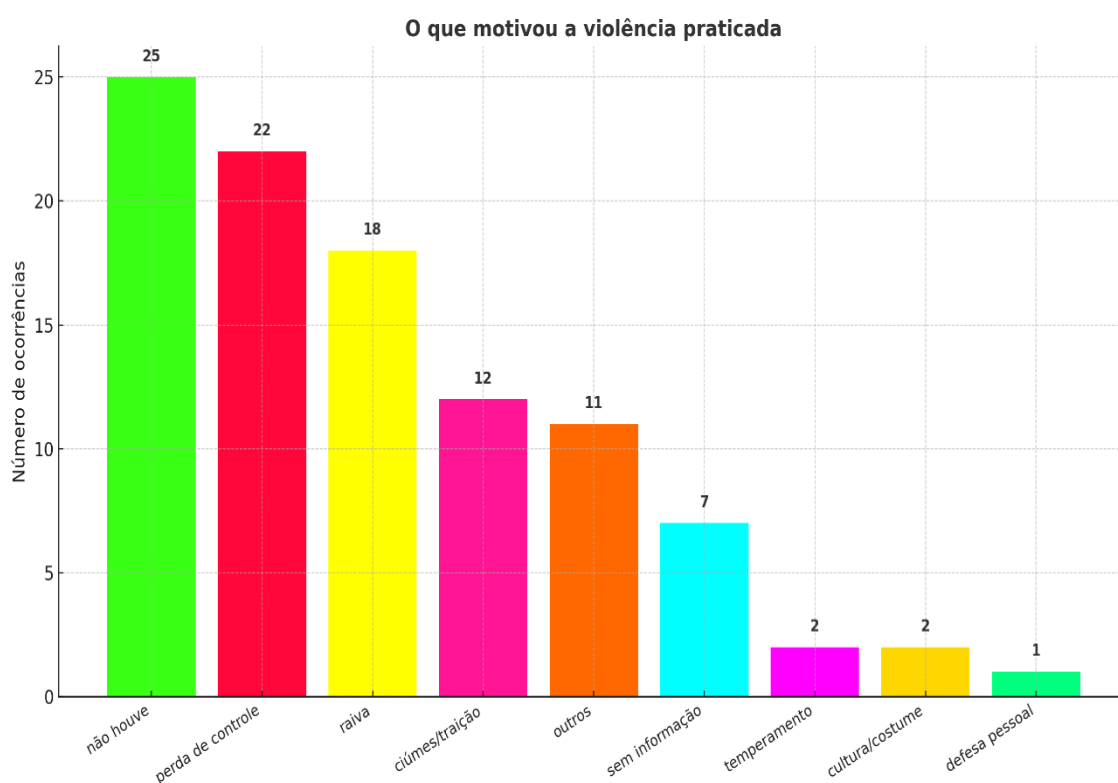
³² A concentração de 18 ocorrências de violência praticada pelo pai traduz aquilo que podemos chamar de *patriorritmia* como eu disse; o compasso repetitivo do patriarcado no espaço doméstico. Não estou abarcando violência física isolada, estou lançando o canhão de luz a uma cadência cultural, um ritmo histórico no qual a autoridade masculina se repete de forma sorrateira de matriz disciplinar. A palavra une “pátrio” (o que remete ao pai e ao patriarcado) e “ritmia” (ritmo, repetição), indicando a violência como um pulsar, digo batida social. No gráfico, a *patriorritmia* aparece cristalizada na predominância do pai.

³³ A pluridirecionalidade da violência designa o fato de que a violência não segue um único caminho causal se distribuindo em direções e posições sociais de forma rizomática. Diferente da visão que a reduziria a uma reprodução em que pais violentam filhos que, por sua vez, violentam outros, a pluridirecionalidade mostra como ela pode se dar entre irmãos, ser praticada por mães, avós ou padrastos, ou até mesmo se deslocar para fora do núcleo familiar, alcançando relações conjugais, escolares, de trabalho.

³⁴ O que estou pensando como silencialidade não é a construção ativa de um espaço onde a violência se dissolve em murmúrios sociais, em zonas de não-dito que funcionam como cápsulas de ferro, pode-se dizer. Está sobre o silêncio da vítima, é a ajuda também do silêncio cúmplice da família que “não viu”, da vizinhança que “não se mete”, do Estado que arquiva, da estatística que mascara. Na silencialidade, o trauma se entende assim, como maquinaria de esquecimento pela ausência de voz.

às justificativas. Pelo contrário, eu quero aqui encetar uma escavação discursiva no terreno movediço das narrativas masculinas. O que chamo de motivo é, na verdade, a exteriorização retórica de um momento, a tentativa de traduzir em causa lógica o que é, em essência, a manifestação de uma ontologia da posse, do absurdo sobre o alheio, que fique claro! Saliento neste brevíssimo preâmbulo que estes dados não nos mostram por que a violência aconteceu, prefiro compreender que mostram como o agressor a processa linguisticamente para consumo externo e interno. Vamos aos dados:

GRÁFICO 18 – O que motivou a violência praticada – n=100

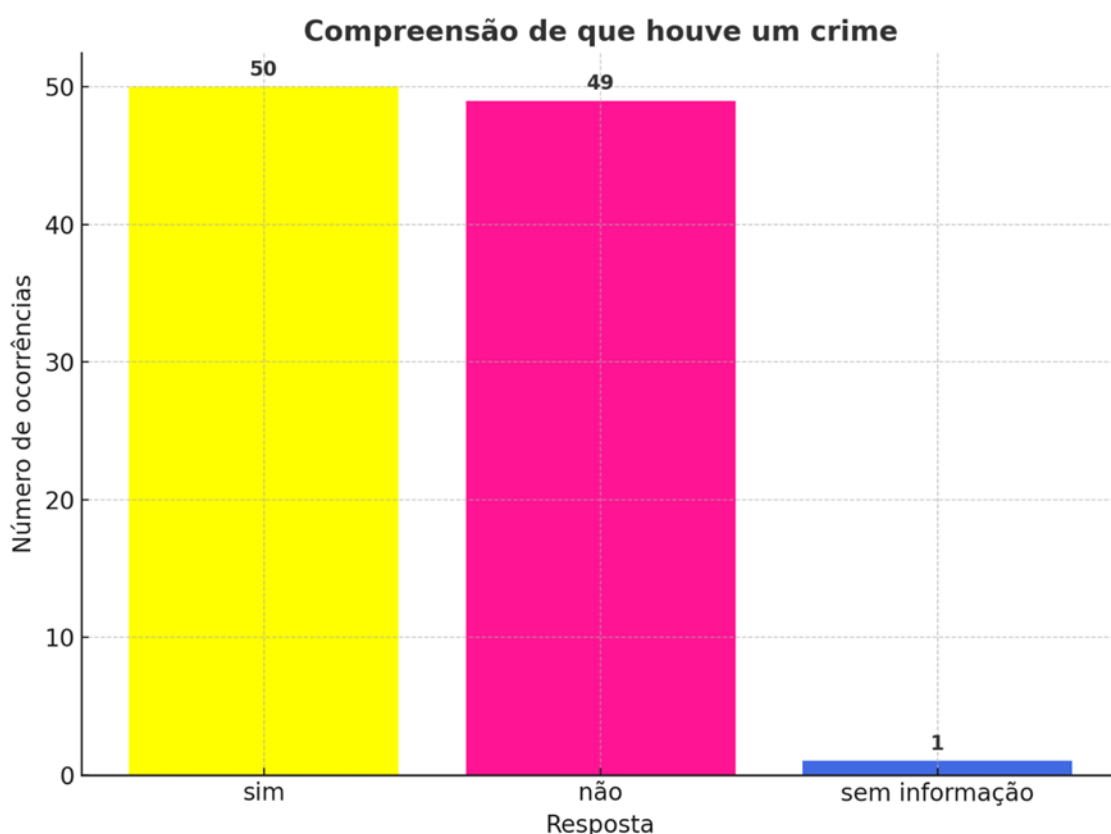


Fonte: elaboração do autor.

Dissecando mais esse gráfico, a distribuição das motivações atribuídas à violência praticada em números absolutos mostra que o maior grupo de respostas é o de “não houve”, com 25 ocorrências, evidenciando um contingente de HAV que não reconhecem ou não assumem uma motivação específica para seus atos violentos, lembremos da monotipia discursiva coercitiva da agressão. Logo em seguida aparece a “perda de controle”, com 22 registros, indicando que uma parcela expressiva associa a violência a uma espécie de explosão emocional momentânea. A “raiva” ocupa a terceira posição, com 18 ocorrências, reforçando a existência de relações com desestabilizadores como disparadores. Os “ciúmes/traição” somam 12 casos, com componente relacional

marcado por disputas no campo afetivo. A categoria “outros”, com 11 registros, mostra que há uma pluralidade de fatores não previstos nas opções principais. Além disso, 7 pessoas alegaram “sem informação”, sinalizando outra vez as silencialidades discursivas para evitar nomear os motivos. Por fim, aparecem em menor escala “temperamento” e “cultura/costume”, ambos com 2 ocorrências, e “defesa pessoal”, com apenas 1 registro, compondo as margens do gráfico. Esses números demonstram como a violência é justificada de modos diversos, oscilando entre a negação da motivação, a referência a estados emocionais e a explicações culturais ou circunstanciais. Indo para o gráfico 19, veremos se eles identificam se houve um crime. Atenção, caro/a leitor/a, pois no nosso gráfico 13 falamos da percepção de violência no relacionamento. No gráfico 19, apesar de ser parecido o tema, estamos abordando coisas diferentes. Nele, desejaremos saber se há a compreensão de um crime. Vejamos:

GRÁFICO 19 – COMPREENSÃO DE QUE HOUVE UM CRIME – n= 100



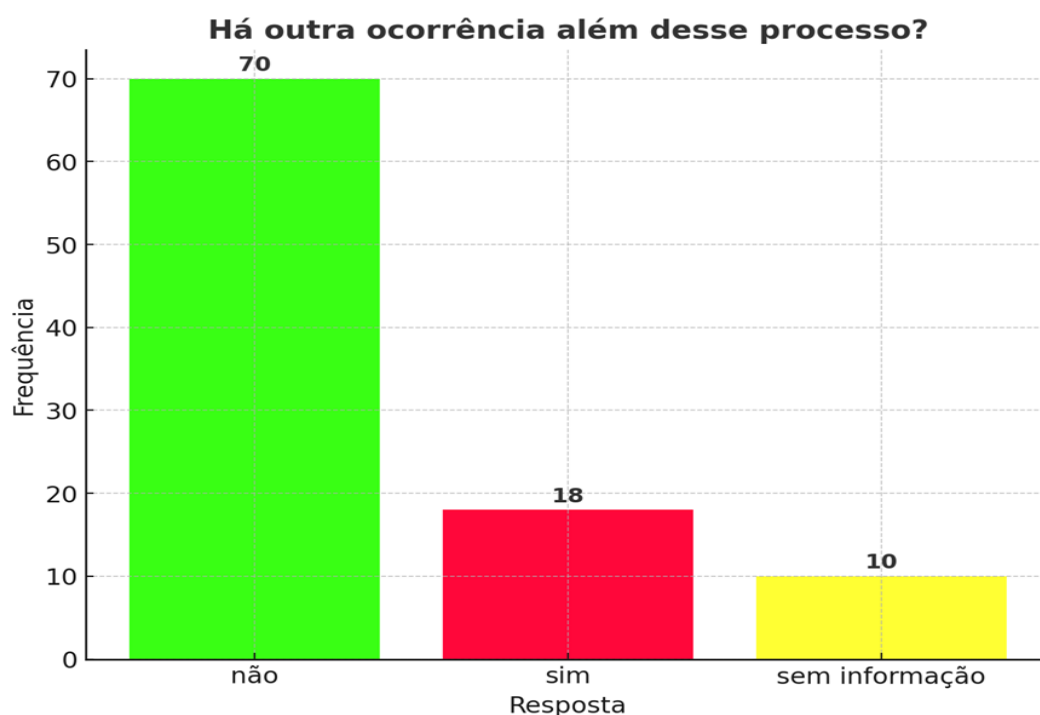
Fonte: elaboração do autor.

Sobre a compreensão do HAV quanto à ocorrência de um crime, vislumbramos uma divisão acirrada. A paridade entre as respostas aqui, eu chamo de esquizotaxia normativa, uma divisão internalizada no sujeito entre o reconhecimento abstrato da lei e

a autorreferenciação como entidade para além de sua jurisdição. Percebo movimento singular duma ontologia da exceção autoconcedida, onde o autor age deliberadamente sob um duplo regime de verdade. Temos 49 HAV dizendo que não houve crime algum, o que é isso depois de tudo o que lemos e dissecamos nas fichas deles? É a negação através do que se pode chamar de translação categorial do crime, onde este é linguisticamente deslocado para o campo do pseudo direito conjugal.

Outro lado deve ser visto, o do reconhecimento formal. Este reconhecimento se efetivo através do que eu proponho chamar paradoxo da confissão vazia, um tipo de admissão que não gera responsabilização ética, apenas pavimenta a vereda do exorcismo burocrático. Ao confessar autor de violência, *lato sensu* criminoso perante a justiça, o HAV pratica um essencialismo auto-absolutório, imaginando como se o ato de nomear o crime fosse suficiente para expiar sua gravidade, esvaziando-o de significado moral através de sua catalogagem formal. Ambos os grupos, tanto o sim quanto o não são expressões de uma mesma economia psíquica da violência permitida, onde a questão central não é a consciência do ilícito; o que se tem por epicentro é a crença na legitimidade transcendente do poder masculino. Chegando ao último gráfico, o de número 20, temos o seguinte:

GRÁFICO 20 – Existência de outro processo por violência doméstica – n= 100



Fonte: elaboração do autor.

Agora, apresentamos uma distribuição que perfaz tendências acerca da reincidência ou continuidade da violência. Os números mostram que 70 casos, maioria absoluta, declararam não haver outra ocorrência, contra 18 casos que indicaram sim, e 10 respostas classificadas como sem informação. Esse predomínio do não tem dois caminhos prováveis de diálogo; de um lado, sinaliza a que muitas violências sejam de fato pontuais, não configurando padrão de reincidência; de outro, pode esconder uma subnotificação, não se pode desconsiderar, na qual a ausência de outros registros não significa ausência de outras práticas violentas. O dado sem informação, totalizando 10 casos vem corroborar com que argumentamos sobre a subnotificação que atravessam pesquisas dessa natureza. O número de 18 ocorrências adicionais, quase 20% do total, muito me causa preocupação, visto haver, portanto, tendência de continuidade da violência, dizendo-nos que em muitos contextos a prática não é episódica, se repete e se normaliza.

Conclusão dos gráficos informativos

O percurso analítico desenvolvido ao longo deste capítulo permitiu trazer os dados empíricos à luz de conceitos forjados no diálogo com a teoria social e com as contradições históricas do Brasil. A recorrência da violência, embora se manifeste em diferentes intensidades e formatos, logicamente se põe além de mera reprodução automática do meio social. Ao contrário, os números revelam a insuficiência do determinismo sociológico, mostrando que, se muitos sujeitos não repetem a violência sofrida na infância, outros a produzem em novos contextos, o que modela um campo de forças marcado pela pluridirecionalidade da violência. Essa pluridirecionalidade explicita que a violência não se desloca em linha reta nem se explica pelo binômio causa e efeito; se ramifica em trajetórias individuais e coletivas. Ao lado disso, a presença do não-dito nos gráficos materializada nas respostas classificadas como “sem informação” abarcou o peso da silencialidade, um regime de ocultação e contenção o qual atua como dispositivo de sua permanência.

A leitura dos dados permitiu a criação de conceitos que ultrapassam a gramática sociológica clássica e se afirmam como categorias para compreender a violência em sua densidade contemporânea. A zoificação mostra-se útil para nomear o processo pelo qual a vítima é reduzida a uma condição infra-humana, tratada como corpo-coisa ou pura função de descarga da fúria. Assumir essa categoria, evidencia-se que a violência não é uma operação de rebaixamento ontológico; no mesmo esteio, a monotipologia

discursiva coercitiva da violência auxilia a identificar como os HAV, mesmo quando reconhecem a prática, tendem a enquadrá-la em narrativas únicas, quase sempre justificadas pela perda de controle, pela raiva ou pela traição. A coerção está no ato e na produção de discursos unificadores, que eliminam a pluralidade das motivações possíveis; voltemos à ideia de topoaniquilação, que nasceu como uma chave para compreender os deslocamentos da violência em relação ao espaço do corpo em si. Deixar de usá-la em nossos estudos seria uma perda valiosa de tematizar que o corpo possui uma geopolítica no jogo dos gêneros.

Passemos a psicoerosão, a qual usei para nomear a lenta corrosão subjetiva que acompanha a violência, dissolvendo resistências internas, desgastando afetos e criando uma sensação de inevitabilidade. Essa erosão psicológica explica porque tantos permanecem em relações violentas sem conseguir denunciá-las, sem notar a hidráulica forma da permanência dissolvida. Remeto-me outra vez a essa palavra esquisita, mas necessária chamada esquizotaxia normativa, por sua vez, vem explicitar a contradição entre normas jurídicas que condenam a violência e práticas cotidianas que a toleram. Trata-se de uma cisão voluptuosa, onde a norma oficial diz “não” enquanto o costume tácito diz “sim”. Por fim, a patriorritimia dá tom, ou tira o tom, aos ritmos patriarcais da violência, que se repetem em ciclos históricos com pequenas variações, mas mantendo sempre a centralidade da masculinidade. É o compasso subterrâneo da violência de gênero no Brasil, que pulsa de geração em geração. Essas categorias, forjadas como neologismos conceituais fruto assíduo deste estudante das Letras e fiel leitor da filologia crítica de Nietzsche, não são ornamentos linguísticos, foram pensadas para oferecer instrumentos para pensar a violência além do determinismo sociológico e da repetição descritiva. É insidioso lermos ano após anos análises de psicologismo vulgar, como já contra se argumentou.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluir o primeiro capítulo, reconheço que a caminhada inicial por entre as teses sobre os grupos voltados os HAV me ofereceram bom panorama bibliográfico, me confrontou com um campo ainda em construção, com suas disputas conceituais que dizem tanto quanto os próprios textos. O levantamento realizado revelou que, embora a produção científica sobre o tema tenha crescido de modo expressivo a partir de 2013, os estudos ainda se concentram majoritariamente nas áreas da psicologia, da assistência social e da saúde pública. Essa constatação me permitiu enxergar o quanto a dimensão educativa, aquela que articula transformação, responsabilização e emancipação, permanece à margem das análises. Ao analisar os 16 trabalhos que compuseram meu corpus inicial, percebi que a ausência de um olhar pedagógico sobre os grupos não é um detalhe metodológico pois se configura na falta de pesquisadores da área da Educação pensando sobre o assunto. A educação, quando aparece, surge como apêndice, quase sempre subordinada à lógica terapêutica ou à intervenção social. Foi nesse vazio que localizei o sentido de minha investigação que era o de estudar os grupos e pensá-los como espaços educativos em si. As categorias e os termos encontrados que eu expus, “reflexivo”, “reeducativo”, “socioeducativo”, “preventivo” refletem uma disputa discursiva sobre o que se entende por transformação, e foi nessa disputa que escolhi firmar o termo “educativo” como apontamento teórico.

Os dados levantados desde a predominância de autoras mulheres até a distribuição geográfica e temporal das pesquisas me afetaram pessoalmente. Ao constatar que há pouquíssimos homens doutores discutindo o tema, compreendi que esta tese é um movimento de responsabilidade ética, em que um homem gay vai se implicando criticamente num campo que historicamente analisa a violência praticada por outros homens majoritariamente cisgêneros. Esse reconhecimento reforçou em mim a necessidade de que o lugar da fala masculina não seja o da justificativa, seja ele o da escuta para o desejoso reposicionamento. No capítulo segundo eu decidi desmontar algumas terminologias, com todo respeito aos cientistas que vieram antes de mim, pelo fato de que compreendi o quanto os discursos normativos escondem as camadas mais perspicazes do processo educativo. O exercício crítico de revisar cada nomeação me mostrou que a escolha de palavras nunca é neutra contudo define a prática, o papel dos profissionais envolvidos e o lugar atribuído aos homens que participam desses grupos. Quando um grupo é chamado de “reflexivo”, o verbo central é pensar; quando é

“terapêutico”, o verbo é curar; quando é “reeducativo”, o verbo é corrigir; quando é “ressocializador”, o verbo é reintegrar. Mas nenhum desses verbos, por si só, traduz o que ali se desenha como processo de aprendizagem. A educação, ao contrário, se faz na condição de possibilidade para todos eles. Por isso, reafirmo o termo “grupo educativo” que, da forma como mostrei, está além da substituição lexical.

Na escrita do capítulo terceiro, pude reconhecer o quanto o método se tornou um instrumento técnico valioso. Ao definir os caminhos que orientaram esta pesquisa, o método expressou o lugar de onde falo, os compromissos que assumo e as fronteiras que decidi percorrer. A abordagem qualitativa, que aqui abracei, se mostrou como a única capaz de compreender as subjetividades, contradições e afetos que atravessam o campo dos grupos educativos para HAV. Neste percurso, cada ficha, cada observação e cada documento analisado me devolveram espelhos. O caminho metodológico foi um exercício de honestidade intelectual e posso dizer que nele amadureci muito. Ele exigiu de mim mais escuta/leitura do que fala, mais paciência do que pressa, e muita paciência para pensar as palavras que nomeariam os conceitos que queria expressar. Quando escrevi o capítulo quarto, foi o momento em que percebi que todas as discussões anteriores, os dados, os referenciais teóricos, as análises das teses e os caminhos metodológicos, ganhavam corpo, voz e sentido. Mais do que explicar eu precisei me escutar. Foi o ponto em que as teorias começaram a se mover dentro de mim, e o campo empírico passou a se manifestar como um espaço de aprendizado. As vozes que escutei na vida, desde a pesquisa no meu mestrado em Educação, voltaram, algumas como fragmentos de uma pesquisa já outras como parte de uma história maior, que também é a minha. O quarto capítulo foi, de certa forma, o lugar onde tudo se alinhou. Foi nele que eu pude olhar para o conjunto da tese e enxergar que, desde o início, venho tentando compreender algo maior do que um fenômeno social, venho tentando entender as condições de possibilidade da mudança. O que move um homem a se repensar? O que sustenta a crença de que ainda é possível transformar comportamentos, pensamentos, afetos? Essas perguntas me acompanharam até aqui, e continuam comigo.

Ao longo do capítulo quinto, naveguei com o/a leitor/a pelas múltiplas facetas do que chamei de androexteriorismo, a persistente tendência acadêmica e social de circunscrever a análise do masculino aos espaços públicos de performance, negligenciando o lar como matriz fundante de suas subjetividades. Investiguei o androexteriorismo laboral do trabalhador rural, cuja identidade era reduzida à sua

função de provedor; o androexteriorismo sanitário, que afastava os homens dos serviços de saúde por entendê-los como espaços femininos; e o androexteriorismo político, que celebra a figura pública do homem de Estado sem questionar como sua autoridade foi forjada nos microterritórios domésticos. Cada uma dessas manifestações foi tratada como um fenômeno isolado sim, mas sempre se expandindo como expressão de um mesmo paradigma epistemológico cego à interioridade produtora do masculino. Este arsenal conceitual que inclui ainda noções como topoarquitetura do poder, oikocratório e rito de passagem androcrático foi construído para ser um convite. Um convite à descolonização do olhar sobre o masculino, insistindo que não se pode compreender o homem que comanda o engenho, a praça ou a nação, sem antes decifrar o menino que foi forjado no quintal, o jovem que aprendeu a autoridade à mesa de jantar e o patriarca que governa a partir de sua biblioteca doméstica.

A ambição última deste capítulo é que estes conceitos não repousem inertes nestas páginas, mas sejam apropriados, criticados, expandidos, aplicados. Que o androexteriorismo seja compreendido como uma lente crítica a ser dirigida a novos espaços e sujeitos; que a domasculinidade se consolide como um programa de investigação capaz de reescrever a história social do Brasil a partir de seu espaço mais íntimo e, paradoxalmente, mais político, o lar. Por fim, eu amei escrever esta tese, e saber que ela nasceu de mim, filha, talvez, de muitos pais.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. Governo federal investe R\$ 3,1 bilhões para reduzir desigualdades em inovação e pesquisa, com foco nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Agência Brasil, 10 out. 2024. Disponível em: <<https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202410/governo-federal-investe-r-3-1-bilhoes-para-reduzir-desigualdades-em-inovacao-e-pesquisa-com-foco-nas-regioes-norte-nordeste-e-centro-oeste>>. Acesso em: 11 jan. 2025.

AGÊNCIA GOV. Censo 2022: em 12 anos, proporção de mulheres responsáveis por domicílios avança e se equipara à de homens. Agência Gov, 30 set. 2024. Disponível em: <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202410/censo-2022-em-12-anos-proporcao-de-mulheres-responsaveis-por-domicilios-avanca-e-se-equ>, Acesso em: 30 set. 2025.

AGÊNCIA SENADO. DataSenado divulga pesquisa de violência contra a mulher nos estados e no DF. Senado Notícias, Brasília, 28 fev. 2024. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2024/02/28/datasenado-divulga-pesquisa-de-violencia-contra-a-mulher-nos-estados-e-no-df>. Acesso em: 4 nov. 2025.

AGUIAR, Ana Cecília Bezerra de. A face preventiva da lei maria da penha e os grupos para homens autores de violência contra as mulheres: um estudo de caso do núcleo de atendimento ao homem autor de violência contra a mulher. 2024. 320f Fortaleza. Disponível em: <https://biblioteca.sophia.com.br/terminal/9575/acervo/detalhe/583394>. Acesso em: 19 jan. 2025.

ARAÚJO, LUCIANA MOREIRA DE. Construção social de masculinidades e fundamentos do trabalho desenvolvido em grupos reflexivos para homens autores de violência de gênero' 29/07/2021 290 f. Doutorado em SERVIÇO SOCIAL Instituição de Ensino: PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da PUC-Rio.

BANDEIRA, Manuel. Estrela da Manhã. Rio de Janeiro: Editora José Aguilar, 1958.

BARBOSA, C. A. DA S.. O “Echo da Calúnia”: a masculinidade hegemônica em um processo-crime (Rio Grande do Sul, 1907). História (São Paulo), v. 41, p. e2022012, 2022.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011.

BECHARA, Evanildo. *Moderna Gramática Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.

BEIRAS, Adriano; NASCIMENTO, Marcos; INCROCCI, Caio. Programas de atenção a homens autores de violência contra as mulheres: um panorama das intervenções no Brasil. *Saúde e Sociedade* [online]. 2019, v. 28, n. 1 [Acessado 12 Janeiro 2025], pp. 262-274. Disponível em: . ISSN 1984-0470. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902019170995>.

BERNARDO, Marluci Delavi Tarnoschi. Dribles da responsabilidade: como homens autores de violência contra a mulher narram a si mesmos. 2024. Tese (Doutorado em Psicologia: Psicologia Social) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia: Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2024.

BILLAND, Jan Stanislas Joaquim. Como dialogar com homens autores de violência contra mulheres? Etnografia de um grupo reflexivo. 2016. Tese (Doutorado em Medicina Preventiva) - Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. doi:10.11606/T.5.2016.tde-06022017-094542. Acesso em: 2025-01-1.

BILLERBECK, Luana Márcia de Oliveira. Subjetividades masculinas – identidades dos homens que praticaram violência doméstica e familiar no contexto do Paraná. 2018. 222f. (Doutorado em Ciências Sociais Aplicadas), Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2018.

BRASIL. Lei n.º 12.594, de 18 de janeiro de 2012. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) e regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 19 jan. 2012. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12594.htm>. Acesso em: 13 jan. 2025.

BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 8 ago. 2006. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/L11340.htm>. Acesso em: 11 jan. 2025.

BRASIL. Lei nº 13.984, de 3 de abril de 2019. Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para incluir novas medidas protetivas de urgência. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 3 abr. 2019. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13984.htm>. Acesso em: 11 jan. 2025.

BRASIL. Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995. Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 27 set. 1995.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Álcool. Brasília, DF: OBID, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/sua-protecao/politicas-sobre-drogas/obid/alcool>. Acesso em: 1 out. 2025.

BRASIL. Senado Federal. Pesquisa Nacional de Violência contra a Mulher 2023. Brasília: Senado Federal, 2023. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/646392/Pesquisa_nacional_violencia_contra_mulher_2023.pdf. Acesso em: 30 set. 2025.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Sexta Turma estendeu proteção da Lei Maria da Penha para mulheres trans. 2023. Disponível em: <<https://www.stj.jus.br/sites/porta/p/Paginas/Comunicacao/Noticias/2023/29012023-Sexta-Turma-estendeu-protecao-da-Lei-Maria-da-Penha-para-mulheres-trans.aspx>>. Acesso em: 12 jan. 2025.

BRITO, Leandro Teófilo de. Da masculinidade hegemônica à masculinidade queer/cuir/kuir: disputas no esporte. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 29, n. 2, e79307, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2021v29n279307..> Acesso em: 12 out. 2025.

CARRIGAN, Tim; CONNELL, Raewyn; LEE, John. Towards a New Sociology of Masculinity. *Theory and Society*, v. 14, n. 5, p. 551–604, 1985.

CNN Brasil. Mais de 12 mil pessoas são presas por violência doméstica e feminicídio em 1 mês. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/mais-de-12-mil-pessoas-sao-presas-por-violencia-domestica-e-feminicidio-em-1-mes/>>. Acesso em: 17 jan. 2025.

COLLING, Ana Maria. *A Cidadania da Mulher Brasileira: uma genealogia*. São Leopoldo: Oikos Editora, 2021.

COLLING, Ana Maria. *Tempos diferentes, discursos iguais: a construção histórica do corpo feminino*. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2019.

CONNELL, Raewyn. *Gender and Power: Society, the Person and Sexual Politics*. Stanford: Stanford University Press, 1987.

CONNELL, Raewyn. *Masculinities*. 2. ed. Berkeley: University of California Press, 2005.

CONNELL, Raewyn; MESSERSCHMIDT, James W. Hegemonic Masculinity: Rethinking the Concept. *Gender & Society*, v. 19, n. 6, p. 829–859, 2005.

CONNELL, Raewyn; MESSERSCHMIDT, James W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 241–282, jan./abr. 2013.

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Mais de 12 mil pessoas são presas por violência doméstica e feminicídio em 1 mês. Disponível em: <<https://www.gov.br/capes/pt-br/assuntos/noticias/blank-73641651>>. Acesso em: 17 jan. 2025.

COVIELLO, João. *Estética e História da Arte*. Curitiba: IESDE, 2020.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

CUNHA, Paula Candido; BRUXEL, Martina; SILVA, Gabriela da. Abordagem das temáticas de sexualidades na prática escolar do ensino médio: limites e possibilidades. *Cadernos de Gênero e Diversidade*, Salvador, v. 7, n. 3, p. 109-133, jun./ago. 2021. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/cadgendiv>. Acesso em: 30 set. 2025

DAVIS, Angela. *A Liberdade é uma luta constante*. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2018.

DAVIS, Angela. *Mulheres, Raça e Classe*. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

ENGELS, Friedrich. A origem da família, da propriedade privada e do Estado. Trad. Leon Plihal. 11. ed. São Paulo: Editora Civilização Brasileira, 1984.

ESPAÑA. Ley Orgánica 1/2004, de 28 de diciembre, de Medidas de Protección Integral contra la Violencia de Género. «Boletín Oficial del Estado», nº 313, 29 dez. 2004, pp. 42166-42197. Disponível em: <https://boe.es/boe/dias/2004/12/29/pdfs/A42166-42197.pdf>. Acesso em: 31 de nov. de 2025.

FANON, Frantz. Pele Negra, Máscara Branca. Tradução de Sebastião Nascimento com colaboração de Raquel Camargo. São Paulo: UBU Editora, 2020.

FAORO, Raymundo. Os donos do poder: a formação do patronato político brasileiro. São Paulo: Globo, 2001.

FERNÁNDEZ DE AVILÉS, Bakea Alonso; MOURA, Tatiana. Apresentação: masculinidades em debate. *ex æquo*, n. 43, p. 9-13, 2021. DOI: 10.22355/exaequo.2021.43.01. Disponível em: <https://scielo.pt/pdf/aeq/n43/0874-5560-aeq-43-9.pdf>. Acesso em: 05 out. 2025.

FIORINI, J. S. Educação sexual na escola: abordagens educacionais e currículo. In: _____. Educação sexual na escola: currículo e práticas [online]. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2020, pp. 29-72. ISBN: 978-65-5954-006-8. Disponível em: <<https://books.scielo.org/id/7mdtb>>. Acesso em: 14 jan. 2025. doi: <https://doi.org/10.36311/2020.978-65-5954-006-8>.

FLEURY-TEIXEIRA, Elizabeth Maria. Homens autores de violência contra mulheres: um estudo com participantes de grupos reflexivos em Belo Horizonte. 2021. 246f Universidade Federal de São Carlos, São Carlos. Disponível em <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/14795>. Acesso em: 19 jan. 2025.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

G1. Custo médio de cada preso no país gira em torno de R\$ 1.800 por mês, revela estudo. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/11/30/custo-medio-de-cada-presos-no-pais-gira-em-torno-de-r-1800-por-mes-revela-estudo.ghtml>>. Acesso em: 17 jan. 2025.

G1. Eleito presidente, Lula só venceu Bolsonaro no Nordeste; veja análise por região. G1, 31 out. 2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2022/eleicao-em-numeros/noticia/2022/10/31/eleito-presidente-lula-so-venceu-bolsonaro-no-nordeste-veja-analise-por-regiao.ghtml>>. Acesso em: 11 jan. 2025.

G1. ONG Me Too diz que recebeu denúncias de assédio sexual contra o ministro Silvío Almeida. G1, 5 set. 2024. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2024/09/05/ong-me-too-diz-que-recebeu-denuncias-de-assedio-sexual-contra-o-ministro-silvio-almeida.ghtml>>. Acesso em: 11 jan. 2025.

Gomes, Doris e Ramos, Flávia Regina Souza. Ética e comprometimento do profissional da saúde pós-reestruturação produtiva numa região metropolitana do sul do Brasil. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação* [online]. 2014, v. 18, n. 49 [Acessado 14 Janeiro 2025], pp. 289-300. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1807-57622013.0647>>. Epub 17 Mar 2014. ISSN 1807-5762. <https://doi.org/10.1590/1807-57622013.0647>.

GONÇALVES, Ana Maria. Um defeito de cor. Rio de Janeiro: Editora Record, 2022.

GPDOC RURAL. Se Paulo Freire fosse vivo usaria ChatGPT? YouTube, 10 out. 2025. Disponível em: <https://www.youtube.com/live/dW3v4Hqo0mk?si=217UpbB1L0tDAzPi>. Acesso em: 10 out. 2025.

GUADALUPE, Thiago de Carvalho. Grupos reflexivos para homens autores de violência contra mulheres no Brasil: uma nova política? 2024. 186f Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória. Disponível em: [Grupos reflexivos para homens autores de violência contra mulheres no Brasil: uma nova política?](#) Acesso em: 19 jan. 2025.

HEIDEMANN, H. D.; TOLEDO, C. DE A.; BOECHAT, C. A.. O trabalho no Brasil: traçado interpretativo de sua história de formação e de sua crítica. *Estudos Avançados*, v. 28, n. 81, p. 55–67, maio 2014.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOOKS, bell. Ensinando a Transgredir: a educação como prática da liberdade. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

HOOKS, bell. Ensinando Pensamento Crítico: sabedoria prática. Tradução de Bhuvli Libanio. São Paulo: Elefante, 2020.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. de S. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo 2022: católicos seguem em queda, evangélicos e sem religião crescem no país. Agência de Notícias IBGE, Rio de Janeiro, 26 jun. 2024. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencianoticias/2012agenciadenoticias/noticias/43593-censo-2022-catolicos-seguem-em-queda-evangelicos-e-semreligiao-crescemnopaís>. Acesso em: 9 set. 2025.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Censo Demográfico 2022. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/22827-censo-demografico-2022.html>>. Acesso em: 17 jan. 2025.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Perfil do trabalhador brasileiro: evidências a partir da PNAD Contínua. Nota Técnica nº 18. Brasília: IPEA, jun. 2024. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br>>. Acesso em: 30 set. 2025.

INSTITUTO MARIA DA PENHA. O que é violência doméstica? Fortaleza, 2025. Disponível em: <https://www.institutomariadapenha.org.br/violencia-domestica/o-que-e-violencia-domestica.html>. Acesso em: 1 out. 2025.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. A invenção da “ideologia de gênero”: um projeto reacionário de poder. Brasília: LetrasLivres, 2022.

KESSLER, Suzanne et al. Gender Relations in Secondary Schooling. Sydney: Macquarie University, 1982.

LARROSA BONDÍA, Jorge. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, n. 19, p. 20–28, jan./abr. 2002. Tradução de João Wanderley Geraldi.

LENIN, V. I. As tarefas revolucionárias da juventude. Tradução de Ana Corbisier, Miguel Henrique Stedile e Geraldo Martins de Azevedo Filho. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

LOPES, Roberto; CANÁRIO; ALAMIR. Ratatúia. [música]. Intérprete: Zeca Pagodinho. In: Acústico Zeca Pagodinho 2 – Gafieira. Rio de Janeiro: Universal Music, 2006.

LOUREIRO, Regiane Laura. Currículo e Planejamento na Educação Básica. Curitiba: IESDE Brasil, 2019.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Editora Vozes, 2014.

LÜDKE, Menga. ANDRÉ, Marli E. D. A. Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Manifesto do Partido Comunista. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MIRANDA, S. V. C. et al. Singularidades do trabalho rural: masculinidades e procura por serviços de saúde em um território norte mineiro. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 2, e310217, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-73312021310217>. Acesso em: 10 de out. de 2025.

MORENO, marco julian martinez. Civilizar a cultura. Questões de modernização e a afirmação de dignidade de homens acusados de violência doméstica e familiar contra a mulher. 2018. 350f. (Doutorado em Antropologia, Universidade de Brasília, Brasília Biblioteca Depositária: BCE/UnB. Disponível em: [Catálogo de Teses & Dissertações - CAPES](#). Acesso em: 19 de jan. 2025.

NASCIMENTO, Letícia. Transfeminismo. São Paulo: Jandaíra, 2021.

NOTHAFT, R. J.; BEIRAS, A.. O que sabemos sobre intervenções com autores de violência doméstica e familiar?. *Revista Estudos Feministas*, v. 27, n. 3, p. e56070, 2019.

NOTHAFT, Raíssa Jeanine. Experiências de mulheres no enfrentamento da violência doméstica e familiar e suas relações com serviços para autores de violência. 2020. 232f

Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/216055>. Acesso em: 19 jan. 2025.

NÚCLEO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM GÊNERO, RAÇA E SEXUALIDADE. Relatório Violência Contra as Mulheres. 2016. Disponível em: <https://firebasestorage.googleapis.com/v0/b/sitecepia.appspot.com/o/PublicacoesCepia_Sem_ISBN%2F2016%20%20%20RELATO%CC%81RIO%20VIOLE%CC%82NCIA%20CONTRA%20AS%20MULHERES.pdf?alt=media&token=3f73ce5b-40cf-48e5-b46774b199601ee0&_gl=1*1nsn01b*_ga*MTIwOTI5NDQ3OS4xNjk2MTAzMzEz*_ga_CW55HF8NVT*MTY5NjEwMzMxMy4xLjEuMTY5NjExNDg4MS42MC4wLjA>. Acesso em: 17 jan. 2025.

PAZO, Concepcion Gandara. Novos frascos, velhas fragrâncias: a institucionalização da Lei Maria da Penha em uma cidade fluminense. 2013. 280 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas e Saúde; Epidemiologia; Política, Planejamento e Administração em Saúde; Administra) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

PERES, William Siqueira; TOLEDO, Livia Gonsalves. Dissidências existenciais de gênero: resistências e enfrentamentos ao biopoder. **Rev. psicol. polít.**, São Paulo, v. 11, n. 22, p. 261-277, dez. 2011. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2011000200006&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 14 jan. 2025.

PERRENOUD, Philippe. 10 Novas Competências para Ensinar. Tradução de Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Artmed Editora, 2000.

PRATES, PAULA LICURSI. A pena que vale a pena: alcances e limites de grupos reflexivos para homens autores de violência contra a mulher' 22/10/2013 302 f. Doutorado em SAÚDE PÚBLICA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, São Paulo Biblioteca Depositária: Faculdade de Saúde Pública/USP.

Prefeitura de Nova Iguaçu. Cresce acolhimento a mulheres vítimas de violência doméstica. Disponível em: <<https://www.novaiguacu.rj.gov.br/semas/2019/08/08/cresce-acolhimento-a-mulheres-vitimas-de-violencia-domestica-em-nova-iguacu-4-2/>>. Acesso em: 17 jan. 2025.

REDAÇÃO M de Mulher. Idade revela o que os homens esperam de um relacionamento. Revista Claudia, São Paulo, 10 set. 2012. Atualizado em 16 jan. 2020.

Disponível em: <https://claudia.abril.com.br/amor-e-sexo/idade-revela-o-que-os-homens-esperam-deum-relacionamento>. Acesso em: 8 set. 2025.

SANTOS, Dherik Fraga et al. Masculinidade em tempos de pandemia: onde o poder encolhe, a violência se instala. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 30, n. 3, e200535, 2021. Disponível em: 10.1590/S0104-12902021200535. Acesso em: 12 out. 2025.

SANTOS, Rick. J. Poética da diferença: um olhar queer. São Paulo: Factash Editora, 2014.

SCOTT, Juliano Beck. Grupos reflexivos com homens autores de violência doméstica contra a mulher: limites e potencialidades. 2018. 141f. Tese (Doutorado em Psicologia) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.

SCOTT, Juliano Beck; OLIVEIRA, Isabel Fernandes de. Perfil de homens autores de violência contra a mulher: uma análise documental. *Rev. Psicol. IMED*, Passo Fundo, v. 10, n. 2, p. 71-88, dez.2018. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-50272018000200006&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 30 set. 2025. <https://doi.org/10.18256/2175-5027.2018.v10i2.2951>.

Secretaria de Estado da Mulher do Rio de Janeiro. Serviços de Apoio à Mulher. Disponível em: <<https://www.rj.gov.br/secmulher/servicos>>. Acesso em: 17 jan. 2025.

SENADO FEDERAL. **Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa**. Projeto de Lei nº 5.704/2023. Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=9513803&ts=1736279245071&disposition=inline>>. Acesso em: 14 jan. 2025.

Silva, Carla da. Do “monstro” ao homem: motivos de violências contra a mulher. 2020. 132 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2020.

SILVA, Daniel Neves. Palácio de Versalhes. *História do Mundo*. Disponível em: <https://www.historiadomundo.com.br/idade-moderna/palacio-versalhes.htm>. Acesso em: 14 out. 2025.

SILVA, Daniele Cariolano da; MARTINS JÚNIOR, Francisco Ranulfo Freitas; SILVA, Tatiana Maria Ribeiro; NUNES, João Batista Carvalho. Pesquisa qualitativa: particularidades e reflexões no campo educacional. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 30, n. 4, p. 217-238, dez. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/vfYpxdKhR6BBSrf3YpSHjqz/?format=pdf>. Acesso em: 19 jan. 2025.

SILVA, Joyce Alves da. SILVA, Leandro Rodrigues N. da. *Raízes da Punição: gênero e sexualidades na socioeducação*. Quissamã: Revista África e Africanidades, 2024.

SILVA, Leandro Rodrigues Nascimento da. “Escola de homens”: refletindo sobre processos educativos em um grupo para homens autores de violência doméstica na Baixada Fluminense. 2023. 118 p. Dissertação (Mestrado em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares). Instituto de Educação/Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica/Nova Iguaçu, RJ, 2023.

SILVA, Leandro Rodrigues Nascimento da; CORDEIRO, Eliezer Gonçalves. A educação em defesa da sociedade e da democracia no governo Bolsonaro: um ensaio crítico de 2019 a 2022. *Caderno Intersaberes*, v. 13, n. 46, 2024. Disponível em: <<https://www.cadernosuninter.com/index.php/intersaberes/article/view/3154>>. Acesso em: 12 jan. 2025.

SOARES, VANESSA ARLESIA DE SOUZA FERRETTI. “- Mas tem gente que não entende assim.” // “É. É por isso que a gente tá aqui.”: A sessão de grupo socioeducativo para homens autores de violência contra a mulher e a (re)construção discursiva de masculinidades’ 14/06/2018 undefined f. Doutorado em LINGÜÍSTICA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, Florianópolis Biblioteca Depositária: undefined.

SOUSA, Anderson Reis de et al. Ser homem com doença falciforme: discursos sobre adoecer e cuidar de si. *Acta Paulista de Enfermagem*, São Paulo, v. 34, 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.37689/actaape/2021AO03384..> Acesso em: 12 out. 2025.

SOUZA, Jessé. *O Pobre de Direita: a vingança dos bastardos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2024.

TEMPOS MODERNOS. Direção: Charles Chaplin. Estados Unidos, 1936. Filme.

THOMAZ, D. W.; SANTOS, D. M.; TOLEDO, L. H. Ethos militar e masculinidades nos esportes olímpicos. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 29, n. 2, e79389, 2021. DOI: 10.1590/1806-9584-2021v29n279389. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/CXhGz7yWrRkXrV3q9JYj5wk/>. Acesso em: 10 de out. de 2025.

TOKUDA, André Masao Peres. Masculinidades e Psicologias nos trabalhos com grupos de homens autores de violências contra mulheres. 2021. 375f. Tese (Doutorado em Psicologia). – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdades de Ciências e Letras, Assis, 2021.

TOLEDO, Madu. *Trump diz que “inferno vai explodir” caso Hamas não liberte reféns*. Metrôpoles, 7 jan. 2025. Disponível em: <https://www.metropoles.com/mundo/trump-diz-que-inferno-vai-explodir-caso-hamas-nao-liberte-refens>. Acesso em: 01 de out. 2025.

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ). Disponível em: <<https://www.tjrj.jus.br/>>. Acesso em: 17 jan. 2025.

UNIFEM. Progresso das mulheres no mundo 2008/2009: quem responde às mulheres? gênero e responsabilidade. Nova York: Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher, 2008. Disponível em: https://www.unwomen.org/sites/default/files/Headquarters/Media/Publications/UNIFEM/POWW08_Report_Full_Text_pt.pdf. Acesso em: 30 out. 2025.

VERAS, Érica Verícia Canuto de Oliveira. A masculinidade no banco dos réus: um estudo sobre gênero, sistema de justiça penal e a aplicação da Lei Maria da Penha. 2018. 207f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.